

Janeiro de 2017

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

| | |
|--|-----------|
| I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA | I |
| 1.1 Lei dá coesão às empregadas domésticas | 1 |
| 1.3 Função pública regista decréscimo de trabalhadores em 2016 | 3 |
| 1.3 Função Pública Perdeu 12 Mil Trabalhadores | 4 |
| 1.4 Porque é urgente aumentar o salário mínimo | 4 |
| 1.5 Governo já admite estagnação da economia em 2016 | 5 |
| 2. MICROFINANÇAS | 7 |
| 2.1 Conselho de Ministros aprova crédito para jovens | 7 |
| 2.2 O BDA registou perdas de 84 mil milhões Kz nos últimos dez anos, mas podemos recuperar | 7 |
| 2.3 Créditos subsidiados | 9 |
| 2.4 Mais de 90 mil empresas foram constituídas pelo BUE em quatro anos | 10 |
| 2.5 BNA cria provedoria do cliente no Huambo | 10 |
| 2.6 BDA avança com crédito para a juventude | 11 |
| 3. MERCADO INFORMAL | 12 |
| 3.1 Vendedoras das Pedrinhas são transferidas | 12 |
| 3.2 Vendedoras transferidas das estradas | 12 |
| 3.3 Cavuquila e Zungueiras “brigam” por orla marítima de Cacuo | 12 |
| 3.4 Mais de 200 vendedoras de pescado ganham novo espaço | 13 |
| 3.5 Cavuquila e zungueiras brigam por orla marítima de Cacuo | 14 |
| 3.6 Governo confisca terrenos não explorados | 15 |
| 3.7 Mais de 200 vendedoras de pescado ganham novo espaço | 16 |
| 3.8 Moto taxistas acusam Amostrang de desvio de verbas | 16 |
| 3.9 Economia informal é diferente da ilegal | 17 |
| 3.10 Economia Informal em livro lançado hoje | 19 |
| 3.11 A economia informal | 19 |
| 3.12 Vendedores dispõem de novo recinto | 20 |
| 3.13 Grande parte do comércio é feito informalmente porque o circuito oficial é deficiente | 21 |
| 3.14 O Sector informal não é um problema de polícia, é um problema de política. | 22 |
| 3.15 Actividade informal tem queda gradual | 23 |
| 3.16 Administrador do Cazenga carrega produtos das vendedoras no mercado Asa Branca | 24 |
| 3.17 Agentes informais devem passar para o formal | 25 |
| 3.18 24 % Da população angolana Desempregada pratica actividade Económica informal | 25 |
| 3.19 Sociólogo defende atribuição do subsídio de combustíveis aos táxis | 26 |
| 3.20 Cavuquila e Zungueiras “brigam” por orla marítima de Cacuo | 26 |
| 3.21 Vendedoras do Asa Branca querem mais agências bancárias | 27 |
| 3.22 Vendedores criam associação em Cacuo | 28 |
| 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA | 29 |
| 4.1 Executivo quer rigor na gestão da despesa pública | 29 |
| 1.2 Função pública regista decréscimo de trabalhadores em 2016 | 30 |
| 4.3 Função Pública Perdeu 12 Mil Trabalhadores | 30 |
| 4.4 Fiscalização de Viana arrecada 29,7 milhões de kwanzas | 31 |
| 4.5 Angola esconde ao fim dados sobre pagamentos em petróleo à china | 31 |

| | | |
|------|---|----|
| 4.6 | Receitas fiscais registam queda | 32 |
| 4.7 | Economista advoga redução no imposto de consumo em Angola | 33 |
| 4.8 | Angola não prevê retomar emissão de Eurobond's em 2017 | 34 |
| 4.9 | Angola Precisa de 19,6 mil Euros dos Bancos e fundos Nacionais para Financiar Orçamento de 2017 | 34 |
| 4.10 | Cativação da despesa no OGE 2017 visa evitar a indisciplina orçamental | 35 |
| 4.11 | Endividamento do OGE será financiado em 75% pelo mercado interno | 36 |
| 4.12 | Governo já admite estagnação da economia em 2016 | 36 |
| 4.13 | AGT prevê encaixe de 36 mil milhões em 2017 | 37 |
| 4.15 | Orçamento da Presidência da República aumentou 24% | 38 |

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 40

| | | |
|-----|--|----|
| 5.1 | Negócios no campo | 40 |
| 5.2 | Higino Carneiro trava desenvolvimento de Cacucaco | 41 |
| 5.3 | Há mais gente a viver nas zonas rurais e menos nas urbanas | 42 |
| 5.4 | SJA Contesta nova Lei de Imprensa | 42 |
| 5.5 | Autarquias Já! | 43 |
| 5.6 | População angolana cresce na ordem de um milhão por ano | 44 |
| 5.7 | Taxa de crescimento da população prevista para 2017 preocupa demógrafos | 45 |
| 5.8 | Nomeados pelo governador provincial de Luanda Administradores distritais tomam posse | 46 |
| 5.9 | Lei das comissões de moradores é crucial | 47 |

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 48

| | | |
|------|--|----|
| 6.1 | Milhares de moradias sociais entregues em breve no Bié | 48 |
| 6.2 | Obras da centralidade da cidade de Saurimo arrancam em Março | 48 |
| 6.3 | Imposto e complicações | 49 |
| 6.4 | Antigos combatentes no Bié beneficiam de residências | 50 |
| 6.6 | Empresa Imogestim convoca moradores | 51 |
| 6.7 | Cidadãos divergem | 51 |
| 6.8 | IPU, o imposto que ainda não reúne consenso | 52 |
| 6.9 | Moradora cria praça num dos edifícios do Sequele | 53 |
| 6.10 | Queremos tributar ainda que a propriedade seja precária | 53 |
| 6.11 | AADIC lança réplica ao aviso da IMOGESTIM | 55 |
| 6.12 | Moradores questionam a via do aviso | 56 |
| 6.13 | Pagamento de IPU rende mais de AKZ 20 milhões em Malanje | 56 |
| 6.14 | AGT regista baixa no pagamento, do Imposto Predial Urbano | 57 |
| 6.15 | Imposto Predial Urbano é o que menos capta receitas a favor do Estado | 57 |
| 6.16 | Sem crime, mas vítimas da falta de água e serviços | 58 |
| 6.17 | As rendas de casa nas centralidades... | 59 |
| 6.18 | AGT esclarece pagamento do Imposto Predial Urbano | 60 |
| 6.19 | Executivo anuncia novas construções | 60 |
| 6.20 | Inquilinos do Estado nas centralidades estão isentos do Imposto Predial Urbano | 61 |
| 6.21 | Preços de venda de habitações baixam 38% e rendas caem 55% nos últimos dois anos | 61 |
| 6.22 | Preços dos arrendamentos em queda em Luanda | 62 |
| 6.23 | Programa Nacional de Habitação derrapou? | 64 |
| 6.24 | Huíla melhora condições de habitabilidade | 65 |
| 6.25 | Casas próximos da linha férrea com dias contados | 67 |
| 6.6 | Mais de metade de moradores paga renda | 67 |
| 6.27 | AGT prevê encaixe de 36 mil milhões em 2017 | 68 |
| 6.28 | Empresa Imodéstia convoca moradores | 69 |
| 6.29 | Imposto predial com resultados positivos | 69 |
| 6.30 | Novas centralidades erguidas no Huambo com outros estatutos | 70 |
| 6.31 | O Imposto Predial Urbano | 71 |
| 6.32 | Proprietários aderem ao pagamento | 71 |

| | |
|--|-----------|
| 7. TERRA | 73 |
| 7.1 Persiste o silêncio das autoridades sobre as demolições no Zango | 73 |
| 7-2 A Odebrecht e a ocupação selvagem de terras em Angola | 74 |
| 7.3 Governo confisca terrenos não explorados | 74 |
| 7.4 População desencorajada a construir em áreas críticas | 75 |
| 7.5 A máfia» dos terrenos em Luanda | 75 |
| 7.6 Casas próximo da linha férrea do Bungo com dias contados | 76 |
| 7.7 Administração intensifica a fiscalização | 77 |
| | |
| 8. SERVIÇOS BÁSICOS | 78 |
| 8.1 Luandenses assumem-se disponíveis a pagar taxa de lixo | 78 |
| 8.2 Lixo em Benguela: ontem milionário, hoje mendigo | 78 |
| 8.3 O lixo não é um problema apenas de beleza | 79 |
| 8.4 Saneamento reforçado com meios no Huambo | 79 |
| 8.5 Populares voltam a fazer necessidades em locais impróprios | 80 |
| 8.6 Saneamento básico com a participação de vários municípios | 81 |
| 8.7 Analisada taxa do lixo | 81 |
| 8.8 Kwanhama reforça medida de saneamento básico | 81 |
| 8.9 Novas casas recebem água | 82 |
| 8.10 Novas centralidades com mais água potável | 82 |
| 8.11 A cegueira da EPAL no Camama | 83 |
| 8.12 Cazenga tem como prioridades a electricidade e a água potável | 83 |
| 8.13 Cerco no combate a surto de cólera | 84 |
| 8.14 Cólera no Soyo, entre o cantar da vitória e o fim da guerra | 84 |
| 8.15 Populares voltam a fazer necessidades em locais impróprios | 85 |
| 8.16 Luanda cria plano contra a cólera | 86 |
| 8.17 Mais água potável a jorrar no Cunene | 87 |
| 8.18 Sem crime, mas vítimas da falta de água e serviços | 88 |
| 8.19 Luanda em alerta para um possível surto de cólera | 89 |
| 8.20 Municípios pedem a conclusão de obras | 89 |
| 8.21 Aprovado plano para melhor gestão da água | 90 |
| 8.22 Tomadas medidas para conter o surto de cólera | 91 |
| 8.22 Água já tem Plano Nacional | 92 |
| 8.23 Plano de resposta à epidemia de cólera | 93 |
| 8.24 Programa Água para todos chega ao Município de Cassongue | 94 |
| 8.25 Lwena com água canalizada antes do fim de Março | 94 |
| 8.26 Mais água potável para o Cuanza Sul | 94 |
| 8.27 Cidade do Soyo beneficia de mais água potável | 95 |
| | |
| 9. GÉNERO E VIOLENCIA | 96 |
| | |
| 10. AMBIENTE | 97 |
| 10.1 A chuva caiu no Cunene e a tradição está a mudar | 97 |
| 10.2 Repovoamento florestal preserva o meio ambiente | 97 |
| 10.3 A chuva nos Gambos | 98 |
| 10.4 Chuvas fortes desalojam vários milhares de pessoas | 98 |
| 10.5 Bengo aumenta exportação | 99 |
| 10.6 Município do Cazenga alérgico as chuvas | 99 |
| 10.7 Bacia do Coelho pronta para chuvas intensas | 101 |
| 10.7 População desencorajada a construir em áreas críticas | 101 |
| 10.8 Chuva destrói 12 residenciais em Quirima | 102 |
| 10.9 Fábrica de reciclagem de plástico em Viana | 102 |

| | |
|---|-----|
| 10.10 Seca e vulnerabilidades afectam 90% da população do Sul | 103 |
| 10.11 Moradias inundadas em Viana | 104 |
| 10.12 Rangel reforça saneamento básico | 104 |

I I. MIGRAÇÃO **I05**

| | |
|--|-----|
| 11,1 Aumento da emigração lusa para Angola | 105 |
|--|-----|

I2. EXPLORAÇÃO MINEIRA **I06**

| | |
|--|-----|
| 12.1 Economia Informal em livro lançado hoje | 106 |
| 12.2 Agentes informais devem passar para o formal | 106 |
| 12.3 Exportação de granitos rende acima de USD 7 milhões | 107 |

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Lei dá coesão às empregadas domésticas

Jornal de Angola
7 De Janeiro de 2017
Texto: Manuela Gomes

Milhares de famílias em Angola entram em 2017 com mais uma despesa no orçamento doméstico, resultante do Decreto Presidencial nº155/16, que dá protecção social e jurídica ao trabalhador doméstico. O coordenador nacional do Plano de Sustentabilidade da Segurança Social, Manuel Moreira, disse ao Jornal de Angola que "é fundamental aumentar a cobertura da protecção social obrigatória aos nossos cidadãos". As medidas nesse sentido devem ser encaradas como investimento e poupança.

Jornal de Angola - Como cidadão -e alto funcionário do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), o que significa a entrada em vigor do Decreto Presidencial referente aos trabalhadores domésticos?

Manuel Moreira - A publicação deste diploma representa mais um avanço na protecção social dos trabalhadores e suas famílias, bem como o reforço dos direitos de cidadania e promoção da coesão social no nosso país. Não podemos permitir que haja trabalhadores cobertos pela Protecção Social Obrigatória e outros legalmente excluídos. É fundamental aumentar a cobertura da protecção social obrigatória aos nossos cidadãos e estas medidas não podem ser encaradas como despesa, mas antes como investimento e poupança. Quando estes trabalhadores tiverem eventos ao longo da vida que lhes excluam temporária ou definitivamente do mercado de trabalho, os patrões deixam de estar responsabilizados moral ou legalmente pelo pagamento dos rendimentos perdidos, passando a ser uma responsabilidade do Estado. É também um passo para a diminuição da pobreza.

Jornal de Angola - Acredita que, com esse decreto, haverá mais respeito por essa classe profissional?

Manuel Moreira - O diploma vem regular a Protecção Social a esta classe de trabalhadores, como também os direitos e obrigações no domínio do trabalho. A lei

confere mais responsabilidade ao empregador, que se vai adaptar à nova realidade legal.

Jornal de Angola - Quem deve ser o primeiro fiscalizador do cumprimento do Decreto Presidencial, os trabalhadores domésticos ou a Inspeção do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social?

Manuel Moreira - A semelhança do que acontece noutros países, o trabalhador será o maior fiscalizador e promotor da consolidação deste regime jurídico. Os maiores interessados na defesa dos seus direitos são os próprios trabalhadores que, junto dos sindicatos e do Ministério, podem assumir um papel fundamental na defesa dos direitos e dignidade do trabalho doméstico e sua protecção social.

Jornal de Angola - Devido ao aumento dos encargos para muitas famílias com trabalhadores domésticos, esse decreto não pode dar azo ao surgimento de uma nova categoria, a diarista, ou até ao crescimento da informalidade?

Manuel Moreira - É exactamente para combater a informalidade neste sector económico que surge este diploma. À excepção dos trabalhadores domésticos enquadrados em empresas inscritas no Sistema de Protecção Social Obrigatória, todos os restantes trabalhadores, nomeadamente os que trabalham em casas particulares, por exemplo, e que são a grande maioria, não possuem qualquer protecção social. Acredito que esta lei vai contribuir para reduzir a informalidade do sector, uma vez que os empregadores são obrigados, por lei, a inscrever os trabalhadores na Segurança Social e a pagar as contribuições devidas. Quem não o fizer e for denunciado é sancionado nos termos da lei. Também é natural que os empregadores adoptem estratégias, que podem passar pelo sistema diarista ou por tercerizar os serviços a empresas no mercado. Inclusivamente, é expectável que haja um crescimento do número de empresas deste sector e mais profissionalismo. Ao longo do tempo, o mercado vai regular-se por si mesmo.

Jornal de Angola - Este decreto é realista para o nosso contexto económico e social?

Manuel Moreira - O povo angolano ambiciona um Estado moderno e socialmente justo e esta é seguramente mais uma medida do Executivo para responder ao que pretendemos. A semelhança do que aconteceu noutros países, houve, no início, muita controvérsia entre empregadores e trabalhadores. Ao longo do tempo, os trabalhadores foram exigindo os seus direitos e hoje são regimes profissionais e de segurança social perfeitamente consolidados. Este

decreto foi desenvolvido com base no conhecimento da realidade angolana e está perfeitamente adequado à nossa sociedade.

Jornal de Angola - O que muda na rotina do trabalho do INSS com a entrada em vigor do Decreto Presidencial sobre a Protecção Social e Jurídica do trabalhador doméstico?

Manuel Moreira - Este regime abrange um grande volume de trabalhadores. Numa fase inicial; o INSS está a organizar-se para acolher um grande número de utentes, proceder às inscrições e controlar o pagamento das contribuições provenientes deste regime. Temos consciência de que um dos grandes desafios é implementar um pagamento contributivo ágil, embora este desafio não seja exclusivo deste regime. Numa segunda fase, o instituto tem de se preparar para o pagamento das prestações sociais, que só devem ocorrer caso os trabalhadores tenham cumprido os requisitos estabelecidos, em particular ter as contribuições todas pagas.

Jornal de Angola - Corrija-me se estiver equivocado. Em Angola, um trabalhador é reformado aos 65 anos ou depois de 35 anos de serviço, em cujo período deve descontar para a Segurança Social metade ou a totalidade das prestações previstas na lei. A minha curiosidade é a seguinte: como é que o Instituto Nacional de Segurança Social vai tratar, por exemplo, o caso de um empregado doméstico que entra no Sistema de Segurança Social aos 58 anos?

Manuel Moreira - Em Angola, um trabalhador pode reformar-se por lei aos 60 anos ou após 420 meses (35 anos) de contribuições seguidas ou interpoladas. Um trabalhador que integre o sistema com 58 anos de idade, tem duas opções: resgatar todo o dinheiro das contribuições realizadas durante o período contributivo, devendo ser inferior a 120 meses, e permanecer mais tempo no mercado de trabalho, alcançar 120 meses de contribuições seguidas ou interpoladas e solicitar o Abono de Velhice.

Jornal de Angola - Há empregados domésticos inscritos no INSS antes de haver um decreto sobre a matéria?

Manuel Moreira - Existem empresários que integram os trabalhadores domésticos na folha de salários das empresas, bem como há empresas de serviço doméstico que já inscrevem os seus trabalhadores.

Jornal de Angola - O INSS está preparado para dar resposta à grande procura pelos seus serviços em função da entrada em vigor do decreto?

Manuel Moreira - Estamos preparados, mas ainda temos de dar avanços operacionais para facilitar o

pagamento das contribuições. Embora esta não seja uma questão exclusiva para este regime.

Jornal de Angola - Os vossos serviços estão a ser descentralizados?

Manuel Moreira - A distância entre os locais de residência dos utentes do INSS e os Serviços de Segurança é um factor de constrangimento no acesso à Segurança Social. O Executivo colocou em marcha, desde 2012, uma estratégia de aproximação dos Serviços da Segurança Social ao cidadão, tendo implementado, entre outras medidas, um conjunto de Serviços Municipais em todas as províncias do país Icolo e Bengo e Cacuaco (Luanda), Matala (Huila), Caála (Huambo), Negage (Uíge), Cacolo (Lunda Sul), Tômbwa (Namibe), Buco Zau (Cabinda), Waku Kungo (Cuanza Sul), Cacusó (Malanje), Dondo (Cuanza Norte), Ganda (Benguela), Ombadja (Cunene), Lucapa (Lunda Norte), Andulo (Bié) e Cuchi e (Cuando Cubango).

Jornal de Angola - O que pode o anunciar aos pensionistas?

Manuel Moreira -. Vivemos tempos muito difíceis. Todos temos de fazer sacrifícios e os políticos têm de ser realistas com o que podem prometer. Estamos a equacionar soluções exequíveis para este grupo populacional frágil. O Executivo tem tomado medidas dirigidas aos pensionistas de baixos rendimentos. Desafio-o a encontrar um país no mundo que tenha elevado o valor mínimo da pensão de reforma por velhice acima do salário mínimo e igualado a pensão mínima ao salário mínimo nacional. Desde 2011, que não há pensionistas da pensão de reforma por velhice a receber um valor inferior a 18.922 kwanzas e pensionistas com o abono de velhice a receber valor inferior a 15.003 kwanzas.

Jornal de Angola - O que tem a dizer sobre as pensões de viuvez?

Manuel Moreira - A protecção na morte é justa e adequada à realidade do nosso país. Uma viúva com 50 anos ou mais de idade tem direito a receber uma pensão de sobrevivência vitalícia, desde que não esteja empregada. No caso de estar empregada, recebe o subsídio de funeral e por morte.

Jornal de Angola - Como o Estado equaciona a sobrevivência das viúvas que dependiam económica e exclusivamente do marido, no lapso de tempo que vai da morte ao ano em que, nos termos da lei, entram para o sistema?

Manuel Moreira - No caso do cônjuge sobrevivo, viúva ou viúvo, ter idade inferior a 50 anos de idade e

esteja desempregado tem direito a uma pensão de sobrevivência temporária, tendo 12 meses para se reintegrar no mercado de trabalho.

Nas prestações sociais, na eventualidade da morte, tem-se de ter muito cuidado na sua concepção, devido ao grande volume financeiro que é necessário possuir. Por exemplo, um cônjuge sobrevivente com 30 anos de idade e que morra com 65 anos, se tivesse direito a uma pensão de sobrevivência vitalícia corresponderia a 35 anos com um rendimento fixo, provavelmente acumulado com rendimentos de trabalho. Não nos podemos esquecer que a esperança de vida em Angola está a aumentar e que o nosso sistema de protecção social obrigatória ainda não está preparado financeiramente para uma despesa desta complexidade. De notar que em diversos sistemas de segurança social europeus este debate ocorre e existem critérios mais restritivos na protecção de sobrevivência ao cônjuge sobrevivente.

Jornal de Angola - Nos casos de órfãos com necessidades especiais, que tipos de apoios a lei confere e até que idade?

Manuel Moreira - O nosso sistema de Protecção Social Obrigatória protege na morte todos os filhos e, em particular, de forma vitalícia os filhos com incapacidade de 30% ou mais para o trabalho.

Jornal de Angola - As grandes filas de pensionistas junto de agências do Banco de Poupança e Crédito mancham a imagem do INSS. Esse cenário pode ser evitado?

Manuel Moreira - Reconheço e somos sensíveis à questão. É uma das questões que nos tiram o sono. O INSS trabalha nesse sentido, unia vez que um dos grandes objectos da gestão financeira é ter liquidez todos os meses para fazer face aos compromissos com o pagamento das prestações sociais. Não temos quaisquer dúvidas que o risco da liquidez também se mitiga pela diversificação dos depósitos do Fundo de Financiamento da Segurança Social. Foi já criada uma comissão da qual faço parte para aprofundarmos a questão. Vamos equacionar medidas de articulação com a banca para melhorar o pagamento das contribuições à Segurança Social. Consolidado o pagamento contributivo em toda ou parte da banca, estamos em condições de avançar para a diversificação bancária no que respeita ao pagamento das prestações sociais aos segurados e pensionistas.

I.3 Função pública regista decréscimo de trabalhadores em 2016

Jornal Manchete

13 De Janeiro de 2017

O resumo dos dados estatísticos da função pública referente a 2016 apontam que foram registados cerca de menos de 12 mil funcionários públicos e agentes.

A função pública no país registou cerca de menos de 12 mil funcionários e agentes em 2016, comparados a 2015. A informação foi avançada, recentemente, pelo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, António Pitra Neto. Segundo o dirigente, que falava durante a apresentação do "Estudo Sobre População e Administração Pública" e do resumo dos dados estatísticos da função pública referente a 2016, os registos passaram de 372.873 funcionários públicos em 2015, para 360.380 no ano passado. Segundo a Angop, Pitra Neto considera estarem vinculados na administração local do Estado 88 por cento dos efectivos da função pública, e na administração central do Estado, 12 por cento. Na distribuição por género, 58 por cento são funcionários do sexo masculino e 42 do sexo feminino. O responsável da Administração Pública destacou, ainda, que o sector da Educação absorve 48,89 por cento do total de funcionários e agentes administrativos, o da Saúde apresenta 14,05, ao passo que o da Justiça está com 2,46 por cento. Já por cargos e carreiras, 3 por cento exercem o cargo de direcção, 5 por cento de chefia, 11 são da carreira técnica superior, 14 pertencem à carreira técnica, 47 estão integrados na carreira técnica média e 20 por cento fazem parte da carreira não técnica. António Pitra Neto solicitou aos presentes que as informações prestadas e as discussões a volta das mesmas suscitem interesse por parte dos directores e que possam contribuir para o enriquecimento da qualidade do trabalho da Administração Pública.

I.3 Função Pública Perdeu 12 Mil Trabalhadores

Jornal Folha 8

14 De Janeiro de 2017

A função pública angolana empregava em 2016 um total de 360.380 trabalhadores, uma quebra superior a 3% face ao ano anterior, segundo dados divulgados recentemente em Luanda.

Os números foram transmitidos pelo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, António Pitra Neto, durante a apresentação do Estudo Sobre População e Administração Pública e do resumo dos dados estatísticos da função pública referente a 2016.

De acordo com o governante, em 2015 Angola contava com 372.873 funcionários e agentes públicos, número que se reduziu em 12.493 no espaço, de um ano, mas sem avançar mais pormenores.

A crise financeira e económica levou o Governo a aprovar várias medidas de austeridade, bem como um programa de recadastramento dos funcionários públicos, para eliminar os chamados "trabalhadores fantasma".

Dos trabalhadores da função pública, quase 49% são funcionários do Ministério da Educação, nomeadamente professores, enquanto a Saúde representa 14%.

O Estado prevê gastar 1,613 biliões de kwanzas (9,2 mil milhões de euros) com salários e contribuições sociais dos trabalhadores da função pública em 2017, massa salarial que o Orçamento Geral do Estado (OGE) proíbe que seja ultrapassada.

De acordo com a lei do Orçamento, no exercício económico de 2017 "não são permitidas novas admissões que se consubstanciam um aumento da massa salarial da função pública". Nesta medida, refere o documento, inclui-se "a celebração de contratos de trabalho por tempo determinado, podendo apenas ocorrer em casos devidamente justificados e aprovados pelo Presidente da República", sob proposta do Ministério das Finanças e por solicitação dos titulares dos sectores interessados. Contudo, a lei do OGE para 2017 refere que "são permitidas admissões de novos funcionários para a administração pública" para "o preenchimento de vagas" decorrentes de situações de reforma, de abandono, de demissão, de transferência ou de morte.

Em todo o ano de 2017 o Estado angolano prevê gastar 1,513 biliões de kwanzas (8,6 mil milhões de

euros) em vencimentos da função pública e 100 mil milhões de kwanzas (571 milhões de euros) nas respectivas contribuições sociais, um aumento de 3,2% na massa salarial face à revisão do OGE de 2016.

O Governo define ainda que os processos de promoção dos funcionários públicos só poderão acontecer "após a conclusão do processo de recadastramento da função pública" e "mediante programações plurianuais de três a cinco anos".

I.4 Porque é urgente aumentar o salário mínimo

Jornal Expansão

20 De Janeiro de 2017

O disparo da inflação e a consequente perda de poder de compra, aliada à proximidade das eleições, trouxe de novo a questão do salário mínimo para primeiro plano da actualidade.

Os três salários mínimos nacionais foram fixados pela última vez pelo decreto presidencial 144/14 de, 9 de Junho de 2014, em 22.504,50 Kz para o comércio e indústria extractiva, 18.754,00 Kz para os transportes, serviços e indústria transformadora e 15.003,00 Kz para a agricultura. Para os menos familiarizados com kwanzas, é só dividir por 170 para obter os valores aproximados em dólares.

Entre Julho de 2014 e Dezembro de 2016, o custo de vida em Angola, medido pelo Índice de Preços no Consumidor na Província de Luanda, aumentou 67,4%. Como o salário mínimo não aumentou neste período, o poder de compra do salário mínimo baixou 40,3%.

A inflação é um imposto escondido porque os aumentos dos salários não acompanham o ritmo de crescimento dos preços, corroendo o poder de compra dos trabalhadores. Ou seja, tal como o imposto sobre os rendimentos do trabalho, a inflação acaba por reduzir o rendimento real de quem vive do salário.

Alguns economistas questionam a existência do salário mínimo. Só que a prática internacional iniciada em 1894 pela Nova Zelândia, o primeiro país a impor um salário mínimo, e que hoje se estende a quase todo o mundo, incluindo os Estados Unidos encarregou-se de recolocar a questão. Hoje já não se discute a existência do salário mínimo, mas o nível a que o salário mínimo é fixado.

A maka é que um salário mínimo demasiado elevado pode desincentivar a criação de emprego. Se o salário

mínimo imposto legalmente for superior à produtividade da mão-de-obra, as empresas não só deixarão de contratar novos trabalhadores como até poderão ter de despedir empregados. Neste cenário, os mais vulneráveis são as pequenas e médias empresas e os trabalhadores sem experiência e/ou não qualificados.

No caso de Angola, como em quase tudo escasseiam os estudos, não sendo, por isso, possível, dizer se o nível de salário mínimo prejudica ou não o emprego. Ainda assim, e porque nem só de economia vive a humanidade, a perda de poder de compra do salário mínimo em mais de 40% é argumento mais do que suficiente para justificar o seu aumento.

Como é reconhecido por (quase) todos, a actual crise económica e financeira, não permite ao Estado e à maior parte das empresas aumentar os salários de forma a repor a totalidade do poder de compra. Não sendo possível repor o poder de compra na totalidade, tem de se avançar para soluções intermédias. E se não for possível, aumentar todos. Creio ser de elementar justiça inventar formas de, pelo menos, aumentar os salários mais baixos.

1.5 Governo já admite estagnação da economia em 2016

Jornal Expansão

27 De Janeiro de 2017

Texto: Maurício Vieira Dias

A economia angolana estagnou em 2015; crescendo apenas 0,1% face ao ano anterior, a taxa mais baixa dos últimos 23 anos de acordo com as últimas estimativas do Governo reveladas no início desta semana.

A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto angolano (PIB) abrandou de 3% em 2015 para 0,1 % no ano passado, precisou Patrício Neto, chefe de departamento do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do Ministério das Finanças, esta segunda-feira, durante uma apresentação sobre o panorama macroeconómico de Angola, no âmbito da divulgação do Plano Anual de Endividamento para 2017 (ver página 26).

No Orçamento Geral do Estado (OGE) 2016, apresentado no final de Outubro de 2015 à Assembleia Nacional, o Governo previa um crescimento de 3,3%, taxa que foi cortada para 1,1% corria a revisão do documento em Agosto.

Eram estes números que suportavam o discurso oficial segundo o qual a economia não estava

estagnada mas em desaceleração. "A economia não estagnou, apenas perdeu a pujança com que se vinha desenvolvendo, por causa da crise actual", garantiu o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em meados de Novembro na durante a mensagem sobre o Estado da Nação.

Com a nova estimativa de crescimento de apenas 0,1%, o discurso oficial de desaceleração perde sustentação e o Governo aproxima-se das projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentadas em Novembro, que já apontavam para um cenário de estagnação com um crescimento de 0%. Projecções que acabam de ser confirmadas pelo comunicado de imprensa da instituição financeira internacional a propósito da conclusão das consultas com o Governo angolano no âmbito do artigo IV dos seus estatutos que prevê discussões bilaterais sobre a evolução das economias dos países membros.

A economista Judite Correia considera os 0,1% de crescimento do PIB previstos pelo Executivo como sendo nulo, razão pela qual entende que houve estagnação.

"Os resultados são diferentes do previsto na revisão orçamental de 2016, calculou-se um crescimento na ordem dos 1,1%, mas não aconteceu". Todavia, Judite Correia considera que o Governo deve estar satisfeito com o facto de o crescimento, pelo menos, não, ter sido negativo, realçando que o crescimento está muito dependente das receitas petrolíferas. "A crise global forçou a estagnação em muitas economias em 2016", sublinhou.

Basicamente de acordo quanto à estagnação do PIB global, Governo e FMI divergem totalmente sobre a evolução sectorial. Patrício Neto garante que o PIE petrolífero registou um "crescimento negativo" na ordem dos 2,3%, ao passo que o sector não petrolífero avançou 2,2%. Já o FMI diz que aconteceu o contrário: a economia não petrolífera entrou em recessão, com um recuo de 0,4%, enquanto a petrolífera cresceu uns ligeiros 0,8%.

A estagnação da economia angolana no ano passado foi acompanhada pelo disparo da inflação o custo de vida aumentou 42% em termos anuais, o maior aumento em 13 anos - uma situação que os economistas classificam de estagflação.

Estagflação é um cocktail económico composto por fraco crescimento ou mesmo recessão, aumento do desemprego e inflação alta. O aumento simultâneo do desemprego e da inflação contrária a teoria clássica segundo a qual desemprego e inflação caminham em sentido contrário: quando o desemprego aumenta, a inflação diminui e vice-versa.

Contudo, em Angola não existem dados regulares sobre o desemprego. As últimas estatísticas referentes a 2014 divulgadas com os resultados definitivos do Censo Populacional de 2014 apontavam para uma taxa de desemprego de 24,2% entre a população activa com idades entre os 15 e os 64 anos. Não custa admitir que essa taxa aumentou significativamente nos tempos mais recentes.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Conselho de Ministros aprova crédito para jovens

Jornal O País

13 De Janeiro de 2017

Uma linha de crédito no valor de quatro biliões de kwanzas, destinada a financiar projectos para jovens empreendedores, foi aprovada ontem, Quinta-feira, em Luanda, pelo Executivo angolano.

O montante destinado para cada projecto, no caso de ser aprovado pelas instituições afins, será equivalente a 200 mil dólares.

O encontro discutiu e aprovou o Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regulamento da Linha de Crédito de Apoio ao Empreendedor Jovem (Projovem], que será assegurado pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA).

Segundo o ministro da Juventude e Desportos, pretende-se com esse programa dar cumprimento a algumas das solicitações feitas pela juventude durante o Fórum Nacional de Auscultação dos Jovens, realizado em 2013, no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Explicou que a intenção é criar um mecanismo para que os jovens possam dedicar-se ao empreendedorismo, no âmbito de um novo processo de educação da juventude, com vista a pôr em marcha o espírito criativo.

Albino da Conceição clarificou que a linha de crédito vai enquadrar actividades no quadro da hotelaria e turismo, comércio, prestação de serviços, indústria, agricultura, pecuária e pescas, tecnologias de informação, comunicações e empreendedorismo cultural.

O projecto terá como elementos operadores entidades ligadas ao Conselho Nacional da Juventude, o Instituto Nacional da Juventude e o Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Esta última será a entidade que vai certificar os projectos apresentados pelos jovens, cabendo finalmente ao BDA indicar o banco operador em que os mesmos (projectos) serão canalizados para sua execução.

De acordo com Albino da Conceição, tudo será feito para que o Conselho Nacional da Juventude, em

parceria com os Conselhos Provinciais da Juventude, seja célere e não se criem procedimentos burocráticos, com vista a tornar o plano mais credível e transparente possível.

Por sua vez, o presidente do Conselho da Administração do Banco de Desenvolvimento Angola (BDA), Manuel Neto Costa, que também participou na reunião da equipa económica do Conselho de Ministros, informou que a intenção deste programa é cobrir as necessidades de importação para implementação de investimentos.

Esclareceu que aquela instituição enquanto instrumento do Estado, é o órgão que vai fazer a gestão do processo de financiamento dos projectos privados dos jovens.

Na reunião ordinária conjunta das Comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, decorrida no Palácio Presidencial, estiveram no centro das discussões documentos da Comissão de Coordenação de Políticas Fiscal, Monetária e Cambial.

2.2 O BDA registou perdas de 84 mil milhões Kz nos últimos dez anos, mas podemos recuperar

Jornal Expansão

13 De Janeiro de 2017

Texto: Martins Chambassuco

Que balanço faz da actividades no exercício de 2016? Como banco do Estado, a nossa instituição financeira também sofreu com a crise, nomeadamente no que se refere às transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento, que é a principal fonte de recursos do Banco Desenvolvimento de Angola (BDA). Também se sentiu impacto na qualidade da carteira de crédito do banco, uma vez que os projectos que o banco financiou se ressentiram, por sua vez, da situação de crise, quer do ponto de vista da procura dos seus produtos, quer da capacidade das empresas laborarem face à escassez de divisas. No sector industrial, a maior parte dos projectos ainda tem uma componente importante de capitais circulantes de importação.

Também temos que considerar o impacto na implementação dos projectos que financiamos, quer seja na agricultura, indústria e outros serviços, no processo de implementação dos projectos, por exemplo, na componente de importação dos equipamentos, como alfaías agrícolas. Portanto, alguns projectos estão com dificuldade em concluir a o início de operação por falta de divisas, que

serviriam para importar esses elementos para a implementação das suas iniciativas. É claro que isto tem impacto na situação financeira do banco, nomeadamente no que diz respeito ao aumento do crédito em situação irregular.

Depois de apresentar este quadro, como avalia o crédito malparado do BDA?

Apresentámos recentemente um relatório sobre o desenvolvimento nacional, "BDA 10 anos", um documento onde fazemos uma abordagem crítica do desempenho do banco, tendo em conta o contexto internacional e também o da economia nacional. Ao longo destes anos, o banco concedeu créditos que ultrapassam os 240 mil milhões Kz, em diferentes sectores. Cerca de 30% da carteira não tem problemas, nos 70% restantes, temos problemas com pelo menos metade da carteira, uma parte teve que ser contabilizada como perdas e outra como crédito vencido, que deve ser reestruturado. Na verdade, queremos mudar a trajectória que o banco teve até hoje, e criar um ciclo "virtuoso", na perspectiva de que o banco concede crédito, e este vai contribuir para o aumento da produção interna de bens e serviços - seja para atender a procura interna ou para a exportação. Com a venda destes produtos e serviços no mercado interno ou externo, as empresas vão realizar receitas que reembolsam ao banco. E com actividade económica financiada, as empresas vão criar empregos, e os empregos vão ser fonte de rendimento para as famílias no sentido de melhoria de vida.

Este é o desafio que temos e que queremos enfrentar.

Qual é actualmente a situação financeira do BDA? A situação financeira do banco, do ponto de vista funcional e naquilo que toca à parte operacional, não é má, tanto que o banco, durante dois anos consecutivos, foi o que registou maior nível de eficiência no sector bancário, mas do ponto de vista do crédito não é boa.

Com o programa de reestruturação que lançámos devemos melhorar, em termos de retorno, um capital de cerca de 18 mil milhões Kz. A tendência que o banco seguia, não se tomando as medidas que tomámos, poderia colocar em causa o futuro do BDA. Hoje, lançado o plano de reestruturação, há condições para o banco cumprir o seu papel no sentido de financiar o sector não petrolífero da economia, gerar produção, diversificar a economia, criar empregos e garantir a sustentabilidade financeira. É para isso que estamos a trabalhar.

O BDA concedeu créditos no ano passado?

Sim. Quando assumi funções fizemos um diagnóstico e percebemos que a carteira de crédito que tínhamos não era virtuosa, pelas razões que já apresentei, relativamente ao crédito mal parado e às perdas. Era necessário tomar medidas, para que, quer pela reestruturação interna do banco ou pela adequação da nossa abordagem relativamente à decisão de que projectos, podemos financiar, o que teve impacto no abrandamento do ritmo de concessão de crédito. A nossa abordagem é que o nosso desempenho não se deve medir pelo número de crédito concedido, mas sim pelo volume de crédito concedido que cria emprego e o aumento da oferta de bens e serviços. Não existindo condições para que isto aconteça, é preciso ter cautela, e existem ainda muitos constrangimentos para quem quer investir no domínio produtivo. É por isso que o crédito de investimento produtivo da banca comercial não é significativo, porque esta tem como objectivo realizar lucros, e tem como preferência aplicar os seus recursos em actividades de menor risco e de maior retorno do capital. Podemos confirmar essa tendência percebendo que o crédito à agricultura ou à indústria na banca comercial é marginal. No caso do BDA, este é o seu core business: o crédito ao investimento produtivo.

Qual o volume de perdas do que acabou de mencionar?

Ao longo dos 10 anos, contabilizámos 84 mil milhões Kz, mas ainda é possível recuperá-los. Depois de ter lançado um processo de reestruturação, ou de reavaliação dos projectos que suportavam crédito vivo, estamos na fase de levantamento da situação dos projectos dos quais, do ponto de vista contabilístico e das normas do banco central, tivemos de registar como perdas, no sentido de tratarmos da recuperação do máximo do valor de capital concedido no empréstimo. Isto passa por uma avaliação da situação dos projectos que foram financiados, entre viáveis e não viáveis, de forma a que os viáveis possam ser reestruturados e os inviáveis ajudados na recuperação, tendo em conta os activos e as principais garantias que existem.

Desta forma, quais os maiores devedores do banco?

De acordo com as regras que regulam as instituições bancárias, não posso designar especificamente, mas grande parte dos devedores situam-se nas indústrias cerâmicas e brigadas de mecanização agrícola. Também os projectos agrícolas, no que concerne à distribuição sectorial do crédito. Mas o maior volume dos devedores está na indústria, seguindo-se a agricultura e depois os serviços.

E ainda assim tem disponibilidade para conceder créditos...

O banco tem disponibilidade financeira, temos alguma liquidez para realizar operações. Mas conforme disse, estes recursos não são da magnitude que poderia ser se não fossem as circunstâncias da crise. Há já algum tempo que o banco não recebe recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, e ainda conta com o impacto negativo de algum crédito, o que não contribui para a maior robustez que o banco devia ter.

O BDA está entre os bancos insolventes?

Não. Neste momento é solvente e tem alguma liquidez, mas é preciso agir sobre a carteira de crédito que tem. Essa é a solução para que o banco continue a ser solvente e continue a ter liquidez necessária para honrar com os pagamentos. Isto está percebido, quer a nível do regulador o banco central e do Governo, que tem tomado medidas para assegurar a sustentabilidade e a solidez do sistema financeiro nacional.

2.3 Créditos subsidiados

Jornal Economia e Finanças
20 De Janeiro de 2017

Angola está a viver um momento de introdução de práticas de desenvolvimento socioeconómico diferenciadas à postura de comodismo entranhado, o que requer um exercício equilibrado de acções com vista a proporcionar um leque de oportunidades para os seus cidadãos.

Implica com isso insuflar novo oxigénio aos núcleos de desenvolvimento multifacetados, criando desta forma um equilíbrio em cadeia, pois o desafio chamamos a frenar a busca de bens e serviços passíveis de ter uma resposta com oferta local e os benefícios não precisam de ser embandeirados de tão conhecidos que são.

Estando tudo a postos, como nos demais contextos pelo mundo afora, é comum surgirem programas subsidiados para alavancar o sector produtivo e iniciativas de risco, gerando uma almofada que apadrinha os sectores mais frágeis.

Por norma, são os Governos e um conjunto de instituições financeiras voltadas ao desenvolvimento que, com foco em ensaios e agregação de valores, desenvolvem um conjunto de acções voltadas ao tecido produtivo. Coisas de roda que já não se inventam.

Angola não está por fora deste ónus. Fruto de uma devastação do sector económico, tem havido uma intervenção muito forte do Estado em apoiar os vários sectores da economia, o que, na verdade, é bom.

Cumprindo-se o dever de governação reservam-se recursos financeiros e outros para apoiar programas dirigidos a uma grande franja do sector formal e informal da economia, com o propósito de "distribuir melhor". Até aí estamos conversados.

De forma alguma podem ser contestadas iniciativas do género, que só promovem o bem-estar da população e concomitantemente a redução da fome e da pobreza, desta era de inovações. Todos nós temos sido testemunhas destas acções e estamos recordados dos projectos como o Crédito de Campanha Agrícola, Angola Jovem, Angola Investe, Aldeia Nova e outros que envolveram milhões.

No entanto, importa fazermos balanços, ainda que provisórios, para entendermos a dinâmica do mercado e medirmos as influências positivas na balança financeira destes projectos e verificar:

a)- Que sectores se tornaram numa verdadeira alavanca à economia?

b)- Quantos postos de trabalho surgiram para acomodar principalmente os jovens?

Antes de qualquer outra aventura, temos de nos dedicar seriamente ao propósito.

Importaria, contudo, começarmos a avaliar os resultados intrínsecos, porque como é óbvio, seria uma boa oportunidade para perceber com quantos contar nesta fase crítica da nossa economia; Quantos estão à altura de retribuir com o seu capital na cobertura das zonas cinzentas desta crise que nos reduz a dieta diária?

O país precisa mover-se e identificar actores sérios e certos, assim como aprender com este apuro que nos "salga o estômago".

Os pressupostos seguintes devem ser tidos em conta neste exercício para a criação de equilíbrio, nomeadamente, o estímulo a empregos, pois há muitos que precisam, com ênfase aos jovens, além de dar-se oportunidades para a sua inserção em grandes projectos, geralmente compostos por produtores individuais, famílias, cooperativas de produção colectiva e outras, pois são estes que alimentam a grande indústria.

Devem-se criar iniciativas sem assimetrias, valorizando naturalmente os recursos e oportunidades próprias de cada contexto.

Diante da crise actual, os desafios aumentam, tanto para administradores como para administrados, o que requer um esforço maior e acções próprias, porque entre dar passos curtos e correr demais, precisamos avançar, porque o país deve caminhar.

É com os seus filhos e parceiros de boa-fé que isso deve acontecer, sobre pena de adiarmos para mais distante o nosso bem-estar.

2.4 Mais de 90 mil empresas foram constituídas pelo BUE em quatro anos

Jornal O País

31 De Janeiro de 2017

Texto: Borges Figueira

Cerca de 90 mil e 7541 micro e pequenas empresas foram constituídas pelo Balcão Único do Empreendedor (BUE) desde a sua criação em 2012 até finais de 2016, com destaque para os sectores dos comércio e prestação de serviços, informou ao Opaís nesta segunda-feira, em Luanda, o coordenador nacional da instituição, Carlos Lopes.

De acordo com o responsável, deste número 38 mil e 281 micro e pequenas empresas encontram-se licenciadas.

"A situação actual do BUE é de alguma intermitência no seu funcionamento, tudo porque estamos com alguns constrangimentos de ordem técnica. Refiro-me às comunicações, condição indispensável para o funcionamento do nosso aplicativo que é usado para o licenciamento de micro e pequenas empresas em todo o país", disse.

De acordo com Carlos Lopes, nos próximos dias será realizado um encontro metodológico sobre o Balcão Único do Empreendedor que tem como objectivos definir o quadro conducente ao seu relançamento mediante a redefinição da matriz de responsabilidades dos diversos departamentos ministeriais e serviços intervenientes. O objectivo específico é a aprovação do novo estatuto orgânico do BUE, ajustando-o aos desafios do segmento do micro-empreendedorismo, desonerar os encargos de constituição e licenciamento das micro e pequenas empresas, bem como a criação da unidade orçamental autónoma da coordenação nacional, visando responder o objectivo da sua criação.

"Estas medidas visam reafirmar o comprometimento firme das entidades intervenientes para a reoperacionalização efectiva da instituição", argumentou, Carlos Lopes, A coordenação nacional dos Bue's tem por finalidade dirigir em um sistema articulado e uniforme a gestão técnica e a coordenação metodológica de todos os balcões únicos do empreendedor aberto em todo território nacional. O BUE tem como finalidade a simplificação e desburocratização dos actos de constituição e licenciamento de micro e pequenas empresas, transformando as actividades económicas informais em actos de comércio formais. Neste sentido assentou fundamentalmente no impulso ao crescimento económico sustentável, visando a redução da pobreza, mediante a criação de novas oportunidades aos novos empreendedores aumentando os níveis de empregabilidades.

2.5 BNA cria provedoria do cliente no Huambo

Jornal de Angola

23 De Janeiro de 2017

Texto: Victória quintas

A província do Huambo vai contar ainda este ano com a Implementação de uma provedoria do cliente bancário Com a vista a salvaguarda dos direitos de todo o cidadão que possui cota aprovacionada em qualquer banco comercial que opera na região.

A informação foi avançada pelo governador do Banco Nacional de Angola, que durante dois dias efetuou uma visita de trabalho à província do Huambo. No Planalto Central, Válder Filipe da Silva presidiu a um fórum sobre prevenção e combate contra o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Sobre a criação da provedoria do cliente bancário, a entidade máxima do governo do Banco Nacional de Angola disse que a efetivação da mesma resulta do número excessivo de queixas relativamente a gestão dos bancos comerciais e a qualidade deficitária dos serviços que prestam ao cidadão na província do Huambo. Válder Filipe da Silva assegurou que tal situação será ultrapassada com a supervisão comportamental desses bancos a ser realizada regularmente pela delegação Regional do BNA.

A Provedoria bancária é uma instituição cuja função cinge-se na defesa dos interesses do cidadão que lida comercialmente com a banca comercial, sendo que,

de acordo com Vai ter Filipe da Silva, serão criados mecanismos a nível da Delegação Regional do BNA,

com sede no Huambo, para que o cliente quer a partir do telefone, quer a partir da Internet, ou ainda de forma presencial, apresente a sua queixa e prontamente o BNA responde ao cidadão e chama atenção ao banco em causa para que o direito do cliente seja repostado. "O que se pretende com tal medida é melhorar os serviços bancários, defender com dignidade o direito dos clientes e ajudar os bancos a prestar melhores serviços aos cidadãos", salientou.

Questionado sobre a problemática da escassez de divisas que o país enfrenta, o governador do Banco Nacional de Angola assegurou que esta a ser efectuado um árduo trabalho junto das instituições financeiras mundiais para tal momento menos bom seja ultrapassado o mais rápido possível. "Em colaboração com o Ministério do Comércio e o Ministério da Economia, conclui-se um programa para a disponibilização de divisas aos sectores considerados prioritários da economia, nos quais os operadores da província do Huambo, que realizam processos de importação, estão incluídos para que possam importar medicamentos bens alimentares, insumos agrícolas e matéria-prima para indústria", disse.

2.6 BDA avança com crédito para a juventude

Jornal O País

31 De Janeiro de 2017

Segundo informações avançadas à imprensa pelo, administrador do BDA, Carlos Panzo, os critérios de acesso ao crédito serão estabelecidos pelo banco (BDA), mas a concessão do dinheiro será por via do banco com quem negocia neste momento, pelo facto de a instituição estar desprovida de agências em todo país para atender os interessados.

A iniciativa do Executivo que visa financiar projectos para jovens empreendedores está orçada em Kz 4 mil milhões. O valor máximo a conceder por cada solicitante será o equivalente USD 200 mil.

O objectivo é financiar os mais diversos sectores da economia, dentre os quais, hotelaria e turismo e tecnologias de informação.

Pretende-se com esse programa dar cumprimento a algumas das solicitações feitas pela juventude durante o Fórum Nacional de Auscultação dos Jovens, realizado em 2013, no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento.

Os beneficiários deverão ter, dentre os requisitos básicos, ser angolano, e idade compreendida entre os 18 aos 40 anos de idade.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Vendedoras das Pedrinhas são transferidas

Jornal de Angola
04 De Janeiro de 2017

A Administração do distrito urbano do Rangel, no município de Luanda, vai transferir as vendedoras do mercado das Pedrinhas para o mercado dos Congolenses e para quintais localizados na rua Henrique Gago da Graça.

Segundo o administrador do distrito do Rangel Francisco Manuel Domingos, existem contactos avançados com os proprietários dos quintais. A intenção é colocar as vendedoras em lugares seguros e cómodos, com as mínimas condições de higiene.

A forma como é exercida a actividade na via pública, explicou o responsável, ocupando os passeios e as estradas, causa transtorno na circulação de automobilistas e peões. A Administração Distrital decidiu dar tratamento a esse assunto, porque não é salutar o exercício do comércio na via pública", disse. Acrescentou que as quitandeiras são as grandes produtoras de resíduos sólidos. "Depois da venda, que só termina depois das 22h00, a operadora responsável pela limpeza tanto da Lino Amezaga como das Pedrinhas enfrenta muitas dificuldades", salientou.

À semelhança do que se pretende fazer na Terra Nova, a Administração estudar medidas para melhorar a actividade mercantil na zona das Gajajeciras.

3.2 Vendedoras transferidas das estradas

Jornal de Angola
7 De Janeiro de 2017

Duzentas e cinquenta vendedoras, que comercializavam os seus produtos na rua Henrique Gago da Graça (Pedrinhas), no bairro da Terra Nova, Rangel, começaram a ser instaladas em quintais disponíveis nos arredores, noticiou ontem a Angop,

O administrador do distrito do Rangel, Francisco Manuel Domingos, considerou no final de um encontro com os proprietários dos quintais que a venda desordenada é um grande problema naquela

área e a disponibilidade destes espaços vem atenuar a carência de lugares para a colocação das vendedoras.

Francisco Manuel Domingos sublinhou que as autoridades distritais encaram com grande alívio, a abertura dos novos locais de venda, devendo-se fazer um esforço para que o significativo número de populares que insiste em vender nas estradas e passeios, dificultando assim a circulação automóvel e de peões, seja retirado das ruas.

Adiantou que a Administração do Rangel continua em contacto com outros proprietários de quintais para chegar a um compromisso para a transferência das vendedoras,' com vista a tornar a rua Lino Amezaga e a rua Henrique Gago da Graça transitáveis e sem aglomerados de resíduos sólidos. Neste momento, a Administração e o Comando de Divisão do Rangel da Polícia Nacional desencadearam uma campanha de combate à venda ambulante para desencorajar a sua prática naqueles locais, estando também previsto para breve um trabalho de terraplanagem na Rua das Pedrinhas. O distrito urbano do Rangel conta com os bairros da Terra Nova, Range! e Marçal.

3.3 Cavuquila e Zungueiras “brigam” por orla marítima de Cacucaco

Jornal O PAIS
11 De Janeiro de 2017
Texto: Domingos Bento

Doravante, fica proibida a venda de quaisquer produtos ao longo da orla marítima de Cacucaco que, nos últimos tempos, tem estado a registar acumulação de enormes quantidades de lixo, como fez saber o administrador local, Carlos Cavuquila, durante o primeiro encontro de auscultação das zungueiras.

Segundo o administrador, o lixo que é produzido na orla marítima é derivado do exercício da venda ambulante que é feita de forma desregrada e à margem das normas administrativas.

No entanto, por ser uma situação recorrente e que põe em causa a saúde dos utentes, já que o espaço é destinado a banhistas, turistas e moradores, Carlos Cavuquila pediu às zungueiras para não mais voltarem a comercializar produtos naquela superfície com vista a garantir maior higiene e conforto ao local. No encontro de auscultação que juntou mais de 100 zungueiras, o governante deu a conhecer que o município dispõe de espaços próprios para o exercício da venda ambulante. Entre os locais, Carlos Cavuquila apontou a zona de Cacucaco sede, bairros dos pescadores, Caope Nova, arredores do mercado

do Kifangondo, bairro Caelele, Funda, Caope Velha, Kikolo e zonado Maiombe. Nestes locais, o administrador assegurou que o exercício da venda ambulante tem acesso livre, desde que se faça de forma regrada, respeitando as normais administrativas do município. "Das zungueiras nós, administração municipal, só queremos colaboração. As normas existem e devem ser cumpridas. Ninguém está à margem da lei", frisou.

Por seu lado, Josefa Miguel, Esta é a caracterização actual das praia uma das zungueiras presentes, disse que a medida tomada pelo administrador municipal não faz sentido. De acordo com a comerciante, o lixo que é produzido ao longo da orla não tem origem no labor das vendedoras ambulantes' mas sim dos moradores dos arredores.

"Por várias vezes andei atrás da administração a solicitar um' espaço numa das feiras e nunca me deram. Se o administrador não nos quer ver a zungar na orla, então vamos trazer bancadas e fazer aqui a nossa feira. Também não podemos ficar em casa", atestou. Outra comerciante, Maria Jo. sé, afirmou que, à semelhança das outras colegas, todos os dias depois das vendas procura sempre deixar a zona limpa. Para ela, a acusação do administrador não corresponde à verdade. "Não somos nós que sujámos a orla. São outras pessoas. Por isso, não vamos sair do espaço. O administrador precisa de saber que, de vida à movimentação de pessoas, a orla é o único lugar onde podemos vender e ganhar". Mãos pesadas Em resposta ao desafio das zungueiras, Carlos Cavuquila prometeu ser implacável com todos os incumpridores por via de medidas e punições administrativas que, em último caso, pode terminar em prisão. Segundo aquele administrador, a orla marítima, que devia ser um espaço acolhedor, hoje é evitado por muitas pessoas devido ao cheiro nauseabundo e à sujeira que invadiu o local. "Se as pessoas nos desafiarem, nós vamos aplicar a lei não estamos a inventar nada. Por isso, estamos a partir para esse primeiro exercício de diálogo. Caso haja resistência vamos tomar as devidas medidas para que se perceba que estamos num país onde o cidadão, para além de ter direitos, também tem deveres", assegurou. Venda ambulante só mediante cartão Por outro lado, Carlos Cavuquila deu a conhecer que, doravante, todos aqueles que queiram efectuar a venda ambulante no município devem fazê-lo mediante cartão de membro. que está a ser tratado pelos serviços de fiscalização local. A ideia do cartão, segundo o governante, visa manter o controlo da actividade ambulatória que todos os dias cresce naquela municipalidade a norte da província de Luanda. De acordo com Cavuquila, todos aqueles que forem encontrados a vender sem cartão estarão

sujeitos a pagar uma multa na ordem dos 92mil kwanzas. "Os fiscais já não vão receber os negócios. Mas quem for apanhado a vender na rua, sem o cartão, vai ter que sujeitar-se ao pagamento de multas. Precisamos organizar o nosso município. E isso passa pela implementação e cumprimento efectivo das normas".

3.4 Mais de 200 vendedoras de pescado ganham novo espaço

Jornal O PAIS

11 De Janeiro de 2017

Texto: Brenda Sambo

As comerciantes que anteriormente vendiam à beira da estrada do mercado passaram a desenvolver as suas actividades no seu interior, com mais segurança e higiene.

A primeira fase do projecto de integração das comerciantes conta com um espaço para mais de 200 pessoas e um parque de estacionamento com capacidade para albergar cerca de 30 carrinhas de conservação do peixe, tendo sido entregue esta Segunda-feira pelo administrador do Cazenga, Nataniel Narciso, em alusão ao vigésimo terceiro aniversário do município.

Durante a entrega do espaço, Nataniel Narciso disse que o objectivo é tornar o local num mercado de referência a nível de Luanda. "Com este espaço, pretendemos transformar o mercado num local de referência, apesar que ainda haver muito trabalho a ser feito, mas o novo espaço vai permitir criar melhores condições de higiene e segurança para todos", referiu.

Actualmente, o mercado conta com mais de 2.250 vendedoras, algumas provenientes do antigo mercado Rock Santeiro, e inclui as áreas de pescado a grosso, venda de roupa de fardos, produtos de beleza, bebidas alcoólicas e outras bebidas.

Por sua vez, o administrador do mercado do Asa branca, Ezequiel João, disse que este, nos últimos anos, teve um grande crescimento em termos de infra-estrutura.

"Para além dos serviços já existentes, o mercado conta também com uma óptica para atendimento público, a 6ª Conservatória de Registo Civil de Luanda, assim como uma agência do banco de Poupança e Crédito (BPC) que, entre outros factores, tem permitido que os utentes do mercado realizem operações bancárias sem sair do recinto", explicou. Vendedoras satisfeitas com o novo espaço num

ambiente de alegria e festa, as vendedoras mostraram-se satisfeitas com o novo espaço.

Antónia Francisco, uma das mais antigas vendedoras do mercado, referiu que o local já apresenta alguma melhoria e que, com o novo espaço, se sente ainda mais feliz, pois apresenta melhores condições de higiene e segurança em relação ao antigo.

"Hoje o espaço é maior, é pavimentado em relação ao espaço da localização anterior", explicou. Paula Manuel, vendedora do mercado há mais de três anos, entende que, apesar de o novo recinto estar em melhores condições, é necessário haver mais espaço para o estrado (um componente que serve de bancada para colocar as caixas de peixe).

"É um lugar bonito, mas deveria haver mais de um estrado para caberem as caixas de peixe", disse. Por outro lado, explicou que as vendas têm sido favoráveis, pois consegue vender por dia mais de 200 caixas de peixe. Porém, reclama da subida do preço da caixa de peixe no Porto de Luanda. "Estamos a comprar a caixa de peixe no Porto de Luanda ao valor entre Kz 12. 000 e Kz 16.000 e só ganhamos por caixa Kz 500", queremos também que os preços baixem".

3.5 Cavuquila e zungueiras brigam por orla marítima de Cacuaco

Jornal O PAÍS

11 De Janeiro de 2017

Texto: Domingos Bento

Doravante, fica proibida a venda de quaisquer produtos ao longo da orla marítima de Cacuaco que, nos últimos tempos, tem estado a registar acumulação de enormes quantidades de lixo, como fez saber o administrador local, Carlos Cavuquilha, durante o primeiro encontro de auscultação das zungueiras.

Segundo o administrador, o lixo que é produzido na orla marítima é derivado do exercício da venda ambulante que é feita de forma desregrada e à margem das normas administrativas.

No entanto, por ser uma situação recorrente e que põe em causa a saúde dos utentes, já que o espaço é destinado a banhistas, turistas e moradores, Carlos Cavuquilha pediu às zungueiras para não mais voltarem a comercializar produtos naquela superfície com vista a garantir maior higiene e conforto ao local.

No encontro de auscultação que juntou mais de 100 zungueiras, o governante deu a conhecer que o município dispõe de espaços próprios para o

exercício da venda ambulante. Entre os locais, Carlos Cavuquilha apontou a zona de Cacuaco sede, bairros dos pescadores, Caope Nova, arredores do mercado do Kifangondo, bairro Caelele, Funda, Caope Velha, Kikolo e zona do Maiombe. Nestes locais, o administrador assegurou que o exercício da venda ambulante tem acesso livre, desde que se faça de forma regrada, respeitando as normais administrativas do município.

"Das zungueiras nós, administração municipal, só queremos colaboração. As normas existem e devem ser cumpridas. Ninguém está à margem da lei", frisou.

Por seu lado, Josefa Miguel, uma das zungueiras presentes, disse que a medida tomada pelo administrador municipal não faz sentido. De acordo com a comerciante' o lixo que é produzido ao longo da orla não tem origem no labor das vendedoras ambulantes, mas sim dos moradores dos arredores.

"Por várias vezes andei atrás da administração a solicitar único espaço numa das feiras e nunca me deram. Se o administrador não nos quer ver a zungar na orla, então vamos trazer bancadas e fazer aqui a nossa feira.

Também não podemos ficar em casa", atestou.

Outra comerciante, Maria José, afirmou que, à semelhança das outras colegas, todos os dias depois das vendas procura sempre deixar a zona limpa. Para ela, a acusação do administrador não corresponde à verdade." ao somos nós que sujámos a orla. São outras pessoas. Por isso, não vamos sair do espaço. O administrador precisa de saber que, devido à movimentação de pessoas, a orla é o único lugar onde podemos vender e ganhar".

Mãos pesadas Em resposta ao desafio das zungueiras, Carlos Cavuquilha prometeram ser implacável com todos os incumpridores por via de medidas e punições administrativas que, em último caso, pode terminar em prisão.

Segundo aquele administrador, a orla marítima, que devia ser um espaço acolhedor, hoje é evitado por muitas pessoas devido ao cheiro nauseabundo e à sujeira que invadiu o local.

"Se as pessoas nos desafiarem, nós vamos aplicar a lei. Não estamos a inventar nada.

Por isso, estamos a partir para esse primeiro exercício de diálogo. Caso haja resistência vamos tomar as devidas medidas para que se perceba que estamos num país onde o cidadão, para além de ter direitos, também tem deveres", assegurou.

Venda ambulante só mediante cartão Por outro lado, Carlos Cavuquila deu a conhecer que, doravante, todos aqueles que queiram efectuar a venda ambulante no município devem fazê-lo mediante cartão de membro que está a ser tratado pelos serviços de fiscalização local.

A ideia do cartão, segundo o governante, visa manter o controlo da actividade ambulatória que todos os dias cresce naquela municipalidade a norte da província de Luanda.

De acordo com Cavuquila, todos aqueles que forem encontrados a vender sem cartão estarão sujeitos a pagar uma multa na ordem dos 92mil kwanzas. "Os fiscais já não vão receber os negócios. Mas quem for apanhado a vender na rua, sem o cartão, vai ter que sujeitar-se ao pagamento de multas. Precisamos organizar o nosso município. E isso passa pela implementação e cumprimento efectivo das normas".

3.6 Governo confisca terrenos não explorados

Jornal O PAÍS

11 De Janeiro de 2017

Texto: Norberto Sateco

O director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Ambiente na Huíla, Lutero Campo, confirmou neste Domingo, 08, que o processo de expropriação de terras não aproveitadas pelos seus catuais proprietários estava em vias de começar.

"Nós só vamos seguir o que está estabelecido no artigo 69 da Lei de Terras e quem estiver à margem da lei será severamente penalizado", disse aquele responsável a OPAÍS, tendo alertado igualmente que não haverá excepção para quem quer que seja.

A medida, segundo a fonte, é de âmbito nacional e tem por objetivo disciplinar a classe camponesa e empresarial com vista a melhorar o aproveitamento dos solos disponíveis.

Na entrevista exclusiva concedida a este jornal, Lutero Campo garantiu que o Ministério da Agricultura será 'implacável' quanto ao cumprimento do estabelecido na Lei de Terras, inclusive, para detentores de cargos públicos e outras entidades civis e militares.

Disse também não compreender como é que existem requerentes com projectos não sólidos, sem estudo de viabilidade, a serem beneficiados com terras para um fim para o qual não estão habilitados.

Governo do Huambo aplaude a iniciativa O vice-governador da província para esfera inira-estrutural, em declarações à emissora pública, considerou "inadmissível" ver grandes parcelas de terras ocupadas por muitos anos sem que se aproveite para os fins requeridos.

"Estamos a ver os campos todos inundados de capim", disse.

Por seu turno, o director da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Gelembi, considera o processo de expropriação de "bastante complexo".

O responsável comunitário disse existirem muitos entraves decorrentes da forma como os mesmos terrenos foram ocupados ao longo dos anos.

'Os espaços foram ocupados em "top down", com cadastramento não actualizado e real', salientou a fonte, tendo acrescentado que este tipo de processo deve ser bem analisado com a devida seriedade, para que não sejam mais um processo "para inglês ver".

'Se a iniciativa for séria precisa de ir mais afundo das questões, de modos a afastar prováveis conflitos com o poder hierárquico', advertiu Gelembi.

Para o presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (UNACA), Albano Lussati, esta medida não irá afectar grande parte dos camponeses associados, pelo facto de a maioria dos implicados serem oficiais do exército e governantes.

'Uma vez que a ocupação de milhares de hectares tem sido registada, maioritariamente, por oficiais do exército, os nossos associados não serão atingidos e nós não estamos preocupados', precisou o presidente da UNACA. Lussati manifestou-se preocupado com o aumento do número de litígios de terras que envolvem os seus associados e certos dirigentes do país. 'Infelizmente registam-se nas comunidades rurais a ocupação de terrenos dos autóctones, de forma ilegal e abusiva, alegadamente por parte de detentores de cargos públicos', denunciou, tendo acrescentado que neste momento, está prevista a realização de uma mesa redonda para debater o assunto.

3.7 Mais de 200 vendedoras de pescado ganham novo espaço

Jornal O PAÍS

11 De Janeiro de 2017

Texto: Brenda Sambo

As comerciantes que anteriormente vendiam à beira da estrada do mercado passaram a desenvolver as suas actividades no seu interior, com mais segurança e higiene.

A primeira fase do projecto de integração das comerciantes conta com um espaço para mais de 200 pessoas e um parque de estacionamento com capacidade para albergar cerca de 30 carrinhas de conservação do peixe, tendo sido entregue esta Segunda-feira pelo administrador do Cazenga, Nataniel Narciso, em alusão ao vigésimo terceiro aniversário do município.

Durante a entrega do espaço, Nataniel Narciso disse que o objetivo é tornar o local num mercado de referência a nível de Luanda.

"Com este espaço, pretendemos transformar o mercado num local de referência, apesar que ainda haver muito trabalho a ser feito, mas o novo espaço vai permitir criar melhores condições de higiene e segurança para todos", referiu.

Atualmente, o mercado conta com mais de 2.250 vendedoras, algumas provenientes do antigo mercado Rock Santeiro, e inclui as áreas de pescado a grosso, venda de roupa de fardos, produtos de beleza, bebidas alcoólicas e outras bebidas.

Por sua vez, o administrador do mercado do Asa branca, Ezequiel João, disse que este, nos últimos anos, teve um grande crescimento em termos de infra-estrutura.

"Para além dos serviços já existentes, o mercado conta também com uma óptica para atendimento público, a 6ª Conservatória de Registo Civil de Luanda, assim como uma agência do banco de Poupança e Crédito (BPC) que, entre outros factores, tem permitido que os utentes do mercado realizem operações bancárias sem sair do recinto", explicou.

Vendedoras satisfeitas com o novo espaço um ambiente de alegria e festa, as vendedoras mostraram-se satisfeitas com o novo espaço.

Antónia Francisco, uma das mais antigas vendedoras do mercado, referiu que o local já apresenta alguma melhoria e que, com o novo espaço, se sente ainda

mais feliz, pois apresenta melhores condições de higiene e segurança em relação ao antigo.

"Hoje o espaço é maior, é pavimentado em relação ao espaço da localização anterior", explicou. Paula Manuel, vendedora do mercado há mais de três anos, entende que, apesar de o novo recinto estar em melhores condições, é necessário haver mais espaço para o estrado (um componente que serve de bancada para colocar as caixas de peixe).

"É um lugar bonito, mas deveria haver mais de um estrado para caberem as caixas de peixe", disse.

Por outro lado, explicou que as vendas têm sido favoráveis, pois consegue vender por dia mais de 200 caixas de peixe. Porém, reclama da subida do preço da caixa de peixe no Porto de Luanda.

"Estamos a comprar a caixa de peixe no Porto de Luanda ao valor entre Kz 12.000 e Kz 16.000 e só ganhamos por caixa Kz 500", queremos também que os preços Baixem".

3.8 Moto taxistas acusam Amostrang de desvio de verbas

Jornal O País

13 De Janeiro de 2017

Texto: Domingos Bento

O valor, que totaliza 600 kwanzas semanais, referente a 100 kwanzas/dias, não estará a ser revertido a favor dos motoqueiros que acusam os responsáveis da associação de uso endividado em benefício próprio. Conforme apurou o OPAÍS junto dos associados, a maior reclamação vem dos operadores que actuam nos municípios de Cacuaco, Belas e Viana, por serem, a nível de Luanda, os maiores pontos de concentração de moto-taxistas devido às dificuldades de táxis ainda reinantes no interior dessas zonas.

Os motoqueiros, que se dizem agastados com a situação, afirmaram que todos os dias são interpelados por fiscais da AMOTRANG que os obrigam a fazer o pagamento das quotas, sob pena de verem a sua actividade restringida, ou o meio apreendido. Conforme disseram, os valores são cobrados sob pretexto de serem revertidos em favor da caixa social da associação para, posteriormente, serem gastos em casos de doença, morte, danificação do meios e outras necessidades.

No entanto, alguns moto-taxistas, conhecidos também como Kupapatas, dizem que, mesmo tendo as quotas pagas, a associação não presta nenhum tipo de apoio quando a necessidade "aperta". Porém,

tendo em conta a situação, os operadores consideram que a direcção da AMOTRANG tem agido de má-fé, pelo que exigem maior transparência e respeito pela actividade que em todo o país conta, até ao momento, com cerca de 300 mil operadores.

O mais frustrante, dizem os queixosos, é a atitude dos fiscais da associação que agem com brutalidade no acto da cobrança das quotas. Segundo Paulino Zeferino, moto-taxista da zona da Vidrul, em Cacuaco, os fiscais, munidos de facturas e outros meios, chegam cedo às paragens para exigirem os valores do dia.

"São rápidos a cobrar. Mas na hora de nos ajudar, quando precisamos, fazem-se de surdos. Eu próprio já passei por várias situações e nunca vi nenhum apoio da AMOTRANG, apesar de pagar diariamente a minha quota. Fico triste com isso, porque vejo que não estou a fazer nada, não adianta continuar a pagar", desabafou.

Também inconformado com a situação, Lucas Domingos, operador da zona do 11 de Novembro, município de Belas, disse já ter desistido de pagar a quota por algum tempo. Mas teve de retornar ao pagamento devido à pressão dos fiscais que lhe apreenderam a motorizada enquanto exercia a actividade. "O problema é que eles (os fiscais) não deixam a pessoa trabalhar à vontade. Ou pagas ou então és impedido de trabalhar. Mas na hora de precisares de ajuda, eles não prestam nenhum apoio. Afinal onde é que põem os valores?"

Já Jacinto Belém, moto-taxista da zona da Estalagem, município de Viana, frisou que, recentemente, perdeu um filho e não teve ajuda da associação, apesar de ter pago as quotas diárias. "Assim que o miúdo faleceu falei com os fiscais da nossa área, mas eles só me fizeram promessas. Não ajudaram em nada. Todas as despesas foram custeadas pela minha família porque nessa vida de kupapata não se ganha nada. A gente paga por algo que não tem retorno".

Ajuda só mediante pagamento regular das quotas

Contactada por OPAIS, a AMOTRANG, por via do seu delegado, Edson Leitão, fez saber que as ajudas são prestadas apenas aos motoqueiros associados e que têm as quotas devidamente pagas. Segundo o líder associativo, os valores pagos diariamente pelos moto-taxistas, que não têm carácter obrigatório, são canalizados para a caixa social da organização e só saem de lá quando o associado tem algum problema de saúde, morte ou outras situações que o impeça de exercer a actividade.

De acordo com Edson Leitão, não é verdade que a AMOTRANG não preste ajuda a quem é de facto associado. "Todos os moto-taxistas cumpridores das normas são ajudados. Quem disser que não, está a mentir. Só não é ajudado o indivíduo que se furta a pagar as quotas. É urna questão de justiça".

O delegado da AMOTRANG atestou ainda que muitos moto-taxistas passam o tempo todo a fugir da associação e só se lembram dela quando estão em momentos de apuros. Estes, conforme acusou, é que saem à rua a "denegrir" o trabalho feito pela "sua associação".

"Temos conhecimentos que algumas pessoas, que nem são nossos associados, são influenciados por certos indivíduos para denegrir a nossa actividade. Mas o nosso trabalho é claro. Os dinheiros recolhidos diariamente são bem aplicados a favor dos nossos associados", atestou.

Edson Leitão fez saber que, além da cobrança, a sua agremiação está ainda preocupada com o bem-estar dos moto-taxistas. Por este motivo é que desde 2014 está em curso, em todas as províncias, um processo de formação sobre o Código da Estrada, formação ministrada por técnicos da AMOTRANG em parceria com as direcções provinciais de Viação e Transito. A ideia, segundo avançou, é dotar os seus associados de conhecimentos práticos sobre os regulamentos do Código da Estrada para que os mesmos exerçam a actividade de forma responsável.

3.9 Economia informal é diferente da ilegal

Jornal de Angola

18 De Janeiro de 2017

Texto: João Dias

O livro "Economia Informal - caso de Angola", da autoria de Francisco Queiroz, é lançado hoje em Luanda, na União dos Escritores Angolanos (UEA).

A obra, cujo objecto de estudo é a identificação das causas, características e o modo de manifestação da economia informal em Angola, é resultado de uma dissertação de mestrado feita em 1996 na Universidade Clássica de Lisboa e que, de lá para cá, o autor aguardou por alterações profundas no domínio político, económico e social no país para que o publicasse numa perspectiva mais coincidente com o actual contexto do país.

Numa abordagem que foi adoptada com a finalidade de contribuir para o enquadramento institucional das potencialidades deste sector nas políticas públicas de desenvolvimento económico e social, o autor procura abordar o tema numa linguagem mais plana, suavizada e acessível, para que todos compreendam o que é a economia informal e seus meandros.

O livro traz ao de cima um conceito que se mostra universal e válido aqui e em toda parte. Com seis capítulos e 261 páginas, a obra traz no seu primeiro capítulo uma abordagem sobre as muitas terminologias em tomo da economia informal. O autor investiga 32 terminologias que estão expressas no livro.

"Mas não são apenas estas 32 terminologias usadas na literatura. Existem muito mais", disse o também ministro da Geologia e Minas ao Jornal de Angola.

No segundo capítulo, o autor faz uma delimitação teórica da economia informal e sugere que não se deve confundir o conceito de economia informal com o de economia ilegal, por serem questões diferentes. Mas sugere também não se confundir a economia informal com a economia tradicional, e lembrou que esta última é anterior ao sistema económico moderno trazido pela potência colonizadora, o que gerou um conflito latente com o sistema trazido pelo colonialismo. "Quando cá chegaram já nos encontraram com os nossos sistemas económicos". Porém, disse, a esta realidade sobrepujaram outras realidades, como a cultural, social, técnica, entre outras.

Francisco Queiroz propõe uma solução de tratamento da economia tradicional que passe pelo mesmo quadro com que deve ser vista e tratada a economia informal. O livro refere que a economia tradicional, que do ponto de vista espiritual assenta no animismo, é baseada numa matriz comunitária ou comunitarismo, cuja solidariedade é ti da em grande linha de conta. Essa economia tem outros tipos de valores diferentes dos valores modernos.

"Em termos de tratamento quer da economia informal quer da tradicional proponho que se dê a mesma solução, que é a de conceber um sector não estruturado da economia e que funcione ao lado da estruturada e que deve ser vista numa perspectiva macro e estrutural, olhando para uma visão evolutiva", disse Francisco Queiroz, "Proponho, em termos de enquadramento, que estas duas economias caminhem lado a lado para a sua integração na economia oficial", acrescentou.

Para isso, refere, o papel do Estado e da legislação são fundamentais. Mas aponta também a necessidade

da desburocratização e celeridade no enquadramento dos agentes da economia informal ou tradicional. "Todos estes factores são fundamentais para não os afastar, mas sim para aprofundar a confiança, o que pode levar todo o sector não estruturado da economia a ser incluído na economia formal ou estruturada", disse. Mas, referiu, a educação é fundamental.

No terceiro capítulo, o autor traz à discussão a relação do Estado e a economia informal na actualidade. Neste capítulo faz uma incursão histórica entre aquilo que foram as relações entre o Estado socialista, o mercado informal, o mercado paralelo e faz um lembrete sobre o que foi o chamado "esquema", que viria a ser a porta aberta para a corrupção.

Neste capítulo, o autor enuncia a importância da economia informal em Angola. Neste sentido, o emprego é o grande beneficiário, pois em cada 100 empregos criados, 69 por cento são da economia informal. "É forte este sector", disse, afirmando' que outro sector em que incide à importância da economia informal é o sector do comércio, construção informal e o transporte informal de pessoas e bens.

O que a obra pretende propor é fazer um enquadramento destas economias numa perspectiva macroeconómica. O objectivo do autor é evitar que se olhe para a questão de modo fragmentado ou isolado. O que pretende é que se olhe para a economia informal e tradicional como um todo. E até para questões tributárias e de fiscalidade fala na necessidade de enquadramento destes sectores da economia para que contribuam para o PIB.

Fala da resiliência dos agentes que fazem parte da economia formal e tradicional, sublinhando que têm potencial e grande capacidade para contornar situações de crise.

No sexto capítulo, o autor menciona as vias para o enquadramento institucional do sector não estruturado da economia e os instrumentos a serem utilizados para que tal seja possível. Pode contar-se com o INAPEM, por exemplo, e não é preciso a criação de novos instrumentos e institutos. Os que existem bastam. A Constituição da República de Angola de 2010, com uma Constituição Económica forte e abrangente, a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas serviram de base para o trabalho do autor, assim como o Decreto Presidencial que aprova o Programa de Reconversão da Economia Informal, Lei 84/14 de 24 de Abri I e o censo da população realizado em 20 14.

3.10 Economia Informal em livro lançado hoje

Jornal O PAÍS

18 De Janeiro de 2017

Texto: Brenda Sambo

Sob a chancela da editora Almedina, a obra reúne 210 páginas e é subdividida em seis capítulos. De acordo com Francisco Queiroz, trata-se de uma obra científica que procura enriquecer questões ligadas à "diferença entre a economia tradicional e informal", assim como a "relação entre o Estado e a economia informal", ou seja, procurar-se saber de que forma o Estado se relaciona com o sector informal e determinar a "importância do sector informal na economia", assim como a "quantificação da economia informal" e, por último, as "vias do enquadramento da economia informal" no formal, para o qual o autor apresenta soluções.

Em entrevista a OPAÍS, Francisco Queiroz, disse que a obra resulta do trabalho de fim de curso do mestrado, realizado em 1996 e que, no entanto, não foi publicado anteriormente por falta de dados estatísticos suficientes pois nessa altura acreditava que o país passaria por mudanças económicas e políticas. "Com os dados estatísticos do censo populacional realizado em 2014, assim como a aprovação da nova Constituição foi possível reelaborar e reorganizar o trabalho do ponto de vista dos capítulos e da sistematização interna, tornando-o mais actual e consentâneo com realidade actual", sublinhou

Francisco Queiroz explicou que a economia informal muitas vezes é confundida, por exemplo, com o tráfico de droga, o que, para o autor, é uma venda ilegal e não economia informal, acrescentando, porém, que a "economia informal não é um caso de polícia, mas sim de política económica e estratégia económica".

O autor estabelece também a diferença entre a economia informal e a economia tradicional, ou seja, economia do campo que é a mais antiga e também abundantemente praticada no país, pois, para o docente, cerca de 80% da população angolana ainda se dedica a este tipo de economia.

"A economia tradicional é a mais antiga, mesmo os colonos quando chegaram à terra que é hoje Angola já a encontraram, com a sua própria ideologia, que continua presente nos dias de hoje, pois cerca de 80% da população angolana ainda se dedica a esse tipo de actividade", referiu.

Por outro lado, Queiroz defende a necessidade de se dar melhor tratamento tanto à economia tradicional como à economia informal.

O livro define economia informal como um sector "económico não estruturado" para o diferenciar do sector económico estruturado que é a economia formal.

Referiu que o livro não servirá apenas à comunidade académica, mas também poderá ser lido e entendido pelo leitor comum.

A obra constitui uma realização conjunta da União dos Escritores Angolanos e da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN).

3.11 A economia informal

Jornal de Angola

19 De Janeiro de 2017

Vivemos na era do conhecimento, em que são sempre bem-vindos os contributos de académicos à solução de muitos problemas da sociedade. É bom que um país tenha quadros que se preocupem com a vida dos cidadãos e que, por via dos seus conhecimentos, procurem dar soluções a problemas complexos que ocorrem nas nossas comunidades. É de louvar o facto de docentes universitários de diferentes instituições de ensino superior angolanas estarem a fazer reflexões diversas sobre vários assuntos ligados à vida da nossa sociedade. Os académicos, pelos seus conhecimentos, têm um papel relevante a desempenhar na nossa sociedade. A solução de problemas complexos devem contar com a contribuição daqueles cidadãos que, pelas suas competências e habilidades, estão em condições de ajudar o país a crescer.

As universidades são instituições de ensino que devem estar alinhadas com o processo de desenvolvimento dos países. Os quadros superiores devem constituir-se em mais-valias para ajudar o nosso país a progredir.

Não há desenvolvimento nuns países sem quadros altamente qualificados que produzam ideias, que venham depois a concretizar-se em soluções para os problemas. Um prestigiado professor universitário angolano de Direito Económico, Francisco Queiroz, escreveu uma obra sobre a economia informal em Angola, que, na opinião de muitos académicos, pode suscitar debates necessários à volta de um assunto que tem a ver com a vida de muita gente. É positivo que haja docentes universitários a escrever sobre

questões que preocupam a sociedade e que sugerem soluções para os problemas.

Deve-se incentivar os académicos a fazerem investigações, a fim de que estes possam contribuir para que a sociedade viva cada vez melhor. A comunidade científica do nosso país é um segmento que não deve ser ignorado. Os académicos que se dedicam à investigação científica devem ser apoiados pelo Estado. O conhecimento pode gerar bem-estar, por via do trabalho dos nossos técnicos, e faz sentido que haja também políticas públicas de apoio à investigação científica para que haja cada vez mais angolanos a trabalhar em prol do progresso do país.

É importante ouvir os quadros nacionais. É felizmente temos já muitos quadros nacionais de elevada competência. Francisco Queiroz, autor do livro "Economia Informal - caso de Angola", apresenta propostas e uma das suas propostas deve ser motivo de reflexão.

Diz Francisco Queiroz, docente universitário há muitos anos, que "em termos de tratamento, quer da economia informal, quer da tradicional, proponho que se dê a mesma solução, que é a de conceber um sector não estruturado da economia e que funcione ao lado da estruturada."

Francisco Queiroz faz uma abordagem sobre uma economia, a informal, que cria o maior número de postos de trabalho, pelo que vale a pena estudar as suas reflexões, a fim de que se possam encontrar soluções viáveis para muitos dos nossos problemas.

O estudo daquele professor universitário surge num momento em que estamos todos empenhados em diversificar a nossa economia. Tendo a economia informal um peso considerável na nossa sociedade, importa que se estude com maior-atenção este fenómeno na perspectiva de se produzirem no futuro políticas que possam ajudar a resolver os problemas das nossas comunidades que estão integradas na economia informal.

Foi bom que Francisco Queiroz tenha aproveitado a sua longa experiência como professor de Direito Económico e como investigador para verter em livro um assunto que certamente vai suscitar o interesse de professores e estudantes universitários e dos cidadãos em geral.

É positivo que haja mais angolanos a debruçarem-se sobre a economia, particularmente nesta fase de crise económica e financeira. Em que procuramos todas as soluções para os problemas que temos. E os problemas não são poucos, pelo que importa que haja muitos académicos a fazer investigação científica

sobre assuntos diversos. Queremos todos evoluir para uma sociedade de prosperidade. E a prosperidade consegue-se por via do conhecimento. Temos de apostar na investigação científica, para melhorarmos a nossa qualidade de vida. Os técnicos são um segmento que tem um papel crucial a desempenhar na construção do nosso, bem-estar. Sem quadros altamente qualificados não teremos progresso. E por isso que devemos apostar permanentemente na qualidade do nosso ensino, para que posamos ter quadros de elevada competência.

Temos de ter universidades e escolas superiores de excelente qualidade.

Só a excelência nos levará a ter um país bom para se viver. A qualidade de vida surge se houver muito trabalho e muita competência. Os nossos técnicos superiores devem estar atentos à nossa realidade. Devem estudá-la, para poderem ajudar o país a sair das dificuldades em que se encontra. Os problemas que temos podem ser resolvidos. Temos de ser optimistas.

Com trabalho e conhecimento podemos resolver muitos dos nossos problemas, em vários domínios.

3.12 Vendedores dispõem de novo recinto

Jornal de Angola
19 De Janeiro de 2017

Administração do Distrito Urbano do Rangel colocou terça-feira à disposição das vendedoras das ruas das pedrinhas (Henrique Gago da Graça), Lino Amezaga, Algarve e Alentejo, um segundo recinto para a comercialização de produtos.

Em declarações à Angop, o administrador do Rangel, Francisco Manuel Domingos, disse que a transferência está a ser feita de forma paulatina, para garantir uma integração ordenada de tais pessoas nos novos recintos.

O administrador revelou um acordo com o proprietário de um novo recinto, o qual deve ser posto à disposição das vendedoras para que ocupem espaços e montem bancadas de forma organizada.

Francisco Manuel Domingos acrescentou que a Administração da Terra Nova está orientada para fazer o cadastro de todas as vendedoras e definir o espaço disponível para cada uma e para contemplar o maior número possível de pessoas.

Esta primeira fase é a da organização de todo o processo de instalação, para posteriormente se definirem os valores que cada vendedora terá que pagar, à

semelhança do que acontece em outros mercados, disse o administrador.

Além deste recinto, com capacidade para mais de mil pessoas, existe outro onde foram instaladas algumas vendedoras que comercializam perecíveis, uma vez que a Administração pretende recintos definidos, uns para frescos e o demais para outras mercadorias como secos, enlatados, roupas usada e verduras", explicou o responsável.

Fruto deste trabalho, prosseguiu o responsável, a rua Lino Amezaga já tem uma outra imagem, porque grande parte do lixo que ficava na estrada era produzido por esses vendedores, um quadro invertido e com os peões a 'circularem sem grandes constrangimentos.

Francisco Manuel Domingos anunciou que, com a saída das vendedoras, teve início um trabalho de terraplanagem da rua das pedrinhas e a abertura de uma vala de drenagem para o escoamento das águas paradas, porque o grande objetivo é tomar essa via transitável, para poder desafogar o trânsito na Avenida Deolinda Rodrigues. O Rangel tem um território estimado em 6,2 quilómetros quadrados e cerca de 261 mil habitantes, distribuído pelos bairros do Rangel, Marçal e Terra Nova (sede distrital).

O distrito esta limitado a Oeste pelo distrito da Ingombota, a Norte pelo Sambizanga, a Este o município do Cazenga e a Sul pelo distrito da Maianga e pelo município do Kilamba Kiaxi.

3.13 Grande parte do comércio é feito informalmente porque o circuito oficial é deficiente

Jornal Expansão
20 De Janeiro de 2017
Texto: Félix Abias

Qual a proposta do livro Economia informal - O caso de Angola?

Fazer um enquadramento institucional da economia informal.

Mas atenção, ao dizer "enquadramento institucional" não estou a fazer apologia à "administrativização" da economia informal, ou seja, não é agarrar nesta economia e exigir papéis, burocracias, o Estado... A experiência mostrou que eventuais actos desta natureza não produziram efeitos. A primeira coisa que proponho é adquirir da economia informal uma compreensão de "sector não estruturado da economia". A nossa economia tem um sector estruturado, bem conhecido e que vai crescendo cada

vez mais, pois temos uma economia de mercado. Mas continuamos a ter uma economia não inserida nos programas e políticas do Governo, que eu proponho que se chame de "economia não-estruturada". Porquê? Para termos um instrumento de visão macroeconómico que nos permita a partir dessa visão e encontrar as soluções da economia informal para a formal.

E porquê "não-estruturada"?

Porque permite resolver dois problemas: o do enquadramento da economia informal e o da economia tradicional. Primeiro, é preciso o reconhecimento jurídico-legal desse sector. Teria que haver um diploma que desse existência legal ao sector não estruturado e, a partir daí, actuar no domínio jurídico-legal, com leis a aprovar ou a ajustar. Estou a lembrar-me que o Código Civil não precisaria de muitas alterações, aliás, daria resposta a qualquer tipo de relação económica uma vez que os contratos são livres. Mas a legislação económica precisaria de ser ajustada. Temos a lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, que foi um grande avanço, e que pode servir para actuar no sector não estruturado da economia.

O livro traz conceitos de economia tradicional, informal e ilegal. Quais as diferenças?

A economia tradicional é a que resulta da nossa tradição ancestral e ela manifesta-se nos domínios políticos, religioso, económico e social, como a agricultura familiar, na produção industrial artesanal e a criação animal. A economia ilegal é aquela que é frontalmente contra a lei, como o tráfico de diamantes, de drogas e de seres humanos, e não a podemos confundir com economia informal, que é um conjunto de acções socialmente admissíveis, realizadas à margem das regras jurídico-económicas, com prejuízos nos indicadores macroeconómicos. Ou seja, não conta para o PIB e não faz parte do juízo de inflação, embora o Estado vá a este sector buscar dados que lhe permitem fazer leitura e definir realisticamente a inflação.

Na verdade, essa economia prejudica a avaliação rigorosa da inflação, porque uma coisa é inflação medida com dados da economia oficial, outra coisa é a realidade em que a economia informal é que domina. Geram-se conflitos entre os dados.

A economia tradicional e informal soam à mesma coisa. Além de outros aspectos que as aproximam, ambas não contam para o PIB...

Não é a mesma coisa. Mesmo não participando no PIE, a tradicional não se torna informal por causa

disso. Não se pode apelidar de um adjectivo pejorativo quando a culpa não é dela. A culpa é de quem nas instituições do Estado não consegue estabelecer uma correcta relação desse sector de modo a colocá-lo nos programas. Não posso penalizar os agentes da economia tradicional, mesmo até os agentes do sector informal, quando eu é que tenho a capacidade e o dever constitucional de incluir todos.

A nossa Constituição económica ao consagrar a economia de mercado, criou um ambiente inclusivo. Enquanto Estado, tenho de incluir todos, e se não estou a fazê-lo, não é culpa dos tradicionais. Tenho que criar condições, e esse esforço está a ser feito.

Fala também do Programa de Reforma da Economia Informal.

É um outro diploma legal que já existe e que tem características financeiras, foi aprovado em 2014 para vigorar até 2017, e previa um montante no valor de 4 bilhões e cem milhões de Kz para ser destinado a acções conducentes à reconversão da economia informal. Infelizmente houve a crise e não foi possível destinar esse valor, que deveria ser gerido pelos ministérios das Finanças e da Economia.

Foi ainda criado outro instrumento há pouco tempo, no domínio do Direito Comercial, dando a possibilidade de criação de empresas unipessoais. Quer dizer que, sozinho, um indivíduo pode criar uma "empresa sociedade".

Esta possibilidade é claramente uma facilidade que se abre aos agentes da economia informal, para que se tornem empresários. E depois a própria Lei Geral do Trabalho, aprovada em 2015, com bastantes alterações e muito mais flexível, também foi um avanço grande no domínio das relações jurídico-laborais, mas para ser aplicada no sector não-estruturado, talvez devesse ser ainda mais flexível.

De que forma?

Sendo o sector que gere mais empregos, e de uma forma muito directa, baseada muitas vezes em laços de confiança, em avaliações subjectivas, entre outros, as regras teriam que ser mais flexíveis, o próprio poder do empregador em relação ao empregado deveria ser adaptado a uma dinâmica diferente do trabalho. Porque há uma mobilidade grande de trabalhadores neste sector. Era preciso reflectir isso na legislação laboral. Se não se tiver este alcance de facilidade, ninguém adere. O papel do Estado era o de acompanhamento, primeiro para conhecer trabalhos dessa natureza, através de pesquisas financiadas e também de formação. É através da

formação que se vai sair da economia não-estruturada para a estruturada. E o Estado é o que está capacitado para orientar isso. O Estado também tem que quantificar os agentes da economia. O Instituto Nacional de Estatística (INE) tem que quantificar o sector não-estruturado, tendo em conta a noção científica correcta do que é economia informal, porque os erros de quantificação são muitos quando não se conhecem os conceitos.

3.14 O Sector informal não é um problema de polícia, é um problema de política.

Jornal expansão

20 De Janeiro de 2017

Texto: Félix Abias

O País ganha ou perde mais com a forma como é actualmente gerida a situação do mercado informal?

Perde muito mais. Se fizermos as contas ao dinheiro que circula neste sector, vamos ficar espantados, quer em termos de fluxo financeiro quer em termos de obrigações tributárias. Se isto estivesse enquadrado devidamente na economia oficial, de certeza que o Estado iria arrecadar muitos mais receitas fiscais do que as que está a arrecadar. O Programa da Reforma Tributária tem esta vocação, a de alargar a base tributária do País. Está concentrada no sector oficial da economia, mas é também necessário que o sector informal tenha soluções conducentes a pagar imposto. Até pode não ser muito, aliás, nem podemos ter ambição de cobrar muito no início. Primeiro, é necessário criar o hábito, ou seja, num primeiro momento tem que se estabelecer uma relação de confiança entre agentes informais e o Estado.

Gerada esta relação de confiança, o Estado pode depois paulatinamente conduzir o sector para a formalização.

O Ministério da Geologia e Minas é prejudicado pela economia informal?

Este sector é igual a qualquer outro em termos de prejuízos em relação à economia formal, não é por ser da Geologia e Minas que somos diferentes.

Quais os factores que levam a que parte considerável da economia angolana se desenvolva fora dos circuitos e regras oficiais?

Há razões culturais muito fortes. Ainda estamos muito agarrados a hábitos da economia dos nossos ancestrais. Temos hábitos que não são da economia

moderna. É muito fácil para cada um de nós encarar o acto informal, porque temos esta cultura. Mas outros países já ultrapassaram esta cultura. Esta é mais uma razão para encararmos este sector da melhor forma.

Os manuais escolares, que deveriam ser distribuídos gratuitamente, são comercializados no sector informal, tal como as divisas aparecem nas ruas, quando os bancos dizem não as ter. São fragilidades do sector formal?

Claro que sim, caso contrário não existiriam actividades paralelas. Há de facto um espaço no circuito formal que permite a entrada da economia informal, e enquanto existir espaço de intervenção, a economia informal vai, com certeza, ocupá-lo.

Quer dizer que por um lado temos o Estado que quer formalizar a economia, mas por outro, agentes do Estado que alimentam a economia informal. Como resolver isso?

Primeiro é preciso dizer que a economia é feita pelos agentes económicos e não pelo Estado. O Estado cria as políticas e programas, mas depois deixa para os agentes económicos. Os agentes económicos, por razões históricas, não estão ainda, nem em número, nem em qualidade, capacitados para preencherem esse vazio. No dia em que tivermos centenas de grandes superfícies comerciais, com capacidade para cobrir todo o País, não daremos espaço à economia informal. Conhecemos países como Namíbia ou Portugal e vemos que o espaço para a economia informal é reduzido. E essa competição que tem que se fazer. O sector empresarial da economia formal tem que competir com o sector informal de modo a não lhe dar espaço, e o Estado tem que ajudar os agentes do sector formal a expandir-se. Por isso é que quando ouço ataques a empresários julgo não ser uma atitude conducente ao crescimento. Quanto mais ricos tivermos, e mais gente com capacidade financeira, melhor para o País, tanto do ponto de vista da arrecadação de riqueza como da formalização da economia.

Sobre esses empresários, ou ricos, fala-se mais deles pela forma como adquirem a riqueza e não exactamente pelo que têm.

E tudo misturado. Existe o protecçãoismo. As grandes empresas de referência e famílias dos Estados Unidos, por exemplo, foram feitas com protecçãoismo.

No início dos países, se não se faz protecçãoismo nacional, deixa-se a economia para os estrangeiros. Porque os estrangeiros têm muito poder, vêm, instalam-se e os países que antes eram colónias,

passam a ser neocolónias. Por isso é necessário algum protecçãoismo. E preciso, porém, que haja oportunidades mais alargadas para muito mais gente. Mas este protecçãoismo inicial deve ser feito para garantir a soberania. Os países asiáticos que hoje são grandes potências, como a Coreia do Sul, o Japão e a China, tiveram esse movimento inicial direccionado, e são eles que mandam nos seus países. Precisamos ter esta noção, e uma forma estratégica, mas que seja uma visão mais justa de alargar o leque. O nosso país tem recursos e temos que ser nós a estar à frente deles.

E a violência? A abordagem dos fiscais às 'zungueiras' termina muitas vezes em tragédia.

O problema do sector informal da economia não é um problema de polícia, é um problema de política, e política macroeconómica, de olhar para o sector como importante e encontrar soluções. Espero que sublinhem isso, não é para perpetuar a economia informal e tradicional, é para resolver de uma forma sustentada e encontrar uma solução de enquadramento na economia formal, porque tem um potencial enorme. Se se conseguir com medidas estruturais levar este potencial para as políticas de crescimento e desenvolvimento, teremos soluções até para a diversificação, e receitas fiscais enormes.

3.15 Actividade informal tem queda gradual

Jornal de Angola
20 De Janeiro de 2017

O processo de diversificação da economia em curso no país contribui de forma gradual para a redução da actividade Informal, por dar oportunidade de emprego a alguns agentes económicos deste sector, afirmou, na quarta-feira, em Luanda, o economista Manuel Nunes Júnior.

Ao falar à imprensa, na sequência da apresentação do livro "Economia informal - o caso de Angola", de Francisco Queiroz, actual ministro da Geologia e Minas, referiu que, com o desenvolvimento do sector agrícola, da agro-indústria e de outras áreas de produção no país, cresce o número de empregos, absorvendo a maior parte dos agentes do mercado informal.

O antigo ministro de Estado para a Coordenação Económica afirmou que, por não ser regulada pelo Estado, a economia informal não cumpre as suas obrigações tributárias e como consequência os rendimentos desta actividade não são incluídos nas estatísticas do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A actividade do sector informal geralmente é caracterizada por pequenas escalas e poucos avanços tecnológicos, sem exigências e instruções, deixando de trazer o desenvolvimento económico sustentável de No entender do economista Manuel Nunes Júnior, o que faz com que os países se desenvolvam de forma sustentável são os sectores que produzem bens e serviços capazes de proceder à inovação constante da tecnologia, das ideias e do conhecimento científico. "O único facto que determina o crescimento dos países é a inovação constante das ideias e do conhecimento", disse Manuel Nunes Júnior,

Baseando-se nos dados do Censo Populacional 2014, Manuel Nunes Júnior disse que este documento conclui que existe em Angola 24 por cento da população activa desempregada, e a maior parte da qual recorre ao mercado informal para garantir a sua sobrevivência Um livro sobre a economia informal Lançado na quarta-feira, o livro "Economia informal- o caso de Angola" tem 209 páginas e retrata as causas, consequências e características da informal idade económica no país e aponta os caminhos que devem ser seguidos para os agentes económicos informais deixarem esta prática que não contribui para o crescimento e desenvolvimento nacional. O livro inclui uma análise da relação entre a economia formal e.

Informal num determinado período em Angola, com uma procura social muito forte e articulação do Estado para encontrar resposta a este desafio.

A outra característica da obra é a forma como o autor assumiu a discussão entre vários escritores da África, Europa e América Latina, deixando em aberto a possibilidade de o leitor fazer o seu juízo de valor sobre as questões tratadas.

Na conclusão da pesquisa, Francisco Queiroz sugere a necessidade de um trabalho intenso de consciencialização da sociedade, em geral, e da classe política, em particular, sobre a importância e o papel que os agentes do sector informal podem desempenhar no processo de desenvolvimento, antecipando e trazendo para a agenda actual um tema de grande importância.

O autor diz que a obra pretende orientar os agentes da economia informal a escolherem o sector económico formal como a opção mais certa e desejável para o desenvolvimento socioeconómico do país.

"Para um país se desenvolver não pode haver informalidade permanente ou perpétua, apesar das necessidades de cada agente económico, mas a

questão em causa deve ser encarada como um momento transitório que deve evoluir paulatinamente para economia formal", afirmou Francisco Queiroz.

3.16 Administrador do Cazenga carrega produtos das vendedoras no mercado Asa Branca

Jornal A Republica

20 De Janeiro de 2017

Texto: Adriano Sobrinho

Quarta-feira, 11 de Janeiro' foi uma data triste e preocupante para as vendedoras de livros no mercado Asa Branca. Segundo testemunhas no local, Tony Narciso, Administrador Municipal do Cazenga, munido de polícias e de outros agentes, carregou em dois camiões os produtos das vendedoras que se encontravam na "casa de processo", local onde as lesadas têm guardado as suas mercadorias. Eram aproximadamente 11hOO AM quando tudo aconteceu. Muito pânico e aflição perturbaram o recinto, já que estão em marcha as matrículas e o aproximar das aulas do presente ano lectivo. "Tony Narciso devia preocupar-se mais com os problemas prioritários que afligem o município do Cazenga. Estradas completamente degradadas; a falta de saneamento básico em muitos bairros daquela circunscrição; a falta de ruas e estradas secundárias e terciárias, e sem iluminação pública em muitos locais importantes, etc" disseram algumas vendedoras completamente agastadas com o sucedido. "A questão dos livros tem a ver com a Educação e nunca com o Administrador do Cazenga, que procura mostrar trabalho dentro da sua incompetência, substituindo aqueles a quem o direito compete: reforçaram outras. É de notar que as vendedoras compram os livros aos indivíduos ligados à Educação, que aí se deslocam nas "horas mortas": muito cedo, para poderem se desdobrar e não serem vistos por muita gente. São geralmente pessoas bem colocadas na superestrutura do Ministério da Educação, numa rede bem arquitetada fazendo com que os livros cheguem sempre a este e outros mercados para serem." Comercializados. Cabe a quem o direito compete, combater o mal pela raiz e não pelo tronco da árvore, para que essa situação possa ser sanada sem grandes constrangimentos, dando-lhe um rumo mais aceitável e convincente em favor dos alunos e, obviamente, em benefício dos encarregados de educação e das escolas. Dois cidadãos que falaram à nossa reportagem sob anonimato, acrescentaram que, Tony Narciso, já há muito tempo que devia ser substituído desta responsabilidade, por uma pessoa mais competente, pois este Administrador muito fala mas pouco faz em

benefício do Cazenga. O Município tem orçamento de província mas pouco se vê no seu melhoramento. O Administrador anda mais preocupado em encher os seus bolsos, com o dinheiro público, do que resolver os problemas que se lhe apresentam no dia-a-dia naquele espaço territorial da Província de Luanda. Concluíram eles.

3.17 Agentes informais devem passar para o formal

Jornal O PAÍS

20 De Janeiro de 2017

Texto: Brenda Sambo

Para que um país se desenvolva não deve existir informalidade permanente, a economia informal deve ser encarada como um momento transitório, segundo o docente universitário Francisco Queiroz, durante o lançamento da sua obra "Economia Informal - caso de Angola". De acordo com o autor, apesar das necessidades de cada agente económico, a questão em causa deve ser ainda encarada como um momento transitório que deve evoluir paulatinamente para a economia formal.

Francisco Queiroz avançou que a economia informal em Angola é um fenómeno estrutural que requer um enquadramento macroeconómico e cultural na sociedade.

Porém, deve existir uma relação de competição entre ela e a economia formal.

"A economia informal só se manifesta onde a economia formal não tenha chegado com eficácia. Portanto, deve haver uma relação de competição em que esta última vai ocupando paulatinamente, os espaços da informalidade no país, por formas a que os seus respectivos agentes deixem as suas práticas e se integrem na economia formal", defende.

Para o responsável, a economia informal não deve ser encarada como um caso de polícia, mas sim, como uma questão de política económica.

"O combate tem de ser visto no sentido de tornar os agentes económicos informais como verdadeiros parceiros", avançou.

Refere que a liberdade de acesso à economia é total, mas as formas de aí chegar é que variam.

"O que eu aconselho é que todos possam andar pelo caminho da legalidade, pedir licença e fazer tudo quanto baste para que um dia todos estejamos na economia formal e não na informal", disse.

O livro "Economia Informal - o caso de Angola" contém 210 páginas e foi lançado na União dos Escritores Angolanos (UEA) e contou com a presença de várias entidades da sociedade angolana.

3.18 24 % Da população angolana Desempregada pratica actividade Económica informal

Jornal O PAÍS

23 De Janeiro de 2017

Texto: Brenda Sambo

Falando sobre a economia informal, na última semana, Manuel Nunes Júnior afirmou que uma parte da população angolana economicamente activa, a partir dos 15 anos, para garantir o sustento das suas famílias, dedica-se essencialmente à actividade informal.

De acordo com o responsável, falava à margem do lançamento da obra científica intitulada "Economia Informal o caso de Angola", é difícil, em qualquer país do mundo; fixar a taxa exacta do sector informal, tendo em conta que não é sector regulado pelo Estado cumpre as suas obrigações tributárias e, conseqüentemente, os seus rendimentos são incluídos nas estatísticas do Produto Interno Bruto (PIB)

As estatísticas do sector informal não são muito fidedignas em qualquer país, por razões óbvias. Não pagam impostos e não são reguladas pelo Estado, por isso, fica muito difícil ter uma dimensão profunda deste sector", justificou.

Para que essas pessoas saiam do sector informal, prosseguiu, oportunidades são necessárias, que lhes garantam salários e salvaguardarem o nível de vida desejado para -as suas famílias, e, por essa via, reduzir o peso do sector informal na economia angolana.

Por outro lado, afirmou que processo de diversificação da economia em curso no país constitui a melhor via para reduzir o peso deste sector na economia nacional.

"A criação de empregos, à medida que formos desenvolvendo a agricultura, as pescas, a agro-indústria, o comércio, bem como outros sectores que carecem de mão-de-obra massiva, oferecendo oportunidades de emprego, se reduz o peso sobre a economia informal", referiu.

Para o economista, a actividade do sector informal é geralmente caracterizada por pequenas escalas e escassos avanços tecnológicos, sem exigências nem

planificação, deixando de trazer desenvolvimento económico sustentável ao país.

Manuel Júnior entende que os factores que estimulam o desenvolvimento sustentável da economia de muitos países é garantido por sectores que produzem bens e serviços de forma continuada e produzem bens e serviços capazes de inovar permanentemente a tecnologia e as ideias.

"A inovação constitui um factor importante para a economia moderna. Sem inovação não há crescimento económico", afirmou, tendo acrescentado que "precisamos de aumentar os níveis de competitividade económica e inovação, e isso não pode ser feito num contexto em que o peso do sector informal é muito grande".

3.19 Sociólogo defende atribuição do subsídio de combustíveis aos táxis

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro de 2017

Texto: Milton Manaça

Sociólogo João Paulo Ganga defendeu ontem, em Luanda, necessidade de o Estado subsidiar a actividade do táxi, por considerar ser injusto que esta classe pague o mesmo preço de combustível que os cidadãos comuns.

João Paulo Ganga falava durante uma palestra com o tema "os desafios dos taxistas de Luanda, dilemas e oportunidades", organizada pela Associação Nova Aliança, em que se debruçou sobre papel destes condutores na sociedade.

Não é admissível que a gasolina que eu pago seja a mesma que o taxista paga. Os taxistas pagam impostos e não podem pagar o mesmo combustível que nós, por isso, têm que se criar um mecanismo preferencial no acesso ao combustível para esta classe", realçou.

Para ele, a falta de um subsídio para esta classe incentiva a subida de tarifas e penaliza cada vez mais o cidadão comum que depende destes serviços para a realização das suas actividades diárias.

Dentre os vários problemas que enfermamos taxistas, Paulo Ganga apontou a sua não profissionalização, realçando que dada a importância que estes representam para sociedade, impunha-se que o Estado criasse mecanismos para oficializar como uma profissão.

No seu entender, essa seria uma das formas de dar dignidade aos taxistas por não ser, hoje, possível falar de desenvolvimento sem ter em conta o papel desta classe na mobilidade das pessoas, principalmente em Luanda.

Outro especto salientado pelo preletor, na atividade em que participaram centenas de pessoas entre taxistas, cobradores e os vulgos lotadores, tem a ver com a necessidade de se criar uma central de táxis que se responsabilizaria pela criação de carteiras para os seus profissionais, entre outras atribuições.

O sociólogo considera que esta medida poderia garantir maior segurança aos passageiros e permitiriam ter maior controlo de todos quantos se dedicam a esta actividade.

Segundo a ova Aliança, estão actual mente filiados na organização mais de 22 mil taxistas das províncias de Luanda, Benguela, Cuanzas Sul e Norte, Huíla, Huambo e Cabinda.

3.20 Cavuquila e Zungueiras "brigam" por orla marítima de Cacucaco

Jornal O PAÍS

11 De Janeiro de 2017

Texto: Domingos Bento

Doravante, fica proibida a venda de quaisquer produtos ao longo da orla marítima de Cacucaco que, nos últimos tempos, tem estado a registar acumulação de enormes quantidades de lixo, como fez saber o administrador local, Carlos Cavuquila, durante o primeiro encontro de auscultação das zungueiras.

Segundo o administrador, o lixo que é produzido na orla marítima é derivado do exercício da venda ambulante que é feita de forma desregrada e à margem das normas administrativas.

No entanto, por ser uma situação recorrente e que põe em causa a saúde dos utentes, já que o espaço é destinado a banhistas, turistas e moradores, Carlos Cavuquila pediu às zungueiras para não mais voltarem a comercializar produtos naquela superfície com vista a garantir maior higiene e conforto ao local.

No encontro de auscultação que juntou mais de 100 zungueiras, o governante deu a conhecer que o município dispõe de espaços próprios para o exercício da venda ambulante. Entre os locais, Carlos Cavuquila apontou a zona de Cacucaco sede, bairros dos pescadores, Caope Nova, arredores do mercado do Kifangondo, bairro Caelele, Funda, Caope Velha, Kikolo e zona do Maiombe. Nestes locais, o

administrador assegurou que o exercício da venda ambulante tem acesso livre, desde que se faça de forma regrada, respeitando as normais administrativas do município.

"Das zungueiras nós, administração municipal, só queremos colaboração. As normas existem e devem ser cumpridas. Ninguém está à margem da lei", frisou.

Por seu lado, Josefa Miguel, Esta é a caracterização actual das praias uma das zungueiras presentes, disse que a medida tomada pelo administrador municipal não faz sentido. De acordo com a comerciante, o lixo que é produzido ao longo da orla não tem origem no labor das vendedoras ambulantes' mas sim dos moradores dos arredores.

"Por várias vezes andei atrás da administração a solicitar um' espaço numa das feiras e nunca me deram. Se o administrador não nos quer ver a zungar na orla, então vamos trazer bancadas e fazer aqui a nossa feira. Também não podemos ficar em casa", atestou. Outra comerciante, Maria José, afirmou que, à semelhança das outras colegas, todos os dias depois das vendas procura sempre deixar a zona limpa. Para ela, a acusação do administrador não corresponde à verdade. "Não somos nós que sujámos a orla. São outras pessoas. Por isso, não vamos sair do espaço. O administrador precisa de saber que, vida à movimentação de pessoas, a orla é o único lugar onde podemos vender e ganhar". Mãos pesadas Em resposta ao desafio das zungueiras, Carlos Cavuquila prometeu ser implacável com todos os incumpridores por via de medidas e punições administrativas que, em último caso, pode terminar em prisão.

Segundo aquele administrador, a orla marítima, que devia ser um espaço acolhedor, hoje é evitado por muitas pessoas devido ao cheiro nauseabundo e à sujeira que invadiu o local. "Se as pessoas nos desafiarem, nós vamos aplicar a lei. ão estamos a inventar nada. Por isso, estamos a partir para esse primeiro exercício de diálogo. Caso haja resistência vamos tomar as devidas medidas para que se perceba que estamos num país onde o cidadão, para além de ter direitos, também tem deveres", assegurou.

Venda ambulante só mediante cartão Por outro lado, Carlos Cavuquila deu a conhecer que, doravante, todos aqueles que queiram efectuar a venda ambulante no município devem fazê-lo mediante cartão de membro. que está a ser tratado pelos serviços de fiscalização local.

A ideia do cartão, segundo o governante, visa manter o controlo da actividade ambulatória que

todos os dias cresce naquela municipalidade a norte da província de Luanda.

De acordo com Cavuquila, todos aqueles que forem encontrados a vender sem cartão estarão sujeitos a pagar uma multa na ordem dos 92mil kwanzas. "Os fiscais já não vão receber os negócios. Mas quem for apanhado a vender na rua, sem o cartão, vai ter que sujeitar-se ao pagamento de multas. Precisamos organizar o nosso município. E isso passa pela implementação e cumprimento efectivo das normas".

3.21 Vendedeiras do Asa Branca querem mais agências bancárias

Jornal O PAÍS

12 De Janeiro de 2017

Texto: Brenda Sambo

As vendedoras do mercado do Asa Branca, no município do Cazenga, pretendem depositar os seus rendimentos no banco. Uma das razões prendesse com os constantes assaltos que ocorrem ao redor do mercado.

Por isso, as vendedoras locais de frescos a grosso sugerem o aumento do número de dependências bancárias no seu interior.

Segundo Maria Natália Manuel, trabalhadora no mercado há mais de S anos, apesar de existir uma dependência do Banco de Poupança e Crédito (BPC), que tem sido de muito boa valia, são necessárias mais agências comerciais.

"Queremos mais bancos. Se tivermos mais bancos como BFA, Millennium-Atlântico, BIC e outros, vão nos ajudar ainda mais a fazer poupanças e tirar partido do seus serviços", justificou-se.

Quem também defende a implantação de mais bancos é a vendedor a Joana Graça, que há dois anos, já no exterior do mercado, foi surpreendida pelos bandidos, que se apoderaram de uma quantia de USD 40 mil, além de outros prejuízos.

" Fui assaltada há dois anos.

Levaram-me a pasta com USD 40 mil, e ainda dispararam contra o meu filho", detalhou, acrescentando que "somos muitas vezes assaltadas fora do mercado. É por isso que queremos a instalação de pelo menos mais dois bancos" clamou.

Além desta preocupação, as vendedeiras pedem que se melhorem as vias de acesso ao mercado. Outro problema enfrentado pelas vendedeiras de frescos tem sido o acesso das viaturas provenientes do porto

pesqueiro para o interior do mercado. Daí que Maria sugira às autoridades competentes a resolução da situação.

"Os carros entravam pela via da TCUL e do antigo pavilhão, porém essas vias encontram-se intransitáveis. Hoje os carros passam pela área da Tailândia (área do mercado em que se procede à venda de roupas e cabelos), e por aí fica muito apertado", esclareceu.

Por isso, a vendedeira propõe a intervenção das autoridades na reabilitação urgente do troço via Tcul, tal como a entrada que dava acesso ao pavilhão, bem como a alteração do quadro actual.

Joana Maria também deplora o estado das estradas 5 e 6 avenida, do município do Cazenga. A vendedora lamenta que "os camiões do porto pesqueiro não consigam entrar no mercado por causa do mau estado das vias de acesso, que estão esburacadas e lamacentas", referiu.

Melhoria das vias de acesso na mira do administrador Em resposta às solicitações apresentadas, o administrador do Cazenga, Nataniel Narciso, frisou que tudo está a ser feito para a alteração do estado actual das principais vias de acesso do município.

"Estamos a trabalhar para melhorar a circulação nas 5 e 6ª avenida, respectivamente, que percorrem a Tcul e o Centro de Formação Profissional, assim como as travessas que ligam as duas avenidas, o que vai garantir o acesso das viaturas à avenida Deolinda Rodrigues e às demais comunas do município", revelou.

3.22 Vendedores criam associação em Cacuo

Jornal de Angola
12 De Janeiro de 2017

Uma associação de vendedores ambulantes vai ser constituída no primeiro semestre, no município de Cacuo, na sequência de uma decisão saída de um encontro entre o administrador municipal, Carlos Alberto Cavuquila, e vendedores de rua.

Com a criação da associação fica facilitado o registo de todos os vendedores do município de Cacuo, a melhoria do relacionamento entre as "zungueiras" e os fiscais e as campanhas de divulgação das sanções aplicáveis no âmbito da lei sobre as transgressões administrativas.

Os vendedores decidiram procurar lugares para a realização de feiras periódicas, trabalho a ser feito em

coordenação com a Direcção Municipal do Comércio, devendo o interessado adquirir o cartão de feirante ao invés do cartão de ambulante, por serem categorias diferentes.

Na reunião, os participantes saíram elucidados sobre as diferenças que existem entre as classes de ambulante, feirante, vendedor de mercado e de venda ao domicílio, à distância e ocasional.

O administrador de Cacuo recomendou aos vendedores ambulantes que tratem o cartão específico, a fim de evitarem problemas com os Serviços de Fiscalização, devido ao exercício da actividade em locais impróprios e por falta do documento que os habilite a praticar o comércio ambulante.

"O fiscal não deve receber a mercadoria do vendedor", declarou Carlos Alberto Cavuquila, salientando que, caso um vendedor ambulante não exiba o cartão, deve ser multado, podendo o valor da multa ultrapassar os 90 mil Kwanzas.

O administrador do município de Cacuo lembrou que a venda ambulante que viola a lei é aquela em que são comercializados alguns produtos comestíveis e cosméticos, assim como a transação de moeda nacional e estrangeira.

Constam dos produtos que não devem ser vendidos na via pública a carne branca, vermelha, fumada, as miudezas, peixe, medicamentos, produtos farmacêuticos, desinfetantes, inseticidas, pesticidas, sementes, ervas medicinais, mobiliário e eletrodomésticos.

"Quem tiver esses produtos, os deve vender em mercados ou num outro no local adequado", disse o administrador de Cacuo, informando que a venda ambulante deve ser realizada nos bairros Pescadores, Barra do Bengo, Caop Nova, Caop Prédio, Kifangondo, Dala Mulemba, Cawelege, comuna da Funda, Maiombe e na área adjacente ao mercado da Funda. A venda ambulante é proibida na orla marítima, uma medida que visa evitar que restos de comida e garrafas sejam atirados para o mar, de modo a salvaguardar a vida dos banhistas.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Executivo quer rigor na gestão da despesa pública

Jornal de Angola

7 De Janeiro de 2017

Texto: Gabriel Sunga

O ministro e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Manuel da Cruz Neto, disse ontem em Luanda que os gestores públicos devem primar pelo rigor e transparência na execução das despesas públicas previstas no Orçamento Geral do Estado para 2017.

Manuel da Cruz Neto falava num seminário sobre a Execução das despesas públicas em representação do Presidente da República e Titular do Poder Executivo, José Eduardo dos Santos; diante dos ministros, director da inspecção-geral do Estado, representantes dos órgãos de soberania, secretários de Estado, secretários-gerais dos ministérios e directores dos Gabinetes de Estudo e Planeamento dos departamentos ministeriais.

O seminário é uma iniciativa do Ministério das Finanças e visou familiarizar os responsáveis pela execução da despesa pública com os novos procedimentos de execução e disciplina orçamental.

No período da manhã o seminário foi dirigido aos órgãos centrais do Estado, enquanto no período da tarde estiveram presentes representantes dos órgãos da administração local do Estado, com realce para os governadores provinciais.

O ministro e chefe da Casa Civil do Presidente da República acrescentou que os gestores públicos devem agir com rigor e transparência na execução do Orçamento Geral do Estado para que se consiga alcançar as metas que o Executivo se propõe. Manuel da Cruz Neto lembrou que das metas previstas para este ano destacam-se a coesão social, o estímulo aos sectores da economia que garantam emprego, a menor dependência externa, a justiça e a equidade fiscal para as empresas e as famílias' a estabilização dos preços e do poder aquisitivo dos salários.

Para o efeito, disse o ministro Manuel da Cruz Neto, "é necessário sensibilidade política e rigor governativo na gestão da coisa pública".

Diplomas legais

O ministro e chefe da Casa Civil apontou vários diplomas legais que asseguram a execução da despesa pública com rigor e transparência. "No domínio das boas práticas de execução das despesas orçamentais, dispomos hoje de um instrumento fundamental, a Lei dos Contratos Públicos, que em harmonia com o Decreto Presidencial sobre as Regras Anuais de Execução do Orçamento Geral do Estado, introduz os métodos e procedimentos necessários para que cada kwana despendido contribua para o alcance dos objectivos estabelecidos nas políticas governamentais, visando a satisfação das necessidades colectivas", disse. Manuel da Cruz Neto disse ainda que os gestores públicos, no momento de execução das despesas, devem obedecer ainda às regras estabelecidas na Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado, na Lei do Orçamento Geral do Estado, na Lei do Património Público, no Decreto Presidencial que define o Regime Financeiro Local, no Decreto Presidencial que estabelece o Regulamento do Processo de Preparação, Execução e Acompanhamento do Programa de investimento Público, no Decreto que define as Normas e Procedimentos a Observar na Fiscalização Orçamental, Financeira, Patrimonial e Operacional da Administração do Estado e dos órgãos que dele dependem, no Decreto Executivo que determina os procedimentos de emissão, da Cabimentação e de Instituição, da Pré-cabimentação e do classificador orçamental. "Evoco todo este dispositivo normativo e legal que se destina a assegurar uma aplicação mais racional dos recursos públicos disponíveis para sublinhar que é dele que depende a sua boa aplicação, que agora temos que cuidar, procedendo à permanente monitorização da execução física e financeira dos projectos que lhes estão subjacentes, sendo que na Casa Civil do Presidente da República daremos especial atenção a estes aspectos, para além da nossa missão de assegurar que as deliberações dos órgãos colegiais sejam efectivamente concretizadas", disse.

N o seu entender, a aposta na eficiência e eficácia da utilização dos recursos que o país dispõe é a melhor garantia ao alcance do Estado para poder fazer mais e melhor, sem necessidade de recorrer a mais financiamentos, para além dos que estão previstos.

Manuel da Cruz Neto recordou os ajustamentos feitos nos dois últimos anos nas despesas públicas que resultaram em sacrifícios para quadros da função pública e das empresas fornecedoras de bens e

serviços para o Estado. "É em nome desses sacrifícios, e para honrar 'os compromissos que lhes. estão subjacentes, que nos obrigamos, hoje, mais do que nunca, a realizar uma execução transparente e rigorosa da despesa pública", disse, acrescentando que os gestores públicos devem libertar os recursos financeiros destinados às actividades das empresas.

"Quanto mais célere e mais volumosa for esta devolução dos recursos às empresas e por via delas às famílias, mais rápida e mais sustentável será a recuperação da nossa economia, regressando a senda do crescimento e da prosperidade", disse. O ministro e chefe da Casa Civil do Presidente da República sublinhou que o Orçamento Geral do Estado de 2017 entrou em execução num contexto de poucas certezas em relação aos pressupostos de formulação de políticas macroeconómicas, principalmente em relação aos preços da matéria-prima nos mercados internacionais.

Manuel da Cruz Neto apontou os desafios do exercício orçamental para o Ministério das Finanças e para as diferentes unidades orçamentais, a necessidade de se impor uma nova dinâmica no processo de captação de receitas fiscais no sector não petrolífero e assegurar o seu crescimento sustentável para garantir que os recursos estejam disponíveis no momento adequado.

Os participantes no seminário abordaram temas como "as inovações ao nível da contratação pública", "as novas regras de execução do OGE", "as limitações e desafios actuais na arrecadação das receitas" e "os desafios na captação de financiamento externo e interno".

1.2 Função pública regista decréscimo de trabalhadores em 2016

Jornal Manchete
13 De Janeiro de 2017

O resumo dos dados estatísticos da função pública referente a 2016 apontam que foram registados cerca de menos de 12 mil funcionários públicos e agentes.

A função pública no país registou cerca de menos de 12 mil funcionários e agentes em 2016, comparados a 2015. A informação foi avançada, recentemente, pelo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, António Pitra Neto. Segundo o dirigente, que falava durante a apresentação do "Estudo Sobre População e Administração Pública" e do resumo dos dados estatísticos da função pública referente a 2016, os registos passaram de 372.873

funcionários públicos em 2015, para 360.380 no ano passado. Segundo a Angop, Pitra Neto considera estarem vinculados na administração local do Estado 88 por cento dos efectivos da função pública, e na administração central do Estado, 12 por cento. Na distribuição por género, 58 por cento são funcionários do sexo masculino e 42 do sexo feminino. O responsável da Administração Pública destacou, ainda, que o sector da Educação absorve 48,89 por cento do total de funcionários e agentes administrativos, o da Saúde apresenta 14,05, ao passo que o da Justiça está com 2,46 por cento. Já por cargos e carreiras, 3 por cento exercem o cargo de direcção, 5 por cento de chefia, 11 são da carreira técnica superior, 14 pertencem à carreira técnica, 47 estão integrados na carreira técnica média e 20 por cento fazem parte da carreira não técnica. António Pitra Neto solicitou aos presentes que as informações prestadas e as discussões a volta das mesmas suscitem interesse por parte dos directores e que possam contribuir para o enriquecimento da qualidade do trabalho da Administração Pública.

4.3 Função Pública Perdeu 12 Mil Trabalhadores

Jornal Folha 8
14 De Janeiro de 2017

A função pública angolana empregava em 2016 um total de 360.380 trabalhadores, uma quebra superior a 3% face ao ano anterior, segundo dados divulgados recentemente em Luanda.

Os números foram transmitidos pelo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, António Pitra Neto, durante a apresentação do Estudo Sobre População e Administração Pública e do resumo dos dados estatísticos da função pública referente a 2016.

De acordo com o governante, em 2015 Angola contava com 372.873 funcionários e agentes públicos, número que se reduziu em 12.493 no espaço, de um ano, mas sem avançar mais pormenores.

A crise financeira e económica levou o Governo a aprovar várias medidas de austeridade, bem como um programa de cadastramento dos funcionários públicos, para eliminar os chamados "trabalhadores fantasma".

Dos trabalhadores da função pública, quase 49% são funcionários do Ministério da Educação, nomeadamente professores, enquanto a Saúde representa 14%.

O Estado prevê gastar 1,613 biliões de kwanzas (9,2 mil milhões de euros) com salários e contribuições sociais dos trabalhadores da função pública em 2017, massa salarial que o Orçamento Geral do Estado (OGE) proíbe que seja ultrapassada.

De acordo com a lei do Orçamento, no exercício económico de 2017 "não são permitidas novas admissões que se consubstanciam um aumento da massa salarial da função pública". Nesta medida, refere o documento, inclui-se "a celebração de contratos de trabalho por tempo determinado, podendo apenas ocorrer em casos devidamente justificados e aprovados pelo Presidente da República", sob proposta do Ministério das Finanças e por solicitação dos titulares dos sectores interessados.

Contudo, a lei do OGE para 2017 refere que "são permitidas admissões de novos funcionários para a administração pública" para "o preenchimento de vagas" decorrentes de situações de reforma, de abandono, de demissão, de transferência ou de morte.

Em todo o ano de 2017 o Estado angolano prevê gastar 1,513 biliões de kwanzas (8,6 mil milhões de euros) em vencimentos da função pública e 100 mil milhões de kwanzas (571 milhões de euros) nas respectivas contribuições sociais, um aumento de 3,2% na massa salarial face à revisão do OGE de 2016.

O Governo define ainda que os processos de promoção dos funcionários públicos só poderão acontecer "após a conclusão do processo de recadastramento da função pública" e "mediante programações plurianuais de três a cinco anos".

4.4 Fiscalização de Viana arrecada 29,7 milhões de kwanzas

Jornal Finanças e economia
20 De Janeiro de 2017

Vinte e nove milhões, setecentos e oitenta e oito mil e 399 kwanzas foram arrecadados para os cofres do Estado, durante o ano de 2016 pela Repartição dos Serviços de Fiscalização da Administração Municipal de Viana.

Essa informação consta de um relatório da instituição enviado quarta-feira última a Angop, referindo que o montante resulta do trabalho desenvolvido por todas brigadas de fiscalização da municipalidade, que levaram ao pagamento de multas ou emolumentos.

"Durante o período em referência, a Repartição notificou cerca de mil e 300 obras, mil e 500 foram autuadas, 140 demolidas compulsivamente, 350 processos abertos, 192 processos encontram-se em instrução e 250 processos foram encerrados. Aplicaram-se três mil e 200 multas das quais mil 350 foram pagas", lê-se no documento.

Os serviços de Fiscalização coordenaram acções de combate a diversas infracções com o Comando de Divisão da Policia de Viana, Repartição Municipal do Comercio e Tribunal de Viana.

4.5 Angola esconde ao fim dados sobre pagamentos em petróleo à china

Jornal A Republica
20 De Janeiro de 2017

O economista Manuel Alves da Rocha disse hoje que o Governo de Angola esconde informação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a percentagem da exportação de petróleo que está reservada ao pagamento dos empréstimos da China.

"Há quem diga que 50% da produção de petróleo está reservada para a China, mas não sabemos. Quanto perguntei ao Ricardo Velloso (chefe das últimas missões do FMI ao país) o que se passa com os empréstimos da China, ele respondeu 'nós não sabemos porque o Governo não nos dá informação': disse o economista angolano, durante uma apresentação sobre a economia angolana, que decorre hoje em Lisboa.

A intervenção do diretor do CEIC -- Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola passou em revista os principais problemas de Angola, um país que está "numa situação muito complicada" disse, nomeadamente no que diz respeito à economia e finanças.

Relatando parte das reuniões anuais que o FMI faz em Luanda ao abrigo do Artigo IV das regras de funcionamento do FMI, que analisam a economia dos seus membros, Alves da Rocha disse que Ricardo Velloso contou que "quando vão nessas missões, a primeira semana em Luanda serve para tentar sensibilizar as autoridades para as informações de que necessitam".

Alves da Rocha disse que Ricardo Velloso, na reunião que manteve no CEIC, exemplificou com a Nigéria, país onde "o site fornece a informação necessária, e por isso as missões são muito mais rápidas".

segundo o relato feito pelo líder de missão do FMI em Angola.

A China é o maior cliente de Angola no que diz respeito à exportação de petróleo, e os contratos estipulam que o pagamento pelos empréstimos é feito não em dinheiro, mas sim em petróleo, mas não há informação disponível sobre a percentagem ou o valor absoluto que fica especificado nos contratos.

"O FMI não sabe, e nós muito menos": concluiu Alves da Rocha, especificando que "o ponto é que quando se diz que Angola recebe 100 dólares do petróleo, não sabemos quanto desse valor vai para a China e quanto entra realmente nos cofres do Estado":

A China consolidou-se como um dos principais investidores do mercado angolano depois do fim da guerra civil no país africano, em 2002, impondo-se a investidores tradicionais como Portugal, o Brasil, a França e os Estados Unidos.

O valor dos empréstimos e das linhas de crédito concedidos pela China a Angola desde 2004 ascendem a 15 mil milhões de dólares (14,3 mil milhões de euros), tal como revelou o Governo angolano em Novembro, no fórum de investimento Angola - China, que juntou 450 empresários chineses em Angola.

LUSA

4.6 Receitas fiscais registam queda

Jornal de Angola

23 De Janeiro de 2017

Texto: Manuel Fontoura

O volume de impostos atingiu mais de quatro mil milhões de kwanzas na província do Cuanza Norte, durante o ano de 2016, uma queda de 98,41 por cento (cerca de 65,4 milhões de kwanzas) em relação ao ano anterior. Para a colecta das receitas, a repartição fiscal de Cambambe teve maior contribuição com mais de 2,6 mil milhões de kwanzas, (64, 70 por cento), seguido de Cazengo com mais de 1.41 mil milhões de kwanzas, (34, 78 por cento), e Ambaca com 0,52 por cento.

Os impostos que mais contribuíram em termos de arrecadação são os sobre rendimento com cerca 2.6 mil milhões de kwanzas, sobre lucro das actividades económicas com mais de 214.4 milhões de kwanzas, sobre o património com mais de 33 milhões e imposto de consumo com cerca de 890 milhões de kwanzas.

Foram ainda cobrados o imposto de selo com mais

de 204 kwanzas, além das receitas de diversos serviços estimadas em 23,8 milhões de kwanzas, assim como outras no valor de 113.329.742,06kwanzas.

Mais pagamentos Para o delegado provincial das Finanças, José Maria Gaspar, a quantia arrecadada não representa o valor definitivo, pelo facto de haver pagamentos do Estado aos seus fornecedores de bens e serviços e obras de construção civil que ao serem consumados sofrem retenção de impostos industrial, de selo e de consumo. A falta de informação é apontada como principal causa da abstenção dos cidadãos em procederem ao pagamento regular do Imposto Predial Urbano (IPU), revelou o responsável da Administração Geral Tributária (AGT) no município de Cazengo, sede provincial do Cuanza Norte.

Isaías Domingos, que prestava esclarecimento sobre as modalidades de pagamento do Imposto Predial Urbano, disse que apesar de se tratar de uma obrigação legal, referiu, ao nível do Cuanza Norte constata-se uma retração na arrecadação de receitas fiscais decorrentes do Imposto Predial Urbano, por existirem ainda muitas dúvidas e falta de informação por parte dos contribuintes em relação a importância e modalidades de pagamento do referido imposto.

O Imposto Predial Urbano abarca uma contribuição anual a que o cidadão está obrigado a pagar ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno, cuja primeira prestação decorre de 1 a 31 de Janeiro de cada ano.

Isaías Domingos garantiu que, neste momento, estão cadastrados mais de 50 mil imóveis na província do Cuanza Norte e destes apenas 1.022 estão inscritos na Administração Geral Tributária.

"Estes cumprem timidamente as suas obrigações em decorrência da falta de informação dúvidas em relação à aplicação do Imposto Predial Urbano", referiu. Para reverter o quadro, a Administração Geral Tributária está empenhada na promoção de actividades de esclarecimento dos cidadãos em relação às modalidades de pagamento do imposto, uma tarefa que conta com a parceria dos órgãos de informação.

Isaías Domingos lembrou que o imposto predial urbano constitui uma contribuição monetária que cada cidadão deve pagar ao Estado pela posse, detenção, usufruto de imóvel ou fruição de rendas referentes a imóveis, o qual deve incidir sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos ou sobre o seu rendimento quando se encontrem arrendados.

O responsável considerou importante que todo o indivíduo, nacional ou estrangeiro, que possua imóvel deve inscrevê-lo na Repartição Fiscal da área da sua localização. Estão isentos do pagamento do IPU os imóveis com valor até cinco milhões de kwanzas, enquanto aos imóveis com valor patrimonial superior ao referenciado aplica-se uma taxa de 0,5 por cento.

Isaías Domingos esclareceu que, na avaliação do valor patrimonial dos imóveis, a Administração Geral Tributária tem em conta vários factores, entre os quais a idade, disponibilidade de serviço (água, luz e saneamento básico) e ainda área de construção do imóvel.

Os cidadãos que se abstiverem do pagamento do imposto predial urbano vão estar sujeitos a pagamento de coimas em valores duas vezes superior ao custo da obrigação fiscal que estavam sujeitos a cumprir, incluindo juros de mora.

* Com Angop

4.7 Economista advoga redução no imposto de consumo em Angola

Jornal O PAÍS

25 De Janeiro de 2017

Texto: Miguel Kitari

A adopção de medidas que vão de encontro à realidade do país e a promoção da produção nacional são a visão que o economista Salvador Francisco defende para contornar o actual quadro macroeconómico.

"É necessário que haja uma redução do imposto de consumo.

Quando aumentamos o imposto de consumo na cadeia produtiva, não estamos a criar condições para que haja consumo. Não havendo consumo, teremos pouca actividade económica", afirmou Salvador Francisco.

Refere ainda que no momento da aprovação da actual Lei sobre o Investimento Privado, o cenário económico era diferente e marcado por um preço do petróleo com barril acima dos USD 60.

"Hoje a realidade é diferente, e a nossa banca está com sérias dificuldades para financiar as actividades económicas", declarou.

Por força do cenário, o economista acha que alguma coisa deve ser feita, e não esperar cinco anos para se alterar a lei, tendo reiterado mesmo que a nossa banca não está em condições de conceder crédito.

"Hoje temos muitos contratos aprovados, mas temos de saber sobre a sua funcionalidade. Por outro lado, temos que melhorar a nossa qualidade de fazer negócio.

Sermos potencialmente ricos não basta o investidor precisa de informação", referiu.

Por isso, Salvador Francisco advoga a necessidade de reduzir o tempo para constituição de uma empresa, tendo acrescentado que há indivíduos que vivem no país, mas que ainda enfrentam dificuldades para terem a sua própria empresa. Tal facto, segundo ele, não ajuda.

Nesses casos, prosseguiu, o investidor pode recorrer a outros países para fazer investimento lá onde mais facilidades encontrar, como recursos estruturais e estabilidade política.

Todavia, o economista acredita que quando os projectos em curso forem concluídos, nomeadamente no sector das águas, da energia e das telecomunicações, concretamente o Angosat, o país estará em condições de atrair mais investimentos.

Por seu turno, o economista Lopes Paulo reconheceu que o actual cenário macroeconómico dificulta as políticas do Executivo no sector económico, apesar de alguns investimentos já efectuados.

"Temos que melhorar o factor intenção em investimento. Isso depende de um conjunto de acções que não são apenas da responsabilidade da Agência para o Investimento Privado e Exportações de Angola (APIEX), nem das unidades técnicas. Falamos do próprio ambiente de negócios", afirmou Lopes Paulo.

a também administrador da APIEX é de opinião que o cenário só será alterado com a intervenção dos sectores público e privado.

"É verdade que foi feito um grande investimento em infraestruturas, mas pode não ser ainda o suficiente para conferir garantias ao sector privado. Há esses constrangimentos. Todavia, o aGE para este ano reserva uma fatia considerável para o sector da economia, particularmente nas infra-estruturas", salientou.

Lopes Paulo declarou ainda que eixo da diversificação da plataforma de exportações, paralelamente ao sector petrolífero, poderá contribuir para a atracção de moeda externa que se tornará reserva para aquisição de bens e serviços no mercado externo.

"Há um conjunto de sectores que foram eleitos pelo Estado no âmbito da estratégia para a saída da crise, nomeadamente a agricultura, pescas, florestas, rochas

ornamentais e turismo, que vão assegurar e alavancar as exportações de Angola referiu.

Os economistas falavam a Radio Nacional de Angola

4.8 Angola não prevê retomar emissão de Eurobond's em 2017

Jornal A República

27 De Janeiro de 2017

Texto: Luso

Posição foi assumida hoje pelo director da Unidade de Gestão da Dívida, Osvaldo João, após a apresentação, em Luanda, do plano de endividamento para 2017, que prevê necessidades brutas de financiamento no mercado na ordem dos 4,667 biliões de kwanzas (26,4 mil milhões de euros), sendo 75% deste total para angariar no mercado interno.

"Neste Plano Anual de Endividamento não prevemos a emissão de novos 'eurobonds': disse o responsável, questionado pelos jornalistas.

O Estado angolano estreou-se na emissão de 'eurobonds' em Novembro de 2015, angariando então, no mercado externo, cerca de 1,5 mil milhões de dólares (1,39 mil milhões de euros), através de um consórcio de bancos liderado pelo norte-americano Goldman Sachs International e que incluiu ainda o alemão Deutsche Bank e os chineses da ICBC International.

"Nada obsta que ao longo do ano, caso as condições financeiras internacionais e principalmente ao nível do preço do petróleo, melhorem, o executivo mude de estratégia. Mas, em princípio, não há nenhuma indicação para a emissão de novos "eurobonds ": afirmou Osvaldo João.

Os juros da primeira emissão angolana de 'eurobonds' foram confirmados em 9,5 por cento, a liquidar aos dias 12 de Maio e 12 de Novembro de cada ano, a partir de 2016.

Um documento governamental a que a Lusa teve anteriormente acesso refere que a receita líquida com esta emissão foi estimada em 1,49 mil milhões de dólares (1,3 mil milhões de euros).

Além de cobrir as necessidades de financiamento do Estado, colmatando a quebra nas receitas fiscais decorrentes da exportação de petróleo, esta operação permitiu igualmente o acesso a divisas, que o país necessita nomeadamente para garantir as importações de alimentos e matéria-prima.

"Esta emissão inaugural é um passo extremamente importante para o nosso país e nós vemos isso como o início de um relacionamento de longo prazo com os mercados de capitais internacionais': referiu em 2015 o então ministro das Finanças, Armando Manuel, entretanto substituído no cargo por Archer Mangureira.

A operação foi distribuída, entre outros, por investidores norte-americanos e europeus, como gestores de fundos, bancos ou fundos de pensão.

O interesse dos investidores na primeira emissão do género feita por Angola ultrapassou cinco vezes o montante que o país pretendia colocar.

Angola fixou um prazo de dez anos de maturidade pagamento do montante financiado para "criar uma forte referência que combinou com a sua preferência por duração, consistente com o uso das receitas para fins de infra-estrutura"

Angola enfrenta uma forte crise económica e financeira, decorrente da quebra das receitas com a exportação de petróleo face à baixa da cotação do barril de crude no mercado internacional.

4.9 Angola Precisa de 19,6 mil Euros dos Bancos e fundos Nacionais para Financiar Orçamento de 2017

Jornal A República

27 De Janeiro de 2017

Texto: Luso

O anúncio foi prestado hoje pelo director da Unidade de Gestão da Dívida (UGD), Osvaldo João, após a apresentação, em Luanda, do Plano Anual de Endividamento do Estado angolano, que prevê para este ano necessidades brutas de financiamento no mercado na ordem dos 4,667 biliões de kwanzas (26,4 mil milhões de euros), nomeadamente para financiar o Orçamento Geral do Estado (OGE), que volta a ser deficitário em 2017.

"A banca nacional será fundamental para o alcance desse objectivo, visto que 75% [do endividamento] virá do mercado interno e a maior parte será precisamente por via de emissão de Títulos do Tesouro. E os maiores detentores de Títulos de Tesouro são os bancos.

Ao longo do' ano haverá também um grande nível de amortização de dívida, logo os bancos terão claramente grande possibilidade de renovarem os títulos que têm em carteira': explicou Osvaldo João.

Deste plano de endividamento, O director da UGD refere que o financiamento líquido para o Estado será na ordem dos 1,087 biliões de kwanzas (6,6 mil milhões de euros), sendo o restante para amortizações de dívida a realizar durante o ano.

"O nosso pressuposto é exactamente esse: Acreditamos que a banca nacional, ao receber as amortizações que serão feitas pelo Tesouro, irá participar na captação de dívidas novas': enfatizou o responsável, acrescentando que 2017 será também um ano de "alargamento da base de investidores" a nível interno, para além dos bancos, como até agora.

Nomeadamente a outras instituições "com poupanças acumuladas" e que poderão entrar no mercado de leilões: "Estamos a falar dos fundos de pensões, das seguradoras e de outros fundos.

Acreditamos que estes fundos serão fundamentais para o alcance do objectivo que nós estipulamos no plano anual de endividamento" disse.

No mercado interno, só com Bilhetes de Tesouro o Estado angolano prevê emitir dívida no valor de 1,568 biliões de kwanzas (8,8 mil milhões de euros), a várias maturidades, enquanto para Obrigações do Tesouro estão previstos 1,803 biliões de kwanzas (10,1 mil milhões de euros) e em contratos mútuos com os bancos 122,7 mil milhões de kwanzas (690 milhões de euros).

O Estado angolano terminou 2016 a emitir Bilhetes de Tesouro com taxas de juro de 24% a um ano, ainda assim distante dos 42% de taxa de inflação oficial verificada entre Janeiro e Dezembro, segundo o Instituto Nacional de Estatística. Taxas de juro que o director da UGD admite que venham a descer substancialmente em 2017, em função da previsão inscrita no OGE, de quebra na inflação até aos 15,8%, entre Janeiro e Dezembro. "As taxas de juro são um bocadinho em função do ambiente macroeconómico. Ao nível do OGE prevemos estabilidade macroeconómica, estabilidade de preços.

E por isso nós acreditamos que as taxas de juro irão seguir essa estabilidade.

Taxas compatíveis com a estabilidade de preços, compatíveis com as taxas de inflação que foram anunciadas ao nível do OGE': concluiu.

O endividamento público de Angola (exceptuando a dívida contraída pelas empresas do Estado) deverá, na previsão do Governo, chegar ao equivalente a 53,29% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, um máximo histórico, quando em 2011 rondava os 20%.

4.10 Cativação da despesa no OGE 2017 visa evitar a indisciplina orçamental

Jornal Expansão

27 De Janeiro de 2017

Texto: Félix Abias

A cativação da despesa nas regras do OGE 2017 deve-se à "indisciplina orçamental" por parte de responsáveis de unidades orçamentais. A esclarecimento vem de fonte do Ministério das Finanças que falou ao Expansão sobre as regras de execução do OGE 2017. As regras, apresentadas em seminário recentemente pelo Ministério das Finanças' definem como cativação da despesa um mecanismo de gestão legalmente instituído com o objectivo de se adaptarem os níveis de execução da despesa à efectiva capacidade de tesouraria do Estado.

"A opção pela política de cativação da despesa é para que haja algum controlo, porque há muita indisciplina orçamental", esclarece fonte do Ministério das Finanças: No caso dos governadores provinciais, por exemplo, revela, anteriormente podiam pedir aos empreiteiros para executarem determinadas obras mediante acordos sem papel assinado que comprovas-se tal acordo, "o que causava vários constrangimentos ao Ministério das Finanças", conta.

Para que haja alguma "disciplina" a cativação da despesa com o pessoal, por exemplo, é de 0%, a de bens e serviços é de 80%, a despesa de capital vai até aos 100%, o apoio ao desenvolvimento até aos 40%, assim como a da transparência. Em relação aos Programas de Investimento Público (PIP), os novos projectos têm cativação de 100%, os de início de 2016 em Execução também 100%, assim como os de central ROT, já os local em ROT, e com garantia de financiamento estão nos 0%.

A título explicativo, na rubrica "PIP início 2016 sem execução", por exemplo (ver tabela abaixo), significa que os projectos que estão inscritos nesse orçamento não tinham verbas cabimentadas no ano em referência, e continuam sem verba no actual exercício económico. "Só as obras que têm fontes de financiamento identificadas é que serão cabimentadas", explica a fonte.

Descativação só com garantia de financiamento Para a descativação da despesa, as regras impõem um processo que passa pela apresentação de garantia de fonte de financiamento das mesmas, como é o caso da despesa de funcionamento. Ainda em relação à despesa de apoio ao desenvolvimento e aos projectos

de investimento públicos, devem ser desativados através da autorização do ministro das Finanças, mediante apresentação do relatório final do procedimento concursal, bem como a garantia de existência de fonte de financiamento. Falando durante o seminário sobre a execução da despesa do OGE 2017, a secretária de Estado para o Orçamento, AiaEza da Silva, esclareceu que "a despesa só está cativada porque não há garantias de receita ou financiamento".

Em 2009, por exemplo, a secretária de Estado conta que a maior parte das unidades orçamentais fizeram despesas sem o conhecimento do Governo, por isso as referidas despesas ficaram como dívidas regista das no Ministério das Finanças. Na ocasião, os governadores provinciais apresentaram preocupações dos empreiteiros, que alegam a desvalorização da moeda como motivo para ajustar os orçamentos de obras paralisadas e que poderão reatar este ano. Em resposta, a secretária de Estado disse que "não há nenhum tipo de ajuste a fazer nos orçamentos. Não há condições. Tem que haver um processo de negociação. Se for o caso mudam-se os empreiteiros". "Não podemos dizer que aceitem as condições apresentadas porque depois não teremos como pagar", explicou.

As fontes de financiamentos, lembra, podem ser as linhas de créditos, externo ou interno. No âmbito externo, existem os financiamentos bilaterais, que chegam de países; ou multilaterais, concedidos por instituições financeiras, como o Banco Africano ou o Banco Mundial. No folheto onde estão contidas todas as regras para execução do OGE 2017, o Ministério das Finanças reitera que "na actual situação de limitações financeiras, a cativação tem se revelado um mecanismo de gestão muito importante e eficaz".

4.11 Endividamento do OGE será financiado em 75% pelo mercado interno

Jornal Expansão
27 De Janeiro de 2017

A Unidade de Gestão da Dívida do Estado (UGD) prevê que para financiar o Orçamento Geral do Estado (OGE) em 2017 as necessidades brutas de financiamento serão na ordem dos 4,667 mil milhões Kz, explicou o director da UGD, Osvaldo João, esta segunda-feira, durante a apresentação do Plano Anual de Endividamento.

Para alcançar este objectivo, o Estado vai necessitar de captar 3,5 mil milhões Kz em endividamento no

mercado interno por via dos bancos e com a entrada de fundos.

De acordo com o director da UGD, a banca nacional será definitiva para o alcance desse objectivo, sendo que 75% do endividamento virá do mercado interno e a maior parte chegará através de emissão de Títulos do Tesouro, tendo como maiores detentores os bancos.

O responsável garantiu que "ao longo do ano haverá também um grande nível de amortização de dívidas, logo, os bancos terão claramente grande possibilidade de renovarem os títulos que têm em carteira".

Osvaldo João explicou que o financiamento líquido para o Estado será na ordem dos 1,087 mil milhões Kz, sendo o restante para amortizações de dívida a realizar durante o ano.

"O nosso pressuposto é exactamente esse. Acreditamos que a banca nacional, ao receber as amortizações que serão feitas pelo Tesouro, irá participar na captação de dívidas novas", destacou o responsável, acrescentando, posteriormente, que 2017 será também um ano de "alargamento da base de investidores" a nível interno, para além dos bancos.

Nomeadamente a outras instituições "com poupanças acumuladas" e que poderão entrar no mercado de leilões. "Estamos a falar dos fundos de pensões, das seguradoras e de outros fundos. Acreditamos que estes fundos serão fundamentais para o alcance do objectivo que estipulamos no plano anual de endividamento", aferiu.

No mercado interno, só com Bilhetes de Tesouro, o Estado angolano prevê emitir dívida no valor de 1,568 mil milhões Kz, a várias maturidades, enquanto para Obrigações do Tesouro estão previstos 1,803 mil milhões Kz, e em contratos mútuos com os bancos 122,7 mil milhões de Kz.

4.12 Governo já admite estagnação da economia em 2016

Jornal Expansão
27 De Janeiro de 2017
Texto: Maurício Vieira Dias

A economia angolana estagnou em 2015; crescendo apenas 0,1% face ao ano anterior, a taxa mais baixa dos últimos 23 anos de acordo com as últimas estimativas do Governo reveladas no início desta semana.

A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto angolano (PIB) abrandou de 3% em 2015 para 0,1 % no ano passado, precisou Patrício Neto, chefe de departamento do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais do Ministério das Finanças, esta segunda-feira, durante uma apresentação sobre o panorama macroeconómico de Angola, no âmbito da divulgação do Plano Anual de Endividamento para 2017 (ver página 26).

No Orçamento Geral do Estado (OGE) 2016, apresentado no final de Outubro de 2015 à Assembleia

Nacional, o Governo previa um crescimento de 3,3%, taxa que foi cortada para 1,1% corria a revisão do documento em Agosto.

Eram estes números que suportavam o discurso oficial segundo o qual a economia não estava estagnada mas em desaceleração. "A economia não estagnou, apenas perdeu a pujança com que se vinha desenvolvendo, por causa da crise actual", garantiu o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em meados de Novembro na durante a mensagem sobre o Estado da Nação.

Com a nova estimativa de crescimento de apenas 0,1%, o discurso oficial de desaceleração perde sustentação e o Governo aproxima-se das projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentadas em Novembro, que já apontavam para um cenário de estagnação com um crescimento de 0%. Projecções que acabam de ser confirmadas pelo comunicado de imprensa da instituição financeira internacional a propósito da conclusão das consultas com o Governo angolano no âmbito do artigo IV dos seus estatutos que prevê discussões bilaterais sobre a evolução das economias dos países membros.

A economista Judite Correia considera os 0,1% de crescimento do PIB previstos pelo Executivo como sendo nulo, razão pela qual entende que houve estagnação.

"Os resultados são diferentes do previsto na revisão orçamental de 2016, calculou-se um crescimento na ordem dos 1,1%, mas não aconteceu". Todavia, Judite Correia considera que o Governo deve estar satisfeito com o facto de o crescimento, pelo menos, não, ter sido negativo, realçando que o crescimento está muito dependente das receitas petrolíferas. "A crise global forçou a estagnação em muitas economias em 2016", sublinhou.

Basicamente de acordo quanto à estagnação do PIB global, Governo e FMI divergem totalmente sobre a evolução sectorial. Patrício Neto garante que o PIB petrolífero registou um "crescimento negativo" na

ordem dos 2,3%, ao passo que o sector não petrolífero avançou 2,2%. Já o FMI diz que aconteceu o contrário: a economia não petrolífera entrou em recessão, com um recuo de 0,4%, enquanto a petrolífera cresceu uns ligeiros 0,8%.

A estagnação da economia angolana no ano passado foi acompanhada pelo disparo da inflação o custo de vida aumentou 42% em termos anuais, o maior aumento em 13 anos - uma situação que os economistas classificam de estagflação.

Estagflação é um cocktail económico composto por fraco crescimento ou mesmo recessão, aumento do desemprego e inflação alta. O aumento simultâneo do desemprego e da inflação contrária a teoria clássica segundo a qual desemprego e inflação caminham em sentido contrário: quando o desemprego aumenta, a inflação diminui e vice-versa.

Contudo, em Angola não existem dados regulares sobre o desemprego. As últimas estatísticas referentes a 2014 divulgadas com os resultados definitivos do Censo Populacional de 2014 apontavam para uma taxa de desemprego de 24,2% entre a população activa com idades entre os 15 e os 64 anos. Não custa admitir que essa taxa aumentou significativamente nos tempos mais recentes.

4.13 AGT prevê encaixe de 36 mil milhões em 2017

Jornal Expansão
06 De Janeiro de 2017

Administração Geral Tributária (AGT) pretende arrecadar este ano 36 mil milhões de Kwanzas com a cobrança do Imposto Predial Urbano (IPU), representando 0,49% das receitas fiscais por natureza económica previstas no orçamento, aponta o Orçamento Geral do Estado 2017.

Até Novembro de 2016, a AGT chegou a encaixar 31 mil milhões Kz de Imposto Predial Urbano, confidenciou ao Expansão uma fonte da Administração Geral Tributária, explicando que neste momento a instituição está a consolidar as contas de Dezembro. Sendo assim, e de acordo com a fonte, só é possível disponibilizar dados ainda provisórios.

Já em 2015, revelou, a Administração Geral Tributária arrecadou 27,5 mil milhões Kz deste imposto, sendo que, "ano após ano, o pagamento de Imposto Predial Urbano tem vindo a crescer no País, pois os utentes de moradias têm mudado de mentalidade", afirmou a fonte.

Primeira fase iniciou dia 2 de Janeiro Segunda-feira arrancou o processo de cobrança da primeira prestação do Imposto Predial Urbano pela Administração Geral Tributária, contribuição anual que o cidadão deve pagar ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno.

A primeira fase da liquidação do imposto que incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento vai até dia 31 de Janeiro. Os imóveis com valor até cinco milhões Kz estão isentos do pagamento do IPU. Acima deste valor, e apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de 0,5%.

De acordo com uma nota da AGT a que o Expansão teve acesso, o imposto deve ser pago na repartição fiscal da área de localização dos imóveis. Caso o contribuinte opte em pagar em duas prestações, a segunda parcela deverá ser paga no mês de Julho.

O não pagamento do Imposto Predial Urbano faz com que os contribuintes acumulem dívidas fiscais, que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta, aponta o comunicado de imprensa da AGT.

Segundo a Administração Geral Tributária, os titulares de imóveis não inscritos naquela instituição devem apresentar a declaração modelo 5 de IPU, de modo a que possam proceder à sua inscrição.

"Sempre que possível a declaração deverá ser acompanhada de documentos que auxiliem na descrição do imóvel, nomeadamente, memória descritiva, planta do imóvel, certidão ou título de propriedade horizontal, contrato promessa de compra e venda, ou ainda termo de quitação".

Porém, a ausência dos referidos documentos não impede a inscrição do imóvel, podendo o titular juntar essa documentação posteriormente.

Para que a Administração Geral Tributária avalie o valor patrimonial do imóvel são necessários fatores determinantes como a localização, idade, disponibilidade de serviços como água, luz e saneamento básico, sem esquecer a área de construção do imóvel, sendo que junção destes coeficientes determina o resultado da avaliação acima ou abaixo dos cinco milhões Kz.

4.15 Orçamento da Presidência da República aumentou 24%

Jornal Expansão

06 De Janeiro de 2017

Texto: Félix Ábias

A dotação orçamental da Presidência da República para 2017 aumentou 24% face ao valor inicial da proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o mesmo ano, de acordo com as contas do Expansão a partir da versão final do documento publicado no site do Ministério das Finanças.

De um valor inicial de 24 mil milhões Kz, após as discussões e aprovação pela Assembleia Nacional, a dotação orçamental da Presidência da República, constante na peça Dotação Orçamental por Órgão", passou para 29 mil milhões Kz, registando um aumento de 5 Mil milhões Kz.

Saliente-se, entretanto, que o valor global das receitas estimadas para 2017 também aumentaram em pouco mais de 1 %.

Quanto à dotação orçamental dos ministérios, por exemplo, a Saúde viu o seu orçamento a aumentar em 2%, pois passou de 94 mil milhões Kz para 96 mil milhões Kz.

Por sua vez, o Ministério da Defesa registou aumento no seu orçamento de 0,4%, tendo passado de 546 mil milhões Kz para 548 mil milhões Kz.

Já o Ministério do Plano e Desenvolvimento Territorial, pelo contrário, face à proposta inicial, sofreu uma queda de 24%, ao passar de 31 mil milhões Kz para 24 mil milhões Kz.

Um outro órgão que sofreu queda na sua dotação após discussão no Parlamento são os Serviços de Inteligência e Segurança Militar, que passou de 45,2 mil milhões de Kz para 45 mil milhões Kz. Quem viu também reduzida a sua dotação orçamental após discussão é o Gabinete de Gestão do Futuro de Belas e Mussulo, que passou de 37,5 mil milhões Kz iniciais para 32 mil milhões Kz.

Luanda registou um aumento de 1% No que diz respeito à dotação orçamental das províncias, destaque para Luanda, que viu o seu orçamento a aumentar em mais de 1 %.

As discussões no Parlamento sobre o Orçamento inicial beneficiaram a capital do País, pois esta passou de 190 mil milhões Kz para 193 mil milhões Kz.

A província da Lunda - Norte, leste do País, por sua vez, passou de 33,4 mil milhões Kz para 34 mil milhões Kz, registando-se um aumento de 0,1%, a Lunda - Sul, localizada na mesma região, aumentou em 0,5%, ao passar de 22,3 mil milhões Kz para 22,4 mil milhões Kz. As províncias de Benguela e Cuanza-Sul são outras das que registaram um aumento nas suas dotações orçamentos, sendo que o primeiro registou um aumento de 0,02%, ao passo que o segundo foi de 0,5%. Pelo contrário, as províncias do Bié, Huila e Namibe viram as suas dotações diminuídas, sendo que os dois primeiros sofreram quedas na ordem dos 0,1%, enquanto no terceiro e último caso a queda foi de 0,2%.

Deputados desconhecem versão final O Expansão tentou ouvir os partidos com assento parlamentar para algumas considerações à volta das mudanças verificadas no OGE 2017, mas sem sucesso, por alegarem falta de contacto com a versão final até ao fecho desta edição.

De recordar que a oposição esteve dividida durante a aprovação do OGE 2017, a 14 de Dezembro último, tendo a FNLA votado a favor, ao lado do MPLA, partido no poder, e com a UNITA e a CASA-CE a votaram contra, optando o PRS pela abstenção.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Negócios no campo

Jornal de Angola

10 De Janeiro de 2017

O campo é um sector que Angola proporciona muitas oportunidades de negócios. É importante que os nossos empresários e potenciais empresários angolanos passem a valorizar as zonas rurais. Temos de acreditar que o campo pode resolver muitos dos nossos problemas. Se temos terras férteis, importa que os nossos empresários as aproveitem e produzam riqueza, no interesse de todos os angolanos.

Há em todo o país empresários nacionais empreendedores que estão dispostos a produzir e a criar empregos. Há angolanos que amam o campo, nele trabalham e dele não querem sair. Que se dêem oportunidades a estes nossos compatriotas que querem trabalhar nas zonas rurais em prol do progresso do nosso país. Acho ainda que se deve incentivar o regresso de muitos camponeses, que vivem nas zonas urbanas, ao campo. Pelos seus conhecimentos e experiência, adquiridos ao longo de muitos anos de actividade agrícola, estes camponeses são mais necessários no campo do que nas cidades. A diversificação da produção no nosso país deve passar, em minha opinião; pelo regresso de muitos camponeses às zonas rurais.

Luís Panzo/ Quiçama

Jovens e empregos

Não sei por que razão se vêem agora poucos jovens a exercer as profissões de sapateiro e alfaiate, para só citar estas. Penso que os jovens desempregados deviam aproveitar o facto de neste momento de crise as pessoas estarem a recorrer às pessoas com aquelas profissões para solicitarem os seus serviços.

Nos tempos que correm, as pessoas já não têm muito dinheiro para comprar mercadorias em lojas que praticam neste momento preços elevados. O poder de compra dos trabalhadores diminuiu consideravelmente, pelo que estes procuram serviços menos onerosos. Quero aconselhar muitos jovens que façam cursos profissionais, mesmo que já tenham feito cursos médios ou mesmo superiores. Sabe-se que há um número elevado de jovens com cursos médios e superiores no desemprego. Penso que estes

jovens devem ir em busca de outras opções, em termos profissionais. Na vida temos de olhar para a realidade. O mercado de trabalho nem sempre oferece empregos que tenham ligação com os conhecimentos que adquirimos no ensino médio ou superior. Conheço jovens com curso médio e superior que fizeram por exemplo formação em culinária e estão a dar-se bem na sua profissão. Muitos destes jovens conseguiram bons empregos. Não sei se um dia esses jovens vão voltar a aplicar os conhecimentos que adquiriram no ensino médio ou na universidade.

Lourdes Narciso/Maianga Solidariedade com os doentes

Vivemos tempos em que, quanto a mim, se nota pouca solidariedade. Há casos de pessoas que têm familiares doentes, mas não são capazes de, mesmo tendo algum dinheiro, de os ajudar, preferindo aparecer apenas na hora da sua morte, para se fazer depois um funeral em que se gastam muitas vezes elevadas quantias em dinheiro. Por vezes o doente precisa apenas de medicamentos que não implicam elevados custos, mas ninguém aparece para dar esse dinheiro, acabando o paciente por morrer. Acho que a atitude destas pessoas é incorrecta.

Devemos ajudar as pessoas quando ainda estão vivas. E preciso sermos solidários com os nossos familiares doentes. Há pessoas que morrem porque não conseguem dinheiro para comprar um medicamento que custa muito pouco dinheiro. Noto também que muitas pessoas não visitam os seus familiares doentes. Eu aprendi com os meus pais que os doentes devem ser visitados. Os doentes não devem ser esquecidos só porque estão doentes.

Francisco Lucas/Terra Nova

Cooperativas de produção

Acho que se deve desenvolver o cooperativismo em Angola, para que muitas pessoas possam melhorar as suas condições de vida. A experiência de vários países, inclusive o nosso, mostrou que o cooperativismo contribui grandemente para aumentar a qualidade de vida das pessoas. Que se dê todo o apoio necessário às cooperativas de produção que já existem e se incentive a criação de outras, a fim de que muitos milhares de angolanos possam viver cada vez melhor.

5.2 Higino Carneiro trava desenvolvimento de Cacuaco

Jornal Liberdade

20 De Janeiro de 2017

Texto: Kalunga Dos Santos

Segundo, os cidadãos ouvidos pelo Jornal Liberdade, nesta quinta-feira, frisaram que Higino Carneiro tomou esta decisão no ano passado quando visitou pela primeira vez o Cacuaco dias depois da sua nomeação como governador da capital do país. De lá para cá o município já não é o mesmo, constatámos várias demolições, ruas cheias de lixo e o interior de todos os bairros não tem estradas, ravinas e a dividirem as ruas, o fraco abastecimento de água potável e energia eléctrica, e tantos outros bairros não beneficiam dos projectos que Luanda tem favorecido em prol do desenvolvimento social, disse Madalena Damião moradora do bairro dos pescadores. A nossa interlocutora salientou ainda que a administração local atribuiu aos vários cidadãos espaços para a construção de casas nos projectos "Maye-Maye, Vila Kativa, Mayombe e tantos outros, mas os beneficiários não conseguem construir as suas residências porque o senhor Higino Carneiro mandou parar com a entrega de documentos e a construção das casas. Na mesma senda, Pedro Miguel acusou o actual governador de mentiroso pelas promessas que o titular havia feito aos munícipes aquando de sua visita pela primeira vez como Governador de Luanda, disse acrescentando que Higino Carneiro, na visita efectuada pelo município mais a norte da capital do país, o mesmo andou nos bairros Boa Esperança, Belo Monte, Paraíso, Vidrul, e ao centro de captação de água do Kifangondo o que ele fez é apenas alimentar o povo com promessas que não passam de meras falsidades.

Na opinião do interlocutor, o executivo de Higino Carneiro deve passar da teoria para a prática porque o povo já está cansado com várias mentiras, e para voltarmos acreditar que eles dizem será difícil. Por sua vez, Domingas Francisco, residente no bairro Mayombe, acrescentou que a população que vive no seu bairro passa dificuldades de várias ordens no que concerne ao abastecimento de água potável, hospitais, escolas, vias de acesso, energia eléctrica, mercados e transportes, realçou, que todos meios que citou não existe, que a construção de escola e do hospital que se encontra em curso na mesma localidade é do tempo da administradora Rosa Janota e que está parado por algum tempo, disse a munícipe. Domingas foi mais longe, salientando que 95% da população que vive no referido bairro residem em casas de chapas de zinco e carecem de apoios financeiro porque maioritariamente são jovens,

antigos combatentes e desempregados. Já José Coelho, morador do bairro Belo Monte em Cacuaco, reforçou que o executivo de Higino Carneiro é falhado, porque há vários bairros que não possuem infra-estruturas capazes de acomodar os cidadãos quando necessitam tratar um determinado documento. Para dar exemplo, aqui em Cacuaco, tratar bilhete de identidade, ou registar urna criança, ainda é um bicho-de-sete-cabeças, porque os serviços não são descentralizados. Quem acha que isso não é verdade que venha constatar isso in loco na Vila de Cacuaco, as enchentes que te havido no posto de emissão de bilhetes, nos bancos quando se trata de pagamento de salários e outros serviços, disse. Artur Fernando residente no bairro Nova Urbanização, salientou que em Cacuaco há filhos e enteados porque há áreas que são privilegiadas e outras encontram-se em estado crítico, por falta de políticas credíveis de quem governa. Artur foi mais longe acentuando que o seu bairro Nova Urbanização nos arredores do Tribunal Provincial localizado na Avenida Fidel de Castro (ex-via expresso), sentido Cacuaco Viana e Benfica, encontra-se há mais de dez anos sem energia eléctrica, água potável saneamento básico e a requalificação de das ruas. A população do município de Cacuaco, estáfarta de como o actual governador pretende gerir o Cacuaco, porque os terrenos que já foram dados aos cidadãos para que seja concretizado o sonho da casa própria está sendo adiado porque o governo provincial achou mandar parar tudo e não sabemos porquê, disse. E hoje, os terrenos que já foram entregues aos cidadãos estão aí abandonados esperam por autorização do Higino Carneiro, que vive bem enquanto os pacatos cidadãos dormem em casas de chapas ou aluguer. Mas gostariam que o Governador de Luanda revisse bem a sua linha de pensamento sobre o desenvolvimento do município de Cacuaco, "porque nós estamos a espera que liberem o administrador Carlos Cavuquila, que tenha a autonomia para orientar a construção de casas nos projectos que conceberam para a população": disse Artur Fernando.

O Jornal Liberdades contactou o Gabinete de Comunicação e Imagem da Administração Municipal de Cacuaco, e uma fonte próxima ao administrador Carlos Alberto Cavuquila, sem querer gravar entrevista disse que já há um decreto presidencial que autoriza a construção das habitações dos projectos Vila Kativa, Maye-Maye e Vila das Ideias e só falta implementar.

5.3 Há mais gente a viver nas zonas rurais e menos nas urbanas

Jornal O PAÍS

20 De Janeiro de 2017

Texto: Luís Faria

População rural aumentou e a urbana diminuiu entre 2016 e 2017, de acordo com as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE). Vivendo, em qualquer dos anos, mais de 60% da população em zonas urbanas, a verdade é que o grau de 'urbanização' diminuiu, de acordo com as projeções do INE, de perto de 63% do conjunto dos habitantes do país em 2016 para menos de 61% este ano.

Do total da população projetada pelo INE para este ano, 28.359.634 pessoas, mais de metade (14.196.206 pessoas, o correspondente a 52,7% do total) é do sexo feminino, sendo de notar que as mulheres representam perto de 52% da população rural e pouco mais de 51% da população urbana.

A província de Luanda albergará mais de 7,7 milhões de pessoas este ano. A seguir a Luanda é a Huíla que se posiciona como a província mais populosa (2.735.297 habitantes projetados, surgindo depois Benguela (2.414.094 habitantes) e Huambo (2.234.039 habitantes). Todas as restantes províncias reúnem, de acordo com as projeções do INE, menos de dois milhões de habitantes, obedecendo todas as grandes 18 regiões administrativas que constituem o país à regra da preponderância feminina, com exceção do Zaire e Lunda Norte, onde os homens são ligeiramente maioritários.

Já o predomínio da população residente em zonas urbanas, que se verifica a nível nacional, é invertido em sete províncias. Com efeito, no Uíge, Cuanza Sul, Huambo, Bié, Huíla, Cunene e Bengo a população vive maioritariamente em zonas rurais. A Huíla pode mesmo considerar-se a 'campeã' da ruralidade, com mais de 1,8 milhões de pessoas a viver no campo, o que corresponde a 67% da respectiva população total (mais de 2,735 milhões de almas, segundo as projeções do INE para este ano). É de destacar ainda que a Huíla, Cuanza Sul e Huambo são as províncias onde, pelo menos, mais de 1,16 milhões de pessoas vivem em zonas rurais.

No extremo oposto encontrasse Luanda, onde apenas 2,56 habitantes residem em zonas rurais. No conjunto, a população rural projectada para este ano abarca 10.349.483 indivíduos, preponderando o sexo feminino.

Mais 856 münum ano A população total angolana projetada pelo INE para 2016 é de 27.503.526

pessoas, o que significa que de 2016 para 2017, a população aumentou 856.108 pessoas. As grandes características da população em 2016 são idênticas às do universo populacional estimado para este ano, com o sexo feminino a representar 51% do total, mais do que o projetado para 2017, o que pode desenhar uma tendência de uma repartição mais igualitária da população. O grau de 'urbanização' é mais acentuado do que o projetado para este ano, situando-se próximo de 63%, o que pode esboçar uma outra tendência, a de um maior equilíbrio entre a população urbana e rural. O facto é que, de um ano para o outro a população rural aumenta (mais 156 mil pessoas) e a urbana diminui (menos 55 mil pessoas).

As projecções agora divulgadas pelo INE inserem-se no cálculo das Projeções da População para o período de 2015 a 2050, as quais têm como base os dados recolhidos no Recenseamento Geral da População e Habitação em 2014 e que 'deverão ser utilizadas para diversos fins até à realização do próximo Censo em 2024', indica uma nota do instituto.

5.4 SJA Contesta nova Lei de Imprensa

Jornal O País

26 De Janeiro de 2017

Texto: Neusa Filipe

O secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos, Teixeira Cândido, disse, em conferência de imprensa, que a actual Lei de Imprensa contém um conjunto de normas que considera atentarem contra a liberdade de imprensa e que lesam gravemente a Constituição.

Teixeira Cândido apontou o artigo 29º da actual Lei de Imprensa que confere ao Ministério da Comunicação Social competências que na antiga Lei cabiam exclusivamente aos tribunais.

"A nossa maior preocupação está no âmbito da regulação. Houve nessa regulação usurpação de competências, porque competências que são dos tribunais foram atribuídas ao Ministério da Comunicação Social", referiu.

O responsável salientou que uma empresa de comunicação só viola o seu estatuto editorial quando lesa os limites que estão estabelecidos na Constituição, tais como os segredos de justiça, os segredos militares' a difamação, a calúnia, entre outros.

Para além da questão da regulação, a fonte informou que, preocupa ainda o SJA o facto de a nova lei exigir como montante mínimo para a abertura de uma empresa de Comunicação Social 75 milhões de Kwanzas, aludindo que é desejo do Sindicato que o actual pacote Legislativo venha a reflectir não só as expectativas dos jornalistas, mas, fundamentalmente, as da sociedade.

Para o SJA, não pode ser uma entidade administrativa a syndicar os direitos fundamentais da liberdade de imprensa, visto que a mesma entidade tutela também órgãos de Comunicação Social Públicos.

Relativamente ao código de ética e deontologia profissional e à entidade competente para emitir a carteira profissional, o sindicalista manifestou-se regozijado com o facto ter sido aceite que a entidade competente para emitir a carta profissional será a Comissão de Carteira e Ética e não a entidade reguladora da Comunicação Social como inicialmente era proposto.

Fez saber por outro lado que, a entidade competente para aprovar o código de ética e deontologia profissional passa a ser as Associações dos profissionais e não a entidade reguladora da Comunicação Social como inicialmente também era previsto, e apela a que as mesmas normas entrem em vigor o mais rápido possível, a fim de facilitar à classe obter a sua carteira profissional.

Garantiu que o sindicato fará o levantamento exaustivo de todas as questões que na sua opinião podem atentar contra a liberdade de imprensa e vai encaminhá-las ao Tribunal Constitucional a fim de serem corrigidas.

5.5 Autarquias Já!

Novo Jornal

27 De Janeiro de 2017

Entre as promessas eleitorais não cumpridas pelo MPLA, a não realização das autarquias parece ser a mais difícil de explicar e também aquela em que o rabo do gato fica mesmo de fora. Ao contrário de outras promessas, em que não foram feitas afirmações tão categóricas e fomos assistindo a melhorias graduais, o processo das autarquias está absolutamente parado e ninguém em perfeita consciência acredita que o partido maioritário não tenha quadros nem conhecimentos para em meses organizar todo o pacote eleitoral que há anos dizem estar a preparar.

Quanto mais se avança com a lengalenga do pacote eleitoral ou com a tentativa de refrear do ímpeto

autárquico, mais as pessoas percebem que o que está em causa é apenas o medo do partido maioritário de perder o seu controlo sobre a administração local. Apesar dos comprovadíssimos fracassos registados, o partido no poder teima em manter as velhas regras de jogo da nomeação, como se não existisse uma CRA nem a promessa eleitoral de 2012. Se ao menos na prática os resultados fossem abonatórios, certamente as pessoas se sentiriam mais confortadas por terem administradores não eleitos, mas capazes, dinâmicos e trabalhando para a solução dos problemas dos cidadãos.

Ora, regra geral, salvo raríssimas excepções, a opinião sobre os administradores não é boa; os critérios de nomeação são quase sempre partidários e os problemas concretos dos cidadãos continuam por resolver. A dança das cadeiras que ocorre sempre que um governador muda ou sempre que não existem soluções à vista não oferece mais nenhuma garantia de mobilização da vontade dos cidadãos, e o descrédito, a falta de confiança e a péssima imagem da administração local, enquanto prestadora de serviços aos cidadãos, são evidentes. As nomeações e os critérios partidarizados transformaram a administração local do estado num instrumento dos jogos clientelares da situação, para cuja nomeação conta uma espécie de retribuição de favores políticos ou promoção de afectos. Dado o gradualíssimo estabelecido na CRA, esperava-se que Luanda, com as suas cidades satélites, pudesse a título experimental dar início ao processo autárquico, mas hoje facilmente se constata que essa perspectiva está muito longe de acontecer, sobretudo agora que todas essas cidades foram convertidas em distritos urbanos.

Em definitivo, o partido maioritário não quer avançar com as autarquias e nem se sente na obrigação de dar "cavaco" a alguém sobre isso. Faz pura tábua rasa sobre a CRA e desata a nomear e desnomear administradores como se não fosse uma usurpação dos direitos dos cidadãos. A CRA consagra inequivocamente o princípio da descentralização, introduzindo apenas o critério do gradualíssimo. Ora, não havendo gradualíssimo nenhum, o direito consagrado fica ferido. A saída passa obviamente pela confrontação, uma confrontação pacífica, legal e ordeira, no plano do combate político e do debate público, mas objectivamente uma confrontação. E a oportunidade não pode ser melhor. Estamos em pleno ano eleitoral e, no curto período de seis meses, o povo vai pronunciar-se nas urnas sobre o desempenho da governação, incluindo sobre o modelo de governação que teima em manter. O MPLA tem de ser levado a reflectir se quer arriscar um voto de rejeição, sobretudo no maior círculo eleitoral do país, ou se prefere antes evitar a

confrontação e dar aos cidadãos o que eles querem as eleições autárquicas.

Mesmo que do ponto de vista operacional seja muito difícil juntar em Agosto as eleições gerais e as autárquicas, é possível realizá-las, pelo menos em Luanda, ainda este ano.

Tecnicamente, o mapeamento feito pelo actual registo eleitoral permite saber com exactidão onde está cada eleitor da cidade capital e o plano director geral metropolitano de Luanda possui hoje os limites geográficos de cada circunscrição. Opte-se, pois, por converter em autarquias os municípios ou os distritos urbanos. Coloca-se o problema da restante legislação acessória, mas nessa matéria Luanda tem sido fértil em casos de excepção.

Nos últimos anos, a estrutura administrativa de Luanda mudou mais vezes até que o número de governadores provinciais incluindo um alegado estatuto diferenciado e, portanto, um quadro legislativo especial e experimental pode definir regras de arrecadação fiscal e outras que permitam realizar autarquias num curtíssimo prazo.

O ideal é, pois, que as organizações da sociedade civil que sempre se bateram por esta causa tomem a iniciativa de apresentar um manifesto eleitoral pró-autarquias como forma de afirmação da vontade dos cidadãos em desenvolver os seus municípios, ter gestores competentes e verdadeiramente engajados na melhoria dos serviços públicos.

Deve ser um manifesto forte e publicamente visível, capaz de enviar um sinal claro aos políticos sobre os perigos reais da não participação popular no pleito de Agosto de 2017, se não forem dadas garantias efectivas de Autarquias Já.

Não se trata de nenhuma acção criminosa de apelo ao boicote eleitoral, mas antes o uso da arma mais potente que os cidadãos têm para que os seus direitos não sejam continuamente usurpados e as suas expectativas goradas: o voto.

É verdade que falta na sociedade uma entidade credível e não partidarizada que possa encarnar e liderar essa causa cidadã mas, perante a forte contestação do actual sistema; talvez não seja despiendo para o MPLA tratar desse assunto com a seriedade que ele merece e não correr o risco de surpresas com um voto de rejeição ou com uma forte abstenção. As ex-novas cidades como Sequele, Talatona, Kilamba, actuais distritos urbanos, e mesmo o grande município de Luanda reúnem condições para as primeiras experiências autárquicas ainda este ano de 2017. Há anos que defendemos que

esse modelo experimental deveria ter sido iniciado fora do quadro jurídico da província de Luanda, ou seja, sob alçada experimental do MAT e do Minfin. Um sistema integrado de gestão municipal permitiria reunir informações sobre o número de moradores, suas propriedades e a partir daí efectuar as cobranças de taxas e impostos municipais, arrecadar receitas e iniciar um novo modelo de gestão urbana a partir da retenção de parte das receitas. Não é forçoso que se tenha de esperar por novas leis nacionais para arrancar com o processo autárquico, sobretudo tendo em conta os mais recentes casos de excepção feitos em Luanda.

5.6 População angolana cresce na ordem de um milhão por ano

Jornal Novo

27 De Janeiro de 2017

Texto: Isabel Bordalo

A população angolana, em 2017, vai aproximar-se dos 28 milhões e 400 mil habitantes, segundo estimativa do Instituto Nacional de (INE), que fixou em 27 milhões, 503 mil e 526 o número de cidadãos residentes em Angola, em 2016.

Estes números traduzem um aumento anual da população na ordem de um milhão de pessoas, tendo em conta os dados definitivos do último Censo Geral a População, realizado em 2014, com uma taxa de cobertura de 94,4%, e que contabilizou uma população residente próxima das 25 milhões e 800 mil pessoas (25.789.024).

O Recenseamento Geral da População e Habitação «RGPH 2014», realizado pelo Instituto Nacional de Estatística com a ajuda de uma equipa de 105 mil pessoas, "proporcionou ao país uma base de dados sociodemográficos actualizados", que constitui um "marco de referência para a planificação, acompanhamento e avaliação dos programas e projectos de desenvolvimento de Angola", como sublinha o director do INE, Camilo Ceita.

É com base nos dados recolhidos no «RGPH 2014» que o INE tem estado a trabalhar para o cálculo das Projecções da População para o período de 2015 a 2050, prevendo-se para 2024 a realização do próximo censo geral. A verificar-se a tendência de crescimento actual, Angola pode chegar a 2050, com uma população superior a 50 milhões de pessoas.

Tanto em 2014, como em 2016, a maioria da população é constituída por mulheres, estimando-se uma ligeira recuperação do universo masculino, em 2017. Se as mulheres em 2015 somavam 13.289.983

indivíduos, o que corresponde a 52% da população; em 2017, a população feminina é estimada em 14.576.174, ou seja 51,4% do total de população residente em Angola, país com um índice de masculinidade de 94, em 2014, o que significa que existiam em média 94 homens para cada 100 mulheres.

Apenas uma província tem mais homens

Os homens, em 2014, correspondiam a 48% da população e, em 2017, o INE estima que aumentem ligeiramente para 48,6% do total, tendo-se constatado, em 2014, que apenas duas províncias tinham um índice de masculinidade igualou acima de 100. Trata-se das províncias do Zaire e da Lunda-Norte, esta última com 106 homens para cada 100 mulheres.

Particularmente desequilibrada é a distribuição geográfica da população, com mais de 17 milhões (17.310.414) de pessoas concentradas nos meios urbanos e 10 milhões (10.193.052) nos meios rurais, em 2016. Em 2017, estima-se um ligeiro acréscimo da população rural (10.349.483) e uma descida da população urbana (17.254.941).

Esta concentração populacional concentração populacional contrasta com a grande dispersão territorial de um país dividido em 162 municípios e 550 comunas. Com um total de 27.641 localidades nas 18 províncias que formam o país, apenas 2.352 localidades são urbanas e é nestas que reside a esmagadora maioria da população. As restantes 25.289 localidades são rurais e têm uma fraca densidade populacional.

Números que mantêm a distribuição geográfica verificada no Censo de 2014, com 63% da população a residirem na área urbana e 37% na área rural.

Em 2016, mais de três quartos da população do país estavam, pois, concentrados em sete províncias, à semelhança do que acontecia em 2014 e do que é estimado para o corrente ano. Luanda, com 7 milhões 460 mil e 871 pessoas, o que equivale a um terço da população, absorve a grande fatia dos quase 20 milhões de angolanos (19.747.179) que residem nestas sete províncias, seguindo-se, por ordem decrescente, a Huíla, Benguela, Huambo, Kwanza-Sul, Uíge e Bié, como se pode ver nos quadros acima.

5.7 Taxa de crescimento da população prevista para 2017 preocupa demógrafos

Jornal Expansão

27 De Janeiro de 2017

Texto: Félix Abias

Demógrafos ouvidos pelo Expansão consideram "bastante elevado" o crescimento da população angolana para 2017, que aponta para 28 milhões de habitantes, e defendem medidas para conter esta tendência. O Instituto Nacional de Estatística (INE), recorde-se, actualizou os dados da projecção da população para 2017, projectando cerca de 28 milhões de habitantes no próximo ano, dos quais, por género, aproximadamente 13 milhões corresponderão ao sexo masculino e 14 milhões ao feminino. Assim, a taxa de crescimento prevista é de 3,7%. Os dados do Censo 2014 projectaram quase 26 milhões de habitantes, com uma taxa de crescimento anual de 2,7%. As projecções apontam para 65 milhões de habitantes em Angola até o ano 2050.

A propósito das projecções feitas, a chefe do departamento de Demografia e Estatísticas Sociais do INE, Margarida Lourenço, esclareceu ao Expansão que, apesar de já haver o Censo 2014, será necessário fazer a projecção da população pois, em dois anos, a dinâmica muda e os dados populacionais transformam -se.

Preocupado com a taxa de crescimento, o vice-decano da faculdade de Ciências Sociais e regente da cadeira de Demografia na mesma instituição, Luiekakio Afonso, considera "preocupante" a projecção da população angolana para 2017. "É normal que a população se modifique, mas estamos a crescer muito", afirma o demógrafo.

Com a taxa de crescimento a fixar-se em 3,1%, o docente explica que em cada 100 habitantes anualmente aumentam três.

"São muitas crianças que nascem e isto tem repercussões na planificação de políticas públicas, implicando grandes desafios, sobretudo na Saúde e Educação". Questionado sobre qual seria a taxa ideal de crescimento, Luiekakio Afonso explica que projecções pessoais não são muito importantes, embora tenha admitido que um crescimento de 2,1 % seria mais administrável.

Para conter o ritmo de crescimento populacional, Afonso defende mais incentivos aos programas de educação de qualidade, para que a população tenha consciência do seu "padrão reprodutivo". "Precisamos de ajudar a população a compreender que fazer muitos filhos não significa necessariamente vantagem ou riqueza", alertando no entanto que "também não se pode, obrigar que as pessoas tenham e apenas dois ou um filho. As próprias famílias vão perceber as vantagens de controlar a fecundidade, é preciso apenas educá-las". Sobre as assimetrias regionais, defende mais oferta de bens e serviços fora da capital do País, além de infra-estruturas sociais para atrair as populações.

Dois filhos por casal seria o recomendável

O demógrafo Mingiedi Nzinga considera igualmente preocupante o valor previsto para a taxa de crescimento. Nzinga aponta que, com o actual ritmo de crescimento, "nenhum Estado consegue garantir melhores condições às populações". Para este demógrafo, este crescimento não traz desenvolvimento, nem zonas urbanas estruturadas, mas sim mais musseques, com condições de habitabilidade precária e alto nível de analfabetismo. "Tudo isso tem como consequência a explosão demográfica, o desemprego ou a guerra", afirma, utilizando o exemplo do Congo Democrático como paralelo, onde existem mais de cem milhões de habitantes. Nzinga, que defende uma taxa de crescimento de 1.1%, afirma que o Estado deveria adoptar políticas "anti-natalistas", dando como exemplo os longínquos anos de 1940 do Japão, onde foi aplicada uma política de abrandamento da sua população, através de uma nova gestão do planeamento familiar. O demógrafo explica ainda que o Japão criou centros em toda a extensão do País e anos depois conseguiu abrandar o crescimento da população e estimulou o desenvolvimento cultural, a qualidade de vida e aumentou o emprego. "Pelo nosso País temos que entrar nessa lógica o crescimento deve acompanhar a condição material, o número de pobres não pode aumentar por questões morais", afirmou.

5.8 Nomeados pelo governador provincial de Luanda

Administradores distritais tomam posse

Jornal de Angola
27 De Janeiro de 2017

Os administradores distritais nomeados pelo governador provincial de Luanda tomam posse hoje.

Para o município do Cazenga, Branca Nunes no cargo de administradora do Distrito Urbano do Hoji Ya Henda, Celsio de Carvalho administrador do Distrito Urbano 11 de Novembro, Paulo Adão administrador do Distrito Urbano do Cazenga Popular, Simão Ferreira Neto administrador do Distrito Urbano do Tala-Hadi e Esteves Manuel Machado nomeado para Exercer o cargo de Administrador do Distrito Urbano do Kima Kieza. Para o município de Belas, Nlandu Nganga é o administrador-adjunto para a Área Política, Social e da Comunidade do Distrito Urbano de Cabolombo, Miguel Silva de Almeida é o administrador do Distrito Urbano de Ramiros, João Baptista Domingos do Distrito Urbano do Kilamba, Madalena da Conceição do Distrito Urbano do Morro dos Veados, Cândido Francisco administrador do Distrito Urbano de Quenguela, Baptista Correia do Distrito Urbano de Vila Verde e Cecília Laureano administradora do Distrito Urbano de Cabolombo, Município de Belas. Para o município de Viana, Gilberto Vicente Cassule, é o administrador comunal adjunto na Comuna de Calumbo, Euclides da Costa administrador do Distrito Urbano da Báia, Julieta Vassuelela Ngueve administradora do Distrito Urbano de Viana e Eduardo Fernando é o administrador do Distrito Urbano da Estalagem. No município de Cacuaco, foi nomeado José da Costa para administrador comunal da Funda, Njila de Carvalho administradora do Distrito Urbano do Saquele, Francisco Chipilica administrador do Distrito Urbano de Cacuaco, Luís Gonzaga Rodrigues para administrador do Distrito Urbano do Kikolo e Luís Vicente do Distrito Urbano dos Mulenvos Baixos. Para o município de Talatona, Antunes Fernando Huambo é administrador do Distrito Urbano da Cidade Universitária, Luís Cange para administrador distrital adjunto para a Área Política, Social e da Comunidade do Distrito Urbano do Camama e Joaquim Israel nomeado para o cargo de administrador do Distrito Urbano de Talatona.

O governador provincial nomeou ainda André João Juanga para administrador adjunto para a Área Técnica, Infra-estruturas e Serviços Comunitários do Distrito Urbano do Neves Bendinha, Naulila Masisa Fernandes André vai exercer o cargo de administradora do Distrito Urbano do Neves Bendinha e José Joaquim Oliveira para administrador do Distrito Urbano do Lar do Patriota.

5.9 Lei das comissões de moradores é crucial

Jornal de Angola

28 De Janeiro de 2017

Texto: Nilza massango

As administrações distritais devem implementar com urgência a Lei das Comissões de Moradores, confirmar por via de eleições as que já existem e promover o surgimento de outras, de forma a constituírem-se como principais interlocutores da Administração Local do Estado. A recomendação é do governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, aos novos administradores distritais e seus adjuntos, empossados ontem, no Salão Nobre do GPL.

Higinio Carneiro defendeu que a vigilância comunitária deve ser implantada, assim como a proteção do património público, uma responsabilidade que cabe em primeira instância às comissões de moradores. Comissões de moradores são um instrumento de apoio à Administração Local do Estado. Por isso recomendo que seja colocada na vossa agenda", referiu, alertando aos empossados sobre o combate às transgressões administrativas.

O acompanhamento do registo eleitoral é outra recomendação que deve constituir uma tarefa principal dos novos administradores distritais e seus adjuntos, apelando e mobilizando os cidadãos para o exercício de cidadania e patriotismo, uma vez que acontecem este ano as eleições gerais no país.

Depois de cumprimentar os novos administradores distritais e seus adjuntos, Higinio Carneiro lembrou aos empossados que foram nomeados para servir o povo e não servirem-se dele. "Todos os que integrarem por via da nomeação, os gabinetes, repartições e outros serviços, devem ser funcionários funcionais", disse. Foram empossados no total, 31 novos administradores distritais e 46 adjuntos, distribuídos nos vários e novos distritos urbanos, criados em função da nova divisão administrativa da província de Luanda, que passou a contar com nove municípios, 41 distritos e 14 comunas.

Higinio Carneiro empossou ainda Sérgio Caetano da Costa Camões e Helma Chimwefeleny, assessor do governador da província de Luanda para a área económica, e directora do gabinete do Presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda. Antunes Fernando Huambo, o novo administrador do distrito urbano da Cidade Universitária, já exerceu o cargo de administrador municipal de Menongue, província do Cuando Cubango, experiência de gestão

que pretende levar ao seu novo cargo. "É mais um desafio que pretendo concretizar."

Consta da sua agenda de trabalho, diálogo com os moradores, com as igrejas, autoridades tradicionais e outros actores. Falou em começar a identificar as potencialidades económicas do distrito urbano e criar condições para todos os jovens participarem ativamente na vida do distrito urbano. Acredita que ainda há tempo do distrito preparar-se para desfilar o carnaval deste ano e muito antes criar condições para as festividades do 4 de Fevereiro, dia do Início da Luta Armada.

Célsio de Carvalho, administrador do distrito urbano do 11 de Novembro, município do Cazenga, tem 32 anos, é um dos muitos jovens empossados aos cargos de administradores distritais e adjuntos. Disse que aceitou o cargo com muita responsabilidade e que entre as prioridades, está a luta contra a criminalidade no seio da juventude. Celso de Carvalho é primeiro secretário municipal da JMPLA do Cazenga e foi director municipal da Juventude e Desportos do mesmo município.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Milhares de moradias sociais entregues em breve no Bié

Jornal de Angola
03 De Janeiro de 2017
Texto: João Constantino

A centralidade do Culto tem mais de três mil moradias prontas para serem entregues a partir do primeiro semestre deste ano, garantiu sexta-feira o vice-governador para as infra-estruturas, José Chatuvela, durante uma visita de campo feita na localidade pelo governador da província do Bié, Boavida Neto.

Jose Chatuvela afirmou que os trabalhos técnico de drenagem, água e luz estão na fase, o que permitirá que as primeiras três mil habitações sejam entregues dentro do tempo estipulado.

"Como podemos ver, as obras correm a bom ritmo. Refiro-me à conclusão da estação de tratamento de água, tratamento de águas pluviais e as outras infra-estruturas de apoio, tudo para dar maior acomodação à população que aqui residir", disse.

O governante disse ainda que serão necessários mais de 12 megawatts para abastecer a centralidade e esperam receber mais 20 megawatts da vizinha província do Huambo, " Quanto à água, estamos a concluir o projecto Cuito 1 para abastecer novas áreas de construção da cidade. Aqui na centralidade, o sistema de captação e distribuição deve estar concluído entre os meses de Abril e Maio deste ano", afirmou.

Obras em curso

O vice-governador afirmou ainda que a distribuição de água no município do Cuito vai melhorar, com a conclusão do sistema Cuito 1, que levará água potável aos bairros Azul, Militar, Ngele e Tchissindo.

"Prevermos aumentar mais sete mil ligações domiciliárias. Actualmente temos mais de seis mil ligações domiciliárias na cidade do Cuito, o que é insuficiente para o número de habitantes", disse.

José Chatuvela disse que o problema de insuficiência afecta também o abastecimento de energia, visto que para cobrir a cidade são necessários 12 megawatts.

6.2 Obras da centralidade da cidade de Saurimo arrancam em Março

Jornal Economia e Finanças
06 De Janeiro de 2017

A governadora da província da Lunda Sul, Cândida Narciso, disse na semana passada, em Saurimo, que a construção da centralidade local, cujo início está previsto para Março de 2017, será um ganho, "inequívoco" para a população da cidade.

Para Cândida Narciso, a construção da centralidade vai aumentar a oferta de habitação aos cidadãos, com particular realce para os jovens.

Explicou que o projecto da centralidade de Saurimo deverá acontecer de forma faseada, tendo como primeira fase a construção de 200 apartamentos com as tipologias T3 e T4, e na segunda mil.

"A implementação deste projecto na nossa província será um ganho inequívoco, uma vez que vai permitir que todos aqueles cidadãos que não têm casa, consigam a sua primeira residência, para viverem em condições condignas, tudo isso demonstra a vontade do nosso Executivo em continuar a melhorar as condições sociais da população", disse.

Cândida Narciso destacou, por outro lado, o subprograma de construção de 200 fogos habitacionais nos municípios de Cacolo, Dala e Muconda, que tem tido resultados satisfatórios, uma vez que o número de cidadãos nessas residências tem vindo a crescer.

Disse que no âmbito do Programa de Investimento Público, o governo local tem vindo a construir em todos os municípios residências para professores e técnicos de saúde, com vista a manter os profissionais nos seus locais de trabalho.

De acordo com o presidente do Conselho da Administração da Imogestín, Rui Cruz, as obras do empreendimento vão estar a cargo da empresa Griner.

As 200 casas anunciadas nesta primeira fase vão ser construídas na reserva fundiária de Saurimo, nos arredores da mesma cidade, na margem direita da

estrada nacional 180, que liga os municípios de Saurimo/Dala e a cidade de Luena, província do Moxico, ocupando uma área de 25 hectares, que correspondem a igual número de campos de futebol, segundo o director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Francisco Txiquendja Heleno.

O projecto da construção da centralidade inclui infra-estruturas sociais, nomeadamente escolas, hospitais, jardins, campos desportivos, lojas e redes de saneamento básico e eléctricas, lancis e sinalização, entre outros serviços. Esta iniciativa de construção da centralidade de Saurimo foi ressaltada pelos seus munícipes, que almejam ver concretizada esta tarefa para suprir o défice de habitações a nível local.

6.3 Imposto e complicações

Novo Jornal

6 De Janeiro de 2017

A nossa vida de cidadãos angolanos está cheia de exemplos de serviços duplicados ou triplicados que o Estado presta o cidadão, dos quais os exemplos mais flagrantes são a infinidade de cartões que um único cidadão possui: cartão de residência, cartão de contribuinte, bilhete de identidade, cartão de segurança social, cartão de eleitor, cartão de seguro e, nalguns casos, ainda temos de pedir certificados que atestem a nossa condição de utentes do cartão.

O Estado, ao invés de trabalhar para a simplificação da vida do cidadão, continua a funcionar em "quintas e guetos de demarcação de poder"; cada departamento procura demonstrar mais competência que o outro, melhor projecto e mais visibilidade tendo, por vezes, o mesmo destinatário, a mesma área de intervenção ou até os mesmos resultados. Um cartão do cidadão eliminaria, por exemplo, a quase totalidade dos mil e um cartões que possuímos e pouparia uma infinidade de dinheiro, tempo e eficácia ao Estado e a cada um dos utentes. Como em outros tantos assuntos, há anos que todos concordam na necessidade de um cartão do género, mas disso não saímos.

É, pois, natural, que muitos dos projectos nacionais deixem transparecer essa lógica das "quintas ministeriais e provinciais", que impedem uma melhor rentabilização de recursos e de meios e um atendimento ao cidadão mais eficiente. Várias iniciativas provinciais deveriam, na verdade, ser regionais, tal como várias iniciativas ministeriais, em vez de uma actuação isolada, requerem uma Acção integrada de todo o governo, na base da

complementaridade e da busca das melhores soluções.

Existem projectos e actividades que, de tão transversais, deveriam abarcar vários sectores e uma actuação integrada e multifacetada do governo. Apesar de alguns casos de sucesso, sobrepõem-se no programa de governo projectos que poderiam ser agrupados num único, em vez da sua dispersão, como se cada departamento ministerial tivesse o seu próprio Estado e os seus próprios cidadãos para atender. Não se pode dizer ao certo que falta articulação, visto que, para além de alguns bons exemplos de coordenação multisectorial, existe o conselho de ministros como órgão de consulta e ainda as comissões de coordenação da política social, económica e economia real. A verdade é que, apesar de todas elas, muitas das acções do governo, sobretudo na esfera operacional, deixam transparecer um acentuado nível de desarticulação, de falta de diálogo institucional e até de ausência de mecanismos de facilitação de processos e práticas de implementação de projecto.

O caso mais visível dos nossos dias é o do pagamento do Imposto Predial Urbano. A Administração Geral Tributária (AGT) apela ao pagamento do imposto de "forma voluntária" e informa que a legalização do imóvel não é condicionante desse pagamento. A AGT quer apenas saber do seu dinheiro, não querendo, nem por sombras, saber das responsabilidades do "outro" Estado (a que a AGT não pertence) para com os cidadãos.

E assim gastam-se rios de tinta e de dinheiro numa campanha publicitária para explicar ao cidadão angolano que uma coisa é o Estado da AGT, que cobra e quer o IPU pago, e outra coisa é o outro Estado que deveria facilitar os processos de legalização da propriedade, registo de matrizes prediais ou conceder juridicamente aos cidadãos os seus direitos de propriedade.

O IPU é descrito como uma contribuição monetária que cada um deve pagar ao Estado por posse, detenção e usufruto de um imóvel. Ora, a maior parte dos cidadãos não tem por culpa do Estado as suas posses e os prédios urbanos devidamente comprovadas por lei. A administração pública do Estado não possui serviços expeditos, competências técnicas nem capacidade humana para atender à demanda dos muitos dos proprietários "informais" que construíram, compraram ou herdaram imóveis de que não conseguem comprovar a titularidade. Se para o Estado-AGT basta a presunção de propriedade, para o restante Estado (o dos tribunais, das conservatórias do registo predial, dos bancos comerciais, heranças isto é material tão sensível que

necessita de estar devidamente registada e legalizada em resultado disso a maioria dos edifícios, casas ou condomínios erguidos nas grandes cidades são juridicamente inexistentes e não está registada nenhuma conservatória do registo predial. Toda a crise do mercado imobiliário está diretamente ligada à fragilidade das relações entre os diversos agentes do sector imobiliário. Os bancos, cujos negócios é fazer circular o dinheiro, levantam múltiplos obstáculos para compensar a falta de garantias e de capacidade de endividamento dos seus clientes e os urentes que, não tendo garantias para oferecer, aceitam ser tratados com menoridade, humilhados e insultados com injustas condições de negociação por necessidade de dinheiro para os seus projectos.

Um prejuízo particular para a nossa economia, já de si pouco atrativa para investidores estratégicos que disponham de capital, é a fragilidade e o peso residual do crédito hipotecário nas operações de financiamento da economia, tudo porque o Estado não consegue que um extenso património imobiliário esteja devidamente documentado e titulado. No entanto, o mesmo Estado, visto na perspectiva da AGT, declara publicamente que essa normalização jurídica do património imobiliário nem sequer é necessária, desde que as pessoas paguem o IPU. É um absurdo que a AGT procura resolver com o absurdo ainda maior, que é convencer as pessoas de que a presunção de propriedade é suficiente para que determine a posse no pagamento de impostos. O mesmo acontece com quem tenha adquirido bens com renda resolúvel que, por não poder fazer o registo desse património, também não o pode usar como valor económico, meio de rentabilização e instrumento de negociação para aquisição de crédito bancário.

Existem actividades que de tão transversais, deveriam abarcaros sectores e uma actuação integrada e multifacetada do governo o expectável era que o governo desencadeasse uma grande campanha de registo e titularidade dos imóveis, mas passou-se mais um ano e voltamos aos mesmos problemas por resolver. A AGT continua, no seu Estado isolado, a pedir que se pague, mesmo sem que a titularidade esteja confirmada, e os restantes departamentos do governo fecham os olhos e tapam os ouvidos como se não tivessem rigorosamente nada a ver com o assunto.

O Estado deveria organizar um amplo processo de registo predial envolvendo equipas móveis para que saíssemos deste processo atípico de pagamento de um imposto sobre uma posse que juridicamente não possuímos. O trunfingu da AGT, contas feitas, fraca arrecadação, grandes campanhas e desgaste de imagem acabará por representar um prejuízo maior

do que fazer as coisas a partir dos alicerces. Se estivessem começado modo gradual em Luanda, hoje o problema já não se poria e a capacidade de cobrança e recuperação das rendas da AGT e o Estado angolano de todos nós e que basta um funcionário ir à televisão ameaçar com altas multas e expropriações para ficar o assunto resolvido.

6.4 Antigos combatentes no Bié beneficiam de residências

Jornal de Angola

7 De Janeiro de 2017

Texto: Casimiro José

Os antigos combatentes e veteranos da pátria no município do Andulo (Bié) vão beneficiar de residências em construção na nova centralidade daquela região, informou domingo o administrador municipal adjunto para o sector técnico e infraestrutura, António Capita Chico.

Em declarações à imprensa à margem de uma palestra sobre o dia dos antigos combatentes e veteranos da pátria, assinalado domingo, António Capita Chico referiu que os antigos combatentes merecem ser honrados e reconhecidos pelos seus feitos.

A luta dos antigos combatentes, sublinhou, deu lugar à conquista da cidadania nacional, acesso à educação do ensino primário à Universidade, o direito de eleger e ser eleito; entre outros benefícios que os angolanos usufruem hoje.

No Cuanza Sul, o director provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Eduardo Bemardo Inglês, reafirmou o compromisso do governo na resolução dos problemas que afectam os antigos combatentes e veteranos da pátria e promover o seu bem-estar. Ao falar no acto antecipado alusivo ao Dia dos Antigos Combatentes, Eduardo Bemardo Inglês reconheceu que os desafios para a inserção dos antigos combatentes são grandes. "Temos consciência de que ainda há muito por ser feito nas componentes da melhoria das pensões, habitação e na reintegração social", disse.

O Executivo, frisou, está comprometido com acções que visam a reintegração plena dos antigos combatentes, e que tem redobrado esforços para a execução dos projectos que incidem na geração de renda e sua inserção na vida activa. No final do acto foram entregues 15 quites de recauchutagem a cinco grupos da cooperativa dos antigos combatentes e veteranos da pátria do município do Seles.

O dia dos antigos combatentes celebra-se a 15 de Janeiro e foi institucionalizado em 2012. A data foi consagrada em reconhecimento dos filhos angolanos que através do processo da luta da defesa da Pátria conduziram o país à independência, reconciliação e unidade nacional.

'Com Angop

6.6 Empresa Imogestin convoca moradores

Jornal de Angola
10 De Janeiro de 2017

A Imogestin, empresa de gestão imobiliária, avisou ontem os moradores da Cidade do Kilamba que não têm feito o pagamento das prestações por alegadamente não terem recebido a nota de cobrança de que devem levantar o documento até ao dia 19 deste mês.

É no total dez dias o período dado aos moradores em falta, que começou ontem, dia em que foi publicado um aviso da empresa imobiliária numa das páginas de publicidade do Jornal de Angola.

Para o efeito, os moradores nesta condição devem dirigir-se ao escritório da Imogestin, localizado no Bloco M, prédio 19, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h30, e ao sábado das 9h00 às 12h30.

Com o presente aviso, todos os promitentes-compradores, na condição descrita, devem considerar-se notificados para efeitos de pagamento das prestações em falta, lê-se no documento da empresa Imogestin, que pós à disposição os números 928653876 e 930925158 ou os emails marisa.sousa@imogestin.co.ao e irina.reis@imogestin.co.ao, para eventuais esclarecimentos.

A Cidade do Kilamba começou a ser habitada, em 2012, ano em que começaram a ser vendidas moradias a pronto pagamento, tendo, no ano seguinte, o Estado posto à venda apartamentos através do sistema de renda resolúvel, provocando uma grande adesão popular ao processo de compra das habitações nas novas urbanizações.

6.7 Cidadãos divergem

Novo Jornal
13 De Janeiro de 2017

Na segunda Repartição Fiscal, na zona do Kinaxixi, o movimento dos contribuintes para o pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) é visível, sobretudo para quem vai à procura de informações.

Foi a caso do senhor Hermenegildo ' Pedro, proprietário de uma moradia no Bairro Popular.

"A casa era dos meus pais que, infelizmente, morreram no ano passado e quero saber como pagar", disse o homem à nossa reportagem, na terça-feira, 10 de Janeiro.

A dificuldade deste cidadão residia na informação a declarar no modelo 5 por desconhecer alguns dados, situação que o obriga a voltar noutro dia.

"Hoje já não consigo fazer nada. Mas, amanhã, venho com toda a informação e preencho", disse.

À nossa conversa juntou-se a senhora Mafalda Domingas, moradora da vila Alice, que reconhece a necessidade de os cidadãos pagarem impostos. Lamenta, contudo, a dificuldade que está a ter para registar no seu nome a casa onde vive.

"Não tenho nada contra a cobrança do IPU. E vou pagar porque não quero pagar depois com multa. Só é pena que esta celeridade no pagamento não seja também utilizada na legalização das casas", desabafou.

Segundo a nossa interlocutora, a casa onde mora foi comprada há mais de quatro anos e até agora não conseguiu ter a titularidade do imóvel:

"Já estive na junta da habitação, já andei na conservatória, já não sei como fazer. Tenho o documento de compra e venda reconhecido no notário e não consigo passar a casa para o meu nome".

Mafalda defende que, à semelhança do que acontece com a campanha de massificação fiscal, deveria ser promovida uma idêntica para o registo dos imóveis.

"O ministério da Justiça deveria aproveitar e fazer também um grande processo de registo das casas, porque na mesma situação que eu, estão muitas pessoas", rematou.

Se para alguns cidadãos o pagamento do Imposto Predial urbano (IPU) é um encarado com normalidade, para outros não é bem assim.

"Porque é que tenho de pagar?", questiona o senhor João Miguel, morador em Viana, que justifica a sua posição com o historial de construção da sua casa e as características do imóvel.

"A minha casa fui eu que construí. Não tenho água da rede, vivo de cisterna e gerador. A rua, quando chove, é o que o senhor está a ver. Por isso acho que não devo pagar", justificou.

Solange Maria reforça aposição de João Miguel.

"Para pagar já servimos, mas para fazerem as coisas ninguém aparece. Olha o lixo que se amontoa na ponta da rua! Os serviços básicos não funcionam. Aqui cada um construiu a sua casa, não recebemos nada do Estado", conclui a moradora de Viana.

Contactado, um funcionário da segunda repartição fiscal garantiu ao Novo Jornal que a afluência no pagamento de IPU é boa. Mesmo sem ordem superior e sob - anonimato, o quadro do ministério das Finanças disse que em média o serviço atende 15 pessoas por dia, número que poderá aumentar à medida que se vai aproximando o final do mês.

"Temos atendido, mais ou menos, entre 10 a 20 pessoas todos os dias. Isto é bom. E acredito que este número vai aumentar no final do mês, como acontece todos os anos", avançou.

6,8 IPU, o imposto que ainda não reúne consenso

Novo Jornal

13 De Janeiro de 2016

Texto: Faustino Diogo

A obrigatoriedade do pagamento da primeira prestação do Imposto Predial Urbano (IPU) até final do mês de Janeiro colocou na ordem do dia uma contribuição que ainda suscita muita inquietação entre os contribuintes

A Administração Geral Tributária (AGT) afirma que o "IPU vigora desde 1970 e que não houve a introdução de um novo imposto", apenas recebeu algumas normas em 2011, com a aprovação da lei

18/11, de 21 de Abril, no âmbito da reforma tributária.

A partir desta data, houve um processo de divulgação do IPU que permitiu o alargamento da base tributária com a inscrição de mais imóveis por parte dos contribuintes, garante a AGT.

O pagamento deste imposto é feito em duas prestações anuais, mas pode ser alargado para quatro a pedido do contribuinte. A cobrança da primeira parcela acontece no primeiro mês de cada ano e segunda no mês do Julho. O contribuinte pode ainda optar por pagar a parcela anual numa única prestação.

O imposto incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento, que deve ser pago ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno.

Para o pagamento do IPU, os imóveis, com escritura pública ou não, devem estar inscritos nas repartições fiscais. No acto da inscrição, os titulares devem apresentar a declaração modelo 5 de IPU.

Sempre que possível, a declaração deverá ser acompanhada de documentos que auxiliem a descrição do imóvel, como memória descritiva, planta do edifício, certidão ou título de propriedade horizontal, contrato-promessa de compra e venda, ou ainda termo de quitação, explica a Administração Geral Tributária, ressaltando que a ausência destes documentos não impede a inscrição do imóvel, podendo o titular juntá-los posteriormente.

A AGT tem, no entanto, a prerrogativa de avaliar o valor patrimonial de determinado imóvel, com base na localização, idade, disponibilidade de serviços (água, luz e saneamento básico) e área de construção. A junção destes coeficientes determina o resultado da avaliação (acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas).

Os imóveis com valor até cinco milhões de kwanzas não pagam o Imposto Predial Urbano. Acima deste valor, paga-se apenas sobre a diferença uma taxa de 0,5 por cento, no caso de imóveis não arrendados.

Para os imóveis arrendados aplica-se a taxa de 25 por cento sobre 60 por cento da renda paga, e o senhorio, em Janeiro, deve apresentar a declaração modelo 1 do IPU.

Nestes casos (arrendamento), quando haja lugar a retenção na fonte, o senhorio deve declarar as rendas recebidas durante o ano anterior e, quando não haja lugar a retenção na fonte, o senhorio deve declarar e

proceder ao pagamento do imposto em falta, em duas prestações no ano em curso.

A lei prevê isenções de pagamento de Imposto Predial Urbano para imóveis do Estado, institutos públicos e associações que gozem do estatuto de utilidade pública.

As instituições religiosas legalizadas, quanto aos imóveis destinados exclusivamente ao culto, também estão isentas, assim como os Estados estrangeiros, nos imóveis destinados a representações diplomáticas ou consulares, quando haja reciprocidade.

Quem também não paga IPU são as pessoas colectivas cujo objecto social principal consista na prática habitual de actividades de construção ou comercialização de prédios urbanos, durante um período de cinco anos, a contar da data em que for apresentada a declaração de inscrição de cada prédio novo na matriz, desde que neste período o prédio não seja entregue para ocupação.

6.9 Moradora cria praça num dos edifícios do Sequele

Jornal Visão

13 De Janeiro de 2017

Texto: Belchior Resend

Proprietária do apartamento 402, esposa de um suposto militar, segundo os moradores, tem sido o motivo que faz com que a senhora faça a venda de bebidas alcoólicas na entrada do edifício, com os todos os incómodos inerentes à venda destes produtos. Por exemplo, no dia 5 de Dezembro no ano findo, Maria Mateus Bartolomeu, gestante, moradora do mesmo prédio, foi agredida em sua residência, rés-do-chão, a escassos metros onde a acusada faz o comércio de bebidas.

"Tudo aconteceu quando chamei atenção à filha de Gina, a Gimi, para que parasse de chamar nomes insultuosos a nossa menina, e que deixasse de ter comportamentos feios! contou. Descontente com a chamada de atenção, Gimi usou o telefone do prédio para chamar a mãe.

"Ligou para mãe dizendo que eu a chamei de confucionista" Revoltada, sem pedir explicações à vizinha, contou, Gina agrediu Maria Bartolomeu com uma chinela na cara, deixando hematomas num dos olhos.

Não satisfeita com agressão, segundo a lesada, a agressora usou a vassoura que tinha na mão e atingiu um dos braços da vizinha.

Em fase de gestação, impedida de se defender, agredida foi até à esquadra de Polícia do Sequele para dar queixa.

Polícia de braços cruzados

"Quando cheguei à esquadra, a Polícia não sabia o que fazer, alegou que não podia fazer busca a agressora porque não tinham carro disponível", disse, acrescentando que foi graças a uma agente que, parecendo-se do caso, e vendo os hematomas da agredida, e estando num estado de gravidez de risco, conforme ditam os documentos clínicos da mesma, esta exigia que tinham de "pegar" a agressora.

Depois de várias horas a espera, o esposo da lesada tomou a iniciativa de ligar ao comandante da esquadra do Sequele de nome Chivela, que prometeu dar atenção ao caso. "Infelizmente passam-se mais de um mês e o caso continua parado mesmo depois de termos feitos as consultas no Laboratório de Criminalística da Polícia Nacional".

6.10 Queremos tributar ainda que a propriedade seja precária

Novo Jornal

13 De Janeiro de 2017

Texto: Faustino Diogo

O IPU deve ser pago apenas pelos proprietários de imóveis urbanos?

O IPU é O imposto que incide sobre os imóveis ou sobre os rendimentos que derivam de prédios urbanos arrendados.

Deve pagar a pessoa que é proprietária de um imóvel, a pessoa que tenha rendimentos relativos a imóveis arrendados, o usufrutuário ou o beneficiário do direito de superfície.

Estamos a falar de prédios urbanos, que é a delimitação do território, com as edificações que nela se encontram. O cidadão que detém este prédio urbano como usufrutuário tendo direito de superfície, ou aquele que tenha beneficiado de um direito de superfície sobre a parcela do território, são estes que, a priori, estão obrigados a pagar o Imposto Predial Urbano.

Esta posse implica que o cidadão tem um imóvel por si só, ou tem de ter um imóvel com escritura pública?

Temos aqui dois momentos, em matéria de tributação sobre os imóveis. Um momento ligado à questão da inscrição matricial, do registo fiscal do imóvel, e um outro momento ligado à tributação do imóvel.

Ou seja, todos os imóveis que se encontrem numa determinada circunscrição administrativa, sejam estes imóveis privados ou públicos, devem estar inscritos na matriz da referida circunscrição fiscal, em forma de artigos matriciais. E este registo é feito nas repartições fiscais.

Logo, todos os cidadãos que tenham imóveis com construção concluída, habitados, ou com certidão de habitabilidade devem declarar a omissão na matriz e promover a respectiva inscrição matricial. Isto é diferente do registo de propriedade do imóvel que é feito nas conservatórias de registo predial, é uma realidade diferente.

Nós aqui estamos a falar do registo matricial, que é um registo de natureza única e exclusivamente fiscal. É bom que se perceba esta diferença. A lei fala da figura do proprietário. Nós queremos tributar, ainda que esta propriedade seja precária. Embora a pessoa em causa não tenha todos os títulos constitutivos referentes ao imóvel é proprietária dele.

Por isso é que a lei permite que, nessas situações, o imóvel seja inscrito e não condiciona a inscrição à atribuição de um título.

A titularidade aqui não deveria implicar uma escritura pública do imóvel?

O ideal seria que todos os imóveis tivessem escritura pública, registo, antes de serem objecto de inscrição matricial e, conseqüentemente, tributados.

Mas, no nosso caso, a lei impõe que tão logo o imóvel esteja habitado deve ser matricialmente inscrito; tão logo a construção do imóvel esteja concluída, deve ser inscrito ou, tão logo seja atribuída a licença de habitabilidade, o imóvel omisso na matriz deve ser inscrito.

Nós temos que ter o registo matricial desses imóveis e o seu controlo nas repartições fiscais.

Todos os imóveis concluídos, habitados, com escritura pública ou não, devem ser inscritos na matriz para efeitos de tributação do IPU.

Os imóveis das centralidades, no ano passado, não pagaram o IPU. O que se alterou para este ano pagarem?

Em rigor, as centralidades não estão propriamente isentas. O primeiro aspecto que devemos ter em conta é se, de facto, as pessoas que estão a adquirir imóveis nas centralidades estão ou não sujeitas aos IPU? Sim, estão sujeitas ao IPU. Todavia, há um conjunto de pressupostos que deve ser observado para que as pessoas sejam tributadas. Um deles é sabermos se, de facto, os respectivos prédios foram constituído sem propriedade horizontal e estão ou não inscritos. Se estiverem inscritos, temos de começar por determinar a identidade dos seus verdadeiros titulares e a qualidade em que cada um deles se encontra naqueles imóveis.

Depois de determinarmos estes pressupostos é que saberemos quem está sujeito ou não ao IPU. Mas o ponto de partida é que todos os imóveis deverão estar matricialmente inscritos, sejam eles constantes das centralidades ou não.

De quem é a responsabilidade da inscrição matricial as centralidades?

Não serão de certeza os seus titulares. Em princípio, a não ser que se venha provar o contrário, a responsabilidade da inscrição é da gestora das centralidades, a Imogestin. Ou, em última instância, o próprio Estado.

Depois da inscrição matricial, deverá ser vista casuisticamente a condição de cada um dos titulares para se verificar se os respectivos detentores reúnem ou não os pressupostos para serem tributados.

Este procedimento aplica-se também aos condomínios?

Nos condomínios a realidade é relativamente diferente das centralidades. Parte substancial dos detentores de imóveis nos condomínios é - a não ser que se prove o contrário - proprietária do imóvel, e já celebrou contrato de compra e venda com a promotora imobiliária.

Temos de ver primeiro se estes condomínios já estão efectivamente fraccionados. Se já estiverem, cada um dos proprietários deve registar a sua propriedade e pagar o IPU.

Se o condomínio ainda não estiver inscrito matricialmente, para efeito de fraccionamento, qualquer um dos moradores pode promover a inscrição.

Caso o condomínio ainda se encontre em nome do promotor imobiliário, é este o sujeito passivo do imposto.

A lei fala em pagamento em prédios urbanos. E os rurais?

Para o efeito de tributação de IPU o prédio urbano não precisa de estar necessariamente numa localidade urbanizada. O fim do prédio é que vai determinar se estamos diante de um prédio urbano ou de um rural.

O prédio rural é aquele cujo fim seja agricultura, silvicultura ou pecuária, nos termos da lei. Todos os outros prédios que não tenham estes fins são prédios urbanos, estejam eles com edificações ou não. Porque o prédio urbano é a delimitação do território e as edificações que nela se encontram, casas, imóveis e tudo o resto.

De que forma é que a AGT vai fiscalizar o pagamento do IPU? Uma forma é olhando para a informação matricial de que dispomos e aferir a situação de cada um dos prédios.

A outra é a possibilidade de fiscalização externa. Temos a prerrogativa de contactar os proprietários dos imóveis e saber qual a situação de cada um desses imóveis.

É bom que as pessoas se dirijam às repartições fiscais para inscreverem os seus imóveis e saberem quanto devem pagar.

Por exemplo, uma análise hipotética de um imóvel que se encontre na cidade do Kilamba, supondo que os pressupostos todos estejam reunidos para a efectiva tributação, que têm o valor de venda de sete milhões de kwanzas, deduzindo os cinco milhões, porque a taxa vai incidir sobre o excedente dos cinco milhões, ficam dois milhões de kwanzas. Sobre este valor aplica-se a taxa de 0,5 por cento, assim o imposto a ser pago anualmente deverá ser de 10 mil kwanzas.

O contribuinte pode pagar em quatro prestações. Em princípio, o contribuinte deve pagar o IPU em duas prestações, mas tem a prerrogativa de solicitar o pagamento em quatro.

Estamos a falar de um valor fiscalmente fixado. Não estamos a falar de um valor patrimonial que deriva do valor que é atribuído no mercado ao imóvel. É um valor definido utilizando a fórmula fiscal que está muito abaixo do valor real de mercado do imóvel.

Para os imóveis construídos pelos proprietários, qual é a forma utilizada para a sua avaliação?

O primeiro critério que utilizamos é o princípio da verdade declarativa. A administração fiscal parte do pressuposto de que toda a declaração que recebe do contribuinte é verdadeira. Acredita naquilo que o

contribuinte está a informar, partindo do pressuposto de que o contribuinte age de boa-fé.

E a administração fiscal poderá solicitar uma reavaliação do imóvel, caso os elementos apresentados pelo contribuinte sejam de tal ordem inadmissíveis e levantem suspeitas de que a informação prestada não coincide com a realidade. Nestes casos, a administração pode deslocar os seus técnicos e colher os dados no local.

Mas, à partida, julgamos que as pessoas estão de boa-fé e a informação que prestam fazem-no convencidas de que são verdadeiras e é a que serve de base para a determinação do valor patrimonial.

Quem não pagar o IPU será penalizado?

O nosso objectivo hoje não é propriamente olhar para as consequências pelo não pagamento. O objectivo, fundamentalmente, é fazer com que as pessoas percebam que não estamos diante de um imposto novo.

O fundamental é que as pessoas cumpram de forma voluntária, que aumente também a consciência da cidadania fiscal, permitindo arrecadar receitas para a satisfação das necessidades colectivas.

Entretanto, não havendo cumprimento de forma graciosa por parte do contribuinte, o primeiro acta da administração é notificar o contribuinte para que cumpra, eventualmente, aplicando multas. Caso ainda assim, apesar de chamado, interpelado, o contribuinte recuse cumprir, aí sim, a administração poderá lançar mão a um último recurso, que é a cobrança coerciva dos impostos, que pode levar também à execução do património do contribuinte. Mas isso é a última saída.

6.11 AADIC lança réplica ao aviso da IMOGESTIM

Jornal O PAÍS

18 De Janeiro de 2016

Texto: Alberto Bambi

Durante o encontro que se realizou na zona habitacional do Lar do Patriota, município de Talatona, o vice-presidente desta agremiação, Lourenço Texe, garantiu que a sua equipa tudo faria para evitar que a mão pesada da empresa gestora prejudicasse a vida dos moradores da centralidade.

"Orientámos os promitentes-compradores para não irem à IMOGESTIM constituir filas com o propósito de receber as notas de cobranças, pois a empresa

gestora dos imóveis da Centralidade do Kilamba tem a responsabilidade de fazer chegar essas notificações aos moradores, conforme reza o acordo entre as duas partes", disse Lourenço Texe, tendo adiantado que o aviso feito via Jornal de Angola viola os direitos importantes do consumidor' promovendo a exposição de situações privadas.

Aliás, alguns representantes de moradores revelaram a este jornal que, no final de 2015, receberam as referidas notas em sua casa, por via de coordenadores dos edifícios e de funcionários da gestora dos imóveis.

Para dar sustentabilidade às suas alegações, o vice-presidente da AADIC socorreu-se do Decreto número 6/15 de Novembro de 2015, que, segundo ele, remete à IMOGESTIM o ónus de comunicar aos promitentes-compradores qualquer alteração num prazo de 30 dias.

"Aqui está mais uma razão para se concluir que a data-limite subscrita no aviso da empresa gestora da centralidade não obedece aos trâmites estabelecidos no acordo", precisou o responsável, adiantando que o diálogo entre ambas partes devia ser estabelecido de forma aberta.

Lourenço Texe chegou mesmo a considerar a organização gestora do Kilamba como "incompetente, incapaz e desorganizada", alegando que a mesma ainda se debate com questões de ordem administrativa e comercial.

Para si, esses problemas já deviam estar resolvidos, uma vez que a IMOGESTIM tinha sido criada em 2014, à luz do Decreto 329/14 de 29 de Setembro, e já estava em acção há mais de dois anos.

"Não se compreende que ainda hoje esta entidade gestora tenha situações de duas inscrições de promitentes-compradores para apenas uma residência e outros de vária índole que não vale a pena mencionar",

Questionado sobre o facto de o prazo estabelecido pelo aviso terminar amanhã, o vice-presidente da AADIC disse não estar preocupado com o timing dado, acrescentando que ele e a sua equipa estavam à espera das sanções a serem ditadas, no caso de os promitentes compradores não cumprirem com o ditame.

IMOSTIM sob silêncio

Na intenção de ouvir um esclarecimento sobre o assunto, O PAÍS enviou esforços para contactar Mário Guerra, porta-voz da IMOGESTIM, que prometeu pronunciar-se 20 minutos depois das

19h:36 de Terça-feira, 17, tendo-se mantido indisponível até ao fecho desta edição.

6.12 Moradores questionam a via do aviso

Jornal O PAÍS
18 De Janeiro de 2017

Tanto os moradores do Kilamba que tiveram acesso ao aviso publicado no Jornal de Angola, quanto os que não tiveram tal sorte, questionaram a nova modalidade adoptada pela IMOGESTIM.

A maior parte dos residentes ouvidos por O PAÍS prefere que a gestora dos imóveis do Kilamba continue a fazer chegar as notas de cobrança às suas residências, tal como aconteceu na última ocasião, em que não tiveram fazer longas filas para receber as notas de cobrança.

Liliana dos Santos soube por terceiros a existência do referido aviso e informou que, um dia antes do prazo dado, ainda não foi buscar a sua notificação. "Assim não dá, é melhor que eles voltem a Proceder como antes, porque desse jeito nós encontrávamos as nossas notas debaixo da porta", reagiu. Apesar de algumas vezes ouvir falar de poucos funcionários na IMOGESTIM a moradora não vê razões para se alterar uma modalidade que era do agrado de todos os residentes. Márcia Quintino acha que os coordenadores dos edifícios deviam ser avisados antecipadamente sobre tais alterações, pois, recentemente, participou num encontro da sua coordenação e não lhe foi informado nada sobre o aviso em causa..

6.13 Pagamento de IPU rende mais de AKZ 20 milhões em Malanje

Jornal O PAÍS
18 De Janeiro de 2017

Vinte milhões e 280 mil kwanzas é o valor arrecadado pela repartição fiscal de Malanje na cobrança do Imposto Predial Urbano (IPU) durante o ano de 2016, revelou Terça-feira, nesta cidade, o técnico tributário da 2ª Região Tributária, Sebastião António.

Citado pela Angop, o responsável explicou que do valor arrecadado, 14 milhões 988 mil kwanzas foram referentes a rendas, enquanto 5 milhões e 291 mil kwanzas sobre o património.

De acordo com a fonte, tal valor não satisfaz as expectativas da instituição, tendo em conta a densidade habitacional da província, pelo que serão

levadas a cabo acções com vista a consciencializar os contribuintes para se imprimir outra dinâmica no processo.

Precisou que até ao momento estão apenas cadastrados na província 300 imóveis, tendo, por este facto, exortado os contribuintes, no sentido de cadastrarem os imóveis com valores acima dos 5 milhões de kwanzas, sob pena de acumularem dívidas.

"O não pagamento do IPU pode dar origem à cobrança coerciva, o que talvez desencadeie a instauração de um processo, disse.

Sebastião António recordou que Imposto Predial Urbano (I PU) é uma contribuição anual que o cidadão deve pagar ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno, incidindo o imposto sobre o valor patrimonial do imóvel.

A avaliação do imposto é feita tendo em consideração factores como localização, tempo do imóvel, disponibilidade de serviços (luz, água e saneamento básico).

6.14 AGT regista baixa no pagamento, do Imposto Predial Urbano

Jornal O PAÍS

19 De Janeiro de 2017

Texto: Hélder Caculo

A adesão dos contribuintes ao pagamento da primeira prestação e 2017 do Imposto Predial Urbano (IPU), cujo período de cobrança se estende até ao dia 31 de Janeiro, ainda é fraca.

Para inverter o quadro, a Administração Geral Tributária (AGT) elaborou um plano de arrecadação de receita fiscal, através de várias acções, tais como o reforço da fiscalização e a realização de campanhas de sensibilização para o pagamento de impostos.

Neste âmbito, a AGT realizou nesta Quarta-feira, 18, em Luanda, mais um workshop com vista a esclarecer os mecanismos de pagamento do IPU, nomeadamente os procedimentos para inscrição de imóveis, cálculo do valor patrimonial e liquidação do imposto nas vertentes património e renda.

Participaram no encontro administradores dos diversos municípios da capital, empresas de construção, promotores imobiliários e agências imobiliárias ligadas a instituições financeiras, entre outros.

Na ocasião, o administrador da AGT, Hermenegildo Cardoso, reconheceu não existir ainda a cultura de pagamento do referido imposto com regularidade.

"Torna-se, por isso, fundamental a realização de acções de sensibilização e do esclarecimento dos seus mecanismos de funcionamento. Por outro lado, para que possa obedecer ao princípio de justiça, próprios de qualquer imposto, é imperioso a recolha de uma série de informações e a introdução de procedimentos que podem assegurar o pagamento de impostos por parte dos contribuintes de acordo com o valor do imóvel", explicou.

Apesar da fraca adesão dos contribuintes ao pagamento do imposto, que começou a ser cobrado há um ano, o responsável sublinhou que já se registaram melhorias no processo. "Temos-de implementar e estudar os mecanismos que permitam a arrecadação de receitas, mas também assegurar a justiça fiscal e, acima de tudo, um serviço de atendimento de qualidade", precisou.

Recorde-se que o período da cobrança da primeira prestação do IPU decorre até ao dia 31 de Janeiro de 2017, sendo que os contribuintes devem dirigir-se a repartição fiscal da área de localização dos imóveis. Caso pretendam pagar em duas prestações, deverão repetir o processo durante o mês de Julho.

DR

AGT prevê arrecadar Kz 1,7 triliões até final do ano

Até ao fim deste ano está prevista a arrecadação de Kz 1,7 triliões em receitas fiscais, contra os Kz 1,3 triliões tributados em 2016.

É uma contribuição anual paga ao Estado pela posse ou usufruto de imóveis ou terrenos. O valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento são pagos na repartição fiscal da área de localização dos imóveis.

6.15 Imposto Predial Urbano é o que menos capta receitas a favor do Estado

Jornal Expansão

20 De Janeiro de 2016

Texto: Maurício Vieira Dias

O Imposto Predial Urbano (IPU) continua a ser a obrigação fiscal dos contribuintes que menos rende receitas fiscais ao Estado angolano desde 2005,

referem dados da Administração Geral Tributária (AGT) a que o Expansão teve acesso (ver gráfico).

Em 2005, por exemplo, o Estado arrecadou 60,8 mil milhões Kz através da cobrança dos principais impostos, sendo que por via do IPU foi encaixado pouco mais de 258 milhões Kz, valor correspondente a 0,42% do total de receitas que entrou para os cofres do Estado. No mesmo ano, entretanto, o Imposto Industrial, principal fonte de receitas, contribuiu com 28,5 mil milhões Kz, equivalente a 47%, calculou o Expansão.

Ano após ano, o volume de receita arrecadada via Imposto Predial Urbano tem vindo a crescer substancialmente, porém, dados da AGT indicam que numa escala de oito tipos de impostos o IPU continua a ser o que menos rende. Pois, em 2015 foram arrecadados de imposto total 1,25 biliões Kz, sendo que deste volume o IPU contribuiu com apenas 27,8 mil milhões Kz, equivalendo a 2,2% do arrecadado. Ano em que o Imposto Industrial rendeu 429,2 mil milhões kz, correspondente a 34,2% do total de receitas em impostos.

Segundo o Orçamento Geral do Estado (OGE) 2017, a Administração Geral Tributária (AGT) deve arrecadar este ano 36 mil milhões Kwanzas com a cobrança de prestação do IPU, representando 0,49% das receitas fiscais por natureza económica. Recorde-se, entretanto, que em 2016 a AGT arrecadou pouco mais de 31 mil milhões Kz de IPU, verba que a instituição admite ser baixa.

O administrador da AGT, Hermenegildo Gaspar considera que o IPU é um imposto jovem naquilo que esta relacionado com o valor arrecadado. "Temos lutado para melhorar este quadro, os utentes de moradias têm mudado de mentalidade", avançou durante o Workshop sobre IPU que a entidade organizou na última quarta-feira.

O director dos Serviços Fiscais da AGT, Miguel Panzo, reforçou, por sua vez, que o IPU ao longo dos últimos anos sofreu alterações, sendo que em 2011, depois do arranque da Reforma Tributária, foram efectuadas actualizações pontuais na sua legislação, razão pela qual o valor arrecadado tem vindo a crescer.

A primeira fase da liquidação do IPU, imposto que incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento, arrancou no início de Janeiro e vai até dia 31 deste mês. Sendo que os imóveis com valor até cinco milhões Kz estão isentos do pagamento do IPU, ao passo que aos imóveis com valor acima aplica-se uma taxa de 0,5%.

O imposto deve ser pago na repartição fiscal da área de localização dos imóveis. Caso o contribuinte opte em pagar em duas prestações, a segunda parcela deverá ser paga no mês de Julho.

6.16 Sem crime, mas vítimas da falta de água e serviços

Novo Jornal

20 De Janeiro de 2017

Texto: Isabel João

Não é só a disposição em condomínio fechado que dá segurança aos moradores do Bairro da Polícia. Estes são, na sua maioria, agentes da Polícia Nacional, o que também explica a tranquilidade sentida pelas 17 famílias que residem no local, oficialmente designado por Condomínio oásis, no zango I11, município de Viana.

O condomínio nasceu em 2014, altura em que começou a acolher os primeiros moradores a beneficiarem de residências pela sua ligação ao Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional (CPPPN).

Segundo apurou o Novo Jornal junto da direcção da instituição responsável pela construção do condomínio, a prioridade no acesso às residências vai para os filhos e mulheres de agentes da Polícia Nacional falecidos, embora o principal foco do CPPN seja garantir a reforma complementar dos seus membros.

Por altura da inauguração do condomínio, em 2014, a criação no local de infra-estruturas sociais foi uma promessa deixada pela direcção do Cofre. Contudo, três anos depois, os moradores continuam a aguardar que lhes sejam proporcionados serviços sociais, como escolas, centros médicos, centros comerciais e creche.

A falta de abastecimento de água potável ao domicílio é outro dos "calcanhares de Aquiles" das 17 famílias que vivem no condomínio, que comporta mais de 100 residências.

Marcelina da Costa, de 36 anos, uma das primeiras moradoras a chegar, considerou a zona bastante calma.

"Estou a viver aqui há três anos e gosto de cá estar. É uma zona muito calma e estou sempre em contacto com a natureza. O que nos falta aqui é só água, escolas, centros comerciais e creche.

Mas já contactámos a direcção do Cofre e nos informaram que tudo está a ser feito para que, ainda este ano, estas situações sejam resolvidas", afirmou a moradora.

A mulher, que é viúva de um subinspector da investigação criminal, disse que conseguiu beneficiar da residência graças ao apoio do Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional, quando não tinha uma casa para viver com as filhas, depois da morte do marido numa comissão de serviço.

Isabel Afonso, de 50 anos, que vive no condomínio há cinco meses, também considera o local "bom para viver", pela calma que caracteriza o condomínio. Apesar dos "pequenos constrangimentos", como a falta de água, escolas e hospital, a mulher gosta de ali "viver.

"A água está muito próximo, mas temos de acarretar. Isso é muito cansativo. O que falta aqui é só os homens da EPAL colocarem o precioso líquido em cada uma das residências. Temos aqui nas proximidades uma escola e um hospital, mas seria bom se tivéssemos estes estabelecimentos no interior do próprio condomínio", observou.

De acordo com a mulher, a falta de um supermercado também tem dificultado a vida dos moradores que são obrigados a percorrer grandes distâncias para adquirirem bens de primeira necessidade.

"Gastamos muito dinheiro no táxi para ir ao mercado, que é na entrada do zango 3. Muitas vezes, o dinheiro do táxi é o único que temos para comprar as coisas e acabamos por ficar sem nada. É urgente colocar dentro do condomínio um supermercado para facilitar as nossas vidas", defendeu Isabel Afonso, que veio do bairro São Pedro da Barra, no Sambizanga.

"Cá não há barulho de música alta" bento pedra Sebastião, de 64 anos, vive desde Abril do ano de 2016 no oásis e partilha a opinião dos seus vizinhos de que é bom viver no condomínio, porque é muito calmo e não tem criminalidade, apesar de ser um espaço aberto.

O ancião, que saiu do bairro do Marçal, onde pagava renda, para se instalar numa casa própria na zona do Zango, mostrou-se satisfeito pelo nível de vida que tem no condomínio.

"Com a idade que tenho, precisava de um sítio destes, sem confusão. Precisava de deixar a casa do familiar onde vivia cá não há barulho de música alta, como acontece nos bairros onde vivíamos. Os vizinhos aqui são bem-educados. Estou a gostar de viver aqui e até

já aconselhei alguns amigos a virem para aqui, porque é muito calmo e estamos em contacto com a natureza", afirmou.

6.17 As rendas de casa nas centralidades...

Jornal O PAÍS

25 De Janeiro de 2017

Texto: Djalma Lopes

Ilustre Director. Saudações.

Venho alertar as autoridades para a necessidade da eficiência e regularidade urgente no pagamento das rendas, particularmente nas centralidades de Luanda.

Há uns anos, o Executivo fez um grande esforço construindo as centralidades para admiração e satisfação de alguns, ou de todos. Para entrarem, uns tiveram que pernoitar em filas, ou bichas.

Outros entraram por mérito ou cunha dos serviços onde durante vários anos trabalharam e trabalham. Todos nós, pensando que seria "uma bola de neve" conforme fomos aprendendo daqueles que vivem no país onde ela existe e se vai rolando fazendo a dita bola. Aqui, o sistema não funciona. É aqui que me explico:

Grande parte daqueles que tiveram que pernoitar na fila ou bicha encontram sérias dificuldades para cumprir com o seu dever de pagar ao Estado. Contudo, existe um "polícia chamado IMOGESTIM" que anda atrás deles para pagarem as rendas com ameaças de que vão pra rua se não pagarem, ou com processos judiciais. Os beneficiados vão fazendo das tripas coração para não perderem o que já conseguiram e de que já se acostumaram. Os outros que entraram por mérito ou cunha dos serviços em que trabalham ou trabalhavam fazem um esforço incomensurável para pagarem as rendas, tanto que muitas vezes tenho que optar entre pagar a renda ou comer.

Os mesmos têm um contrato tripartido (Cidadão/Fundo de Fomento/BPC, onde grande parte dos funcionários públicos têm domiciliados os seus salários) e o pagamento da renda é retirado logo na fonte, a partir do salário e, de acordo com o BPC, o prazo de retirada é o dia 30 de cada mês, o que não acontece. Vezes há que passam dois ou mais meses sem ser retirado o dinheiro da renda. Estamos num país em que a televisão pública vai passando um programa de educação financeira dirigido ao cidadão por forma a saber como comportar -se para com os seus deveres e suas

reservas. De outro lado, vamos ouvindo, através de vários órgãos de informação, o apelo da AGT para uma maior arrecadação de Impostos para que o Estado tenha capacidade de através da mesma honrar os seus compromissos para com o cidadão. O que nos dá a entender é que estes "parcos recursos resultantes desta arrecadação nenhuma falta fazem aos cofres do Estado, entrando depois de um ou mais meses, nem tão pouco ao BPC, mesmo estando nas condições em que está. Um alerta para o Fundo do Fomento, Ministério das Finanças, BPC. Provedoria da Justiça e diversos Ministérios que caucionaram a entrada dos seus funcionários, chegará um dia que deixaremos de ter capacidade de honrar os nossos compromissos devido à falta de colaboração do BPC na retirada dos valores para pagamento das rendas em tempo oportuno. Angola, nosso belo país a reconstruir, tem de caminhar diferente neste e noutros capítulos. Não podemos funcionar com esta anormalidade assustadora. Desgasta e rebenta com o cidadão. Quem avisa amigo É. Olha, vai uma boa dica: o INSS (Instituto Nacional de Segurança Social) é um bom exemplo a seguir. É das melhores instituições que funcionam no país. Perguntem aos trabalhadores reformados. Tem as pensões e outros benefícios sociais sempre em dia.

6.18 AGT esclarece pagamento do Imposto Predial Urbano

Novo Jornal

27 De Janeiro de 2017

O Programa do Imposto Predial Urbano (IPU) nas diferentes centralidades do país, novos aglomerados urbanos construídos pelo Estado angolano, abrange os cidadãos que tenham comprado imóvel ou que estejam ao abrigo de um contrato promessa de compra e venda com propriedade resolúvel.

Segundo a Administração Geral Tributária (AGT), numa nota informativa, o IPU deve ser pago por todas as entidades nacionais e estrangeiras residentes que usufruam, tenham a posse ou sejam proprietários de um imóvel urbano nas centralidades.

Estão isentos do pagamento do IPU, de acordo com a nota a que a Angop teve acesso na terça-feira, as entidades que celebraram contratos de arrendamento com o Estado e que não assinaram um contrato promessa de compra e venda que lhe possa, eventualmente, conferir a titularidade.

No documento, a AGT aconselha os contribuintes a contactarem as repartições fiscais nas várias regiões do país, bem com os serviços centrais da instituição.

A Administração Geral Tributária procede de 1 a 31 de Janeiro, do ano em curso, a cobrança da 1 prestação do Imposto Predial Urbano (IPU), contribuição anual que o cidadão deve pagar ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, moradia ou terreno.

Trata-se de um imposto que incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento.

Para o pagamento do referido imposto, os contribuintes devem dirigir-se para a repartição fiscal da área de localização dos imóveis.

Caso pretendam pagar em duas prestações, deverão repetir o processo durante o mês de Julho.

Para os imóveis não inscritos, os titulares devem apresentar a declaração modelo 5 de IPU, de modo a que possam proceder à sua inscrição.

Segundo a AGT, sempre que possível, a declaração deverá ser acompanhada de documentos que auxiliem na descrição do imóvel, nomeadamente memória descritiva, planta do imóvel, certidão ou título de propriedade horizontal, contrato promessa de compra e venda, ou ainda termo de quitação.

6.19 Executivo anuncia novas construções

Novo Jornal

27 De Janeiro de 2017

Os 25.002 apartamentos já edificados na cidade do Kilamba, dos quais todos estão vendidos e 80% habitados, deverão expandir-se até aos 90 mil, avançou o director nacional da Habitação, Adriano dos Santos da Silva.

De acordo com o responsável, o aumento de quase 5 mil fogos na centralidade do Kilamba deverá ser executado com recurso a parcerias público-privadas, que estão a ser estudadas pelo ministério da Construção.

Em declarações à Rádio nacional de Angola, lembrou que a procura de acordo com investidores privados e cooperativas decorre das limitações ao investimento privado, decorrentes da crise.

Recorde-se que o plano Director da Cidade do Kilamba, cuja execução está a cargo de empresas chinesas, abrangerá cerca de 54 quilómetros quadrados e prevê a construção de 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de vias.

A Lusa noticiou, em Agosto, que o Governo angolano vai arrancar com a construção de mais de 10 mil fogos nesta centralidade, tendo então aprovado um crédito adicional ao Orçamento Geral do Estado no valor de 2.876 milhões de kwanzas (17,2 milhões de dólares).

6.20 Inquilinos do Estado nas centralidades estão isentos do Imposto Predial Urbano

Jornal Expansão
27 De Janeiro de 2017
Texto: Neusa Salgado

O pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU) nas diferentes centralidades do País, construídas pelo Estado, abrange os cidadãos que tenham comprado o imóvel ou que estejam ao abrigo de um contrato promessa de compra e venda com propriedade resolúvel, esclareceu a Administração Geral Tributária (AGT) através de uma nota informativa, também publicada pelo Ministério das Finanças, no seu site, na passada terça-feira.

"O pagamento deve ser feito por todos os que tenham efectuado a compra do imóvel na totalidade ou que estejam ao abrigo de um contrato promessa de compra e venda com propriedade resolúvel", informa a AGT.

O pagamento, acrescenta a nota, "deve ser feito por todas as entidades nacionais e estrangeiras residentes que usufruam, tenham posse ou sejam proprietárias de um imóvel urbano".

A excepção, ou seja, a isenção de pagamento, acontece apenas para aqueles que celebraram contratos de arrendamento com o Estado.

"Estão isentos do pagamento do IPU as entidades que celebraram contratos de arrendamento com o Estado e que não assinaram um contrato promessa de compra e venda que lhe possa, eventualmente, conferir a titularidade", lê-se na nota.

Manuel Victorino, o presidente da Comissão de Moradores da Centralidade do Kilamba para a Negociação com a Imogestim, lamentou, em declarações ao *Expansão*, os mal-entendidos gerados em relação às declarações contraditórias que têm existido sobre o pagamento do imposto nas centralidades, explicando que a Comissão já tem um advogado para gerir os diferentes processos.

O *Expansão* tentou contactar, sem sucesso, o presidente da Imogestim, Rui Cruz.

6.21 Preços de venda de habitações baixam 38% e rendas caem 55% nos últimos dois anos

Jornal Expansão
27 De Janeiro de 2017
Texto: Martins Chambassuco

Os valores de venda prime de habitação caíram entre os 23% e 38%, consoante a zona, comparativamente ao final de 2014, enquanto as rendas prime deste mesmo segmento oscilaram negativamente entre os 35% e 55% face ao final do período em referência, indicam os dados do estudo da consultora imobiliária Zenki Real Estate, intitulado Angola Property Market, Balanço 2016, Perspectivas 2017.

Os analistas da Zenki consideram, no documento a que o *Expansão* teve acesso, que o desaceleramento da economia angolana e a inerente redução da procura por imóveis são os principais factores que influenciaram as alterações do mercado imobiliário.

O estudo, que avalia quatro segmentos, o residencial, o de escritório, retalho e turismo, indica que, apesar da contracção económica que se assistiu nos últimos dois anos, o imobiliário ganhou alguma liquidez por via de um novo perfil de investidores. Esta nova dinâmica do mercado, levou a que as empresas, para salvaguardarem o seu capital, investissem no sector, de forma a protegerem-se da potencial desvalorização do kwanza, o que permitiu um ligeiro aumento nas vendas de activos imobiliários.

O director geral da Zenki Real

Estate, Diogo Rodrigues, diz que, ainda que condicionado, o mercado tem dado sinais de algum dinamismo, procurando reagir às dificuldades que se evidenciaram nos últimos dois anos, depois do boom registado até ao final de 2014.

Mercado residencial

Os especialistas indicam que apesar do abrandamento no sector imobiliário, transversal a todos os segmentos, nos últimos anos o parque residencial desenvolveu-se a um ritmo acentuado, com relevância no centro de Luanda e na Zona Sul.

Em 2016, na Baixa de Luanda, o preço médio de venda de um apartamento de tipologia T3 atingiu

os 1.350.000 USD, enquanto que o de um T1 rondou os 500.000 USD. Já para o arrendamento na mesma zona, o preço médio mensal de um T3 foi de cerca de 9.500 USD, enquanto a de um T1 rondava em média os 5.250 USD (ver infografia págs. 4 e 5).

Em termos de evolução do mercado, o segmento residencial continua a ser aquele que maior procura apresenta. O incremento da oferta nova e a redução dos níveis de procura teve impacto na redução dos valores de comercialização, ainda que mais evidente no mercado do arrendamento do que nas vendas das habitações.

O presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), Miguel Ribeiro, afirma que, em todos os mercados, as oscilações da procura influenciam os preços e garante que a tendência é que o mercado venha a ditar os preços face à conjuntura actual da economia.

Reconhece que muitos imóveis tinham valores de renda de segmentos superiores. No mercado de venda, não se tem assistido a quebras significativas nos preços, e os nacionais estão a comprar mais em relação aos anos anteriores, em que os estrangeiros apostavam mais no sector.

Apesar da conjuntura do mercado, Miguel Ribeiro sente-se optimista relativamente ao ano passado, ressaltando, no entanto, a importância de "esperar ainda três meses para fazer as projecções para este ano" sublinhando que se pode vir a registar "uma nova tendência."

As principais zonas residenciais continuam a ser a Baixa de Luanda, Cidade Alta, Talatona, Morro Bento, Benfica, Viana e Kilamba.

Quanto à oferta, assistiu-se a um aumento nos últimos anos, registando Luanda um crescimento anual médio de cerca de 22% no período 2012- 2016.

A Zenki Real Estate identificou cerca de 2.250 apartamentos classificados como novos ou recentes em Luanda, reflectindo o dinamismo da oferta registado no sector, dos quais 31% surgiram nos últimos dois anos. Quanto ao stock total de produto residencial 'novo' em Luanda, verifica-se que entre 2012 e 2016 o maior número registou-se nas tipologias T1 (52%) e T2 (27%).

Escritórios

Os dados do estudo apontam que as rendas prime de escritórios caíram 19% de 2014 para 2015, e 23% de 2015 para 2016. Actualmente, existe maior oferta de produto novo (stock) e maiores vacancy rates (rácio de disponibilidade), o que tem contribuído para que

se assista a uma contínua transição de empresas de edifícios antigos, geralmente de má qualidade, para edifícios novos, com boa qualidade, alinhada com padrões internacionais.

Retalho

O segmento de retalho destaca-se pelo acentuado aumento da oferta de conjuntos comerciais nos dois últimos anos. No entanto, predominam as marcas nacionais, devido essencialmente à limitação na transferência de divisas para o exterior.

Turismo

No mercado de turismo registou-se uma quebra das taxas de ocupação e uma ligeira redução dos preços de balcão. Assistiu-se também a uma crescente profissionalização do sector, visível na entrada de novos players .

Investimento

No segmento de investimento, a procura de imobiliário como solução no escoamento de liquidez tem vindo a crescer, contudo regista-se a falta de oferta de produto imobiliário com rendimento. A conjuntura de incerteza cambial tem contribuído como factor dinamizador do mercado de venda de imóveis, que se converteu em investimento.

6.22 Preços dos arrendamentos em queda em Luanda

Novo Jornal

27 De Janeiro de 2017

Texto: Hortêncio Sebastião

Desde que despoletou a crise económica e financeira e com ela a sobrevalorização das divisas face à moeda nacional, o kwanza, os preços do arrendamento de casas em Luanda sofreram uma queda vertiginosa.

Longe dos preços exorbitantes praticados outrora, mercê da disponibilidade e facilidade na obtenção de moeda estrangeira - dólar e euro -, o mercado de aluguer de casas tem vindo a decrescer de forma assustadora, ao ponto de os utentes dos imóveis deixarem de encarar o negócio com a prosperidade de outrora.

Até há menos de dois anos, os preços dependiam da localização, dimensão e acessibilidade dos imóveis. De um modo geral, o aluguer tinha como finalidade o alojamento, escritório ou ainda a instalação de um estabelecimento comercial.

Qualquer que fosse o fim, o aluguer era uma questão de tempo. O negócio concretizava-se, com evidentes ganhos para os proprietários e intermediários.

Na baixa de Luanda, as rendas variavam entre os 1.500 e os seis mil dólares ou o equivalente, em kwanzas, ao câmbio do mercado informal, enquanto nas zonas nobres do Alvalade ou do Miramar oscilavam entre os 10 mil e 30 mil dólares, a mensalidade por habitação. Quer num caso quer noutra, a preferência dos proprietários era receber em dólares.

No Alvalade e Miramar, os inquilinatos eram sobretudo entidades diplomáticas e empresas petrolíferas, que procuravam esta zona da cidade para se instalarem. Na Baixa de Luanda, os clientes eram cidadãos expatriados, maioritariamente, de origem europeia, americana ou asiática.

Negócio murchou

A procura por imóveis transformou-se num negócio apetecível, de tal forma que as agências imobiliárias rapidamente se espalharam como cogumelos, um pouco por toda a urbe, ao mesmo tempo que cada esquina ou local de passagem de transeuntes servia de ponto de paragem de agentes. Estes, com panfletos, abordavam quem parecesse andar à procura de um espaço para viver ou para exercer actividade comercial.

Inesperadamente, a crise veio deitar por terra o negócio, e de rentável a actividade imobiliária tornou-se quase sem interesse, devido à queda brutal dos preços, para benefício de quem necessita de alugar.

Hoje, com alguma facilidade, se divisam imponentes edifícios, situados bem no coração da capital angolana, com a maior parte dos apartamentos às moscas ou providos de largas faixas com as inscrições de "aluga-se" ou "vende-se".

A construção das novas centralidades, como o Kilamba e o Sequele, entre outras, contribuiu para a baixa procura no aluguer das habitações, já que o aumento da oferta provocou uma desaceleração da procura e uma queda no preço das rendas.

Exemplo disso, um apartamento que custava 1.500 dólares por mês, actualmente está a ser alugado ao equivalente a 500 dólares. Uma vivenda com piscina, 'com uma mensalidade que rondava os 10 mil dólares, passou a custar entre dois a quatro mil dólares, ainda sujeitos à negociação.

Estes valores divergem consoante a pessoa interessada no aluguer. A cor da pele ainda serve para inflacionar os preços, havendo casos de cidadãos

estrangeiros a quem é pedido um montante superior àquele que é estipulado para um cidadão nacional, como constatou Mário Santos.

"Um amigo meu, angolano, arranjou-me um apartamento por 200 mil kwanzas, mas, quando eu cheguei lá e o proprietário viu que eu era português, disse que só alugava por 300 mil kwanzas", relatou.

Mudar de actividade

José Tchitekulo, um intermediário experimentado nas lides de venda e aluguer de imóveis em Luanda, confirma que o negócio decaiu sobremaneira, pois a procura não se compara à que existia antes. Por esta altura do ano, entre Janeiro e Março, avolumavam-se os clientes. Mas, hoje, a procura diminuiu bastante e com ela vieram os baixos preços.

"Muitas vezes, são os clientes que ditam os preços, o que anteriormente não acontecia. Antes, pagavam por longos períodos, mas hoje apenas disponibilizam montantes que servem para cobrir seis meses e há até aqueles que preferem pagar mensalmente", deplora Tchitekulo, acrescentando que, quanto mais longo for o tempo de duração do contrato de arrendamento e quanto mais elevado o preço da casa, mais o intermediário ganha de comissão.

"Este ano, pelo aluguer de uma casa, em seis meses, apenas consegui arrecadar 100 mil kwanzas, enquanto na mesma moradia, há três anos, obtinha cerca de 500 mil kwanzas", conta o nosso interlocutor.

Já Gregório Filipe, outro homem que negocia casas no centro de Luanda há 15 anos, diz que, perante a queda do mercado, como ele, outros profissionais pensam em deixar o negócio, para enveredar por outro tipo de actividade.

"Com esta crise, tudo mudou. A procura de casas também baixou e a nossa opção tem sido esperar por dias melhores, que parecem estar cada vez mais distantes, porque, se o dólar está difícil, o kwanza também anda desaparecido", notou.

"Isto leva-me a concluir que investir no negócio imobiliário do 'eldorado' de antes tornou-se um fiasco", desabafou Filipe.

Relativamente às vendas, apesar da baixa na procura, mantém-se a tendência: o número de clientes que chega a fechar o negócio transacciona como sempre em moeda nacional.

"Por semana, anteriormente conseguia-se angariar entre 10 a 13 clientes para a compra, venda e aluguer de residências, mas, actualmente, se aparecerem três, já é bom", confessa Filipe, ao mesmo tempo que

lamenta a existência de um rol elevado de desistências, depois de gastos altos em comunicações telefónicas durante as negociações.

Pico imobiliário

O estudo imobiliário de Angola divulgado pela consultora imobiliária Abaccus em 2014 apontava que o sector seguia um bom ritmo de desenvolvimento, caminhando para uma fase de maturidade e consolidação.

O mesmo documento referia que a cidade de Luanda concentrava os principais pólos imobiliários de Angola, embora outras cidades como Lobito, Benguela, Soyo e Cabinda poderiam também vir a ocupar lugar de destaque no mercado de imóveis.

Neste ano, as rendas dos escritórios novos nas zonas da Baixa e Marginal de Luanda oscilavam entre os 150 e 200 dólares por metro quadrado/mês, ao passo que em idênticos estabelecimentos, mas usados, se situavam entre 90 e 135 dólares/mês.

Nos centros comerciais, as rendas variavam entre os 60 e 130 dólares por metro quadrado/mês e as lojas oscilaram entre os 25 e 195 dólares.

Já nos arrendamentos de moradias e apartamentos, estas atingiram a cifra de um milhão de kwanzas por mês num apartamento do tipo T2 do bairro Rangel, uma moradia na zona da Maianga por oito mil dólares e nas Ingombotas uma residência do tipo T5 alugava-se por 15 mil dólares.

Talatona era outro local de Luanda onde os preços dos arrendamentos eram elevados.

O NJ tentou contactar a Associação dos profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) para obter informações mais actualizadas sobre a evolução do mercado imobiliário, mas sem sucesso.

6.23 Programa Nacional de Habitação derrapou?

Jornal Manchete

27 De Janeiro de 2017

Texto: Francisco Cabila

O prazo para a conclusão dos trabalhos foi vencido, em 2014, e as autoridades culpabilizam a crise económica e financeira mundial, pelo não cumprimento das metas

Executivo, angolano ergueu até ao momento, apenas 10 450 (dez mil e quatrocentos e cinquenta) residências, das 26 mil estabelecidas no Programa

Nacional de Urbanismo e Habitação, aprovado em 2009.

A informação foi prestada, nesta terça-feira, 24, pelo director Nacional de Habitação do Ministério do Urbanismo e Habitação, Adriano dos Santos da Silva, em entrevista concedida à Rádio Nacional de Angola.

De acordo com o responsável, o subprograma em causa - que visa definir políticas que contribuem para que os cidadãos angolanos tenham moradias condignas - previa a construção de 200 fogos habitacionais nos 130 municípios dos 164 existentes no país, até o ano de 2014, sendo que os trabalhos terão arrancado em 2011, não tendo sido concluídos até agora, alegadamente, devido à crise financeira mundial que afectou, igualmente, o país.

"O cumprimento é satisfatório, 10450 casas já foram construídas, quase oito anos depois", disse Adriano dos Santos da Silva, visivelmente orgulhoso, tendo acrescentado que "não fossem os constrangimentos financeiros, resultantes da crise financeira de 2009, teríamos concluído os trabalhos nas datas previstas. Acredito que se o quadro financeiro e económico de hoje fosse como nos outros anos, as coisas teriam corrido bem".

O responsável fez, igualmente, saber que das 10450 residências erguidas, apenas metade (5 mil) estão em condições de habitabilidade, beneficiando assim de infra-estruturas, nomeadamente, esgotos, água canalizada e redes viárias.

"Em função do estado em que se encontram as cinco mil casas já construídas, o Ministério do Urbanismo e Habitação tomou a decisão de comercializá-las, desde o ano passado", disse, sublinhando que, a proposta foi remetida ao Executivo para a aprovação dos preços, que são 4 milhões de Kwanzas por habitação, todas com a tipologia T3 e só 1500 casas foram já vendidas em regime de arrendamento livre e venda resolúvel. "350 Casas ainda estão por comercializar nas províncias do Cunene, Benguela, Huambo, Cabinda e em Luanda (Icolo e Bengo)", frisou.

Disse adiante que os principais beneficiários deste subprograma são a juventude, antigos combatentes, funcionários públicos, técnicos e demais interessados.

Adriano dos Santos da Silva frisou por outro lado, que as outras residências que fazem parte das 10450, só serão comercializadas depois de beneficiarem das respectivas infra-estruturas sociais (saneamento básico, água canalizada e vias viária).

Mas, enquanto isso não acontece, sabe-se, que as mesmas (residências) estão a deteriorar-se de vido as chuvas, Sol e outros factores. Como se não bastasse

muitas delas foram já vandalizadas pelos "amigos do alheio", tendo levado consigo louças sanitárias, portas e janelas.

Sobre o assunto, o entrevistado da RNA sublinhou que os governos provinciais têm órgãos que representam o Ministério do Urbanismo e Habitação que fazem o trabalho de fiscalização, tendo lembrado que o Instituto Nacional de Habitação executa as políticas habitacionais.

"Estamos a fazer concertação com as entidades de direito nas Finanças para que essas casas possam ser terminadas. Este ano não falemos mais em 200 fogos por município, serão terminadas as 10450 casas já erguidas e que terão as infra-estruturas necessárias"

Quiçama é um caso que merece investigação

Até agora, o Ministério do Urbanismo e Habitação não trouxe a lume os motivos que fizeram com que a empreiteira a quem foram adjudicadas as obras de construção das residências na zona da Quiçama não obedecesse o estipulado no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

"Quanto a tipologia, são todas T3 mas, na Quiçama há casas T2 que estão fora daquilo que é a orientação", denunciou Adriano dos Santos da Silva, não tendo adiantado qualquer medida sancionatória contra os eventuais incumpridores das orientações do Executivo angolano. "Será que a culpa vai morrer solteira?", é a pergunta que não se quer calar.

Caso Panguila: a culpa é do ministério da construção

Sobre o Projecto Panguila, cuja maioria senão mesmo todas as residências apresentam inúmeras fissuras, o director Nacional de Habitação do Ministério do Urbanismo e Habitação descarta qualquer responsabilidade do seu pelouro e joga a bola para o Ministério da Construção. "O Ministério da Construção e Habitação, hoje Ministério do Urbanismo não tem qualquer responsabilidade sobre as casas do Panguila, hoje, é o Ministério da Construção que faz o acompanhamento das casas do Panguila".

O interlocutor da RNA denunciou, por outro lado, que desde há muito tempo era mais que sabido, pelos especialistas e não só, que aquela zona possuía solo não adequado para a construção de moradias. "A região do Panguila, toda ela, foi destinada à produção agrícola, possui solo no qual não se aconselha erguer habitações, pois, o mesmo (solo) não tem características próprias para a implementação do projecto em causa", anunciou, adiantando que naquela zona foram, teimosamente, erguidas as

residências para que as mesmas fossem comercializadas a preços baixos.

Futuro incerto

Adriano dos Santos da Silva revelou, igualmente, que o contexto financeiro actual, não permite ao pelouro de que está afecto, projectar muitas outras iniciativas, tendo adiantado que foram erguidas pelo país, 80 mil habitações pela Emogestin, 42 mil pela Coreangola, enquanto que outras iniciativas são privadas e também estão em curso e se deparam também com problemas de execução das infra-estruturas.

No que respeita a Centralidade do Kilamba informou que 2502 apartamentos estão habitados, sendo que muitos estão já comercializados, uns têm contrato de compra e venda e outros, compra sob regime de venda livre e resolúvel.

Garantiu ainda que a segunda fase desta cidade vai prosseguir, devendo serem construídos 90 mil fogos, por haver espaço para a sua expansão.

"Estamos a falar neste momento em 60 mil casas já construídas, as últimas centralidades a serem inauguradas são as de Cabinda (pela Imogestin) e a do Huambo (pela Coreangola).

A situação financeira e técnica aprovada é que vai fazer com que arranquemos com outros projectos mas, em Junho e Julho deste ano haverá mais casas à disposição da população", garantiu o responsável

6.24 Huíla melhora condições de habitabilidade

Jornal de Angola
29 De Janeiro de 2017
Texto: Arão Martins

Os programas estruturantes criados e em implementação na província da Huíla estão a permitir expandir os bairros periféricos e a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, disse o vice-governador para o sector Técnico e de Infra-estruturas.

Nuno Mahapi Ndala, que falava em entrevista ao *Jornal de Angola*, acrescentou que os projectos estruturantes desenvolvidos pelo Executivo, através do governo provincial da Huíla, permitiram também minimizar a pressão de risco de muitas famílias que construíam moradias em zonas perigosas.

A criação das novas zonas urbanísticas da Eywa, referiu, com 14 mil hectares, e da Quilemba, 5 mil hectares, são exemplos mencionados pelo vice-

governador provincial da Huíla para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala, como ganhos que estão a proporcionar condições de habitabilidade com segurança às famílias locais.

O vice-governador da Huíla para sector Técnico e Infra-estruturas disse que a província cresceu com a criação de novos centros habitacionais nos catorze municípios. A construção de um conjunto de infra-estruturas sociais, económicas e desportivas merecerem também atenção especial.

As infra-estruturas dos Caminhos-de-Ferro de Moçâmedes, os programas de requalificação das zonas urbanas e periféricas, bem como o a distribuição de água potável, energia eléctrica e as vias de acessos são exemplos que estão a contribuir substancialmente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

"A capital da província da Huíla (Lubango) é uma das cidades que mais cresceu nos últimos anos. Com este crescimento, houve a necessidade de criarmos novos centros habitacionais, onde foram acauteladas as principais infra-estruturas sociais fundamentais, nomeadamente o Caminho-de-Ferro de Moçâmedes e as linhas de distribuição de água potável, com vista a beneficiar as zonas onde foram feitos os novos assentamentos", indicou. O governante esclareceu que o governo provincial da Huíla criou grandes centros habitacionais, que são o Projecto Eiva, com 14 mil hectares, e o da Quilemba, com 5 mil hectares. Os 5 mil hectares de espaço da Quilemba foram subdivididos em 11 unidades de execução, das quais duas para serem entregues à construção de projectos de subordinação central e as restantes para a auto-construção dirigida.

Explicou que é com este ganho que na centralidade da Quilemba está a crescer o programa de construção de 8 "mil fogos habitacionais, dos 11 mil previstos, para dar suporte ao grande défice habitacional que a província da Huíla ainda regista.

Na província da Huíla, salientou o governante, com vista a dar cobro às necessidades habitacionais que a região ainda vive e na perspectiva de se minimizar a questão, o Executivo subdividiu os programas de construção habitacional em dois: o de construção dirigida, com a participação do governo local e central e o de implantação das centralidades, que são de subordinação central.

Indicou que na centralidade da Quilemba, a maior franja de ocupação de solos está para a auto-construção dirigida. Interrogado sobre os projectos sociais em curso na região, Nuno Mahapi Ndala esclareceu que as acções são levadas a cabo em

função das condições financeiras ao alcance do Governo da Província. O país, referiu, tem 18 províncias e a divisão dos orçamentos deve ter em conta o mosaico nacional. "Dos recursos financeiros que são disponibilizados, temos dividido para fazer a harmonização ou ligação da cidade velha e as novas centralidades. Ainda temos bairros da cidade do Lubango que merecem atenção especial do governo da província, no sector das águas, energia eléctrica e estradas. Este processo está a correr em função dos recursos financeiros disponíveis", explicou o governante, que se mostrou esperançoso em dias melhores, tendo acrescentado que já se levaram para os bairros periféricos várias infra-estruturas, para melhorar a qualidade de vida da população. o

O vice-governador provincial da Huíla para o sector Técnico e Infra-estruturas disse que a cidade do Lubango continua a ter um défice habitacional muito alto e que a preocupação do governo é a de continuar a trabalhar e a criar condições aceitáveis e condigna para as famílias. Mesmo para as famílias que já vivem em bairros com grande privilégio, salientou, deve continuar-se a criar condições seguras para que a sua qualidade de vida seja sempre salutar.

Os desafios de requalificação dos bairros da cidade do Lubango continuam, assegurou o vice-governador para o sector Técnico e de Infra-estruturas, afirmando que todos bairros da cidade do Lubango estão a merecer atenção especial.

Tratamento especial

O processo de realojamento de pessoas que viviam em zonas de risco na cidade do Lubango foi antecedido pela criação de melhores condições de habitabilidade para as famílias, garantiu o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas, Nuno Mahapi Ndala.

O responsável explicou que a cidade do Lubango cresceu e que haviam espaços que careciam de ser requalificados. "Neste processo houve a necessidade de se transferir algumas famílias que viviam em zonas de risco, nomeadamente as que construíram as suas casas por cima das linhas de água, próximo da linha férrea e, inclusive, no prolongamento de ruas".

"Numa primeira fase, quando desenvolvemos este processo, as famílias foram acomodadas em tendas mas depois deu-se início à construção de casas, no programa de autoconstrução dirigida. Com isso, o governo criou condições de apoio às famílias, com a distribuição de tijolos, argila, chapas de zinco, areia e cimento, entre outros meios", disse.

Ainda no âmbito do crescimento das novas zonas habitacionais o governo; sublinhou Nuno Mahapi Ndala, lançou, recentemente o projecto de construção de uma subestação para o abastecimento de energia eléctrica às famílias que habitam em diversas zonas identificadas, incluindo para os futuros moradores da central idade da Quilemba.

6.25 Casas próximos da linha férrea com dias contados

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro de 2017

Texto: Domingos Bento

O início das demolições das residências estava previsto para o dia 20 deste mês. Os moradores recusam-se a abandonar o local porque alegam que o processo não está a ser transparente.

Segundo os populares, que dizem habitar no espaço há mais de vinte anos, a direcção do Caminho de Ferro de Luanda (CFL) não está interessada em saber se haverá paradeiro para as mais de duzentas famílias que vivem na margem da linha férrea, na Boa Vista, e que foram abrangidas pelo processo de demolição.

No entanto, os habitantes reconhecem ter construído no perímetro da linha férrea, mas dizem terem-no feito numa altura em que as necessidades obrigavam e sob o olhar da administração local que, durante as construções, em nenhum momento se opôs ao facto. Sobre o assunto, o OPAIS contactou a Administração do Sambizanga, por via da sua administradora, Milca Cuesse Caquesse, mas não obtivemos resposta.

Porém, passados mais de vinte anos, a comunidade afirma estar disposta a largar o espaço, mas só mediante indemnização ou alojamento condigno noutras zonas, já que não têm para onde ir.

Jeni Tito é umas das moradoras cuja casa foi abrangida neste processo. Segundo contou, foi notificada para abandonar o espaço em Junho do ano passado. Mas, de lá para cá, não foi informada sobre para onde iria depois da demolição da sua casa.

"Tivemos uma reunião no dia 7 deste mês, mas a direcção do CFL recusa-se a nos dar um outro-espaço ou valores para recomeçar-mos as nossas vidas noutra espaço. Nós não estamos contra as demolições, mas é preciso que eles pensem também em nós. Construímos aqui toda a nossa vida. Não é justo que nos tirem assim de forma compulsiva, parece que somos animais", atestou.

Luís Rodrigues é outro morador, disse que o CFL, ao invés de procurar consenso, está a impor as suas vontades de forma "arrogante", "sem ter em conta o destino que será dado às vidas humanas que estarão em risco no decorrer das demolições" que podem acontecer estava ao volante. Já uma nota da direcção comercial do CFL, assinada pelo director da instituição, Celso Rodrigues Rosa, informa que, o departamento de Via, Obra e infra-estruturas do CFL está a ter dificuldades em manejar as máquinas em serviço devido às barracas e paredes de blocos entre o muro da vedação e a linha férrea. Assim, para facilitar o processo, o CFL, que alega ser proprietário do espaço, ordena aos ocupantes das referidas barracas e paredes que se retirem do espaço com a maior brevidade, de forma a facilitar a manutenção da vala de drenagem e o apoio ao novo projecto de duplicação da linha férrea a qualquer momento, já que o ultimo prazo dado para os moradores abandonarem a zona venceu.

"Hoje o CPL vem dizer que este espaço lhe pertence. Tudo bem.

Mas fomos nós que durante muito tempo guardamos para que não fosse invadido. Fizemos aqui filhos, netos e toda a nossa vida. Hoje vêm nos tirar assim, sem indemnização. Quem nos paga pelos prejuízos?" questionou o morador que diz viver no perímetro há 21 anos.

6.6 Mais de metade de moradores paga renda

Jornal de Angola

30 De Janeiro de 2017

A taxa de cumprimento do pagamento das rendas resolúveis por parte dos moradores da centralidade do Kilamba ronda os 62 por cento, do total das 11.554 notas de cobrança entregues pela empresa de gestão Imobiliária Imogestin, revelou o director para a Area Comercial.

Gilberto Monteiro referiu que, dos 13.746 subscritores de contratos de rendas resolúveis, 7.125 procederam ao pagamento na totalidade e outros apenas liquidaram as prestações referentes ao exercício económico de 2015 e 2016.

"O prazo para o pagamento destas duas prestações é de cinco anos e deve ser agregada a prestação dos anos subsequentes, como 2017", disse Gilberto Monteiro, durante o encontro que a Imogestin manteve em Luanda, na semana passada, com jornalistas.

Na centralidade do Sequele, município de Cacuaco, a taxa de pagamento das duas prestações ronda os três por cento, das 9.808 notas de cobrança entregues aos moradores.

No projecto KK500, os 4.770 apartamentos arrendados por via resolúvel estão todos habitados.

Na província de Cabinda, dos 2.002 focos habitacionais geridos pela Imogestim, 476 foram entregues a funcionários públicos que rubricaram o contrato de renda resolúvel e os restantes 102 vendidos à população. Enquanto isso, na centralidade do Dundo, na Lunda Norte, a Imogestim não conseguiu efectuar qualquer venda dos 5.004 apartamentos, tendo em conta a situação financeira da população. Cerca de 1.750 funcionários públicos mostraram interesse na aquisição das moradias. Na mesma centralidade, apenas nove das 153 lojas foram vendidas.

A Imogestim, gestora dos projectos das novas urbanizações do Estado, prepara-se para lançar novas vendas em vários pontos do país, mas alerta que o anúncio da comercialização e respectivos moldes de venda, para evitar ajuntamentos e burlas, vai ser feito 60 dias antes do início deste processo.

Para a província de Luanda estão disponíveis 16.000 apartamentos localizados nas centralidades do Kilamba, na execução da sua segunda fase, Capiri, Quilómetro 40 e Zango Zero.

Além das habitações, as centralidades possuem infantários, escolas e estabelecimentos comerciais.

A gestora imobiliária (Imogestim) vai criar neste trimestre o serviço de provedoria de atendimento aos clientes residentes nas novas urbanizações, anunciou o presidente do Conselho de Administração.

Dirimir conflitos

Em reunião com jornalistas, Rui Cruz anunciou ainda a criação de um "Call Center", serviço que vai esclarecer dúvidas dos clientes nas diversas centralidades do país. A provedoria de atendimento ao cliente surge na sequência da defesa dos direitos do consumidor, visto que, mesmo depois de terem sido vendidos os apartamentos, registam-se situações que precisam de ser resolvidas.

"A questão do cliente não se resolve só com o recebimento do imóvel, mas o pós-venda pode representar também uma série de situações. A Imogestim vai criar, nos próximos dias, o provedor do cliente", explicou o administrador da empresa para a área de comunicação e imagem, José Rodrigues,

O provedor do cliente, prosseguiu, passa a ser uma figura que resolve junto da Imogestim as questões apresentadas pelos clientes.

O cargo vai ser ocupado por uma figura idónea com conhecimentos jurídicos, para que os assuntos sejam tratados objectivamente.

O "Call Center" vai funcionar com um conjunto de pessoas capacitadas para esclarecer as dúvidas os clientes, sem que estes necessitem de se deslocar às instalações da Imogestim. Linhas telefónicas vão estar disponíveis para o atendimento dos clientes, além de endereços electrónicos.

Questões que têm a ver com a distribuição de energia e água, saneamento e mau funcionamento dos elevadores são, entre outras, as principais reclamações apresentadas com frequência pelos moradores das centralidades.

6.27 AGT prevê encaixe de 36 mil milhões em 2017

Jornal Expansão
06 De Janeiro de 2017

Administração Geral Tributária (AGT) pretende arrecadar este ano 36 mil milhões de Kwanzas com a cobrança do Imposto Predial Urbano (IPU), representando 0,49% das receitas fiscais por natureza económica previstas no orçamento, aponta o Orçamento Geral do Estado 2017.

Até Novembro de :W16, a AGT chegou a encaixar 31 mil milhões Kz de Imposto Predial Urbano, confidenciou ao Expansão uma fonte da Administração Geral Tributária, explicando que neste momento a instituição está a consolidar as contas de Dezembro. Sendo assim, e de acordo com a fonte, só é possível disponibilizar dados ainda provisórios.

Já em 2015, revelou, a Administração Geral Tributária arrecadou 27,5 mil milhões Kz deste imposto, sendo que, "ano após ano, o pagamento de Imposto Predial Urbano tem vindo a crescer no País, pois os utentes de moradias têm mudado de mentalidade", afirmou a fonte.

Primeira fase iniciou dia 2 de Janeiro Segunda-feira arrancou o processo de cobrança da primeira prestação do Imposto Predial Urbano pela Administração Geral Tributária, contribuição anual que o cidadão deve pagar ao Estado pela posse ou usufruto de uma casa, apartamento, mo- radia ou terreno.

A primeira fase da liquidação do imposto que incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento vai até dia 31 de Janeiro. Os imóveis com valor até cinco milhões Kz estão isentos do pagamento do IPU. Acima deste valor, e apenas sobre a diferença, aplica-se uma taxa de 0,5%.

De acordo com uma nota da AGT a que o Expansão teve acesso, o imposto deve ser pago na repartição fiscal da área de localização dos imóveis. Caso o contribuinte opte em pagar em duas prestações, a segunda parcela deverá ser paga no mês de Julho.

O não pagamento do Imposto Predial Urbano faz com que os contribuintes acumulem dívidas fiscais, que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta, aponta o comunicado de imprensa da AGT.

Segundo a Administração Geral Tributária, os titulares de imóveis não inscritos naquela instituição devem apresentar a declaração modelo 5 de IPU, de modo a que possam proceder à sua inscrição.

"Sempre que possível a declaração deverá ser acompanhada de documentos que auxiliem na descrição do imóvel, nomeadamente, memória descritiva, planta do imóvel, certidão ou título de propriedade horizontal, contrato promessa de compra e venda, ou ainda termo de quitação".

Porém, a ausência dos referidos documentos não impede a inscrição do imóvel, podendo o titular juntar essa documentação posteriormente.

Para que a Administração Geral Tributária avalie o valor patrimonial do imóvel são necessários fatores determinantes como a localização, idade, disponibilidade de serviços como água, luz e saneamento básico, sem esquecer a área de construção do imóvel, sendo que junção destes coeficientes determina o resultado da avaliação acima ou abaixo dos cinco milhões Kz.

6.28 Empresa Imodéstia convoca moradores

Jornal de Angola
10 De Janeiro de 2017

A Imodéstia, impressa de gestão imobiliária, avisou ontem os moradores da Cidade do Kilamba que não têm feito o pagamento das prestações por alegadamente não terem recebido a nota de cobrança

de que devem levantar o documento até ao dia 19 deste mês.

É no total dez dias o período dado aos moradores em falta, que começou ontem, dia em que foi publicado um aviso da empresa imobiliária numa das páginas de publicidade do Jornal de Angola.

Para o efeito, os moradores nesta condição devem dirigir-se ao escritório da Imodéstia, localizado no Bloco M, prédio 19, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h00 e as 14h00 às 17h30, e ao sábado, das 9h00 às 12h30.

Com o presente aviso, todos os promitentes-compradores, na condição descrita, devem considerar-se notificados para efeitos de pagamento das prestações em falta, lê-se no documento da empresa Imodéstia, que pôs à disposição os números 928653876e9309251580uosemailsmarisa.sousa@imogestin.co ao e irina.reis@imogestin.co.ao, para eventuais esclarecimentos.

A Cidade do Kilamba começou a ser habitada em 2012, ano em que começaram a ser vendidas moradias a pronto-pagamento, tendo, no ano seguinte, o Estado posto à venda apartamentos através do sistema de renda resolúvel, provocando uma grande adesão popular ao processo de compra das habitações nas novas urbanizações.

6.29 Imposto predial com resultados positivos

Jornal de Angola
11 De Janeiro de 2017
Texto: Lourenço Bule

A Repartição Fiscal de Menongue, província do Cuando Cubango, arrecadou mais de 5,4 milhões de kwanzas para os cofres do Estado, em 2016, como resultado do pagamento de Imposto Predial Urbano (IPU) sobre o património.

O chefe da repartição fiscal afirmou que, durante o período em balanço, se registou um crescimento do número de contribuintes fiscais a nível do Cuando Cubango, no pagamento do IPU, apesar de existirem na região muitos imóveis isentos de imposto.

Stefânio Benza de Castro salientou que a receita arrecadada no ano superou as arrecadações realizadas em igual período de 2015, altura em que o Estado captou um pouco mais de 3,3 milhões de kwanzas do pagamento de imposto predial urbano sobre o património.

O responsável referiu que IPU comporta duas categorias, mormente imposto predial urbano sobre a renda e imposto predial urbano sobre o património, este último que entrou em cobrança desde o passado dia 1 de Janeiro do ano em curso.

"Durante o mês de Janeiro, o pagamento do imposto predial urbano sobre o património ainda será voluntário e, depois deste período, os técnicos da Administração Geral Tributária (AGT), passarão a fazer coerciva a todos os indivíduos que não cumprirem atempadamente com as suas obrigações fiscais", disse, Stefânio Castro acrescentou que todo o indivíduo que tiver de fazer o pagamento do imposto predial urbano sobre o património pode fazê-lo em duas prestações, sendo primeira a partir do mês de Janeiro e a outra em Julho do ano em curso, "O imposto é uma fonte de receita para o Orçamento Geral do Estado e, nesta senda, urge necessidade de o Executivo angolano repartir de forma equitativa os rendimentos para a melhoria das condições de vida dos cidadãos", disse.

Isenções Stefânio Benza de Castro lembraram que vão ser tributados todos os imóveis avaliados em mais de cinco milhões de kwanzas e estão isentos do pagamento do imposto predial urbano sobre o património todas as propriedades pertencentes ao Estado.

Todo o indivíduo que adquirir uma residência num dos projectos habitacionais do Estado por renda resolúvel, avaliada em mais de cinco milhões de kwanzas, enquanto o cidadão nacional não pagar na totalidade o imóvel, este fica isento do pagamento do imposto predial urbano sobre o património.

"Enquanto o cidadão estiver a pagar o seu imóvel, ainda não é considerado sua propriedade e, mas sim do Estado e, por isso, toma-se isento do pagamento do imposto predial urbano", disse.

O responsável acrescentou que todo o indivíduo que arrendar o seu imóvel deve obrigatoriamente pagar o imposto predial urbano sobre a renda, com a taxa obrigatória de 15 por cento do valor pago.

Stefânio Benza de Castro afastou a hipótese de que a medida adoptada pelo Executivo angolano tenha vindo encarecer a vida do cidadão nacional no ponto de vista financeiro, mas antes acautelar e promover justiça social, "visto que só podem pagar o imposto predial urbano sobre o património, todo o indivíduo que tiver propriedade avaliada em mais de cinco milhões de kwanzas."

Taxa de circulação O pagamento da taxa de circulação gerou mais de um milhão de kwanzas, de Dezembro a 9 de Janeiro, o que, para Stefânio Benza, garante maior arrecadação até ao próximo mês de Março, altura em que encerra o processo.

O responsável dá conta de um número elevado de automobilistas que se dirige à Repartição Fiscal de Menongue, para o pagamento da taxa de circulação, mas lamentou o facto de vários motociclistas furtarem-se das suas obrigações para com o Estado.

"Os utentes de veículos que não pagarem a taxa de circulação, até ao mês de Março do ano em curso, vão pagar uma multa de 50 por cento sobre o valor, de acordo à cilindragem do seu meio de transporte", alertou.

6.30 Novas centralidades erguidas no Huambo com outros estatutos

Jornal de Angola

07 De Janeiro de 2017

Texto: Marcelino Wambo

O Governo Provincial do Huambo aprovou por unanimidade a proposta à categoria de vilas para as novas centralidades construídas na província. A proposta avançada durante a sessão extraordinária pelos membros do executivo do Huambo atribuiu a categoria de vilas às centralidades do Lossambo, arredores da cidade, da Caála e do Bailundo, com vista a conferir a estas novas urbanizações um reconhecimento legal e jurídico.

O governador João Baptista Kussumua afirmou que a proposta aprovada surge da orientação do Ministério da Administração do Território, para a atribuição de nomes, reconhecimento jurídico-legal das novas centralidades, não apenas do Huambo, mas do país em geral.

Durante a sessão extraordinária, os membros do Governo analisaram também as modalidades da comercialização das 2.009 unidades habitacionais nesta segunda fase, assim como a proposta do novo modelo de gestão e recolha de resíduos sólidos.

O governante anunciou que, para a recolha de resíduos sólidos porta a porta e em sistema contentorizado, estão disponíveis tractores e outros meios de apoio ao saneamento básico da cidade. Por este facto, aconselhou a colaboração dos moradores na denúncia de todos aqueles que atentarem e vandalizarem os referidos meios, no sentido de serem responsabilizados criminalmente.

Na sessão foram propostos também os preços a serem praticados para a recolha de resíduos sólidos na cidade, que vão de 3.500 kwanzas para os centros urbanos e centralidades, e 500 kwanzas para os bairros e arredores.

6.31 O Imposto Predial Urbano

Jornal O PAÍS

10 De Janeiro de 20217

Com os melhores cumprimentos e na convicção de que a imprensa isenta, que me parece ser o jornal que o senhor dignamente dirige, é a voz dos sem voz, venho por este meio dar a minha voz para divulgar urna situação que me atingiu abruptamente e irá, seguramente, atingir muitos outros infelizes angolanos, os excluídos.

Sou um ancião de 83 anos de idade, reformado com uma mísera pensão da segurança social, com encargos familiares e uma existência quase sub-humana.

Vivo na cidade do Lobito em casa própria há cerca de 50 anos e pagava até o ano passado 6.978,00 kwanzas de Imposto Predial Urbano. Assim, consciente como sempre dos meus deveres como homem e como cidadão, fui no dia 03-01-2017 à Repartição Fiscal do Lobito, munido daquele valor, para pagar o dito imposto predial do ano agora iniciado e qual não foi a minha surpresa e desgosto quando fui "Fulminado" em relação ao que pagava anteriormente! E isto dito com uma frieza glacial sem qualquer condimento para preparar e relaxar a vítima pagante.

A meu ver, o tão brutal aumento do imposto de um bem tão essencial que é a habitação é demasiado excruciante para os já física e psicologicamente exaustos angolanos de baixa renda, sabida que é a crítica situação socio económica atual da maioria do povo angolano.

O negligenciarem-to dessa triste realidade por parte de quem ditou tão drástica sentença assim como o abandono, deliberado ou não, do preceituado nos artigos 82 e 83 da Carta Magna da República de Angola que particulariza a situação dos cidadãos idosos e ou deficientes como eu, faz pressupor, à partida, que o legislador pretendeu acima de tudo mostrar obra e autopromover-se, o que é francamente mau mas, infeliz e lamentavelmente, se tornou rotina nesta nossa terra; nesta Angola de todos os angolanos.

Não é que eu, um ínfimo grão de areia no deserto, seja contra os impostos, ou reajustamento como

eufemisticamente lhes chamam agora. Não. Sou suficientemente adulto para saber que os impostos são necessários em quaisquer pais do mundo. O que me custa a digerir de cara alegre é a brutalidade dos seus aumentos absolutamente incompatíveis com a exaurida bolsada maioria dos angolanos, e também como são cobrados. Pois, não faz nenhuns sentido que um milionário pague o mesmo valor-que um idoso, urna pobre, um deficiente ou outro cidadão que nada mais tem senão a habitação em que vive, ou vegeta, com a sua família.

Mais de 700% de aumento no imposto de um bem tão necessário a um ser humano que desde há muito se afastou das cavernas, e logo a seguir àquele autêntico "DILÚVIO" que foi o também brutal aumento do preço da água, luz, combustíveis e telecomunicações, é demais. É desumano!

6.32 Proprietários aderem ao pagamento

Jornal de Angola

07 De Janeiro de 2017

Uma média diária de 40 a 50 contribuinte aflui, desde segunda-feira, na quarta Repartição Fiscal da Administração Geral Tributária, em Talatona, Luanda, para o pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU). O movimento é considerado satisfatório pela chefe adjunta da Repartição Fiscal que prevê um maior número nos próximos dias.

"O movimento tem sido bom, os contribuintes têm estado a pagar o imposto, isso para evitar multas e juros", afirmou Vanda Neto. A responsável apelou aos contribuintes para o pagamento dos impostos, para não incorrerem em multas e juros que o regime jurídico prevê.

A multa representa 30 por cento do valor do imposto, de acordo com Vanda Neto. Na repartição do Talatona, o processo está também a ser marcado com solicitações de inscrição de imóveis por parte dos proprietários.

O pagamento do Imposto Predial Urbano por parte dos moradores das novas centralidades constitui uma das preocupações levantadas por alguns contribuintes em diversas repartições fiscais. No Bié, o chefe da Repartição Fiscal do Cuíto incentivou os proprietários de imóveis a cumprirem com a obrigação do pagamento do IPU, cuja primeira fase vai até ao dia 31 do mês em curso Pedro Custódio, que falava à Angop, considerou razoável a adesão dos contribuintes na primeira semana, daí apelar aos proprietários de imóveis, te e nos e inquilinos para a

necessidade do pagamento da primeira prestação do IPU. O Imposto Predial Urbano, em pagamento desde O 1 do mês em curso, incide sobre o valor patrimonial do imóvel ou sobre o rendimento gerado pelo seu arrendamento.

Trata-se de uma contribuição que os cidadãos podem pagar em duas prestações, sendo a segunda em Julho próximo.

Para os imóveis não inscritos, os proprietários devem apresentar a declaração modelo 5 do IPU, para a inscrição, sendo acompanhada de documentos com a descrição do imóvel, como memória descritiva, planta, certidão/título de propriedade horizontal, contrato promessa de compra e venda, ou ainda termo de quitação.

Para se avaliar o valor patrimonial do imóvel, são necessários determinados fatores, como localização, idade, disponibilidade de serviços (água, luz e saneamento básico) e área de construção do imóvel.

A junção destes coeficientes determina o resultado da avaliação (acima ou abaixo de cinco milhões de kwanzas). Caso o cidadão não fizer a liquidação do Imposto Predial Urbano, acumulam-se dívidas fiscais que podem dar origem à instauração de um processo de execução fiscal, levando o Estado a cobrar de forma coerciva o imposto em falta.

Com a reforma tributária em curso no país, o IPU também sofreu ajustes, como a introdução do Regime de Avaliação dos Imóveis que já estava desajustada à realidade actual.

Outro ajuste feito foi a introdução da diferenciação das taxas entre a tributação de imóveis arrendados e não arrendados, além de se ter introduzido regras relativas ao cumprimento da obrigação pelo proprietário do imóvel. Para uma residência avaliada, por exemplo, em cinco milhões e 200 mil kwanzas, a taxa de imposto só incide sobre os 200 mil kwanzas, sendo por isso de mil kwanzas.

Para os imóveis arrendados, em que o inquilino é uma pessoa singular ou colectiva que tenha ao abrigo do regime a obrigação da sua contabilidade organizada, este, no âmbito do contrato de arrendamento, tem o dever de reter o imposto à taxa efetiva de 15 por cento e proceder à entrega ao final do mês seguinte.

Quando não for uma pessoa singular ou colectiva com obrigação de ter contabilidade organizada, também pode reter o imposto, mas sem obrigatoriedade. Aquando da tomada de posse do novo Conselho de Administração da AGT, o seu presidente, Sílvio Burity, esclareceu que no caso do

IPU-Renda, os proprietários dos imóveis é que devem pagar a prestação.

Para os imóveis avaliados até cinco milhões de kwanzas, a taxa é nula e aplica-se 0,5 por cento sobre o excesso dos cinco milhões de kwanzas, em relação aos imóveis não arrendados.

7. TERRA

7.1 Persiste o silêncio das autoridades sobre as demolições no Zango

Novo Jornal

6 De Janeiro de 2017

Texto: António Paulo

As demolições foram travadas no ano passado, supostamente pelo governador de Luanda Hígino Carneiro, que no mês de Outubro rompeu as barreiras dos militares destacados na zona das demolições, de acordo com relatos de populares, reportados por este semanário em edições anteriores.

No 'zango das demolições', os militares não permitiam a entrada de quem quer que fosse. Até o provedor de justiça foi barrado, quando pretendia visitar aquela zona, onde, durante meses, populares tiveram de conviver com o barulho das máquinas demolidoras, tiroteios e um número infido de acções contra as populações praticadas pelos soldados.

Com a interrupção das demolições e a retirada dos soldados das Forças Armadas Angolanas, muitos moradores começaram já a regressar aos terrenos demolidos, onde dizem estar a observar alguma calma. Porém, reclamam por desconhecer o destino que o futuro lhes reserva, ao mesmo tempo que receiam o regresso das máquinas a qualquer instante.

José Manaca, de 57 anos de idade, residente na zona há 16 anos, viu a sua casa parcialmente destruída pelos militares num dia, que segundo contou, se encontrava ausente da mesma. "Tinha saído e quando voltei encontrei as paredes do quintal demolidas; as crianças disseram-me que tinham sido as tropas. No dia seguinte regressaram com tractores e pediram-me para retirar as coisas a fim de terminar a destruição da casa. Eu implorei e o chefe do grupo mostrou compaixão evitando a destruição na altura. Com a morte do Rufino e todas aquelas confusões, as demolições pararam e continuamos aqui", relatou.

José Manaca também não sabe o que o destino lhe reserva, mas assegura que a saída dos militares deixou a zona sossegada. "Vivemos quase ao relento, casas sem quintais, outras destruídas por completo e ninguém resolve o nosso problema", queixou-se o homem.

Sebastiana Fernandes, de 57 anos de idade, contou que vive na zona desde 1981. A cidadã que reside numa casa de chapa afiançou que a sua residência não

foi destruída pelos militares que tinham apenas as atenções viradas para construções definitivas. "Mas assisti a tudo. Foram dias de terror. Os militares armados roubaram materiais de construção e cobraram dinheiro para não partir casas, bateram nas pessoas, violavam mulheres e mataram um menino. Aqui ninguém mais dormia. Foi muito triste e revoltante. Agora, estamos à espera da decisão do governo se saímos daqui ou não. O que nós queremos é só paz", apelou a munícipe.

Perto de 10 mil casas demolidas Sem autorização para reerguerem as casas destruídas por militares, os populares do Zango sentem-se desolados e exigem uma resposta das autoridades sobre o seu futuro. Foi naquela região que a equipa do Novo Jornal que tem vindo a acompanhar as demolições foi torturada e detida durante cerca de seis horas por militares armados que ali se encontravam destacados, tal como reportou este jornal, na edição 447, de 2 de Setembro do ano transacto.

Oliveira Cassegunda foi outra das vítimas. Acompanhava a equipa do Novo Jornal e também sofreu as agruras dos maus-tratos infligidos pelos soldados.

Presidente da Comissão de moradores e 1. o Secretário do Comité de Acção 499 (CAP) do MPLA, sector 68, Cassegunda lembra que no dia em que foi torturado com a equipa deste semanário teve de desembolsar 100 mil kwanzas para evitar que a sua casa fosse demolida por completo. "primeiro partiram o quintal, a varanda e a casa de banho, depois da nossa detenção, regressaram comigo e pediram-me dinheiro para que a minha casa não fosse deitada abaixo por completo", pormenorizou o cidadão, que apela à intervenção do Presidente da República para uma solução definitiva do problema.

"Graças a Deus, estamos a viver uma certa acalmia. Mas não sabemos que final será dado ao nosso caso. A população constituiu um advogado que está a trabalhar no assunto, mas as autoridades, até ao momento, não dizem nada. Por isso, queremos que o Presidente da República diga alguma coisa para resolver o nosso problema", exprimiu o responsável comunitário, que estima em perto de 10 mil o número de famílias que viu as casas demolidas nos zangos 1,2, 3, e 4. O Novo Jornal tem procurado ouvir pronunciamentos das autoridades governamentais sobre o assunto, mas sem sucesso.

7-2 A Odebrecht e a ocupação selvagem de terras em Angola

Jornal Folha 8

07 De Janeiro de 2017

Texto: Moiani Matondo

Há uns anos, o presidente José Eduardo dos Santos afirmou que a Odebrecht (multinacional brasileira) era um dos grandes amigos de Angola. Tal afirmação de caução presidencial a uma empresa privada foi caso raro, se não único, tal como era estranha a audiência habitual que DOs Santos concedia aos dirigentes máximos da Odebrecht. Muitas vezes se especulou sobre qual seria a real natureza das relações do ditador presidente angolano com a empresa brasileira, chegando a admitir-se que aquele seria accionista desta. Mas o que nos interessa aqui são os abusos cometidos em parceria com as autoridades angolanas em Angola.

Uma primeira situação concreta liga-se a factos ocorridos no município do Sumbe, província do Kwanza-Sul, objecto de urna participação criminal de Setembro de 2016 referente a danos, denúncia caluniosa qualificada "e injúrias. Esta queixa foi apresentada por uma Cooperativa de Organização Comunitária do Sumbe, alguns dos seus membros e outros cidadãos contra Alexandre Almeida Bastos, director da Odebrecht, e outros incertos.

No centro da contenda está uma ocupação de terras e destruição de lavras no bairro da Chicucula, no Sumbe, que teve lugar a partir de Maio de 2015. Contam os queixosos que funcionários da Odebrecht lhes invadiram as terras e destruíram as lavras. Os locais exigiram documentação formal que desse legitimidade à Odebrecht para ocupar os terrenos, documentação essa que os funcionários da Odebrecht rapidamente obtiveram da administração provincial. Munidos desses documentos, os funcionários da Odebrecht quiseram desocupar os terrenos e as lavras pela força. A população resistiu como pôde, e a Odebrecht desistiu daquele método de ocupação. Mas engendrou outro plano.

Em Março de 2016, os sobas da região foram convocados para uma reunião com figuras oficiais, entre as quais se destacava um vice-governador da província do Kwanza-Sul, vários administradores municipais e comunais, e um brigadeiro da Marinha de Guerra de Angola.

Foi-lhes dito que iriam ser desalojados das suas terras, a bem ou a mal, porque a Marinha de Guerra iria fazer um porto, e ocupar os terrenos para as suas actividades. Tendo-se manifestado contra tais intenções, os sobas foram demitidos pelas

autoridades estatais e substituídos por uma Comissão da confiança do poder. Noutras reuniões posteriores com as populações, surgiram militares que apontaram as suas armas carregadas a quem protestou.

Na verdade, a Odebrecht pretendia ocupar o bairro da Chicucula para construir um condomínio. Perante a oposição das populações, chamou o governo, que se fez espaldar na, força da Marinha de Guerra, colocando militares armados nos terrenos, destruindo as culturas, demitindo os sobas, intimidando as populações com armas. Como bem se vê, os interesses privados da Odebrecht são defendidos pela força das armas públicas, existindo uma clara protecção dos negócios da Odebrecht por parte do Governo angolano. Trata-se de pura selvajaria, e faz lembrar o colonialismo do século XIX, quando as empresas majestáticas utilizavam, a força pública para ocupar e desalojar os nativos das suas terras. Pensava-se que a independência tinha acabado com essa exploração colonial. Afinal, apenas mudaram os donos das empresas (ou se formos ver bem. nem isso).

7.3 Governo confisca terrenos não explorados

Jornal O PAÍS

11 De Janeiro de 2017

Texto: Norberto Sateco

O director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Ambiente na Huíla, Lutero Campo, confirmou neste Domingo, 08, que o processo de expropriação de terras não aproveitadas pelos seus actuais proprietários estava em vias de começar.

"Nós só vamos seguir o que está estabelecido no artigo 69 da Lei de Terras e quem estiver à margem da lei será severamente penalizado", disse aquele responsável a OPAÍS, tendo alertado igualmente que não haverá excepção para quem quer que seja.

A medida, segundo a fonte, é de âmbito nacional e tem por objectivo disciplinar a classe camponesa e empresarial com vista a melhorar o aproveitamento dos solos disponíveis.

Na entrevista exclusiva concedida a este jornal, Lutero Campo garantiu que o Ministério da Agricultura será 'implacável' quanto ao cumprimento do estabelecido na Lei de Terras, inclusive, para detentores de cargos públicos e outras entidades civis e militares.

Disse também não compreender como é que existem requerentes com projectos não sólidos, sem estudo de viabilidade, a serem beneficiados com terras para um fim para o qual não estão habilitados.

Governo do Huambo aplaude a iniciativa O vice-governador da província para esfera infra-estrutural, em declarações à emissora pública, considerou "inadmissível" ver grandes parcelas de terras ocupadas por muitos anos sem que se aproveite para os fins requeridos.

"Estamos a ver os campos todos inundados de capim", disse.

Por seu turno, o director da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Gelembi, considera o processo de expropriação de "bastante complexo".

O responsável comunitário disse existirem muitos entraves de correntes da forma como os mesmos terrenos foram ocupados ao longo dos anos.

'Os espaços foram ocupados em "top down", com cadastramento não actualizado e real', salientou a fonte, tendo acrescentado que este tipo de processo deve ser bem analisado com a devida seriedade, para que não sejam mais um processo "para inglês ver".

'Se a iniciativa for séria precisa de ir mais afundo das questões, de modos a afastar prováveis conflitos com o poder hierárquico', advertiu Gelembi.

Para o presidente da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (UNACA), Albano Lussati, esta medida não irá afectar grande parte dos camponeses associados, pelo facto de a maioria dos implicados serem oficiais do exército e governantes. 'Uma vez que a ocupação de milhares de hectares tem sido registada, maioritariamente, por oficiais do exército, os nossos associados não serão atingidos e nós não estamos preocupados', precisou o presidente da UNACA. Lussati manifestou-se preocupado com o aumento do número de litígios de terras que envolvem os seus associados e certos dirigentes do país. 'Infelizmente registam-se nas comunidades rurais a ocupação de terrenos dos autóctones, de forma ilegal e abusiva, alegadamente por parte de detentores de cargos públicos', denunciou, tendo acrescentado que neste momento, está prevista a realização de uma mesa redonda para debater o assunto.

7.4 População desencorajada a construir em áreas críticas

Jornal de Angola

19 De Janeiro de 2017

O administrador municipal do Cazenga, em Luanda, Victor Nataniel Narciso, assegurou que a administração local tem o controlo de todas as áreas onde se registam Os maiores problemas na época chuvosa.

Em declarações à Angop, Victor Nataniel Narciso disse que existe um "Plano de Contingência da Chuva", liderado pela comissão de Proteção Civil e Bombeiros, que deve intervir em 35 pontos diferentes.

Com a execução deste plano, ainda não houve necessidade de deslocar as pessoas de uma localidade para outra, quer no Cazenga, quer em outros municípios da capital.

Segundo o administrador municipal, existem áreas críticas, os chamados "buracos de retenção de água", onde a situação de emergência é permanente, mas há pessoas que constroem habitações nestas zonas na calada da noite.

Esta atitude tem sido desencorajada pela equipa da fiscalização municipal, por ser provisória, porque as casas acabam inundadas ou desabam quando chove, disse. A administração realiza atualmente um levantamento de todas as pessoas que vivem em áreas críticas.

Victor Nataniel Narciso desencoraja a população a construir nas bacias de retenção e passagem da água da chuva.

Cazenga, um dos sete municípios da província de Luanda, integra as comunas do Tala- Hadi, Cazenga e Hoji ya Henda.

7.5 A máfia» dos terrenos em Luanda

Jornal A Republica

20 De Janeiro de 2017

O esbulho de terras a camponeses por figuras com alguma influência, para a criação de fazendas ou a construção de condomínios habitacionais, a que se junta a venda ilícita de terrenos por fiscais e outros

funcionários das administrações municipais, que o fazem a vários comprado ao mesmo tempo, está a criar uma situação potencialmente explosiva em alguns municípios de Luanda, sobretudo naqueles que faziam parte da chamada «cintura verde» da província.

A forma como é conduzida determinados processos, em Luanda, alguns supostamente com o beneplácito das administrações municipais, sempre em benefício. De quem tem poder (político, financeiro ou militar) e em prejuízo dos camponeses, alguns dos quais estão fixados nas terras agora ambicionadas por terceiros há várias gerações, portanto, com algum direito sobre eles, deixam muito a desejar, chegando mesmo a criar um sentimento de revolta entre os populares esbulhados.

De tal sorte que acabam por questionar se estamos mesmo independentes, já que tem havido «expropriações» que nem os colonos portugueses faziam.

O «fenômeno», se assim se pode chamar, não é novo.

7.6 Casas próximo da linha férrea do Bungo com dias contados

Jornal O PAÍS

30 De Janeiro de 2017

Texto: Domingos Bento

O início das demolições das residências estava previsto ara o dia 20 deste mês. Os moradores recusam-se a abandonar o local porque alegam que o processo não está a ser transparente.

Segundo os populares, que dizem habitar no espaço há mais de vinte anos, a direcção do Caminho de Ferro de Luanda (CFL) não está interessada em saber se haverá paradeiro para as mais de duzentas famílias que vivem na margem da linha férrea, na Boa Vista, e que foram abrangidas pelo processo de demolição.

No entanto, os habitantes reconhecem ter construído no perímetro da linha férrea, mas dizem terem-no feito numa altura em que as necessidades obrigavam e sob o olhar da administração local que, durante as construções, em nenhum momento se opôs ao facto. Sobre o assunto, o OPAIS contactou a Administração do Sambizanga, por via da sua administradora, Milca Cuesse Caquesse, mas não obtivemos resposta.

Porém, passados mais de vinte anos, a comunidade afirma estar disposta a largar o espaço, mas só

mediante indemnização ou alojamento condigno noutras zonas, já que não têm para onde ir.

Jeni Tito é umas das moradoras cuja casa foi abrangida neste processo. Segundo contou, foi notificada para abandonar o espaço em Junho do ano passado. Mas, de lá para cá, não foi informada sobre para onde iria depois da demolição da sua casa.

"Tivemos uma reunião no dia 7 deste mês, mas a direcção do CFL recusa-se a nos dar um outro espaço ou valores para recomeçar-mos as nossas vidas noutro espaço.

Nós não estamos contra as demolições, mas é preciso que eles pensem também em nós. Construímos aqui toda a nossa vida. Não é justo que nos tirem assim de forma compulsiva, parece que somos animais", atestou.

Luís Rodrigues é outro morador, disse que o CFL, ao invés de procurar consenso, está a impor as suas vontades de forma "arrogante", "sem ter em conta o destino que será dado às vidas humanas que estarão em risco no decorrer das demolições" que podem acontecer estava ao volante. Já uma nota da direcção comercial do CFL, assinada pelo director da instituição, Celso Rodrigues Rosa, informa que, o departamento de Via, Obra e infra-estruturas do CFL está a ter dificuldades em manejar as máquinas em serviço devido às barracas e paredes de blocos entre o muro da vedação e a linha férrea. Assim, para facilitar o processo, o CFL, que alega ser proprietário do espaço, ordena aos ocupantes das referidas barracas e paredes que se retirem do espaço com a maior brevidade, de forma a facilitar a manutenção da vala de drenagem e o apoio ao novo projecto de duplicação da linha férrea a qualquer momento, já que o ultimo prazo dado para os moradores abandonarem a zona venceu.

"Hoje o CPL vem dizer que este espaço lhe pertence. Tudo bem.

Mas fomos nós que durante muito tempo guardamos para que não fosse invadido. Fizemos aqui filhos, netos e toda a nossa vida. Hoje vêm nos tirar assim, sem indemnização. Quem nos paga pelos prejuízos?" questionou o morador que diz viver no perímetro há 21 anos.

7.7 Administração intensifica a fiscalização

Jornal de Angola

07 De Janeiro de 2017

Texto: Carlos Paulino

O administrador municipal de Menongue, Fernando Cassanga, disse quinta-feira, na capital da província do Cuando Cubango, que a Instituição que dirige vai reforçar, este ano, a fiscalização, no sentido de acabar com as construções anárquicas, que, nos últimos tempos, ganham contornos alarmantes na circunscrição.

Fernando Cassanga, que falava durante um encontro com os funcionários da Administração Municipal, sublinhou que muitos cidadãos em Menongue, além de construir sem qualquer autorização, estão a edificar também as suas residências nas reservas fundiárias do Estado.

"Esta é uma situação bastante preocupante, que devemos refletir neste ano, assim como a cedência dos terrenos aos cidadãos para que possamos acabar com as construções anárquicas", disse, acrescentando que a Administração Municipal de Menongue, para acabar com esta problemática, vai criar comissões de moradores.

Realçou que outra acção vai estar direccionada no diálogo com as comunidades, para que se realizem permanentemente campanhas de limpeza na capital da província do Cuando Cubango e bairros periféricos.

Fernando Cassanga salientou que constam ainda das prioridades da Administração Municipal a implementação do projecto de tapa buracos, jardinagem e a criação de espaços para a prática de exercícios físicos na cidade. Continuar a reabilitar os chafarizes, para fornecer água potável às populações, e estancar as águas residuais na via pública são também prioridades destacadas pelo administrador, que referiu que a Administração Municipal de Menongue vai aumentar a cobertura de vacinas de rotina e a vigilância epidemiológica, no âmbito dos cuidados primários de saúde. Fernando Cassanga acrescentou que se pretende também melhorar a arrecadação de receitas para a Conta Única do Tesouro (CUIT). O administrador de Menongue disse que urge haver uma união dos municípios, para o combate cerrado à de Liquência juvenil, que tem estado a aumentar a cada dia que passa na circunscrição.

Fernando Cassanga disse que o mesmo esforço deve ser conjugado no combate ao vandalismo, que dia

após dia está a tomar também contornos alarmantes, porque estão a ser destruídas infra-estruturas do Estado, tais como mercados, escolas, cabos de energia, chafarizes, entre outros bens públicos. "Num momento em que o país vive a diminuição da pujança económica e financeira, é necessário estarmos todos unidos, vigilantes e atentos, para detectar e denunciar os malfeitores, porque o vandalismo não dignifica os angolanos e em particular os municípios de Menongue", disse Fernando Cassanga, que concluiu que todos os angolanos devem sentir-se orgulhosos e seguir o exemplo daqueles que se bateram pela causa justa, para que hoje Angola fosse livre e independente.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Luandenses assumem-se disponíveis a pagar taxa de lixo

Jornal O PAÍS

02 De Janeiro de 2017

Texto: Milton Manaça

Durante uma ronda efectuada ontem, em alguns bairros da cidade, pela equipa de reportagem de O PAÍS, os nossos interlocutores mostraram-se disponíveis para colaborar com as autoridades pagando a respectiva taxa mensal por agregado familiar.

Antero Viringa, residente no Cazenga, considera que a diminuição de focos de lixo em várias artérias e municípios da capital terá contribuído para que muitos comecem a tomar consciência da importância de contribuir para manter a sanidade nos seus bairros.

Aqui no Cazenga, por exemplo, era um caos andar pelas ruas, porque havia lixo em quase todas as cantos. Agora que está limpo, é necessário que o cidadão contribua com alguma coisa para manter este cenário", frisou.

Descreveu o pagamento de impostos como sendo um dever de todo o cidadão, representando Pois uma via para o Estado angariar fundos para os seus cofres.

Esta mesma opinião foi veiculada por Pedro Ferraz, 42 anos, também morador do Cazenga.

O combate ao lixo, segundo Pedro Ferraz, deve envolver todos e não apenas as autoridades do país. Para si, a contribuição desse emolumento mensal pode ajudar a suportar novas e melhores estratégias para a recolha e tratamento dos resíduos sólidos.

Devemos pagar, mas está muito cara" Entretanto, a vontade de colaborar financeiramente choca com a incapacidade de desembolsar os valores estipulados. Alguns interlocutores de O PAÍS mostram-se descontentes com o valor e sustentam que apesar de a medida ser benéfica, a mesma pesará bastante no bolso do cidadão. Miguel António, morador do distrito urbano do Rangel, assinalou que há mais de um ano os preços de serviços sociais, nomeadamente de a água e energia subiram significativamente, sem, no entanto, os funcionários públicos beneficiarem do devido reajuste salarial.

É justo que o Estado cobre os impostos, mas já se torna injusto quando anualmente se impõe estes impostos altos sem se rever o salário do cidadão. É com o salário que pagamos todos estes impostos e sustentamos as nossas famílias" realçou Miguel António, tendo questionando se o Estado não lucraria muito se cobrasse mesmo 500 Kwanzas em Luanda.

Já Graciete Pedro alinha no mesmo diapasão e reforça que "em função da situação actual que o país vive, fica complicado muitas famílias pagarem 2500 Kz só para o lixo. Há que ter em conta os encargos que os municípios têm com a energia eléctrica, água e outros bens. Mas o Governo já impôs, só resta cumprir", frisou.

Como se fará o pagamento? Outra preocupação está relacionada a modalidade de pagamento, Tendo em conta que os interlocutores deste jornal dizem desconhecer as modalidades de cobrança, apesar de estarem a ser divulgadas pela TPA através de um spot publicitário que tudo esclarece.

Importa realçar que a cobrança da taxa do lixo será indexada à taxa de electricidade, ou seja, quando os clientes se dirigirem às lojas da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) para liquidarem as dívidas, ser-lhesão cobrados, na mesma factura, os valores do lixo.

8.2 Lixo em Benguela: ontem milionário, hoje mendigo

Jornal O País

06 De Janeiro de 2017

Texto: Constantino Eduardo

No final de 2016, o governador Isaac dos Anjos admitiu que a falta de dinheiro no seu governo condiciona os pagamentos.

Até 2014, denunciara Isaac dos Anjos, 40% do orçamento da província era destinado para o lixo e um número considerável de empresas abocanhavam parte dos milhões que o Estado destinava à limpeza das cidades, fundamentalmente no litoral sem o prévio parecer do Tribunal de Contas imposto por lei. Entretanto, nos dias de hoje, o quadro alterou-se significativamente com a crise cambial que assola o país.

Na cerimónia de cumprimentos de fim-de-ano em Dezembro de 2016, o governante reiterou a falta de dinheiro para o pagamento às empresas de recolha de resíduos sólidos, tendo revelado uma dívida estimada

em 16 mil milhões kwanzas para com as operadoras.

Segundo um gestor de uma das empresas de recolha de resíduos sólidos, que não se quis identificar, não existem garantias nenhuma por parte do Executivo de pagamento da dívida ainda no decorrer deste ano.

Contudo, perante tal quadro, a alternativa encontrada pelo governo local foi precisamente a comparticipação financeira do cidadão para combater o lixo, prática reprovada e conseqüente mente criticada por vários segmentos da sociedade civil, por entenderem que sobre o cidadão já recaem vários encargos sociais, como são os casos das facturas de energia eléctrica e água, argumentando que "no tempo das vacas gordas, esbanjou-se muito dinheiro e hoje pedem sacrifícios ao cidadão? Não pode ser", defende o sociólogo Martinho Mbangula, em entrevista a uma rádio local.

O que parecia uma mera pretensão governamental, transformou-se num facto. Em grande parte de zonas de Benguela, a comparticipação dos cidadãos é já um facto.

Com o camião a recolher os resíduos sólidos uma vez na semana, moradores pagam entre 200 a 400 kz mês, variando de acordo com os bairros, segundo moradores, "no bairro do Kapiandalo, por exemplo, a gente paga 400 kz/rnês", afirmou Ricardo Jesus.

Geremias Graciano, do bairro do Kalossombekwa, revela que a comparticipação ronda entre os 300 a 400 kz, acreditando que o quadro poderá inverter-se neste 2017, por ser um ano eleitoral "o governo tem que rever este quadro por causa de doenças, como a malária, que podem voltar afectar a nossa província..."

De acordo com alguns cidadãos, se ontem em Benguela convivia-se com lixo que valia milhares e milhões de dólares, hoje, com a crise, está-se perante um lixo "falido e a mendigar pão" do pacato cidadão, desprovido de recursos.

8.3 O lixo não é um problema apenas de beleza

Jornal O País

06 De Janeiro de 2017

Caro director, ainda bem que o jornal OPAÍS tem um espaço para os cidadãos leitores escreverem as suas coisas e falarem das suas vidas no dia-a-dia. Eu aproveito esta carta para falar de um assunto que, sinceramente, não entendo.

Eu não entendo como é que desde que Angola é um país independente que ouvimos todos os dias na rádio e na televisão que não devemos deitar o lixo nas ruas e mesmo assim as pessoas continuam a deitar o lixo nas ruas, mesmo sabendo que depois são os seus próprios filhos que morrem com doenças.

Outra coisa que não entendo mesmo é como é que as pessoas continuam a viver nos prédios como se vivessem numa aldeia, cada um com a sua casa, o seu quintal e o seu terreno e o vizinho está distante.

Nos prédios tem de haver regras e as pessoas que vivem lá têm que saber disso. E têm de cumprir as regras, ou então mais vale mudar de casa.

Eu moro num prédio da Rainha Ginga e não entendo como é que alguns vizinhos, que até dizem que são doutores são incapazes de tirar mil kwanzas por mês para a limpeza do prédio. Preferem, não sei se não têm vergonha quando recebem visitas.

Já sei que nas novas centralidades também há pessoas assim, com muita vaidade, roupas lindas, carros lindos, mas não são capazes de limpar o sítio onde vivem.

Se eu mandasse nesta terra faria com que houvesse uma inspecção dos prédios. Nos prédios sujos saíam todos os que não limpam e atiram o lixo a qualquer sítio, porque prejudicam a saúde de todos. O lixo não é um problema apenas de beleza. É mesmo de saúde pública.

Espero que o Governo Provincial de Luanda comece a pensar neste assunto. Também ajudaria a empregar muita gente, se cada prédio fosse obrigado a ter uma ou duas pessoas para limpar as escadas e outras partes comuns.

Não ao lixo

Antólina Cateje

Luanda

8.4 Saneamento reforçado com meios no Huambo

Jornal de Angola

07 De Janeiro de 2017

Texto: Adolfo Mundombe

O saneamento básico e as condições sanitárias da cidade do Huambo são intensificadas e melhoradas, este ano, com a entrega, à administração municipal, de mais meios para a recolha e tratamento de resíduos sólidos.

A Administração Municipal do Huambo recebeu do Governo da província um camião compactador de lixo, dois tractores com atrelados e 134 contentores para a recolha de lixo, no sentido de melhorar o saneamento na zona urbana e arredores.

Neste novo modelo, o cidadão coloca o lixo no saco e leva-o para local indicado pela administração municipal, onde é recolhido e levado para a área de tratamento.

No acto de entrega dos meios, o governador provincial João Baptista Kussumua sublinhou que, para uma boa gestão e recolha de lixo na cidade, é preciso que os dirigentes de cada área se prontifiquem, criem grupos de trabalho e a cada grupo seja indicado um responsável que passa a fiscalizar a operação, para que, em conjunto com as populações, se possa manter a cidade limpa e organizada. "Mãos à obra é o lema que se exige para o bom saneamento, não queremos ver mais as sarjetas entupidas, nem capim ao longo do tapete asfáltico aqui dentro da cidade, vamos trocar espaços de aglomerado de lixo por flores, os meios são mínimos, mas com uma boa gestão não teremos mais lixo na nossa cidade", garantiu o governador.

a administrador municipal do Huambo, Irineu Sacaala, reconheceu que os novos meios recebidos do governo da província vão contribuir para dar resposta aos anseios das populações de ver uma cidade cada vez mais limpa, organizada e criar uma boa imagem à cidade. a horário de recolha de resíduos é das 7h00 às 9h00.

8.5 Populares voltam a fazer necessidades em locais impróprios

Novo Jornal

13 De Janeiro de 2017

Texto: Dulcineia Iufua

Há mais de dois anos que 34 urinóis foram montados em diversos pontos da cidade de Luanda para acudir à população no que diz respeito às necessidades fisiológicas. As casas de banho públicas custaram aos bolsos do Estado cerca de 7 milhões de dólares americanos, mas funcionaram apenas durante três meses. Hoje estão fechados e alguns foram vandalizados, motivo que faz com que os cidadãos voltem a urinar na rua.

Numa ronda efectuada pela reportagem do NJ por alguns pontos onde foram montadas casas de banho públicas, são visíveis as enormes cabines de cor acinzentada com a inscrição «casa de banho pública».

Aparentemente abandonadas, há quem dê uma outra utilidade a estas cabines e as use para armazenamento de tralhas. A sua função inicial perdeu-se pelo caminho perante o lamento dos que as usavam em horas de aperto.

No Largo da Mutamba, populares ouvidos pelo Novo Jornal não sabem dizer ao certo o que sucedeu para que as casas de banho, em tão pouco tempo, deixassem de funcionar. Admitem que, por causa disso, algumas vezes, urinam em locais impróprios, como refere Gilberto Mateus, vendedor ambulante.

"Não sei se meteram isso só para enfeitar o sítio. Antes nos ajudava nas necessidades e hoje temos que nos desenrascar", desabafou.

Morador no sambizanga, Gilberto vende picolé na Mutamba. Uma distância grande demais para que possa ir a casa quando, se sente apertado. "Então, por isso, vou ser sincero: algumas vezes tenho urinado em locais impróprios".

Maria de Andrade, que aguardava pelo autocarro que a levaria ao Benfica, juntou-se à conversa, aproveitando para mostrar a sua insatisfação, porque, quando os WCs portáteis funcionavam, "alguns pontos da cidade não cheiravam a chichi".

"Irmã, essas casas de banho ajudavam muito. Antes, com 20 kwanzas, você fazia as necessidades à vontade e sem vergonha. Hoje, voltamos a urinar por trás dos carros parados e nos cantos. Sem falar dos 50 ou 100 kwanzas que damos aos seguranças dessa empresa de transporte só para urinarmos longe dos olhares de quem passa", relatou, questionando:

"Mas esse governo não consegue fazer uma coisa que dure muito tempo?"

Enquanto alguns urinóis foram convertidos em armazéns de tralhas, outros foram vandalizados por jovens, que os transformaram em depósitos insalubres de dejectos e urina. O cheiro nalguns pontos denuncia o que está no interior destas estruturas.

Os cidadãos arrombam as portas, urinam no interior das casas de banho e escrevem palavras ofensivas para o governo, cenário que se observa no balneário da avenida Alameda Manuel Van-Dúnern, que também está fora de uso, mas que é utilizado por alguns meninos de rua, e não só, para fazerem as suas necessidades.

Em horas normais de trabalho, mais de dois milhões de pessoas trabalham ou exercem alguma actividade

na zona baixa da cidade de Luanda, o que ilustra bem a utilidade destas casas de banho.

8.6 Saneamento básico com a participação de vários munícipes

Jornal de Angola

19 De Janeiro de 2017

Os habitantes da sede municipal de Samba Caju, na província do Cuanza Norte, estão atualmente empenhados em cooperar com a Administração no reforço do saneamento básico, melhoria da imagem da urbe e combate a várias doenças decorrentes da insalubridade do meio, anunciou ontem, na sede municipal, o responsável dos serviços comunitários.

António Manuel Lemba disse que para a concretização de tal desiderato, administração de Samba Caju está empenhada na promoção de campanhas regulares de saneamento básico, envolvendo funcionários públicos e habitantes da sede municipal, de modo a promover o envolvimento colectivo no combate ao lixo e prevenção de doenças. De acordo com o responsável, a nova dinâmica de higienização da vila municipal tem contado com a colaboração dos funcionários públicos e sociedade civil, uma acção virada à promoção das práticas ambientais, de forma a garantir um ambiente saudável.

Referiu que a iniciativa terá carácter periódico e tem-se cingido na recolha de resíduos sólidos e eliminação da vegetação à volta de algumas repartições públicas e centro da vila municipal.

António Lemba frisou que o maior objectivo da campanha é manter o saneamento básico na vila de Samba Caju, visto que em época chuvosa é importante prevenir-se das doenças, sobretudo o paludismo.

A realização de campanhas de limpeza constitui uma medida virada à prevenção de doenças, tendo por isso apelado aos munícipes a participarem nas limpezas programadas e manterem limpas as residências.

8.7 Analisada taxa do lixo

Jornal de Angola

21 De Janeiro de 2017

O pagamento da taxa de recolha de resíduos sólidos e o fornecimento de energia e água potável foram, entre outros, os assuntos que dominaram ontem a 1 a

reunião ordinária do Conselho do Governo Provincial de Benguela.

O encontro, orientado pelo governador provincial Isaac Maria dos Anjos, apreciou ainda a situação do registo eleitoral e militar, o concurso público de admissão de quadros nos sectores da Educação e Saúde, a sinistralidade rodoviária e o combate à criminalidade.

Os membros do Conselho do Governo Provincial de Benguela analisaram, igualmente, a praga da cultura do tomate na província, sendo também informados sobre o processo de regularização fundiária dos bairros Miramar, Belavista e Atlântico.

Ao intervir no" encontro, Isaac dos Anjos admitiu que o governo não dispõe de receitas para o pagamento das empresas de recolha de resíduos contratadas, daí a necessidade da discussão da metodologia de aplicação de cobranças aos cidadãos por este serviço.

Frisou que o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano corrente foi aprovado e publicado em Diário da República, no qual constam os procedimentos e normas que regulam a aplicação dos recursos financeiros.

O governador afirmou que os recursos são escassos para este ano, daí que preveja dificuldades perante as quais defende a racionalização no uso dos meios disponíveis.

8.8 Kwanhama reforça medida de saneamento básico

Jornal de Angola

22 De Janeiro de 2017

Texto: Quinito Kanhameni

A Administração Municipal do Kwanyama promove hoje, na cidade de Ondjiva, província do Cunene, uma mega campanha de recolha de lixo, para a melhoria da imagem da urbe e evitar a propagação de doenças.

O chefe em exercício da Repartição do Saneamento Básico e Espaços Verdes da Administração do Kwanhama, Ernesto Daniel Sanguito, disse ao Jornal de Angola que, para o êxito da campanha, foram mobilizados efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas (FAA), militantes da JMPLA, da Organização da Mulher Angolana (OMA) e sociedade civil.

Trata-se de uma campanha alargada, da qual também farão parte empresas públicas e privadas, como a

CRBC chinesa, Lumbamba, INEA, Sapalalo, Tulunga, Bololo e Seleva. Todas estarão munidas com meios, como tratores e camiões basculantes para evacuação dos resíduos sólidos.

Ernesto Daniel recordou que se trata da segunda campanha promovida pela administração este ano, referindo que a primeira abrangeu os bairros Naipala e Okakuluvale I e 11, tendo-se registado uma fraca adesão dos munícipes.

Para esta campanha, o responsável espera pela presença de uma boa moldura humana, que se vai desdobrar nos bairros de Ondjiva e acredita recolher cerca uma centena de toneladas de resíduo sólidos, a julgar pelos meios técnicos colocados à disposição das autoridades locais.

Uma nota da Administração Municipal do Kwanhama, a que o *Jornal de Angola* teve acesso, refere que, durante o período da campanha de recolha lixo, os taxistas não poderão circular nas principais artérias da cidade, devendo, para tal, utilizar outras vias.

Além dos taxistas, sublinha o documento da administração municipal, também ficam privados das suas actividades, durante horas, os proprietários dos estabelecimentos comerciais, hoteleiros e similares, assim como os mercados formais e informais, no sentido de evitar-se transtornos durante o período da campanha de resíduos sólidos.

Os trabalhos de abertura do aterro sanitário na localidade de Okapanda, a 15 quilómetros a norte de Ondjiva, ficam concluídos em breve. O chefe em exercício da Repartição do Saneamento Básico e Espaços Verdes da Administração do Kwanhama, Ernesto Daniel, disse que enquanto se aguarda pela conclusão das obras, o depósito do lixo é feito numa vala provisória, preparada para o efeito.

Falta de contentores A grande preocupação de momento, segundo o responsável, tem a ver com a falta de contentores, pois, referiu, os que existem estão muito aquém das necessidades para o depósito de lixo na cidade de Ondjiva e, na sua maioria, devem ser substituídos com urgência.

Ernesto Daniel reconhece que tal situação tem contribuído para que populares deitem o lixo ao chão, o que obrigou que fossem construídos pontos de transferência de resíduos em alguns barros, para permitir a recolha e a posterior evacuação pelas empresas prestadoras de serviço

O responsável da administração lamentou a fraca colaboração dos munícipes no cumprimento das normas estabelecidas pela administração, como, por

exemplo, queimar os resíduos sólidos no horário para o depósito de lixo.

Mas, apesar disso, Ernesto Daniel acredita que a situação venha a conhecer melhorias nos próximos dias, quando for concluído o estudo, pelo governo provincial do Cunene, do novo método de recolha de lixo porta-a-porta.

8.9 Novas casas recebem água

Jornal de Angola

03 De Janeiro de 2017

Cerca de duzentas novas moradias vão beneficiar de água potável este ano, no município de Nharea, a 175 quilómetros a Norte da cidade do Cuito (Bié), após a conclusão das obras de ampliação do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, naquela circunscrição.

A informação foi prestada ontem, pela administradora municipal de Nharea, Maria Lúcia Chicapa. As obras que tiveram início em Dezembro, estão avaliadas em mais de 20 milhões de dólares.

A ampliação do sistema de água vai permitir que a capacidade de bombeamento passe dos 120 metros cúbicos por hora para os 220.

As obras enquadram-se no programa "Água para Todos" e são financiadas pela Linha de Crédito da China.

O programa "Água para Todos", em Nharea, inclui a construção de seis chafarizes e a reabilitação de cinco outros, nas comunas de Dando, Caieie, Gamba e Lúbia, para reforçar os sistemas já existentes.

A administradora municipal disse que a melhoria da qualidade da água é um dos desafios das autoridades locais para a redução de doenças como diarreias, febre tifóide, cólicas abdominais e outras provocadas pelo consumo de água não tratada.

O município de Nharea, que dista a 175 quilómetros a Norte da cidade do Cuito, província do Bié, tem 113.651 habitantes.

8.10 Novas centralidades com mais água potável

Jornal de Angola

03 De Janeiro de 2017

Texto: Jesus Silva e Maximiano Filipe

As residências da nova centralidade do Lobito terão água potável até ao final do primeiro trimestre deste afio, disse na semana finda, ao *Jornal de Angola*, O presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento do Lobito (EASAL).

Henrique Calenga, que falava por ocasião do balanço do exercício económico de 2016 daquele empreendimento, sublinhou que a Centralidade do Lobito Já pode ter água através do sistema actual, mas não nas quantidades pretendidas.

Debruçando-se sobre a Centralidade da Catumbela, Henrique Calenga adiantou que aí será iniciado um novo projecto, cujo prazo de conclusão das obras Será de aproximadamente seis meses.

No que tange aos municípios, comunas e povoações do interior da província de Benguela, localizados na parte Norte, Bocoio e Balombo, o presidente da EASAL disse que durante o período em referência registou-se um aumento significativo da taxa de cobertura das populações servidas tom água potável, graças aos projectos que estão a ser implementados pelo Ministério de Energia e Águas e pelo Governo Provincial. Henrique Calenga afirmou que naquelas localidades é tarefa da empresa gerir é manter Os sistemas funcionais, garantir o abastecimento e velar pela melhoria da qualidade da água.

Henrique Calenga garantiu que está em funcionamento o sistema de emergências do Bocoio é iniciarão as obras de construção do sistema definitivo para a sede durante este ano, projecto inserido no Programa de Investimentos Públicos (PIP), bem como, em fase de conclusão, a construção do novo sistema de água para a sede do município do Balombo.

8.11 A cegueira da EPAL no Camama

Jornal O PAÍS

05 De Janeiro de 2017

Caros amigos, eu já ando farto de ouvir os senhores da EPAL a dizer que ligaram isto e aquilo, aqui e ali. São sempre milhares de ligações. Acredito que sim, mas ligar só não basta, é preciso que a água corra todos os dias. Ou então há a protecção ao negócio das cisternas.

Moro em Camama, perto dos chamados prédios da juventude, e aqui o abastecimento de água é uma dor de cabeça.

Agora descobrimos uma coisa simples: por trás do condomínio dos jornalistas, bem na rua que faz

fronteira com o bairro Iraque, ou Bonde Chape, passa uma conduta que liga ao Jardim do Éden, um outro condomínio famoso porque há quem pagou a sua casa e até hoje vê fumo.

Esta mesma conduta, perto do condomínio Bem Morar, que uns brasileiros enganaram com ele centenas de angolanos, há uma girafa. Mais à frente, na estrada que dá para o Lar do Patriota, outro condomínio também com as suas makas, há mais uma girafa, com um tanque de água enorme.

Se há condutas para estes condomínios todos e há um tanque enorme da EPAL, por que é que falta sempre água? As cisternas fazem muito dinheiro nestes condomínios.

A dita conduta, perto dos prédios da juventude e do Bonde Chapeu, tem uma ruptura que está lá há anos, já comeu o asfalto, fez um rio que serve para lavar carros e agora também para abastecer as cisternas.

Se nós já comunicamos isso várias vezes à EPAL e eles nada fazem, ou são cegos, ou têm alguma coisa a ver com o negócio das cisternas. Mas ao menos que tratem da ruptura e poupem o asfalto e a rua que está quase a desaparecer. Mas com os vícios que conhecemos, já estou mesmo a ver que nada farão e vamos continuar a usar água das cisternas que pode vir mesmo daquele buraco.

Será que um dia ouvirão o nosso clamor?

Obrigado pela atenção

Júlio E. Sampaio

8.12 Cazenga tem como prioridades a electricidade e a água potável

Jornal de Angola

05 De Janeiro de 2017

O administrador municipal do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, disse ontem, em Luanda, que as prioridades da sua administração para este ano são melhorar o fornecimento de energia eléctrica e o abastecimento de água potável, bem como as vias de acesso e a assistência médica à população. Victor Nataniel Narciso, em conversa com jornalistas, informou que os projectos municipais a executar este ano já estão revistos em função do Orçamento Geral do Estado para 2017, daí que, segundo disse, não haverá percalços, pois os projectos vão ser realizados com base nas possibilidades financeiras existentes. Segundo o administrador, das 216 mil ligações domiciliárias previstas cem mil já foram executadas

pela Epal. Em algumas zonas falta apenas fazer jorrar a água através da nova tubagem.

Victor Nataniel Narciso garante que a Epal continua a trabalhar para melhorar o sistema de bombeamento e de tratamento de água.

8.13 Cerco no combate a surto de cólera

Novo Jornal

13 De Janeiro de 2017

Texto: Álvaro Victória

Dois ministros deixaram Luanda, no início da semana, com destino ao Soyo, a fim de se inteirarem sobre a situação da cólera naquela parcela da província do Zaire. A epidemia já causou seis mortos, mas as autoridades garantem ser uma situação ainda "controlável". Em curso estão várias medidas de combate à doença, que levou a um estado de alerta nos municípios circunvizinhos do Soyo e províncias fronteiriças do Zaire. A doença já provocou a morte a seis pessoas, dos cerca de uma centena de casos confirmados.

Preocupadas, as autoridades do país prometem a execução de medidas mais precisas de combate ao surto, como o reforço de mais médicos, medicamentos e equipamentos na região afectada.

A seriedade no combate à doença por parte do Governo angolano explica-se pela deslocação, no início da semana, de uma equipa interministerial, encabeçada pelo titular da pasta da Saúde, Luís Gomes Sambo, da qual fizeram parte também o titular das Finanças, Archer Manguêira, e o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva.

No local, em declarações à imprensa, os governantes prometeram tudo fazer para reforçar as medidas de combate à epidemia que consideram estar ainda num estágio de desenvolvimento "controlável".

Gomes Sambo garantiu que, nos próximos dias, o município afectado verá reforçado o número de médicos e técnicos de laboratórios que irão de Luanda e da própria capital da província do Zaire, Mbanza Kongo.

"Constatámos que, desde o surgimento da doença, algo já foi feito para se controlar a epidemia. Mas é necessário que a nossa capacidade de intervenção seja reforçada com mais técnicos e meios", admitiu Luís Sambo

"Uma das medidas para se controlar a doença passa também pela prevenção, isto é as famílias devem

reforçar as medidas de higiene pessoal e colectiva, bem como o saneamento do meio", informou o ministro da Saúde.

Archer Manguêira, por sua vez, assegurou estarem identificadas as necessidades materiais e financeiras para um combate cerrado ao surto de cólera que assola o município do Soyo.

O responsável das Finanças considerou ser prioridade imediata a alocação de verbas para se pôr cobro à epidemia que desde Novembro de 2016 assola aquela parcela da província do Zaire.

As ilhas de Kirusso, Mbubu, Nvindi, Kimpula e Libi são as regiões mais afectadas pelo surto da cólera, que já causou seis óbitos dos 104 casos diagnosticados.

8.14 Cólera no Soyo, entre o cantar da vitória e o fim da guerra

Jornal O Manchete

13 De Janeiro de 2017

Texto: Lúcia Sebentina

Apesar das autoridades governamentais terem garantido a existência de um plano de acção para estancar o surto de cólera que desde Novembro do ano passado assola o município do Soyo, na província do Zaire, bem como evitar o seu alastramento para outras regiões do país, não significa que o assunto está, a partida, definitivamente resolvido, tendo em conta a especificidade da zona onde a doença se instalou, tal como revelou uma fonte do Manchete, que acompanha pormenorizadamente o assunto.

Trata-se, porém, de uma zona insular constituída por várias ilhas (mais de 150) que partilham limites com a República Democrática do Congo, onde as condições de higiene e saneamento básico são deficientes, sendo a sua população obrigada a consumir água imprópria devido a inexistência de água potável.

Neste momento, as ilhas de Kirusso, Mbubu, Nvindi, Kimpula e Libi são as mais afectadas por esta doença, o que motivou a deslocação de uma delegação multi-sectorial à província encabeçada pelo ministro da Saúde, Luís Gomes Sambo.

Para o governante, que falou no fim da visita de trabalhos, é fundamental que se melhore o saneamento básico das comunidades e se proporcione mais água potável à população residente nas localidades afectadas.

"Estamos a tomar medidas muito importantes no sentido de evitar a propagação da epidemia para

outras partes do território nacional", assegurou o ministro, tendo reiterado que o plano de acção já começou a ser executado com a tomada de medidas cautelares e profiláticas, com vista a controlar a situação epidemiológica nesta região.

Para o governante, o mais importante é a tomada de medidas cautelares para que seja invertida a tendência do alastramento do surto em outras localidades do município e não só. Para tal, revelou o governante, já foram disponibilizados medicamentos suficientes e preparados técnicos de saúde que para além da assistência médica e medicamentosa desenvolvem também acções de sensibilização junto das comunidades.

Para além do Soyo, o Ministério da Saúde está igualmente preocupado com outras regiões do país, tendo para o efeito sido adoptadas estratégias para conter a epidemia, sendo o mais importante neste momento a sua aplicabilidade consoante os recursos necessários.

"Já elaboramos um orçamento a nível nacional. Temos vindo a conversar com o Ministério das Finanças sobre os mecanismos adequados para se garantir o financiamento deste plano de combate ao surto da cólera", reforçou.

Por seu turno, o ministro das Finanças garantiu estarem identificadas as necessidades materiais e financeiras para um combate cerrado ao surto de cólera que assola aquela zona da província do Zaire, bem como evitar o seu alastramento para outras regiões do país.

Na ocasião Archer Mangureira considerou ser prioridade imediata a alocação de verbas para se pôr cobro a esta epidemia que o município do Soyo vive.

"Quando me refiro termos identificado todas as necessidades está também inclusa a vertente financeira, no sentido de darmos uma resposta imediata a esta epidemia", disse, sublinhando que, pela sensibilidade que o Ministério das Finanças tem, enquanto órgão responsável pela execução financeira do Estado para questões emergências, integrou a delegação chefiada pelo ministro da Saúde ao Soyo.

Por seu turno, o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, anunciou a reabilitação e ampliação nos próximos dias das estações de captação e tratamento de água potável no Soyo, com realce para a zona insular, tendo admitido que os actuais 300 metros cúbicos/hora são insuficientes para atender a demanda devido ao crescimento populacional da cidade do Soyo, nos últimos anos.

Segundo o governante, o projecto prevê adoptar à estação local com uma capacidade de cerca de 1.400 metros cúbicos, correspondendo a um milhão e 400 litros de água tratada por hora.

51 % DA POPULAÇÃO CONSOME ÁGUA POTÁVEL

Fonte do Governo da província do Zaire, contactada pelo Manchete disse que, tão logo se despoletou a epidemia da cólera no Soyo, foram criadas as condições para o seu controlo, tendo, depois da situação ter sido identificada notificado os organismos afins, nomeadamente os ministérios da Saúde e da Energia e Águas, bem como o das finanças, que fizeram deslocar ao local, responsáveis destes departamentos ministeriais.

Sublinhou que, para além das populações que vivem nas ilhas, 51 % da população da província do Zaire consome água potável, estando em marcha o projecto "Água para Todos" que está a ser implementado em toda a província.

8.15 Populares voltam a fazer necessidades em locais impróprios

Novo Jornal

13 De Janeiro de 2017

Texto: Dulcineia Lufua

Há mais de dois anos que 34 urinóis foram montados em diversos pontos da cidade de Luanda para acudir à população no que diz respeito às necessidades fisiológicas. As casas de banho públicas custaram aos bolsos do Estado cerca de 7 milhões de dólares americanos, mas funcionaram apenas durante três meses. Hoje estão fechados e alguns foram vandalizados, motivo que faz com que os cidadãos voltem a urinar na rua.

Numa ronda efectuada pela reportagem do NJ por alguns pontos onde foram montadas casas de banho públicas, são visíveis as enormes cabines de cor acinzentada com a inscrição «casa de banho pública». Aparentemente abandonadas, há quem dê uma outra utilidade a estas cabines e as use para armazenamento de tralhas. A sua função inicial perdeu-se pelo caminho perante o lamento dos que as usavam em horas de aperto.

No Largo da Mutamba, populares ouvidos pelo Novo Jornal não sabem dizer ao certo o que sucedeu para que as casas de banho, em tão pouco tempo, deixassem de funcionar.

Admitem que, por causa disso, algumas vezes, urinam em locais impróprios, como refere Gilberto Mateus, vendedor ambulante.

"Não sei se meteram isso só para enfeitar o sítio. Antes nos ajudava nas necessidades e hoje temos que nos desenrascar", desabafou.

Morador no Sambizanga, Gilberto vende picolé na Mutamba. Uma distância grande demais para que possa ir a casa quando se sente apertado. "Então, por isso, vou ser sincero: algumas vezes tenho urinado em locais impróprios".

Maria de Andrade, que aguardava pelo autocarro que a levaria ao Benfica, juntou-se à conversa, aproveitando para mostrar a sua insatisfação, porque, quando os WCs portáteis funcionavam, "alguns pontos da cidade não cheiravam chichi".

"Irmã, essas casas de banho ajudavam muito. Antes, com 20 kwanzas, você fazia as necessidades à vontade e sem vergonha. Hoje, voltamos a urinar por trás dos carros parados e nos cantos. Sem falar dos 50 ou 100 kwanzas que damos aos seguranças dessa empresa de transporte só para urinarmos longe dos olhares de quem passa", relatou, questionando: "Mas esse governo não consegue fazer uma coisa que dure muito tempo?"

Enquanto alguns urinóis foram convertidos em armazéns de tralhas, outros foram vandalizados por jovens, que os transformaram em depósitos insalubres de dejectos e urina. O cheiro nalguns pontos denuncia o que está no interior destas estruturas.

Os cidadãos arrombam as portas, urinam no interior das casas de banho e escrevem palavras ofensivas para o governo. Cenário que se observa no balneário da avenida Alameda Manuel Van-Dúnem, que também está fora de uso, mas que é utilizado por alguns meninos de rua, e não só, para fazerem as suas necessidades.

Em horas normais de trabalho, mais de dois milhões de pessoas trabalham ou exercem alguma actividade na zona baixa da cidade de Luanda, o que ilustra bem a utilidade destas casas de banho.

8.16 Luanda cria plano contra a cólera

Jornal de Angola

18 De Janeiro de 2017

Um plano de emergência foi criado ontem pelas autoridades sanitárias da província de Luanda para dar resposta a um eventual surto de cólera na capital

angolana, que não regista casos da doença há três anos.

O plano foi criado no decurso de uma reunião, realizada na Escola Técnica de Saúde, na qual foi decidido criar equipas de resposta rápida em todos os municípios da província de Luanda e indicados os centros de tratamento e os laboratórios para colheita das amostras de casos suspeitos. Apesar de Luanda não registar nenhum caso de cólera desde 2013, as autoridades sanitárias defendem o reforço da vigilância epidemiológica face ao surto na província do Zaire.

Na reunião, para a qual foram convocados os chefes de repartições, directores municipais e de unidades sanitárias, a directora do Gabinete Provincial de Luanda da Saúde, Rosa Bessa, pediu à população para reforçar as medidas de prevenção.

As medidas de prevenção incluem a melhoria das condições de higiene domiciliar e do meio, o cumprimento dos cuidados básicos de higiene pessoal, como a lavagem das mãos antes de cada refeição, e a não ingestão de alimentos expostos ao ar livre e mal acondicionados.

A lavagem das frutas e verduras em água desinfectada com lixívia (para cada litro de água 10 gotas) e o consumo de água filtrada, fervida ou desinfectada com cloro são também recomendações destinadas à prevenção da cólera.

As autoridades sanitárias da província de Luanda aconselham ainda evitar o contacto directo com água de enchentes e lagos, por poder provocar, além da cólera, outras doenças, como a hepatite e a febre tifóide. A cólera é uma doença causada por um microrganismo, de nome vibrião colérico, que tem a capacidade de multiplicar-se em grande velocidade dentro do intestino humano, provocando fortes reacções no aparelho digestivo e libertando uma toxina que desencadeia uma intensa diarreia.

O contágio dá-se, principalmente, através da água e de alimentos contaminados pelo vibrião colérico e os principais sintomas da doença são vómitos, dores de barriga e calafrios. Uma pessoa que apresente alguns desses sintomas deve ingerir muitos líquidos e dirigir-se a uma unidade hospitalar mais próxima de casa.

8.17 Mais água potável a jorrar no Cunene

Jornal Economia e Finanças

20 De Janeiro de 2017

Texto: Domingos Calucipa

Um projecto transfronteiriço de abastecimento de água canalizada para as localidades de Calueque, Santa Clara e Naulíla, em Angola, e do Norte da vizinha República da Namíbia, começa a ser implementado, a partir do rio Cunene.

Orçado em 7,5 milhões de euros, a iniciativa está a ser implementada no quadro de um acordo entre os dois países, que visa melhorar a qualidade de vida das populações limítrofes.

A obra com duração de 12 meses foi financiada pelo banco alemão KfW e apoiada pela SADC.

O lançamento da primeira pedra das obras foi efectuado na passada quarta-feira, na localidade de Calueque, no município de Ombadja, Cunene, pelos ministros da Energia e Águas de Angola e das Minas e Energia da Namíbia, João Baptista Borges e Obeth Kandjoze, respectivamente.

Presenciaram também o acto os ministros da Economia, Abrahão Gourgel e da Agricultura, Marcos Nhunga, e da vice-ministra da Agricultura na Namíbia, Obeth Kandjoze, além ainda do governador do Cunene, Kundi Paihama.

Projecto

A iniciativa compreende a captação da água a partir do rio Cunene seu tratamento e uma rede de distribuição para a população que habita a localidade de Calueque e as localidades namibianas situadas na fronteira e quando estiver concluído vai beneficiar mais de 4.500 habitantes de Calueque e Naulíla.

Do montante total, cerca de 4.6 milhões de euros vão ser destinados para o abastecimento de água à Calueque e zonas vizinhas da Namíbia, enquanto a parte restante vai ser aplicada na extensão da linha de água para a localidade de Naulíla e a construção uma rede de distribuição em Santa Clara a partir de Ondjiva abastecido pelo projecto "Água do Xangongo".

De acordo com o ministro da Energia e Águas trata-se de um projecto integrado no programa de desenvolvimento do sector das Águas e de extensão do abastecimento às populações dadas as secas constantes que afectam a província do Cunene.

João Baptista Borges disse que o objectivo é de que se deixe de observar os movimentos migratórios das populações dessas zonas à procura de água no tempo de estiagem.

Nesta empreitada vai ser construída uma linha de cerca de quarenta quilómetros que vai ligar Calueque à Naulíla, que, além de abastecer água às populações e ao gado, vai poder irrigar campos para a prática de agricultura.

Mais-valia

Na ocasião, o ministro namibiano das Minas e Energia, Obeth Kandjoze, disse que o projecto é de grande importância, uma vez que vai permitir que a água chegue em quantidade e qualidade à população da zona Norte do seu país.

"O fornecimento de água é fundamental para o desenvolvimento dos dois países. O Governo da Namíbia considera que é importante o processamento desta cooperação porque reforça os laços de amizade", reconheceu o governante, para quem o seu país é um dos pontos do mundo em graves problemas de escassez de água.

Já a vice-ministra da Agricultura, Águas e Florestas da Namíbia, Anna Shiweda, atribuiu grande importância ao projecto, ao referir que mais de 65 por cento da população da região Norte daquele país depende inteiramente da água proveniente de Calueque.

7.6 MILHOES DE EUROS

É o valor que foi disponibilizado pelo banco alemão KfW e a SADC para a implementação do projecto transfronteiriço de abastecimento de água canalizada e que está a ser desenvolvido em Calueque, na província do Cunene.

4.500 HABITANTES

Número que poderá beneficiar do projecto de água, que está a ser implementado na província do Cunene, em Angola, e que visa também fornecer o precioso liquido às populações da vizinha República da Namíbia.

8.18 Sem crime, mas vítimas da falta de água e serviços

Novo Jornal

20 De Janeiro de 2017

Texto: Isabel João

Não é só a disposição em condomínio fechado que dá segurança aos moradores do Bairro da Polícia. Estes são, na sua maioria, agentes da Polícia Nacional, o que também explica a tranquilidade sentida pelas 17 famílias que residem no local, oficialmente designado por Condomínio oásis, no zango III, município de Viana.

O condomínio nasceu em 2014, altura em que começou a acolher os primeiros moradores a beneficiarem de residências pela sua ligação ao Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional (CPPPN).

Segundo apurou o Novo Jornal junto da direcção da instituição responsável pela construção do condomínio, a prioridade no acesso às residências vai para os filhos e mulheres de agentes da Polícia Nacional falecidos, embora o principal foco do CPPN seja garantir a reforma complementar dos seus membros.

Por altura da inauguração do condomínio, em 2014, a criação no local de infra-estruturas sociais foi uma promessa deixada pela direcção do Cofre. Contudo, três anos depois, os moradores continuam a aguardar que lhes sejam proporcionados serviços sociais, como escolas, centros médicos, centros comerciais e creche.

A falta de abastecimento de água potável ao domicílio é outro dos "calcanhares de Aquiles" das 17 famílias que vivem no condomínio, que comporta mais de 100 residências.

Marcelina da Costa, de 36 anos, uma das primeiras moradoras a chegar, considerou a zona bastante calma.

"Estou a viver aqui há três anos e gosto de cá estar. É uma zona muito calma e estou sempre em contacto com a natureza. O que nos falta aqui é só água, escolas, centros comerciais e creche. Mas já contactámos a direcção do Cofre e nos informaram que tudo está a ser feito para que, ainda este ano, estas situações sejam resolvidas", afirmou a moradora.

A mulher, que é viúva de um subinspector da investigação criminal, disse que conseguiu beneficiar da residência graças ao apoio do Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional, quando

não tinha uma casa para viver com as filhas, depois da morte do marido numa comissão de serviço.

Isabel Afonso, de 50 anos, que vive no condomínio há cinco meses, também considera o local "bom para viver", pela calma que caracteriza o condomínio. Apesar dos "pequenos constrangimentos", como a falta de água, escolas e hospital, a mulher gosta de ali "viver".

"A água está muito próximo, mas temos de acarretar. Isso é muito cansativo. O que falta aqui é só os homens da EPAL colocarem o precioso líquido em cada uma das residências. Temos aqui nas proximidades uma escola e um hospital, mas seria bom se tivéssemos estes estabelecimentos no interior do próprio condomínio", observou.

De acordo com a mulher, a falta de um supermercado também tem dificultado a vida dos moradores que são obrigados a percorrer grandes distâncias para adquirirem bens de primeira necessidade.

"Gastamos muito dinheiro no táxi para ir ao mercado, que é na entrada do zango 3. Muitas vezes, o dinheiro do táxi é o único que temos para comprar as coisas e acabamos por ficar sem nada. É urgente colocar dentro do condomínio um supermercado para facilitar as nossas vidas", defendeu Isabel Afonso, que veio do bairro São Pedro da Barra, no Sambizanga.

"Cá não há barulho de música alta" bento pedra Sebastião, de 64 anos, vive desde Abril do ano de 2016 no oásis e partilha a opinião dos seus vizinhos de que é bom viver no condomínio, porque é muito calmo e não tem criminalidade, apesar de ser um espaço aberto.

O ancião, que saiu do bairro do Marçal, onde pagava renda, para se instalar numa casa própria na zona do Zango, mostrou-se satisfeito pelo nível de vida que tem no condomínio.

"Com a idade que tenho, precisava de um sítio destes, sem confusão. Precisava de deixar a casa do familiar onde vivia cá não há barulho de música alta, como acontece nos bairros onde vivíamos. Os vizinhos aqui são bem-educados. Estou a gostar de viver aqui e até já aconselhei alguns amigos a virem para aqui, porque é muito calmo e estamos em contacto com a natureza", afirmou.

8.19 Luanda em alerta para um possível surto de cólera

Jornal Manchete

20 De Janeiro de 2017

Já foram confirmados casos no Cubal, em Benguela, e no Soyo, no Zaire. Na capital do país quatro casos suspeitos não foram confirmados após análise laboratorial. A província de Luanda activou o sistema provincial de alerta para o eventual surgimento de casos de cólera, revelaram ontem as autoridades sanitárias da capital.

"Luanda não tem nenhum caso confirmado de cólera, estamos a trabalhar do ponto de vista de vigilância epidemiológica no acompanhamento e rastreio de todos os casos de diarreia, tivemos quatro casos suspeitos", disse, em declarações à agência Lusa, a chefe do departamento provincial de Saúde Pública, Regina António.

A responsável acrescentou que esses casos suspeitos, após análise laboratorial, resultaram negativos. Contudo, foram recativadas as unidades de tratamento de cólera e neste momento decorre a preparação da logística, um cenário que decorre de surtos" da doença detectados noutros pontos do país.

A mobilização em Luanda, província com quase sete milhões de habitantes, envolve "medicamentos e equipamentos necessários para acudir a eventuais casos" de cólera, mas também se trabalha "na mobilização com a população para as medidas de prevenção", acrescentou Regina António. Um surto de cólera no município do Soyo, província do Zaire, afectou desde dezembro 119 pessoas, seis das quais acabaram por morrer, levando as autoridades de saúde a mobilizar médicos, técnicos de laboratórios e medicamentos para travar a sua propagação.

Um outro surto da doença foi detectado a sul, no município do Cubal, província de Benguela, nos últimos dias. De acordo com Regina António diante destes surtos, há necessidade de Luanda preparar "as equipas de emergência" e as "infraestruturas do ponto de vista de centros de tratamento de cólera", além de "reativar as comissões anteriormente existentes" para se precaver para eventuais casos.

A propagação da cólera está associada à deficiência no tratamento de esgotos e da água para consumo humano.

Agência Lusa

8.20 Municípios pedem a conclusão de obras

Jornal de Angola

21 De Janeiro de 2017

Os membros do Conselho de Auscultação e Concertação Social do Andulo, reunidos na quarta-feira, solicitaram às autoridades governamentais a conclusão do sistema de tratamento e distribuição de água potável à população.

A recomendação vem expressa no comunicado final a que à Angop teve acesso, e refere que, em função de estar em curso a construção de uma nova captação e tratamento e distribuição de água potável, torna-se necessário que se imprima mais celeridade ao processo, tendo em conta as dificuldades que as populações enfrentam para a aquisição do produto, além de combater o surgimento de doenças decorrentes do consumo de água imprópria ao consumo humano. O documento recomenda igualmente a instalação e recuperação de todos os chafarizes existentes a nível da sede, por forma a abranger maior parte da comunidade residente na sede municipal.

Justificando o atraso, o administrador municipal, Moisés Américo Cachipaco, informou que tudo deveu-se ao abrandamento da economia que o país ressentiu no ano de 2016, sublinhando que, no presente ano, serão envidados esforços para a conclusão da obra.

Actualmente a distribuição à sede municipal do Andulo é feita de forma regular, através de um sistema com fraca capacidade, com a entrega de água às populações três vezes por semana. O encontro debateu, entre vários assuntos, o grau de cumprimento das actividades desenvolvidas durante o ano económico de 2016, análise da situação operativa e delituosa, papel das autoridades tradicionais e eclesiásticas na mobilização da sociedade ao registo eleitoral. A problemática do pagamento do imposto predial urbano, bem como a participação dos municípios na diversificação da economia, também foram debatidos no certame.

Distribuição de energia

A Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade - EP (ENDE) e o Governo da Província continuam a trabalhar na expansão da rede de distribuição para melhorar o fornecimento às populações mormente nos bairros periféricos.

AENDE disse, em comunicado! que tem vindo a observar com elevada preocupação, na província do Bié, práticas não recomendáveis por parte da população no intuito de conseguir energia eléctrica.

Sem o conhecimento e consentimento da empresa, lê-se no documento, pessoas residentes em zonas carenciadas da província do Bié têm adquirido por conta e risco próprio material eléctrico, como postes, cabos e outros, para depois pressionarem a empresa li proceder à ligação domiciliar.

8.21 Aprovado plano para melhor gestão da água

Jornal de Angola

26 De Janeiro de 2017

Texto: Cândido Bessa

O Conselho de Ministros aprovou ontem o Plano Nacional da Água, documento que define as linhas de orientação e estratégias de gestão dos recursos hídricos, os cenários de planeamento e as medidas e acções de curto, médio e longo prazo em Angola ao longo dos próximos 23 anos.

Com um custo equivalente a 110 mil milhões de dólares, o plano engloba acções já em curso, que permite conhecer e aproveitar melhor o potencial hídrico de Angola em benefício da população e evitar casos de conflito de água entre os vários sectores ou na população, devido à escassez que se faz sentir em algumas regiões do país.

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, que detalhou o documento à imprensa, afirmou que existem zonas no país com tendências para potencial conflito e onde a água deve ser gerida de forma racional. Em outros casos, acrescenta, há o conflito entre diferentes actividades, como a agricultura ou pecuária e o abastecimento à população.

"Caso o plano seja cumprido na íntegra, em 2040 vamos poder fazer uma gestão mais correta da água e dividir melhor o que temos", disse, acrescentando que, no fim do período, vai ser possível avaliar se há água suficiente nas diversas regiões, já que as necessidades variam.

O estudo, que está dividido em quatro partes, está baseado em cenários projetados em função da estratégia de desenvolvimento do país. Até 2025, por exemplo, o estudo aponta para uma aposta maior do país na agricultura e pecuária.

"Temos a agricultura que consome bastante água, temos também o abastecimento humano, que é a prioridade, a pecuária, que é importante para preservar a vida animal e a segurança alimentar, mas temos também a necessidade de produção de energia eléctrica", indicou o secretário de Estado. Na sua estratégia, o Executivo prevê que, a partir de 2025, a aposta maior recaia para a indústria, que deve ter um grande desenvolvimento, e, depois de 2035, a atenção maior irá para o sector de Serviços. "É preciso que haja a uma combinação entre os três cenários de referência de desenvolvimento, em função dos quais foi feito um balanço hídrico, que avança as disponibilidades e as necessidades existentes", disse, sublinhando que o estudo vai permitir, também, identificar os vários tipos de conflitos.

Entre as medidas e acções avançadas pelo Plano Nacional da Água constam a construção de barragens para a regularização de caudal e de sistemas de transferência de caudal de uma bacia para outra, além de trabalhos de monitorização de recursos, com instalação de estações higrométricas. O Plano Nacional da Água está dividido em quatro partes.

A primeira faz uma caracterização da situação actual, em termos de uso da água para diferentes fins, enquanto a segunda estabelece cenários de evolução até aos próximos anos, tendo como referência o ano de 2025, em consonância com a "Estratégia de desenvolvimento Angola2025".

A terceira parte estabelece medidas a serem tomadas para resposta aos cenários de desenvolvimento projectados, como as acções de carácter infra-estrutural, político e legal que podem ser tomadas. Sujeito revisões ao longo do período de vigência, o Plano Nacional da Água decorre até ao ano de 2040.

Luís Filipe da Silva sublinha que plano é multisectorial. Um dos dados de suporte do plano, em termos de informações, é o Plano Nacional de Geologia (Planageo), lançado em Maio de 2014, considerado um dos maiores trabalhos de pesquisa mineira do mundo, que consiste no mapeamento dos potenciais recursos mineiros e que vai também fornecer dados sobre o potencial hídrico. Com duração de cinco anos, a pesquisa vai também determinar o aquífero existente no deserto, o que pode permitir a prática da agricultura nesta e noutras zonas consideradas áridas. A Impulso, que integra um consórcio com o Instituto Geológico e Mineiro de Espanha e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia de Portugal, é responsável pela pesquisa para determinar o potencial mineiro da região sul e sudeste, numa área que abrange o Namibe, Huíla, Cunene, Benguela, Huambo, Bié, parte do Cuando Cubango e parte do Cuanza Sul.

Em breve, é submetido para aprovação o Conselho Nacional da Água, que vai integrar todos os sectores que têm a ver com a gestão e utilização da água. Luís Filipe da Silva explica que, além dos utilizadores, vão fazer parte entidades ligadas ao abastecimento de água, produção de energia e outros interessados, como ONG e organizações académicas. O Conselho de Ministros aprovou igualmente o Regulamento da Actividades Estatística Oficial e da Recolha Directa e Coerciva de Dados Estatísticos e o Regulamento das Transgressões Estatísticas do Sistema Estatístico Nacional.

Os documentos vão permitir que sistema estatístico nacional seja cada vez mais operacional e eficiente, dotando o Estado de uma base sólida e objectiva de informação estatística oficial, que apoie a formulação da sua política económica e social, a monitorização da sua execução e a determinação do seu grau de eficácia.

Outros diplomas Ainda ontem, o Conselho de Ministros aprovou o Paradigma dos Contratos de Trabalho, que tem como finalidade actualizar o modelo de contrato laboral em conformidade com os princípios estabelecidos na nova Lei Geral do Trabalho.

Outro documento da Administração Pública aprovado é o Regime Jurídico do Exercício de Actividade Profissional do Trabalhador Estrangeiro Não Residente. O documento regula o exercício da actividade profissional do trabalhador estrangeiro no país. O Conselho de Ministros aprovou ainda a Actividade de Cedência Temporária de Trabalhadores, que estabelece o regime jurídico de cedência temporária de trabalhadores e as suas relações contratuais com os trabalhadores e os utilizadores. Na reunião ainda foram aprovadas as listas de Trabalhos Proibidos e Condicionados às Mulheres e a Menores e os estatutos orgânicos do Instituto Nacional de Estatística, no âmbito da adequação da Estrutura Orgânica da Administração Indirecta do Estado à legislação em vigor.

8.22 Tomadas medidas para conter o surto de cólera

Jornal de Angola

26 De Janeiro de 2017

Texto: Fernando Neto

As medidas de estancamento do surto de cólera que assola algumas Ilhas do município do Soyo, no Zaire, desde Dezembro último, estão a surtir resultados satisfatórios, garantiu na terça-feira, o governador provincial.

José Joanes André, que falava na abertura da primeira reunião Ordinária do Conselho Provincial, informou que, desde a última semana, apenas registou-se um caso de cólera no Soyo, o que, para ele, demonstra efectividade do plano de resposta, que inclui medidas de prevenção, tratamento e monitorização de casa em casa.

Até ao momento, foram registados 150 casos de cólera, sete dos quais resultarem em óbitos, perfazendo quatro por cento de letalidade, segundo dados prestados pelas autoridades sanitárias.

O governador da província disse que o Ministério da Saúde tem prestado um grande apoio com equipas médicas e medicamentos. Precisou que há um esforço conjugados para erradicação da doença, que continua a ser uma das maiores preocupação, sobretudo no período em que as chuvas caem com intensidade José Joanes André agradeceu a pronta intervenção dos ministros da Saúde e das Finanças, assim como do secretário do Estado das Águas que visitaram algumas ilhas afectadas e, prontamente, deliberaram medidas para estancamento do surto da cólera.

"Analisámos o sistema de água existente no município do Soyo e ficou a preocupação de se construir um novo sistema de abastecimento, com capacidades reais de atender a densidade populacional da região. Trata-se de uma Acção da competência do Ministério da Energia e Águas", disse José Joanes André. Durante a reunião, o governador provincial manifestou-se preocupado com as 120 ilhas que nasceram no afluente do rio Zaire que, no seu entender, têm criado dificuldades na resolução práticas das necessidades básicas das populações.

"As resoluções dos problemas práticas passam, necessariamente, pela construção de novas infra-estruturas sociais no sector da Água e Energia, e saneamento básico, o que toma difícil concretizar, devido ao posicionamento geográfico das ilhas", explicou.

Um dos pontos que também foi abordado na primeira reunião Ordinária do Conselho Provincial tem a ver com o processo de registo eleitoral, do qual o governador provincial manifestou-se satisfeito com os números alcançado até ao momento.

Na província, 153.848 eleitores regularizaram a sua situação nos postos do registo eleitoral, distribuídos nos seis municípios. Comparativamente aos 200.231 eleitores registados nas últimas eleições, a cifra de 153.848 corresponde a 76.11 por cento.

José Joanes André admitiu que o processo está a decorrer de forma democrática, e referiu que os

partidos políticos, cujos fiscais acompanham de perto o método, não apresentaram quaisquer anomalias" o que demonstra que está tudo a correr a preceito".

8.22 Água já tem Plano Nacional

Jornal Economia e Finanças
27 De Janeiro de 2017

O Conselho de Ministros aprovou nesta quarta-feira o Plano Nacional da Água (PNA), documento que define dentre outros, as linhas de orientação e estratégias relativas à gestão dos recursos hídricos, durante a sua primeira Sessão Ordinária, na Sala de Reuniões do Palácio Presidencial, na Cidade Alta, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Além de acautelar os cenários de planeamento e as medidas e acções de curto, médio e longo prazos para o cluster da água em Angola, o documento agora aprovado é, segundo apurou o JE, um instrumento de gestão abrangente, com um grande leque de sectores consumidores/utilizadores nomeadamente a da agricultura, pecuária, aquacultura, indústria, produção de energia hidroeléctrica, abastecimento de água aos municípios, turismo, preservação do ambiente e transporte fluvial.

O documento define as linhas de orientação e estratégias de gestão dos recursos hídricos, os cenários de planeamento e as medidas e acções de curto, médio e longo prazo em Angola nos próximos 23 anos.

Com um custo equivalente a 110 mil milhões de dólares, o plano engloba acções já em curso, que permitem conhecer e aproveitar melhor o potencial hídrico de Angola em benefício da população e evitar casos de conflito de água entre os vários sectores ou na população, devido à escassez que se faz sentir em algumas regiões do país.

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, que detalhou o documento à imprensa, afirmou que existem zonas no país com tendências para potencial conflito e onde a água deve ser gerida de forma racional. Em outros casos, acrescenta, há o conflito entre diferentes actividades, como a agricultura ou pecuária e o abastecimento à população.

"Caso o plano seja cumprido na íntegra, em 2040 vamos poder fazer uma gestão mais correcta da água e dividir melhor o que temos", disse, acrescentando que, no fim do período, vai ser possível avaliar se há água suficiente nas diversas regiões, já que as necessidades variam.

O estudo, que está dividido em quatro partes, está baseado em cenários projectados em função da estratégia de desenvolvimento do país. Até 2025, por exemplo, o estudo aponta para uma aposta maior do país na agricultura e pecuária.

Entre as medidas e acções avançadas pelo Plano Nacional da Água constam a construção de barragens para a regularização de caudal e de sistemas de transferência de caudal de uma bacia para outra, além de trabalhos de monitorização de recursos, com instalação de estações higrométricas. O Plano Nacional da Água está dividido em quatro partes. A primeira faz uma caracterização da situação actual, em termos de uso da água para diferentes fins, enquanto a segunda estabelece cenários de evolução até aos próximos anos, tendo como referência o ano de 2025, em consonância com a "Estratégia de desenvolvimento Angola 2025".

A terceira parte estabelece medidas a serem tomadas para resposta aos cenários de desenvolvimento projectados, como as acções de carácter infra-estrutural, político e legal que podem ser tomadas. Sujeito a revisões ao longo do período de vigência, o Plano Nacional da Água decorre até ao ano de 2040.

Luís Filipe da Silva sublinhou que o plano é multisectorial. Um dos dados de suporte do plano, em termos de informações, é o Plano Nacional de Geologia (Planageo), lançado em Maio de 2014, considerado um dos maiores trabalhos de pesquisa mineira do mundo, que consiste no mapeamento dos potenciais recursos mineiros e que vai também fornecer dados sobre o potencial hídrico.

Contrato laboral

No domínio da administração pública, trabalho e segurança social, o Conselho de Ministros aprovou o Paradigma dos Contratos de Trabalho que tem por finalidade actualizar o referido modelo de contrato laboral em conformidade com os princípios estabelecidos na nova Lei Geral do Trabalho; o Regime Jurídico do Exercício de Actividade Profissional do Trabalhador Estrangeiro Não Residente, diploma que regula o exercício da actividade profissional do trabalhador estrangeiro no país e a Actividade de Cedência Temporária de Trabalhadores, documento que estabelece o regime jurídico de cedência temporária de trabalhadores, bem como a actividade das empresas de trabalho temporário e as suas relações contratuais com os trabalhadores e os utilizadores. Na mesma ocasião, foram igualmente aprovadas as listas de Trabalhos Proibidos e Condiçionados às Mulheres e a Menores.

Na sua primeira Sessão Ordinária, o Conselho de Ministros aprovou o Regulamento da Actividade Estatística Oficial e da Recolha Directa e Coerciva de Dados Estatísticos e o Regulamento das Transgressões Estatísticas do Sistema Estatístico Nacional. De acordo com o comunicado disponibilizado à imprensa, o documento aprovado vai "permitir que o sistema estatístico nacional seja cada vez mais operacional e eficiente, dotando assim o Estado de uma base sólida e objectiva de informação estatística oficial, que apoie a formulação da sua política económica e social, a monitorização da sua execução e a determinação do seu grau de eficácia".

No âmbito do processo de adequação da Estrutura Orgânica da Administração Indirecta do Estado à legislação em vigor, o Conselho de Ministros aprovou os estatutos orgânicos do Instituto Nacional de Estatística (INE), uma pessoa colectiva de direito público do sector económico ou produtivo, dotada de personalidade jurídica e de autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial, a quem compete dinamizar e coordenar a recolha, o tratamento e difusão da informação estatística oficial nacional.

O Conselho de Ministros é o órgão colegial auxiliar do Presidente da República na formulação, condução e execução da política geral do país e da administração pública.

O referido órgão é presidido pelo Presidente da República, podendo delegar, nas ausências e impedimentos temporários, ao Vice-Presidente da República a faculdade de presidir às reuniões do Conselho de Ministros.

Além do Presidente e do Vice-Presidente da República, o Conselho de Ministros é integrado por todos os Ministros de Estado e Ministros.

Combate à cólera

A primeira sessão ordinária da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros estabeleceu, nesta terça-feira, orientações que visam buscas activas para o combate e controlo da cólera e do vírus Zika em todo o país.

De acordo com o comunicado final do encontro, entre as medidas consta o tratamento da água potável, recolha do lixo, informação e educação das comunidades, formação de pessoal, organização de serviços clínicos, aprovisionamento de meios médicos e medicamentos e bio-segurança nas unidades sanitárias.

O documento refere que a reunião, orientada pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, apreciou a proposta de plano de resposta para o controlo da epidemia da cólera, cujo foco se localiza no município do Soyo, província do Zaire, tendo-se registado, de 14 de Dezembro de 2016 a Janeiro de 2017, 104 casos suspeitos com seis óbitos.

A referida proposta tem por objectivo principal interromper a transmissão da epidemia na província do Zaire, evitando a sua propagação para o resto do país, segundo salienta a nota.

8.23 Plano de resposta à epidemia de cólera

Novo Jornal

27 De Janeiro de 2017

Texto: Dulcineia Lafua

Luanda, Cabinda e Zaire são as províncias afectadas pela epidemia de cólera, que já provocou 10 mortos, nos 150 casos registados, números que levaram o governo a aprovar um plano para tentar travar a propagação da doença.

A informação foi concedida pelo ministro da Saúde, Luís Gomes Sambo, no primeiro encontro ordinário da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros, realizada em Luanda, sob orientação do vice-Presidente da República, Manuel Vicente.

O plano nacional de resposta à epidemia da cólera em Angola integra o tratamento da água potável, a informação e educação das comunidades, recolha de lixo, organização e mobilização dos serviços clínicos, formação de pessoal, aproveitamento de meios médicos e medicamentos e a biossegurança das unidades hospitalares.

"É preciso que se mobilize fortemente a população para que adira, com responsabilidade, às medidas de prevenção contra a doença, segundo o plano, que contém vários elementos de vigilância epidemia lógica e a aquisição de medicamentos e meios para a protecção individual dos profissionais de saúde", explicou.

O director nacional da Saúde Pública, Miguel dos Santos Oliveira, trabalha desde quarta-feira em Cabinda, para se inteirar sobre o surto de cólera na região.

À frente de um grupo técnico de sete elementos, Miguel de Oliveira manteve já encontro com as autoridades governamentais e sanitárias locais, tendo sido informados sobre a situação real e as medidas

que estão a ser implementadas para conter o alastramento da doença.

8.24 Programa Água para todos chega ao Município de Cassongue

Jornal O PAÍS
30 De Janeiro de 2017

Mis de 21 mil habitantes do município de Cassongue, província o Cuanza-Sul, contarão, nos próximos tempos, com sistemas de abastecimento de água potável, no âmbito do programa "Água Para todos", segundo uma nota de imprensa enviada a OPAÍS. Este projecto do Ministério da Energia e Águas irá beneficiar, numa primeira fase, dez localidades desse município e proporcionar emprego a mais de 200 pessoas na região.

De acordo com a referida nota, as obras estão a cargo da empresa Owini, especializada em abastecimento de água potável em zonas rurais. Este projecto é parte de outro, mais vasto, de construção de infra-estruturas de abastecimento de água potável em 152 localidades das províncias de Cuanza Sul, Lunda Norte, Moxico, Uíge e Zaire.

A primeira pedra do novo sistema foi lançada esta Segunda-feira, dia 23, na presença do Secretário de Estado da Energia e Águas, Luís Filipe da Silva, e do Governador Provincial do Cuanza Sul, Eusébio de Brito.

O sistema incluirá, para além da sede do Cassongue, as aldeias de Lombulua, Santo António, Dende, Nengo, Epanda, Chipuri, Calumana e Cruzamento e ainda a comuna de Pambangala.

De acordo com Nelson Travassos, responsável pela obra na localidade de Cassongue, o projecto beneficiará mais de 21.000 pessoas em todo o município.

Fizemos um levantamento a vários rios na sede municipal de Cassongue e chegámos à conclusão de que existem caudais suficientes, tanto na época chuvosa como na estação seca, para assegurar o abastecimento permanente de água às populações", revelou Nelson Travassos.

Acrescentou que "no âmbito do projecto serão lançados mais de 50 Km de condutas e instalados equipamentos de captação, bombagem, tratamento e filtragem que garantirão a distribuição às populações de água que-obedecerá a elevados padrões de qualidade, melhorando em muito a qualidade de vida das populações.

8.25 Lwena com água canalizada antes do fim de Março

Jornal O País
31 De Janeiro de 2017

A população da cidade do Lwena e bairros periféricos terá água canalizada no decorrer deste primeiro trimestre de 2017, com a conclusão, em breve, das sub-estações de água do bairro Sangondo, arredores da urbe, soube-se Segunda-feira no Lwena.

A informação é do fiscal da obra do empreendimento, Ricardo Mbuembo Kuzi, passada à comissão organizadora das actividades comemorativas ao "4 de Fevereiro", Dia de Início da Luta Armada, durante uma visita efectuada às obras, o responsável sustentou que logo que termine a sub-estação de água de Sangondo, cujas obras se encontram a 80 por cento de execução física, e a captação de tratamento de água já em fase final, a distribuição de água será generalizada a todos os bairros.

"Neste momento, mais de mil habitantes dos bairros Vila Luso, Sangondo, Alto Campo, Kuenha, Sinai Novo, Sinai Velho, são os bairros que já beneficiam da distribuição da água potável", precisou.

Explicou que com o termo das obras da principal Estação de Tratamento de Água (ETA) de 550 metros cúbicos de água por hora, no bairro Social, que aguarda pela entrega ao Governo local, vai-se alargar a distribuição da água potável, cujas ligações da rede domiciliar já estão em fase final.

8.26 Mais água potável para o Cuanza Sul

Jornal de Angola
31 De Janeiro de 2017

Sistemas de abastecimento de água potável vão ser instalados em dez localidades da província do Cuanza Sul, no âmbito do programa "Água para Todos", um investimento do Ministério da Energia e Águas, informou ontem o ministério, em comunicado.

O investimento vai beneficiar 21.000 pessoas, residentes no município de Cassongue, na comuna de Pambangala e nas aldeias de Lombulua, Santo António, Dende, Nengo, Epanda, Chipuri, Calumana e Cruzamento. Os sistemas são instalados pela empresa Owini, especializada em abastecimento de água potável nas zonas rurais. A primeira pedra para a execução da obra foi lançada no dia 23 Janeiro, num

acto presenciado pelo secretário de Estado da Energia e Aguas, Luís Filipe da Silva, e pelo governador provincial, Eusébio de Brito.

A empresa Owini vai empregar mais de 200 pessoas e vai executar idêntico trabalho nas províncias da Lunda Norte, Moxico; Uíge e Zaire. O projecto vai ser desenvolvido, no total, em 152 localidades:

Nelson Travassos, responsável pela obra em Cassongue, disse que, por haver vários rios na sede municipal de Cassongue, existem caudais suficientes para o asseguramento do abastecimento permanente de água às populações.

No âmbito do projecto, é lançada uma conduta com mais de 50 quilómetros e instalados equipamentos de captação, bombeamento, tratamento e filtragem, para garantir a distribuição de água às populações. A água a ser distribuída vai obedecer a padrões de qualidade.

8.27 Cidade do Soyo beneficia de mais água potável

Jornal de Angola

12 De Janeiro de 2017

Texto: Jaqueline Figueiredo

As estações de captação e de tratamento de água da cidade do Soyo, na província do Zaire, vão ser ampliadas, para passar a bombear 1.400 metros cúbicos por hora contra os 300 atuais, a fim de acabar em definitivo com os constantes problemas de falta de água potável que a região enfrenta.

A revelação foi feita terça-feira, na cidade do Soyo, pelo secretário Estado das Aguas, Luís Filipe da Silva, à margem da visita da comissão interministerial liderada pelo ministro da Saúde, que se deslocou ao Soyo para avaliar o estado de prontidão dos serviços de saúde face ao surto de cólera que afecta o município desde Dezembro último.

. "A estação de captação e de tratamento de água do Soyo vai ser ampliada, porque já não satisfaz a demanda. Atualmente, tem capacidade na ordem de 300 metros cúbicos/hora e vamos passar a ter 1.400 m³ de água/hora", explicou.

De acordo com Luís Filipe da Silva, a proposta de projecto para a ampliação das estações de captação e tratamento de água do Soyo está em fase final, uma vez existir despacho presidencial que autoriza o seu lançamento ao concurso público. "Neste momento, está em fase final de avaliação a proposta do projecto para esta empreitada, já há um despacho presidencial que autoriza o lançamento do concurso. A área de

especialidade desta matéria de contratação está a finalizar o processo administrativo, para posteriormente passar-se à execução. Ainda este ano", garantiu. O referido projecto do crédito "Título de dívida" e que merecerá a prioridade do Ministério das Finanças' pela sua importância, contempla também obras de ampliação e de construção de reservatórios de água.

"A estação de tratamento de água vai ter maior capacidade de reserva, porque vão ser 'construídos mais reservatórios, que permitirão mais 2.000 novas ligações domiciliárias e a expansão do sistema de abastecimento de água às zonas onde não existe rede de distribuição", explicou o ministro, acrescentando que "terminado o processo administrativo, acredito que mais algumas semanas o Ministério das Finanças dará, com certeza; maior primazia ao processo e poderemos ter as obras no terreno"

Salienta-se que a cidade do Soyo está privada de água potável há cerca de 30 dias, na sequência da avaria da eletrobomba da estação de captação. Junto ao rio Nvuembanga, cuja substituição está em curso, com vista a repor o fornecimento às populações.

Abastecimento nas ilhas. O fornecimento de água potável às diversas ilhas existentes no município do Soyo foi considerado pelo secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, como complexo, devendo-se desinfetar os rios, com urgência.

"Nas ilhas a situação é complexa e tem de ser devidamente avaliada. Para já, o que vai ser feito de imediato é o fornecimento de alguns produtos, para que a água possa ser

Desinfetada localmente, para que o perigo possa ser minimizado", frisou. De acordo com o governante, existem projectos de monta que visam a instalação de pequenas estações de tratamento de água salobra, através do processo de dessalinização. "Há também projectos de maior envergadura que têm de ser avaliados e que preveem a instalação de pequenas estações de tratamento de água salobra" disse.

Pela necessidade que se impõe, as estações projetadas para melhorar a qualidade de água exigem a instalação de dessalinização, que devem ser adquiridas no exterior, disse. Acreditamos que algumas unidades deste tipo possam ser adquiridas em breve. Tudo vai depender do futuro das ilhas, pois, como se sabe, as ilhas são locais que não reúnem condições de habitabilidade", afirmou.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

10. AMBIENTE

10.1 A chuva caiu no Cunene e a tradição está a mudar

Jornal de Angola

02 De Janeiro de 2017

Texto: André da Costa

A província do Cunene que sofria há três anos de uma forte seca teve chuva em abundância durante a passagem de ano. Uma bênção e sinal de um ano de 2017 de muitas realizações

A chuva é um fenómeno da natureza indispensável para a produção agrícola, uma vez que ajuda a irrigar os campos onde são cultivados alimentos para sobrevivência humana. A criação de gado na província do Cunene constitui um dos motivos que deixam satisfeitos os criadores. O capim verde renasce da terra e alimenta os bois e cabritos para satisfação das populações.

10.2 Repovoamento florestal preserva o meio ambiente

Jornal de Angola

03 De Janeiro de 2017

Texto: Sampaio Júnior

Agrónomo de formação, Isaac dos Anjos referiu-se à silvicultura. As plantas dessa espécie contribuem para a protecção do ambiente, através do pouco consumo de água e da retenção dos solos, o que representa um bom caminho para o repovoamento florestal. Para o governador provincial, o repovoamento florestal na província deve mobilizar os grandes e pequenos agricultores, em particular a indústria madeireira. O projecto tem como meta atingir num ano um milhão de árvores. Na fase inicial, foram colocadas cinco mil em quatro hectares. O engenheiro referiu o abate indiscriminado de árvores na região, que leva ao desgaste da fauna e flora locais. Os prevaricadores, afirmou, "só pensam no interesse pessoal", pelo que o Governo Provincial de Benguela deve fazer aplicar a lei e manter um "controlo cerrado para evitar este tipo de acções que se encaminham para o crime organizado."

A grande produção madeireira na província deu origem à Companhia de Celulose e Papel de Angola, localizada no município da Ganda, 202 quilómetros a Sul da cidade de Benguela. O complexo foi destruído pelo conflito armado. O Executivo, adiantou, pretende recuperar o antigo complexo, pelo que a

plantação de eucaliptos é uma empreitada com mercado garantido.

Situação alarmante

"Cuidar dos perímetros florestais da Companhia de Celulose e Papel de Angola consiste em travar as situações anárquicas que têm acontecido, com realce para as queimadas e exploração de madeira não autorizada. Devemos também criar condições que permitam começar a fazer plantações de espécies, para, quando arrancar uma indústria de celulose e papel, haver matéria-prima para a produção", disse Isaac dos Anjos.

O governador apresentou o passo dado no Balombo como um exercício que visa, sobretudo, diminuir a pressão sobre as florestas nativas, viabilizando a produção de madeira para atender às necessidades da sociedade. Admitiu a existência de pessoas a praticarem o abate indiscriminado da floresta, inclusive concessionários autorizados. Para inverter-o actual quadro, exortou as autoridades administrativas, tradicionais e concessionários a colaborarem com o Governo para se pôr cobro a esta prática.

"O projecto de regeneração do eucalipto vai gerar emprego e riqueza", garantiu. Para Isaac dos Anjos, há que desbravar a terra, pois existem condições para levar adiante tal iniciativa. "Temos que ser teimosos e fazer bem as coisas", disse.

Benguela cumpre as suas tarefas no quadro do processo de industrialização e inovação tecnológica, do qual a agricultura tem um importante papel na produção e preservação do ambiente, mas, afirmou o governador, se as necessidades de madeira eram, até agora, supridas quase que em exclusivo, pelas florestas nativas, é preciso revitalizá-las com espécies novas e adaptáveis. Isaac dos Anjos afirmou mesmo que a situação actual "é alarmante", pois as "florestas nativas, antes abundantes, estão cada vez mais escassas e ameaçadas de desaparecer", enquanto a "sociedade necessita de produtos de base florestal para a sua sobrevivência e conforto".

Decisão justa

Júlio Kapitango afirma que a floresta nativa está cada vez mais comprometida devido ao desmatamento para o comércio de madeira, fabrico de carvão ou lenha e agricultura familiar. O agricultor do Balombo considera "justo" que as principais aldeias implicadas no desaparecimento das matas se preocupem com o repovoamento florestal para manutenção da biodiversidade.

A região apresenta diversos factores favoráveis, acrescenta o agricultor, que destaca o clima e a

disponibilidade de áreas para plantio e a mão-de-obra. A escolha do eucalipto deve-se ao rápido crescimento da espécie, à grande adaptação e ao grande leque de aplicações, como referiu o governador.

O eucalipto está entre as árvores mais recomendadas para o cultivo comercial devido ao facto de desenvolver-se num período de tempo razoável, quando comparado a outras árvores, levando entre seis e dez anos para estar pronto para o corte. Uma única árvore pode ser aproveitada para várias actividades, o que maximiza a lucratividade do negócio.

10.3 A chuva nos Gambos

Jornal O PAÍS
04 De Janeiro de 2017

Prezado amigo director, do jornal OPAÍS, Li neste jornal que as chuvas voltaram a cano meu município dos Gambos, província da Huíla. Fiquei muito contente.

O povo dos Gambos sofre há muito tempo, e o povo não tem como alterar as coisas porque dependem de Deus.

Mas acho que os governantes devem aproveitar estas chuvas para ajudarem o povo a produzir muita comida. Porque o povo trabalha. Também sei que estavam a construir lá umas barragens, que o senhor governador Tyipingue foi visitar muitas vezes. Isso é importante porque estas barragens vão ajudar as pessoas a terem água para cultivar e também para o gado. Muita gente ficou sem o seu gado durante esses anos todos em que a choveu desapareceu.

Quem vive em outras províncias, que não conhece os Gambos ou o Cunene, não consegue imaginar o que é a seca e as suas consequências na vida do povo.

Mesmo assim, tivemos a sorte do nosso Governo ajudar as pessoas, ou teríamos mortes como na Etiópia, porque quando não chove durante muito tempo, da terra não sai mesmo nada.

Acho que todos devem reconhecer que o Governo ajudou mesmo as pessoas, por isso não tivemos mortes pela fome, e foi muito tempo sem chuva.

Portanto, só quero dizer a este jornal que estou muito satisfeito com a notícia que deram. Acho que muitas outras pessoas estão felizes também.

Muito obrigado, porque na minha terra o povo vai cultivar outra vez e os animais vão se reproduzir.

António Nampaya

10.4 Chuvas fortes desalojam vários milhares de pessoas

Jornal de Angola
04 De Janeiro 2017
Texto: Lourenço Bule

Um total de 117 famílias ficaram desabrigadas na cidade de Malanje, entre o 31 de Dezembro de 2016 e 1 deste mês, em consequência de chuvas fortes que se abateram na província, informou, na segunda-feira, o porta-voz delegação do Ministério do Interior.

O inspector-chefe Junqueira António, que falava em conferência de imprensa sobre o balanço da segurança pública referente a passagem de ano, disse que os bairros afectados foram os da Quizanga, que registou o desabamento de uma residência que causou o ferimento grave de dois cidadãos e o desmoronamento da ponte sobre o rio Luari, que liga a sede do município de Malanje com os bairros Mbamji e Njimbo.

No domínio criminal, disse a fonte, a Polícia Nacional registou oito crimes, dos quais dois por ofensas corporais voluntárias graves, um por introdução em casa alheia em concurso com tentativa de violação, outro por violação sexual, três por furtos, com a detenção de nove cidadãos como presumíveis autores, cujas localidades de ocorrência foram essencialmente os municípios de Malanje, Cacuso e Massango. Quanto à sinistralidade rodoviária, Junqueira António sublinhou que foi registado um acidente de viação que causou um ferimento e danos de materiais estimados em 30 mil kwanzas, ao passo que os Serviços de Migração e Estrangeiros, no âmbito da fiscalização levada a cabo na província procederam a detenção de um cidadão expatriado de nacionalidade Maliana por situação migratória ilegal na comuna do Xandele, município do Quela.

Entretanto, Junqueira António considerou satisfatório a conduta dos cidadãos durante a passagem de ano, o que culminou com o registo de um ambiente calmo e poucas ocorrências, comparativamente aos anos anteriores. Fez saber que a presença e prontidão da polícia nacional, na segurança da quadra festiva, também contribuíram para esse clima de tranquilidade.

10.5 Bengo aumenta exportação

Jornal Economia e Finanças
06 De Janeiro de 2017

A província do Bengo exportou este ano, para China e Turquia, um total de um milhão, 026 e 422 metros cúbicos de madeira em toro, disse, recentemente, em Caxito, província do Bengo, o director provincial da Agricultura, Faustino Quissaque Ngonga,

Em entrevista à Angop, o responsável esclareceu que no ano transacto foram exportadas para a Itália 209,160 m³ em toro, Portugal 109,909 de madeira serrada, Emiratos Árabes Unidos com quatro, 160 e 207 m³ de madeira em toro e para Espanha 49,348 m³ de madeira serrada, informando que o sector de exploração de madeira iniciou as primeiras a mostras em 2013 e 2014.

O director sublinhou que a qualidade das espécies de madeira em toro e serrada exportada para estes países foram a moreira e undianunu, por possuírem qualidade aceitável nestes mercados.

Esclareceu que a região do Bengo é a porta de saída de exploração das madeiras provenientes das províncias do Uíge, Zaire e Cuanza Norte, e aconselhou os exploradores de madeira a cumprirem com o regulamento florestal para a realização exitosa da actividade de exploração da madeira. Em 2016 foram homologados 38 processos para exploração de madeira em toro e 18 para exploração de carvão vegetal.

A província do Bengo conta com nove serrações designadamente, Anjo-solução, Socatas, Africampos, Matos e Ieans, Pica-Pau, Victor Gonçalves, Redsuns, GDS, localizadas nas localidades de Úcua, Sassa Povoação, Panguila, Kibaxe, Fazenda Cruzeiro, Mbala Cassungo (Nambuanguo) e na sede do Pango Aluquem.

10.6 Município do Cazenga alérgico as chuvas

Jornal Manchete
13 De Janeiro de 2017
Texto: Mário Cassanda

O Cazenga é dos municípios da província de Luanda que mais sofre com as chuvas, na qual tem provocado sérios problemas recorrentes ao mau saneamento básico, o alagamento dos amontoados de lixo e a intransitabilidade das ruas secundárias e terciárias.

Numa altura em que as chuvas começam a cair com maior intensidade, os boletins meteorológicos diários do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) prevêem regularmente, desde Dezembro passado, em praticamente todas as regiões do país, períodos de aguaceiros ou chuva fraca e moderada, acompanhada, por vezes, de trovoada. O boletim aponta este quadro também para a província de Luanda.

O facto não deixa de ser preocupante para os municípios do Cazenga, tendo em conta as situações de calamidade que se registam no período chuvoso.

Numa ronda feita pelo Manchete nesta circunscrição, foi possível constatar que as chuvas que caíram nos últimos dias provocaram vários estragos no Cazenga.

Por exemplo, na rua Ngola Kiluanji, nas imediações da Cipal, Rua dos Comandos, na Frescangol, as chuvas originaram abertura de buracos que há bem pouco tempos tinham sido tapados por uma brigada de tapa buracos, movida pela administração municipal local.

A comuna do Hoji-ya-Henda foi a zona que mais sofreu do impacto negativo da chuva, tendo registado alagamentos das rua da Danda, edifício Mambu Café, Funchal, Petrofina, travessas da Mãe Preta e o Sector 8, bairro São Pedro e 11 de Novembro.

Até ao momento, as referidas ruas ainda se encontram alagadas e lamacentas, dificultando o trânsito automóvel e a mobilidade dos municípios.

Quanto à recolha de lixo a nível do município, tal como apurou este jornal, há zonas cujos trabalhos de recolha registaram melhorias como é o caso das comunas do Hoji-ya- Henda, Tala Hadi e Cazenga Popular.

Os municípios destas zonas reconheceram os esforços que têm sido empreendidos pela administração municipal.

Enquanto isso, no bairro Vila da Mata vive-se um cenário diferente, pelo que os seus moradores apelam para maior intervenção das autoridades no que à recolha dos resíduos diz respeito.

PRIORIDADE AOS PROBLEMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO

Para este ano, a administração municipal do Cazenga vai priorizar as obras sociais no quadro do Orçamento Geral do Estado previsto para 2017, que começa com a recuperação completa da escola Angola e Cuba.

Falando a margem das comemorações da 23ª edição das festas tradicionais da municipalidade, que esta semana se assinalou, Victor Nataniel Narciso disse que serão priorizadas as obras sociais, principalmente a reparação e manutenção de escolas que necessitam de intervenção.

O responsável afirmou estar com esperança na materialização destas acções, porque foi aprovado o OGE para o município do Cazenga, de acordo a realidade financeira e prioridades locais.

Segundo o administrador, o pacote prevê ainda a reparação dos centros de saúde, com destaque para a conclusão das obras do centro do Hoji-ya-Henda, completamente demolido, agora em construção de raiz.

A conclusão das obras da macro-drenagem, saneamento básico, fornecimento de energia eléctrica e ligações de água domiciliar as populações, constam também das prioridades.

ENERGIA E ÁGUA

O gestor do Cazenga informou que ao longo de vários períodos, foram traçadas linhas de prioridades, onde sem dúvidas a energia eléctrica, água potável e os acessos, são as maiores reclamações da população.

Disse que, apesar da escassez de orçamento, será priorizado o fornecimento de energia eléctrica, embora não esteja mal, e a previsão é cobrir as áreas cinzentas no Calawenda e reforçar de uma maneira geral em toda a extensão do Cazenga.

Para que tal aconteça serão montados 57 Postos de Transformação (Pts), no município, uma mais-valia para o fornecimento de luz eléctrica, não só às residências como também nas pequenas indústrias e actividade económica.

Naquilo que está aprovado para ser implementado pela administração municipal, disse, tem a ver com os cuidados primários de saúde, combate à pobreza e inclui algumas acções no fornecimento da merenda escolar.

Quanto ao programa água para todos, o projecto prevê a construção de reservatórios, ligações a rede e reparação de instalações internas de água nas instituições escolares.

Dentro do Programa de Investimento Público, prosseguiu o responsável, estão previstos a conclusão das obras de 2016, como vias estruturantes, secundárias e terciárias. Serão intervencionadas e concluídas a 5ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª Avenidas, as ruas

do Ngola Kiluanje, Patrício, Bengo, Sete e Meio, Hoji-ya-Henda e Comércio.

Para Victor Nataniel Narciso, tudo indica a sua materialização, porque o orçamento foi revisto numa base realista tendo em conta as receitas previstas, distribuído para cada município na materialização das obras.

HISTORIAL

Até 1975, o Cazenga, em particular o que é hoje a comuna do Hoji-ya-Henda, era um conjunto de bairros habitados maioritariamente por população de origem europeia. A partir de 1975, a guerra civil provocou a fuga de milhares de pessoas do interior do país para o litoral e, em particular, para a capital, sendo o Cazenga a zona que maior número de refugiados acolheu, o que explica o crescimento exponencial da sua população.

De acordo com os dados do Censo da População e Habitação, de 2014, Luanda e os principais centros urbanos de Angola continuam a ser os destinos preferidos de muitos cidadãos do interior do país que abandonam as suas áreas de origem à procura de melhores condições de vida.

Estes dados publicados na segunda-feira, 9, mostram que pouco mais de meio milhão de angolanos mudaram de província nos últimos cinco anos, dos quais cerca de 240 mil nos últimos 12 meses antes do Censo.

Segundo o documento, o maior destino dos migrantes internos é as áreas urbanas, sobretudo na província de Luanda.

O líder da organização não governamental SOS Habitat, citado esta semana pela VOA considerou que, enquanto o Estado não criar condições que permitam a fixação da população no interior, a fuga das pessoas para as cidades vai continuar.

Rafael Morais entende que o êxodo rural é, em parte, responsável pela desintegração das famílias e das difíceis condições sanitárias e de habitabilidade nas grandes cidades angolanas, em especial a capital, Luanda.

Quanto à imigração, os dados do Censo revelados nesta segunda-feira, indicam que mais de um milhão de pessoas entraram no país nos últimos cinco anos, ou seja antes da realização do recenseamento da população, e permaneceram por pelo menos seis meses, segundo uma estimativa dos dados de 2014.

De acordo com os pressupostos da migração, a projecção da população 2014/2050, publicada pelo

Instituto Nacional de Estatística (INE), registou uma grande intensidade migratória naquele período devido à dinâmica socioeconómica.

10.7 Bacia do Coelho pronta para chuvas intensas

Jornal de Angola
19 De Angola

Bombas flutuantes, para controlo do nível da água, e tubagens de descargas fazem parte de um sistema Instalado na bacia do Coelho", no município de Viana, no sentido de Impedir Inundações naquele perímetro em período chuvoso. Esta Informação foi avançada ontem no local por Liria Barroso, engenheira civil da empresa de fiscalização das obras em curso "Decopal".

Os trabalhos estão na fase conclusiva, disse a engenheira, explicando haver no local três bacias e igual número de bombas flutuantes ativadas automaticamente sempre que a água atingir determinado ponto e, subseqüentemente, descarregada para quatro caixas de válvulas ao redor da bacia.

Cada bomba, com autonomia de trabalho de 24 horas, tem capacidade de bombear 300 metros cúbicos de água por hora, isto é; 300 mil litros de água por hora com energia elétrica da rede normal ou de fonte alternativa. A partir daí, a água é escoada para a "caixa mãe" e transportada para o outro lado da estrada, em duas tubagens de 250 milímetros de diâmetro, instaladas numa posição paralela ao caminho-de-ferro até quilómetro e meio da zona do coelho, aonde será derivada até à vala de drenagem do Cariango, daí seguindo para o rio Cambamba terminando no mar.

Liria Barroso indicou que os trabalhos realizados deram à bacia 10 metros de profundidade, numa área de 30 mil 282 metros quadrados, para um volume de 302 mil 820 metros cúbicos.

Estes equipamentos foram instalados depois dos trabalhos de limpeza, escavação, desassoreamento e descarga da água para um ponto com drenagem por gravidade ao mar, adiantou.

Até ao final das obras, previstas para 30 de Janeiro, serão feitas valas com rachão argamassado, ligação de mais duas bombas, proteção da bacia e o nivelamento do terreno. Anunciou para 26 de Janeiro o início de uma formação de quatro técnicos que deverão garantir a sua presença permanente no local, a fim de

prevenirem qualquer anomalia nos sistemas de bombeamento instalado.

Com estas intervenções, disse estar segura de não haver novos riscos de inundações da bacia em épocas chuvosas.

Sobre as causas que originaram as inundações em 2016 na bacia do coelho, explicou que ao longo dos anos o local reteve as águas pluviais no perímetro e outras provenientes das aglomerações ao redor que não eram drenadas.

Isto, aliado à deposição de resíduos sólidos, provocou a saturação do seu fundo impedindo a infiltração da água, mesmo em tempo seco, salientou a engenheira.

Três empresas estão engajadas nas obras, com destaque para a Tecproeng que realiza melhorias da parte técnica e arruamento, incluindo a reconstrução de uma vala de drenagem para a bacia do coelho.

O engenheiro de construção civil da Tecproeng, Manuel Baio, disse que este trabalho é necessário porque antes, com a criação da bacia, foram fechadas todas as passagens das águas pluviais do interior do bairro, deixando apenas uma que não conseguia escoar toda água e que originava as inundações do aglomerado habitacional.

10.7 População desencorajada a construir em áreas críticas

Jornal de Angola
19 De Janeiro de 2017

O administrador municipal do Cazenga, em Luanda, Victor Nataniel Narciso, assegurou que a administração local tem o controlo de todas as áreas onde se registam Os maiores problemas na época chuvosa.

Em declarações à Angop, Victor Nataniel Narciso disse que existe um "Plano de Contingência da Chuva", liderado pela comissão de Proteção Civil e Bombeiros, que deve intervir em 35 pontos diferentes.

Com a execução deste plano, ainda não houve necessidade de deslocar as pessoas de uma localidade para outra, quer no Cazenga, quer em outros municípios da capital.

Segundo o administrador municipal, existem áreas críticas, os chamados "buracos de retenção de água", onde a situação de emergência é permanente, mas há pessoas que constroem habitações nestas zonas na calada da noite.

Esta atitude tem sido desencorajada pela equipa da fiscalização municipal, por ser provisória, porque as casas acabam inundadas ou desabam quando chove, disse. A administração realiza atualmente um levantamento de todas as pessoas que vivem em áreas críticas.

Victor Nataniel Narciso desencoraja a população a construir nas bacias de retenção e passagem da água da chuva.

Cazenga, um dos sete municípios da província de Luanda, integra as comunas do Tala- Hadi, Cazenga e Hoji ya Henda.

10.8 Chuva destrói 12 residenciais em Quirima

Jornal O PAÍS

25 De Jornal de 2017

E acordo com a nota, a chuva que se precipitou no último Sábado, provocou a destruição parcial das referidas residências, debatendo-se agora os seus moradores com uma acentuada escasseza de bens de 'primeira necessidade' e de chapas de zinco para reposição dos telhados.

A administração acrescenta que não dispõe de condições para suprir tais necessidades, por falta de verba, fruto da crise financeira que o país vive, apelando às pessoas de bom senso, com capacidade financeira ou material, no sentido de prestarem o 'devido apoio'.

O município de Quirima tem uma população estimada em 37 mil habitantes, na sua maioria camponesa.

10.9 Fábrica de reciclagem de plástico em Viana

Jornal de Angola

31 De Janeiro de 2017

Texto: Manuela Gomes

Pertencente ao grupo Global Manutenção e Serviços Técnicos Lda, a fábrica está vocacionado para a reciclagem e valorização de resíduos de plástico e metálicos, no quadro de um projecto que combina objectivos empresariais, preservação e protecção da qualidade do ambiente. Receber, pesar e processar resíduos de plástico e de metal, para produção de plástico triturado em "big bags" (sacos grandes) e metais ferrosos e não ferrosos, em fardos, resume o processo de produção da fábrica.

Para Fátima Jardim, o surgimento da Anjo-Recicla vem reforçar a linha de reciclagem no país, que de certa forma precisa de mais fábricas que se dedicam à reciclagem e valorização de resíduos, que por essa razão continuam a ser encaminhados para os aterros.

"Vai criar impacto positivo em termos sociais e económicos, uma vez que além de gerar centenas de postos de trabalho, directos e indirectos, essa fábrica deve impulsionar o surgimento de microempresas dedicadas à recolha selectiva de resíduos", disse Fátima Jardim.

Pela manhã, a ministra orientou os trabalhos de um seminário nacional sobre como "Educar na preservação para garantir a sustentabilidade". Na ocasião, Fátima Jardim destacou as políticas integradoras que têm estado a ser implementadas no país, tendo em conta objectivos nacionais e globais.

"A edificação da sustentabilidade diversifica o conceito de desenvolvimento sustentável e vincula o Ambiente no mundo a questões transversais múltiplas "que integram a pobreza, fome, a redução de emissões, os resíduos, a biodiversidade, a qualidade ambiental, as pescas, a poluição, entres outras", declarou.

Desse modo, disse, Angola reduziu a pobreza e "elevámos os compromissos com a segurança alimentar, e os níveis de desenvolvimento humano num verdadeiro" compromisso com a elevação da qualidade de vida das populações, sobretudo as mais carenciadas".

Segundo Fátima Jardim, Angola submeteu a sua contribuição nacional privilegiando a Energia, Águas e a Segurança Alimentar com o desenvolvimento. A ministra do Ambiente referiu-se ao Acordo de Paris como um "compromisso irreversível e que temos que mobilizar recursos para o financiamento das nossas necessidades".

A cidade do Namibe acolhe hoje acto central do Dia Nacional do Ambiente. Fátima Jardim apelou à sensibilidade das empresas e outras entidades da sociedade civil para que trabalhem em prol da preservação e valorização do Ambiente.

Todos culpados

Para o ministro do Ambiente de Portugal, João Mota Fernandes, que também participou no seminário, as tarefas ambientais são de todos. "Quando falamos em alterações climáticas, nós os seres vivos, somos todos culpados. Por isso, como nações comprometidas com a sustentabilidade do planeta, precisamos de encontrar soluções conjuntas, porque

um país por si só não pode terminar com as alterações e evasões globais."

O seminário serviu de mote para a proclamação da Associação Nacional de Empresas de Tecnologias Ambientais (ANETA), que rubricou dois protocolos de cooperação, com a Associação Portuguesa de Tecnologias Ambientais (APMETA) e a Associação dos Empresários de Luanda (AEL).

10.10 Seca e vulnerabilidades afectam 90% da população do Sul

Jornal O PAÍS

31 De Janeiro de 2017

Texto: Dani Costa

Trinta e oito porcentos do território angolano encontra-se hoje afectado pela vulnerabilidade das alterações climáticas' assim como cerca de 90 por cento das populações do Sul do país sofrem por causa da seca, segundo a ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim.

A informação, prestada ontem, Segunda-feira, 30, pela governante angolana, quando falava durante o workshop sobre tecnologias ambientais 'Educar na prevenção para a garantir a sustentabilidade', indica igualmente que, apesar de existir um Programa Nacional para a Seca e Desertificação, é imperioso que o país fortaleça as suas, capacidades, para melhorar os resultados e tornar Angola mais resiliente às repercussões que a chuva e as secas estão a motivar.

Para fazer face a tais desafios, como enunciara em ocasiões anteriores, a governante ressaltou que o país precisa de mais de 12 biliões de dólares norte-americanos para capacitar e adaptar as comunidades rurais às alterações climáticas. 'Agradecemos as Nações Unidas, a FAO, PNUD e USAID pela ajuda prestada às populações vítimas das chuvas torrenciais do ano passado em Angola e ao reforço das nossas capacidades', disse Fátima Jardim, salientando que o país 'submeteu a sua contribuição nacional privilegiando a energia e águas e a segurança alimentar com o desenvolvimento".

Discursando perante os seus homólogos de Portugal, Marrocos e República do Congo, respectivamente João Pedro Matos Fernandes, Rosaline Matondo e Hakima el Haite, a anfitriã enfatizou a importância dos Acordos de Paris. Para Fátima Jardim, o entendimento é o resultado de um compromisso irreversível e temos que mobilizar recursos para o financiamento das nossas necessidades'.

Angola, segundo a titular do Ambiente, está consciente de que 'sozinhos nada se constrói'. Por isso, aproveitou o arranque do workshop para felicitar a presidência marroquina da COP 22, iniciativa em que o continente africano marcou a sua acção para reduzir a pobreza, acabar com o analfabetismo e desenvolver a sustentabilidade com o reforço de financiamentos para a energia renovável, economia verde, cujos programas já tiveram início no país.

A escolha do lema do workshop "Educação ambiental para a prevenção e garantia de sustentabilidade", onde foi apresentado o plano estratégico das novas tecnologias ambientais, justifica-se pelo facto de que sem alertar, educar e prevenir, os diferentes actores não terão uma visão dos gastos com serviços utilizados, assim como os recursos usados para o desenvolvimento e crescimento.

Fátima Jardim defende que sem estudos de impacto, prevenção com auditoria, sem educação e formação, troca de experiências, não se pode gerir os recursos de forma sustentável.

A ministra, que defende uma maior cooperação com os seus homólogos presentes e não só, explicou aos presentes no encontro que o país está num 'bom caminho'. Por exemplo, a Agenda do Governo para o Domínio Ambiental 2012-2016 foi cumprida e existem actualmente estratégias e programas modernos que garantem o caminho para o desenvolvimento sustentável.

Empresários atentos aos negócios do sector

O presidente da Associação Empresarial de Luanda (AEL), Francisco Viana, um dos patrocinadores da semana do ambiente, garantiu na ocasião que os empresários angolanos e estrangeiros estão atentos às tecnologias ambientais.

Viana avançou que existem interesses, sobretudo na exploração florestal e felicitou a ministra Fátima Jardim pelo seu empenho para que Angola consiga atingir os padrões internacionais a nível do ambiente.

"Temos conhecimento de que hoje qualquer investimento precisa de projectos de impacto ambiental", opinou o empresário, mostrando-se também radiante pelos esforços, que estão a ser feitos para se combater a exploração desenfreada da madeira no interior do país, um sector em que os empresários angolanos pretendem investir cada vez mais.

'Não podemos permitir que determinadas máfias venham explorar a nossa fauna e flora. Disponibilizamo-nos para criar o pólo de exploração e transformação da madeira. Que seja transformado aqui e não exportado', disse Viana, que se dirigiu ainda ao ministro português para que este convidasse alguns empresários do seu país para investir no referido sector.

À margem do workshop foi também constituída a Associação Angolana de Empresas de Tecnologias Ambientais, que posteriormente assinou um acordo de cooperação com a sua congénere portuguesa APEMETA e com a Associação Empresarial de Luanda.

As actividades da Semana do Ambiente prosseguem hoje na província do Namibe, com a inauguração de alguns empreendimentos e a exibição de um filme realizado pelo conceituado canal National Geographic sobre as potencialidades de Angola a nível da fauna e flora.

10.11 Moradias inundadas em Viana

Jornal de Angola
07 De Janeiro de 2017

Mais de 1.800 moradias do município de Viana ficaram inundadas na quinta-feira, na sequência da chuva que caiu em algumas zonas da província de Luanda.

O bairro mais afectado é o Quilómetro 12, onde 1.200 casas ficaram inundadas, seguido do Quilómetro 9A, com 540 habitações, do bairro Boa Fé, com 40, e de Mulenvos, com 20.

O director dos Serviços Comunitários de Viana, Fernando Binge, disse que várias ruas estavam até ontem alagadas, com o trânsito dificultado.

Numa das faixas de rodagem da via expressa, no sentido Benfica/Cacuaco, estava água parada, devido ao assoreamento da vala de drenagem Aruá onde se encontra uma paróquia da Igreja Católica, na vila de Viana, estava também inundada, devido à evacuação lenta das águas, por falta de assoreamento das sarjetas, entupidas pelo lixo e areia arrastados pelas águas da chuva.

A chuva de quinta-feira causou danos materiais avaliados em 320 milhões de kwanzas, informou Fernando Binge, que disse ter sido já colocado nas áreas mais afectadas um conjunto de equipamentos para a sucção da água.

O município de Viana, um dos mais populosos de Luanda, tem uma população estimada em dois milhões de habitantes e é local que alberga o maior parque industrial do país, a Zona Económica Especial.

10.12 Rangel reforça saneamento básico

Jornal de Angola
13 De Janeiro de 2017
Texto: Ana Paulo

A vice-presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda para a esfera Social e Política, Mara Quiosa, realizou ontem uma visita de campo aos distritos urbanos da Ingombota, Sambizanga, Rangel e Maianga, onde decorrem trabalhos de desassoreamento das sarjetas e coletores.

Os trabalhos de saneamento básico são coordenados pela Comissão Municipal dos Serviços Comunitários de Luanda e visam evitar enchentes provocadas pelas enxurradas, resultantes das chuvas.

A visita de Mara Quiosa começou no bairro Patrício Lumumba, distrito urbano da Ingombota, onde gostou do que viu por estar a actividade numa fase avançada.

A responsável constatou constrangimentos no Bairro Operário e na rua comandante Bula, distrito urbano do Sambizanga, em cujas áreas encontrou amontoados de lixo e areia. Na via que dá acesso à Cadeia Central de Luanda há montes de areia causados pela chuva.

No distrito urbano do Rangel, os técnicos em actividade encontram também dificuldades porque as valas de drenagem estão sobrecarregadas, devido ao facto de haver um lençol freático, no bairro Preço Mara Quiosa declarou que, no período chuvoso, é sempre necessário ter as sarjetas e esgotos completamente desassoreados, a fim de permitir maior fluidez das águas. "Os trabalhos vão ser permanentes, pelo que as administrações distritais estão Orientadas a trabalhar na minimização dos constrangimentos causados pelas chuvas", declarou Mara Quiosa. O director dos Serviços Comunitários da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Sílvio Alvarenga, pediu a colaboração dos munícipes nas actividades de saneamento básico e criticou os que ainda teimam em deitar objectos na via pública e nas Valas de drenagem, o que acaba por obstruir as redes de esgoto.

II. MIGRAÇÃO

II,1 Aumento da emigração lusa para Angola

Jornal de Angola

01 De Janeiro de 2017

O número de portugueses a emigrar para Angola aumentou 32 por cento em 2015, comparativamente a 2014. Os dados são do último Relatório de Emigração, divulgado pelo Governo português na passada quinta-feira.

Em 2015, um total de 6715 portugueses emigraram para Angola. Um número que o Governo português considera "surpreendente" e que peca por defeito, uma vez que o relatório não considerou os vistos emitidos pelo Consulado angolano em Faro, apenas os do Porto e de Lisboa.

Angola é o quinto país do mundo para onde os portugueses emigram, depois do Reino Unido, França, Suíça (12.325 mas diminuiu), Alemanha (9.195, baixou) e Espanha (6.639). Manteve-se a tendência para a diminuição da emigração para a Alemanha e Suíça, a partir de 2013, embora se mantenha num patamar elevado. Também desceu no Luxemburgo 3.525 entradas em 2015, menos oito por cento do que em 2014.

Os dados do Observatório da Emigração baseiam-se nas estatísticas das entradas de emigrantes permanentes nos países de destino. Estão, no entanto, próximos dos do Instituto Nacional de Estatística, 103.203, baseados num inquérito à população.

O número de emigrantes nascidos em Portugal superou os 2,3 milhões, 22,3 por cento da população portuguesa, o que significa que Portugal continua a ser um país de emigrantes. Rui Pena Pires, coordenador do Observatório da Emigração, que apresentou o relatório de 2015, destacou a manutenção em alta de portugueses em França. O volume de saídas não aumentou Portugal continua um país de emigrantes pelo terceiro ano consecutivo, número 110 mil pessoas, considerado elevado.

Portugal é o 27º país do mundo com mais emigrantes e o sétimo na Europa. As Nações Unidas indicam a existência de 243 milhões de emigrantes internacionais em 2015, 3,3 por cento da população mundial.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Economia Informal em livro lançado hoje

Jornal O PAÍS

18 De Janeiro de 2017

Texto: Brenda Sambo

Sob a chancela da editora Almedina, a obra reúne 210 páginas e é subdividida em seis capítulos, De acordo com Francisco Queiroz, trata-se de uma obra científica que procura enriquecer questões ligadas à "diferença entre a economia tradicional e informal", assim como a "relação entre o Estado e a economia informal", ou seja, procurar-se saber de que forma o Estado se relaciona com o sector informal e determinar a "importância do sector informal na economia", assim como a "quantificação da economia informal" e, por último, as "vias do enquadramento da economia informal" no formal, para o qual o autor apresenta soluções.

Em entrevista a OPAÍS, Francisco Queiroz, disse que a obra resulta do trabalho de fim de curso do mestrado, realizado em 1996 e que, no entanto, não foi publicado anteriormente por falta de dados estatísticos suficientes pois nessa altura acreditava que o país passaria por mudanças económicas e políticas. "Com os dados estatísticos do censo populacional realizado em 2014, assim como a aprovação da nova Constituição foi possível reelaborar e reorganizar o trabalho do ponto de vista dos capítulos e da sistematização interna, tornando-o mais actual e consentâneo com realidade actual", sublinhou

Francisco Queiroz explicou que a economia informal muitas vezes é confundida, por exemplo, com o tráfico de droga, o que, para o autor, é uma venda ilegal e não economia informal, acrescentando, porém, que a "economia informal não é um caso de polícia, mas sim de política económica e estratégia económica".

O autor estabelece também a diferença entre a economia informal e a economia tradicional, ou seja, economia do campo que é a mais antiga e também abundantemente praticada no país, pois, para o docente, cerca de 80% da população angolana ainda se dedica a este tipo de economia.

"A economia tradicional é a mais antiga, mesmo os colonos quando chegaram à terra que é hoje Angola já a encontraram, com a sua própria ideologia, que

continua presente nos dias de hoje, pois cerca de 80% da população angolana ainda se dedica a esse tipo de actividade", referiu.

Por outro lado, Queiroz defende a necessidade de se dar melhor tratamento tanto à economia tradicional como à economia informal.

O livro define economia informal como um sector "económico não estruturado" para o diferenciar do sector económico estruturado que é a economia formal.

Referiu que o livro não servirá apenas à comunidade académica, mas também poderá ser lido e entendido pelo leitor comum.

A obra constitui uma realização conjunta da União dos Escritores Angolanos e da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN).

12.2 Agentes informais devem passar para o formal

Jornal O PAÍS

20 De Janeiro de 2017

Texto: Brenda Sambo

Para que um país se desenvolva não deve existir informalidade permanente, a economia informal deve ser encarada como um momento transitório, segundo o docente universitário Francisco Queiroz, durante o lançamento da sua obra "Economia Informal - caso de Angola" De acordo com o autor, apesar das necessidades de cada agente económico, a questão em causa deve ser ainda encarada como um momento transitório que deve evoluir paulatinamente para a economia formal.

Francisco Queiroz avançou que a economia informal em Angola é um fenómeno estrutural que requer um enquadramento macroeconómico e cultural na sociedade.

Porém, deve existir uma relação de competição entre ela e a economia formal.

"A economia informal só se manifesta onde a economia formal não tenha chegado com eficácia. Portanto, deve haver uma relação de competição em que esta última vai ocupando paulatinamente, os espaços da informalidade no país, por formas a que os seus respectivos agentes deixem as suas práticas e se integrem na economia formal", defende.

Para o responsável, a economia informal não deve ser encarada como um caso de polícia, mas sim, como uma questão de política económica.

"O combate tem de ser visto no sentido de tornar os agentes económicos informais como verdadeiros parceiros", avançou.

Refere que a liberdade de acesso à economia é total, mas as formas de aí chegar é que variam.

"O que eu aconselho é que todos possam andar pelo caminho da legalidade, pedir licença e fazer tudo quanto baste para que um dia todos estejamos na economia formal e não na informal", disse.

O livro "Economia Informal- o caso de Angola" contém 210 páginas e foi lançado na União dos Escritores Angolanos (UEA) e contou com a presença de várias entidades da sociedade angolana.

12.3 Exportação de granitos rende acima de USD 7 milhões

Jornal O PAÍS

10 De Janeiro de 2017

Aportação de granitos na província da Huíla atrai divisas para o país.

De acordo com o relatório provisório da Direcção provincial da Indústria, Geologia e Minas, em 2016, "a exportação de granitos rendeu USD 7.906.894,27", como resultado da acção de 20 empresas que produziram 147.066,701 toneladas de granito, em 40.312,150 metros cúbicos: Refere ainda que a produção de areia pela empresa Transmer, rendeu Kz 6.199,600 (seis milhões, cento e noventa e nove mil e seiscentos Kwanzas.

Das britadeiras de produção de granito e calcário foram arrecadados Kz 175.910,670 (cento e setenta e cinco milhões, novecentos e dez mil e seiscentos e setenta).

Apesar da retração económica que o país vive, a Direcção Provincial da Indústria, Geologia e Minas da Huíla, considera positiva a arrecadação de receitas do ano económico 2016, como sublinha o relatório provisório daquela direcção.

O relatório refere que a arrecadação pela emissão de Guias de Exportação, Alvarás, Royalties e Autorização para transporte de Inertes, o Departamento Administrativo e Gestão Orçamental arrecadou, através de guias de exportações, Kz 70.200.766,00, alvarás 631.415,00, Royalties 8.814.884,00, inertes (transporte) 483.523,00, um total de Kz 80.130.588,00.

"Resumindo, podemos afirmar que apesar desta conjuntura económica, tivemos um período positivo

comparado com igual período anterior. E só demonstra que este Sector. Da Economia Nacional tem potencial na arrecadação de divisas para o País", refere a Direcção da Indústria, Geologia e Minas da Huíla, acrescentando ainda que, "não obstante a carência de divisas, algumas empresas do sector produtivo e extrativo conseguiram importar algumas matérias-primas para suportar as suas actividades".

O relatório que balanceia as actividades desenvolvidas pela Direcção da Indústria, Geologia e Minas da província da Huíla, assinala ainda que em relação às exportações, a Fábrica de Cigarros "Barco Trading", exportou para a República Democrática de Congo e de São Tomé e Príncipe, 5. 400 (Cinco Mil e Quatrocentas) caixas de cigarro de marca Yes e Supermatch, com o peso Bruto de 35.720 Kz, no valor de USD 240.192, 00 (Duzentos e Quarenta Mil, Cento e Noventa e Dois Dólares).

Nesse período, a referida direcção licenciou 41 unidades industriais ligadas à pastelaria, 25 moageiras, uma salsicharia, um matadouro e uma marcenaria/carpintaria. Foram igualmente licenciadas 4 unidades de produção de material de construção civil, três serralharias e duas de produção de plásticos, totalizando 78. No mesmo período, a supracitada Direcção apurou 1.417 trabalhadores integrados no sector, Sendo designadamente, 1,174 homens e 191 mulheres nacionais, e 60 homens expatriados, sublinhando que tais dados são aproximados à realidade.

No que se refere à produção, dados referem-se a 10 empresas no segmento das rochas ornamentais, cinco britadeiras, três na exploração de areia, uma metalomecânica, igual número no segmento agromineral, quatro na produção de água de mesa e uma de prospecção, totalizando 25 empresas.

No subsector das rochas ornamentais, a província conta com 10 unidades de produção, designadamente, Angostone, Lda (Chibia/Gambos), Rodang Lda (Chibia/Gambos), Metarochas, Lda (Chibia), DFG-África, S.A (Chibia/Gambos), Omatapalo, Lda (Lubango), Granisul Pedreira (Chibia), Hiper máquinas, Lda (Chibia) Galiangol, Lda (Chibia), Omphunda, Lda (Chibia) e Osbal, Lda (Quipungo), todas elas no activo.

Refira-se que o relatório final será apresentado antes ainda do final de Janeiro, apurou OPAÍS.